

# policromias

Ano 4 • Número 7 • Janeiro/Junho 2019 • ISSN 2448-2935

Volume  
**07**

Revista de estudos do discurso, imagem e som





# policromias

Revista de estudos do discurso, imagem e som





## COMISSÃO EDITORIAL

ANA PAULA QUADROS GOMES - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
BEATRIZ PROTTI CHRISTINO - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
EVANDRO DE SOUSA BONFIM - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
JAQUELINE DOS SANTOS PEIXOTO - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
LUIZ BARROS MONTEZ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
MARCIA MARIA DAMASO VIEIRA - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
MARIA LÚCIA LEITÃO DE ALMEIDA - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
MÁRIO FEIJÓ BORGES MONTEIRO - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
PAULO CORTES GAGO - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
RAQUEL PAIVA ARAUJO SOARES - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
TANIA CONCEIÇÃO CLEMENTE DE SOUZA - Universidade Federal do Rio de Janeiro



## CONSELHO EDITORIAL

ANA FERNÁNDEZ GARAY - Universidad de Buenos Aires  
ANA PAULA DE MORAES TEIXEIRA - Comunicação Social do Exército Brasileiro (OM: CEP-RJ)  
ANDRÉS ROMERO-FIGUEROA - Universidad Católica Andrés Bello  
ÂNGELA CORRÊA FERREIRA BAALBAKI - Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
ARISTIDES ESCOBAR - Universidad Católica de Asunción - Py  
BEATRIZ FERNANDES CALDAS - Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
BETHANIASAMPAIO CORRÊA MARIANI - Universidade Federal Fluminense  
CARLOS ALBERTO VOGT - Universidade Estadual de Campinas  
CLAUDINE HAROCHE - CNRS - École des Hautes Études en Sciences Sociales  
DOMINIQUE MAINGUENEAU - Université Paris - Sorbonne - Paris IV  
EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES - Universidade Estadual de Campinas  
ENI PUCCINELLI ORLANDI - Universidade do Vale do Sapucaí  
EVANDRA GRIGOLETTO - Universidade Federal de Pernambuco  
FREDA INDURSKY - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
JACQUES GUILHAUMOU - CNRS - UMR - MMSH, ENS de Lyon  
JEAN-JACQUES CHARLES COURTINE - University of Auckland  
JOSÉ HORTA NUNES - Universidade Estadual de Campinas  
KLEBER SANTOS DE MENDONÇA - Universidade Federal Fluminense  
LÍDIA SILVA DE FREITAS - Universidade Federal Fluminense  
MARIA ONICE PAYER - Universidade do Vale do Sapucaí  
MIRIAM CABRAL COSER - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA - Universidade Estadual de Campinas  
NÁDIA RÉGIA MAFFI NECKEL - Universidade do Sul de Santa Catarina  
PATRICK CHARAUDEAU - CNRS - Université Paris - Sorbonne - Paris XIII  
PEDRO DE SOUZA - Universidade Federal de Santa Catarina  
ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA - University of Macau  
ROSANE DA CONCEIÇÃO PEREIRA - Universidade Salgado de Oliveira - Fundação de Apoio à Escola Técnica  
SILMARA CRISTINA DELA DA SILVA - Universidade Federal Fluminense  
SILVÂNIA SIEBERT - Universidade do Sul de Santa Catarina  
SONIA SUELI BERTI SANTOS - Universidade Cruzeiro do Sul  
SYLVAIN AUROUX - CNRS - Université Sorbone Nouvelle - Paris III  
TELMA DOMINGUES DA SILVA - Universidade do Vale do Sapucaí  
VANISE GOMES DE MEDEIROS - Universidade Federal Fluminense  
WEDENCLEY ALVES SANTANA - Universidade Federal de Juiz de Fora

### Editor Responsável

- Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Rosane da Conceição Pereira, Universidade Salgado Filho | Fundação de Apoio à Escola Técnica

### Organizadores da Edição

- Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

### Design e Diagramação

Cesar Buscacio

### Revisão

Maycon Silva Aguiar, Museu Nacional, UFRJ

### Redação e Assinaturas

Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS)  
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, RJ, Brasil (CEP: 20940-040)  
revistapolicromias@mn.ufrj.br | mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br

### Divulgação

Rosane da Conceição Pereira, Universidade Salgado Filho | Fundação de Apoio à Escola Técnica

#### Ficha Catalográfica

Policromias – v. 7, n.3 (junho/2019)-.- Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som, 2019.

Semestral.

ISSN: 2448-2935

1. Linguística. 2. Análise do discurso. I. Título. II.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som.

CDD 401.41



# SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
EDITORIAL.....	8
EDITORIAL.....	9
“SÓ MOMO EXPULSA O CRIVELLA DAS PESSOAS”: CRÍTICAS NÃO-VERBAIS E CARNAVALESCAS À PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO .....	11
Evandro de Sousa BONFIM	
CORPOS PELUDOS, HOMENS-URSOS; CORPOS SLIM, HOMENS METROSSEXUAIS: PARÁFRASES VISUAIS E DISCURSIVIDADES – HOMENAGEM A MICHEL FOUCAULT.....	28
Lucas NASCIMENTO	
ENTRE O SAGRADO E O PROFANO, UM PARADOXO: A INSERÇÃO DO PAPA FRANCISCO NA CULTURA POP.....	48
Ramon do Nascimento OLIVEIRA Washington Silva de FARIAS	
DESLOCAMENTO LINGUÍSTICO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR NA CABANAGEM.....	70
Welton Diego Carmim LAVAREDA Ivânia dos Santos NEVES	
A PRODUÇÃO DA RESISTÊNCIA PELA MEMÓRIA: O FURO NO IMAGINÁRIO.....	90
Teodulino Mangueira ROSENDO	



ENTRE PONTOS E ESTACAS: O RURAL E O URBANO EM  
LOUVEIRA/SP ..... 102

Victor CARREÃO

POESIA E GEOMETRIA:  
UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE LETRAMENTO ..... 132

Neiva Lopes da SILVA  
Tatiane Castro dos SANTOS  
Valdinéia da Luz Meira MACHADO

A PRÁTICA EXPLORATÓRIA E A CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE  
FAVORÁVEL À REFLEXÃO SOBRE O PODER DE VETO NO  
CONTEXTO ESCOLAR..... 149

Patrícia Graeff Viana Liqueiri RIBEIRO

MORTE E VIDA SEVERINA -  
UM (DES)ENCONTRO COM A VIDA ..... 170

Clariane Leila DALLAZEN

A AQUISIÇÃO DE INTERROGATIVAS QU- DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO L2 POR  
HISPANOFALANTES ADULTOS ..... 186

Rogério Santos Júnior (CAPES)  
Marcia Maria Damaso Vieira

ENTREVISTA COM CARLOS HENRIQUE DE  
ESCOBAR FAGUNDES.....203

Rodrigo Pereira da Silva ROSA

ENTREVISTA COM FRANÇOIS JOST.....209

Maycon Silva Aguiar  
Rosane da Conceição Pereira



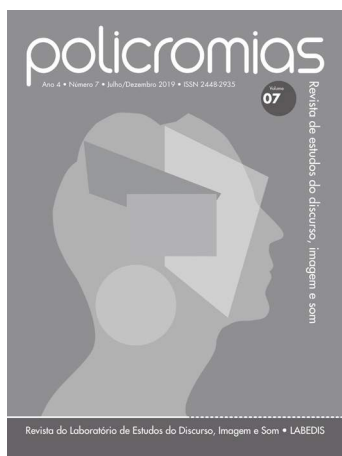
## EDITORIAL

A Revista Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, vinculada ao Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS) e ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – publica estudos nacionais e internacionais referentes à contemporaneidade da teoria do discurso, em áreas do conhecimento em que a linguagem se faz presente, tais como Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais, Ciências Humanas, entre outras.

Policromias tem como Missão e objetivo principal ser um espaço de análise e reflexão sobre estudos críticos, teóricos e práticos, de âmbito simbólico, social e histórico sobre a linguagem verbal e não verbal, em sua relação com aspectos políticos, culturais, sociais, tecnológicos e de ensino. Sua meta é publicar, dentre outros, textos sobre fotos e vídeos, que assinalem qualitativamente questões locais e de cunho internacional sob o escopo proposto.

Busca-se, assim, servir a estudiosos e pesquisadores, no sentido de divulgar pesquisas originais, relevantes e inovadoras para o conhecimento humano, constituindo tanto um espaço de reflexão quanto uma política de memória.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe  
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro  
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
<http://www.labeledis.mn.ufrj.br/>  
[labeledis@mn.ufrj.br](mailto:labeledis@mn.ufrj.br)



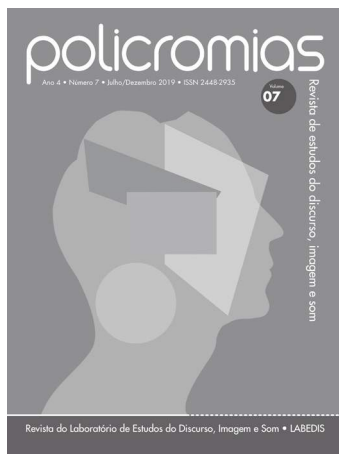
# EDITORIAL

The journal *Policromias - Journal of Speech, Image and Sound Studies*, linked to Laboratory of Speech, Image and Sound Studies (LABEDIS) and National Museum of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) - publishes national and international papers about the contemporary use of discourse theory, in areas of knowledge in which language is present, such as Linguistics, Letters and Arts, Social Sciences, Human Sciences, among others.

*Policromias* has as its mission and main objective to be a space for analysis and reflection on critical, theoretical and practical studies, with a symbolic, social and historical scope on verbal and non verbal language, in relation to political, cultural, social, technological and education. Its goal is to publish, among others, texts about photos and videos, which qualitatively highlight local and international issues under the proposed scope.

It seeks to serve scholars and researchers in the sense of disseminating original, relevant and innovative research for human knowledge, constituting both a space for reflection and a policy of memory.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe  
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro  
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
*Policromias* - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>  
[labedis@mn.ufrj.br](mailto:labedis@mn.ufrj.br)



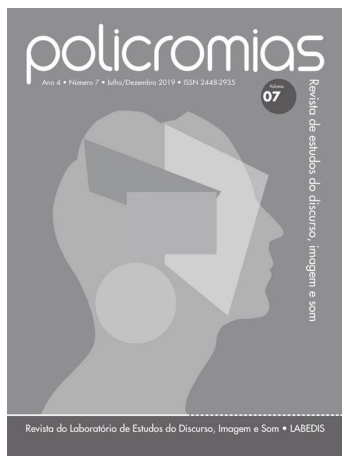
## ÉDITORIAL

« Policromias » – Journal d'études du Discours, l'Image et le Son, lié au Laboratoire de Recherche du Discours, l'Image et le Son (LABEDIS) et au Musée National de l'Université Fédérale du Rio de Janeiro (UFRJ) – publiées des études nationales et internationales sur la théorie contemporaine du Discours, dans les domaines de la connaissance que la langue est présente, comme la linguistique, la littérature et des arts, sciences sociales, sciences humaines, entre autres.


« Policromias » a la mission et l'objectif principal d'être un espace d'analyse et de réflexions sur des études critiques, théoriques et pratiques, dans le contexte symbolique, sociale et historique sur le verbal et non verbal, dans sa relation avec des aspects politiques, culturelles, sociales, technologiques et de l'enseignement. Votre but est faire publier, entre autres, les textes sur les photos et vidéos, qui soulignent qualitativement les questions relevant de la naturalité locale et internationale du champ d'application proposé.

Ainsi, l'idée centrale est servir les chercheurs, avec l'intention de diffuser les recherches originales, novatrices et pertinentes à la connaissance humaine, ce qui constitue à la fois un espace de réflexion et une politique de mémoire.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe  
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro  
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/>  
[labedis@mn.ufrj.br](mailto:labedis@mn.ufrj.br)







# "SÓ MOMO EXPULSA O CRIVELLA DAS PESSOAS": CRÍTICAS NÃO-VERBAIS E CARNAVALESCAS À PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO<sup>1</sup>

## "SÓ MOMO EXPULSA O CRIVELLA DAS PESSOAS": NON-VERBAL AND CARNIVAL CRITIQUES TO THE PREFECTURE OF RIO DE JANEIRO

*Evandro de Sousa BONFIM<sup>2</sup>*

**Resumo:** o artigo tem como objetivo analisar as críticas realizadas, a partir das agremiações carnavalescas do Rio de Janeiro, à gestão municipal de Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. São repercussões sob a forma de discurso não-verbal (alegorias, fantasias, desenhos, peças promocionais, ícones civis) que demonstram a insatisfação com a relação entre o prefeito e a cultura pública da cidade, que possui, como marcos importantes, o ritual de entrega das chaves da urbe ao Rei Momo e a apresentação das escolas de samba na Marquês de Sapucaí. As manifestações visuais retomam a memória crítica dos próprios desfiles e combinam gestos discursivos próprios da linguagem carnavalesca (a inversão, o grotesco, a ênfase no baixo corporal) com repertórios da gramática da religião pública, de forma a constituir o carnaval como arena para disputas em torno da definição do religioso.

---

1 O autor quer agradecer a João Gustavo Melo, pesquisador e profissional do carnaval carioca, interlocutor imprescindível para a realização do artigo. Gostaria de agradecer, também, à Paula Montero, à Tania Clemente e ao Leandro Vieira pela contribuição para as discussões apresentadas no texto; e à Lorena Rabelo, à Lilian Gomes e ao Jorge Silveira (carnavalesco da G.R.E.S. São Clemente) pela cessão de imagens analisadas no artigo. A pesquisa foi realizada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo Fapesp 2015/26464-9).

2 Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com bolsa de Pós-Doutorado da Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo (2015/26464-9) sobre o lugar das imagens nas controvérsias públicas envolvendo as definições de secular e religioso na sociedade brasileira contemporânea. Integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND) do Museu Nacional-UFRJ. E-mail: evandrobonfim@hotmail.com.



**Palavras-chave:** discurso não-verbal; carnaval; religião pública; cidade.

**Abstract:** the article analyzes the criticisms made from a carnivalesque point of view to the municipal management of Marcelo Crivella, licensed bishop of the Universal Church of the Kingdom of God. There are public statements as non-verbal discourse (allegories, costumes, drawings, promotional pieces, civil icons) that demonstrate the dissatisfaction with the relationship between the mayor and the Rio de Janeiro's public culture, which has as important milestones the ritual of keys of the city to the King Momo and the presentation of the schools of samba in the Marquis of Sapucaí. The visual manifestations reclaim the critical memory of the parades themselves and combine discursive gestures proper to the carnival language (inversion, grotesque, emphasis on the lower body) with repertoires of the grammar of the public religion, in order to constitute carnival as an arena for disputes in around the definition of the religious.

**Keywords:** non-verbal discourse; carnival; public religion; urbanity.

O desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro de 2018 obteve repercussão especial por retomar o desenvolvimento de enredos trazendo conteúdos políticos derrisórios direcionados a figuras públicas como, por exemplo, o ex-presidente da república, Michel Temer, retratado pela agremiação Paraíso do Tuiuti como “o vampirão neoliberal”, conforme mostra a imagem abaixo.

**Figura 1:** Vampirão neoliberal



**Fonte:** divulgação da Paraíso do Tuiuti

No âmbito local, o desfile também era esperado por marcar o primeiro ano de gestão do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. O prefeito foi uma das

personalidades políticas retratadas nos desfiles, sob a forma de alegorias e adereços que compunham os quesitos plásticos do carnaval da tradicional escola Estação Primeira de Mangueira, intitulado “Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco”, mas que trazia outros lemas, como “Pecado é não Brincar o Carnaval” (Figura 2).

**Figura 2:** “Pecado é não brincar o carnaval”.



**Fonte:** Arte de divulgação do Carnaval da Mangueira 2018)

O desfile da Mangueira fez duas referências visuais ao prefeito. A principal (Figura 3) reitera o mote do carnaval verde-e-rosa e figura o prefeito como Judas.

**Figura 3:** “Prefeito, pecado é não brincar o carnaval!”.



**Fonte:** Jornal O Globo/Divulgação Estação Primeira de Mangueira.

A escolha de figurar Crivella como o traidor de Jesus e da noção de “pecado” como antagonista da celebração do carnaval popular proposta pelo desfile mostra a relevância do repertório visual religioso (cristão) na formulação de críticas realizadas por atores sociais diversos (no caso, a escola de samba) a outros atores identificados como religiosos. Para se entender a “traição” de Crivella, é necessário contextualizar que o candidato em campanha solicitou e recebeu apoio da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), entidade de grande relevância para a gestão da cidade por conta da importância turística dos desfiles das escolas de samba do grupo



especial<sup>3</sup>. Na ocasião, Crivella, inclusive, cantou trechos do samba salgueirense “Festa para um Rei Negro”, conhecido, popularmente, como “Pega no Ganzá”, gesto que apareceu sob a forma de placa pendurada no pescoço do enforcado.

Os presidentes das escolas de samba pediram votos para Crivella durante os ensaios, e o candidato foi recebido, entusiasticamente, no Centro Cultural Cartola, no Morro da Mangueira, durante debate organizado pelo Observatório das Favelas. Depois de eleito, Crivella nomeou Nilcemar Nogueira, reconhecida ativista promotora do samba e neta do compositor Cartola<sup>4</sup>. No entanto, ao assumir a prefeitura, Crivella inicia série de atos administrativos desfavoráveis às escolas de samba e aos festejos carnavalescos. O presente artigo pretende mostrar o percurso, sobretudo sob a forma de discurso não-verbal (SOUZA, 2001), que levou o prefeito a ser figurado como alegoria carnavalesca, bem como os desdobramentos do fato, o que envolve a elaboração de críticas sobre a maneira de o governante lidar com os elementos culturais que caracterizariam o Rio de Janeiro não apenas como cidade, mas em termos de valores cívicos relacionados à diversidade<sup>5</sup>.

## Incidentes diplomáticos com o Rei Momo e o Palácio do Samba

Conforme aludido acima, a associação aparentemente improvável entre um ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e o carnaval carioca, que, em relação metonímica, significaria uma boa relação entre o prefeito e a cidade do Rio de Janeiro, começa a se desfazer no primeiro carnaval da gestão Crivella. Em 2017, o prefeito não aparece para entregar as chaves da cidade ao Rei Momo, compromisso da administração pública municipal que marca a abertura do carnaval. A cerimônia

---

3 Sem contar a temporada pré-carnavalesca, que se inicia praticamente logo após o término do carnaval, com anúncio dos enredos, apresentação dos protótipos, escolha dos sambas, ensaios nas quadras, ensaio de rua e o ensaio técnico na Sapucaí (cancelado na temporada 2017/2018) por conta das restrições orçamentárias da prefeitura) e os direitos de transmissão.

4 O candidato adversário, Marcelo Freixo (PSOL), por sua vez, recebeu apoio de alguns blocos carnavalescos, que, com exceção dos grandes blocos tradicionais (Bola Preta, Cacique de Ramos) não possuem a estrutura comunitária e a mobilização contínua sob a forma de eventos que as escolas de samba têm.

5 Além da referência à discussão sobre o não-verbal, o artigo tem, como marco teórico, as definições canônicas de Peirce (2005) sobre as relações entre objeto e *representamen* (as formas signícas do ícone, índice e símbolo); de relações *in praesentia* e *in absentia* de Saussure (1999) – tratadas como metonímia e metáfora por Jakobson (2001) –; e efeito metafórico e deslizamento de sentidos de Pêcheux (1988). Para maiores informações sobre os conceitos, remeto os leitores às fontes originais.





de entrega das chaves a Momo havia adquirido especial relevância na gestão do prefeito anterior, Eduardo Paes (ex-MDB, atual DEM), dada a reverência prestada por ele à entidade carnavalesca<sup>6</sup>.

Na cerimônia de 2017, Crivella foi substituído pela secretária de cultura, mas somente depois de longas horas de espera do séquito do Rei Momo na cidade do samba, complexo onde ficam os barracões das escolas de samba. O gesto do prefeito foi considerado desrespeitoso por muitos cariocas, principalmente sambistas. A ausência do prefeito em momentos cruciais da cidade foi notada em peças visuais como a da Figura 4, que recupera, inclusive, momentos anteriores à eleição.

**Figura 4:** charge do cartunista Vini Oliveira.



**Fonte:** Vini Oliveira.

É interessante notar o jogo entre o verbal e o não-verbal, na charge, em torno da noção de “transparente”. A transparência, na política, costuma estar associada ao manejo ilibado do orçamento público e à abertura dos gastos para consulta pública. No plano visual, Crivella se faz político transparente pela ausência em momentos cruciais da vida pública cidadina, a saber, debates pré-eleitorais, cerimônias oficiais e o enfrentamento de crises. Nos três quadros da charge, depara-se com a posição de alocutário não preenchida na cena enunciativa (BENVENISTES, 1989). Contudo, aquele que deveria ocupar a posição da 2ª pessoa se encontra vinculado à cena mediante índices de não-presença. A transparência/ausência de Crivella acontece, na imagem, sob a forma da cadeira vazia, da chave flutuando e do caos urbano

<sup>6</sup> As cerimônias de entrega das chaves das cidades se originam da constituição política dos espaços urbanos medievais, que contrastava cidadãos livres com a servidão no campo. As honorarias eram destinadas aos amigos da cidade, incluindo títulos honorários e as chaves, que franqueavam o livre trânsito do laureado pelos portões citadinos. A chave da cidade, assim, constitui um recurso icônico da organização política urbana. A prática continua ocorrendo em municipalidades do mundo ocidental. No Brasil, prefeitos eleitos têm realizado cerimônias de entrega das chaves da cidade ao Deus cristão.

provocado por enchenes substituindo o entrevistado, todos signos apontando para quem deveria estar ali.

Depois do incidente “diplomático” com o Rei Momo, a administração de Crivella começa a implementar uma política de corte de subvenções a eventos apoiados pela prefeitura. As primeiras a serem atingidas são, justamente, as escolas de samba, que não receberiam o acréscimo de 1 milhão de reais prometido por Eduardo Paes no ano anterior. O “corte” na subvenção foi encarado como uma traição aos apoiadores, conforme a figuração de Crivella como Judas. A maior reação veio da Estação Primeira de Mangueira, conforme aludido anteriormente, que lançou, ainda em 2017, enredo para a temporada seguinte reforçando a frugalidade e a liberalidade do carnaval popular, conforme mostra a Figura 5.

**Figura 5:** “Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco!”.



**Fonte:** Divulgação da Estação Primeira de Mangueira.

De acordo com o carnavalesco Leandro Vieira (em conversa com o autor), o carnaval da Mangueira se inseria em uma “disputa de implementação de narrativas”. “A narrativa do prefeito é uma narrativa de negação das coisas que são importantes, da cultura carioca, da cultura da cidade”. Fez parte dessa narrativa, conforme apontou o carnavalesco, a justificativa de Crivella de opor o carnaval, correspondendo a poucos dias de festa, com a manutenção anual de creches da prefeitura. “É uma negação da identidade”, afirmou. Vieira estreou, como carnavalesco principal, no grupo especial, em 2016, sagrando-se campeão com um enredo sobre a cantora Maria Bethânia, trazendo inúmeras referências ao Candomblé. No carnaval de 2017, com enredo versando sobre a religiosidade popular, uma alegoria da Mangueira foi retirada do desfile das campeãs a pedido da Arquidiocese, por mostrar o sincretismo entre Jesus Cristo e Oxalá<sup>7</sup>. Para Vieira, “o sincretismo existe”, e a religiosidade popular é uma das características mais fortes da cultura carioca e brasileira.

---

<sup>7</sup> É importante destacar que o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, foi um dos apoiadores da candidatura de Marcelo Crivella. A princípio, Dom Orani negara a associação com o ex-bispo iurdiano, sendo a aliança, depois, exposta pelos meios de comunicação.

No período pré-carnavalesco de 2018, foi forte a expectativa para a cerimônia de entrega das chaves ao Rei Momo, em virtude do que ocorrera no ano anterior. Para evitar manifestações públicas, a prefeitura cogitou fazer um evento fechado, mas logo desistiu da ideia. Contudo, quem entregou as chaves à personagem carnavalesca não foi o prefeito, mas os guardiões oficiais da chave, o Instituto Cultural Candonga. Mesmo presente, Crivella não tocou no artefato, fazendo persistir a percepção de que o prefeito de uma cidade carnavalesca não gosta de carnaval.

Para a Agência Brasil, o prefeito afirmou que a entrega das chaves havia se tornado “um dogma religioso”. Assim, Crivella procura reverter a operação discursiva utilizada pela oposição desde a campanha, que procura desvelar o aspecto de gestor que “cuida das pessoas” para mostrar à população o que seria a verdadeira face do prefeito: um bispo com passado missionário envolvido em práticas que poderiam ser qualificadas como racistas. A seguinte comparação entre a foto oficial do prefeito e a imagem escolhida para figurá-lo em peça crítica ilustra o gesto discursivo.

**Figura 6:** figuração do prefeito Marcelo Crivella.



**Fonte:** Prefeitura do Rio de Janeiro/PSOL.

Em vez de adotar critérios técnicos, o prefeito beneficiaria as alianças religiosas com cargos e outras vantagens. De forma condizente, a imagem que representa Crivella o desloca do Palácio da Cidade para as performances rituais da Igreja Universal (oração, pregação ou exorcismo). O rosto sorridente cede lugar ao rosto contorcido, com olhos cerrados e a boca em esgar. Embora não faça parte do repertório de críticas visuais das escolas de samba, pode-se considerar o gesto discursivo como carnavalesco, pois a figuração de autoridades constituídas usando de elementos do grotesco, de forma a relativizar o poder que possuem e trazer verdades geralmente interditas sobre elas, está dentro do repertório imagético característico do carnaval (BAKTHIN, 1999).

## Comentário visual e iconoclastia

De volta ao desfile de 2018, o carnaval da Mangueira traz outro elemento alegórico para criticar Crivella, usando a memória discursiva do carnaval para compor o efeito de sentido, conforme mostra a Figura 6.

Figura 6: “Olhai por nós! O prefeito não sabe o que faz.”



Fonte: O Globo/Divulgação da Estação Primeira de Mangueira.

A partir da noção de que a imagem, ao ser recortada, gera novas imagens plenas de significado, ao contrário do signo linguístico, que perde significado ao ser segmentado em unidades menores (SOUZA, 2011; JAKOBSON, 1978), destaca-se, dentro do quadro de alegorias e composições, remetendo a fantasias nostálgicas do carnaval de rua, um adereço que não compartilha das mesmas referências visuais do entorno, mas remete a outro momento de celebração das fontes populares do carnaval. Trata-se de uma alegoria de mão trazendo o Cristo Coberto, retomando o desfile da Beija-Flor de 1989, “Ratos e Urubus, larguem minha fantasia”.

A controvérsia em torno da alegoria do Cristo Mendigo da Beija-Flor constitui um dos casos mais marcantes de *iconoclash* (disputas de sentido envolvendo imagens, que oscilam entre a multiplicação e a destruição dos ícones, segundo Latour, 2008) no Brasil. A Arquidiocese carioca proibiu a figuração de Jesus em andrajos similares aos do “povo de rua”, população que, no samba enredo, está sob os auspícios da entidade afro-brasileira Legbara. A solução do carnavalesco Joãozinho Trinta para o silenciamento da imagem foi alegorizar a interdição, cobrindo a estátua de preto, e abrir espaço para tornar a imagem visível novamente ao apor à alegoria a seguinte denúncia-convite carregada pela figura velada: “Mesmo proibido, olhai por nós” (ver Figura 7).

Figura 7: Cristo Mendigo encoberto, Beija-Flor, 1989.



Fonte: Imagem da internet.

A convocação para mirar a imagem proibida favorece a polissemia acentuada característica do discurso lúdico. De acordo com Orlandi (1987: 15), “o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta”. A escola se aproveita da limitação da referência visual, em decorrência da censura, para ampliar as possibilidades de significação do ícone pelo interpretante. A proibição cassa a visualidade do Cristo Mendigo, mas não a presença dele, reforçada pelo direcionamento ao olhar pelo componente verbal, que funciona, portanto, como índice. O conteúdo da faixa também realiza o deslocamento do coletivo de suplicantes da prece original para o Cristo convocador, mantendo a marca do locutor NÓS. A realização da pluralidade do índice de primeira pessoa, enunciado pela alegoria encoberta, faz com que a referência inclua a ala de mendigos circundante e mesmo a integralidade do desfile dentro do convite à contemplação<sup>8</sup>.

A Mangueira recupera a estética e a polêmica de “Ratos e Urubus” mediante a “ressonância discursiva” desencadeada pelo adereço. De acordo com Souza (2018), a ressonância discursiva diz respeito à recorrência de marcas (no caso, não-verbais) na constituição de novos discursos, que, na peça analisada, ocorre sob a forma de paráfrases visuais. A pesquisadora chama atenção para o fato de que, ao estabelecer a relação parafrástica, o gesto do autor (ou do analista) não se limita ao reforço

---

8 Devido ao fato de que a atenção do artigo está voltada à retomada discursiva da alegoria do Cristo Mendigo pela Mangueira, para maiores discussões sobre o carnaval nilopolitano de 1989, remeto os leitores ao trabalho de Melo de Sousa (2000), em que há maiores discussões sobre os aspectos históricos, estéticos e políticos do desfile, e a tese de Lima (2011) sobre alegorias proibidas no carnaval das escolas de samba.



de ideias predominantes, mas suscita outros efeitos de sentidos, sobretudo em decorrência da diacronia e do contexto enunciativo.

No caso do desfile verde-e-rosa, o gesto parafrástico de trazer a miniatura do Cristo Mendigo não partiu do carnavalesco, mas do folião que estava entre as composições da alegoria pensada em termos de “carro instalação”. Segundo o carnavalesco Leandro Vieira, “as composições são os próprios foliões das ruas, com fantasias com as quais brincam pela cidade. São as múltiplas fantasias que se espalham por todo o Rio. São a criação individual dos brincantes, que, ao serem reunidos, formam um amplo painel da estética coletiva que caracteriza o visual geral dos blocos de rua do carnaval atual” (ABRE ALAS, 2018: 300). O adereço, atualmente em exposição em bar temático sobre samba, promove deslizamentos de sentido em relação à referência carnavalesca na qual se baseia (ver Figura 8).

**Figura 8:** Alegoria de mão, Mangueira, 2018.



**Fonte:** arquivo pessoal do autor.

A frase “o prefeito não sabe o que faz” funciona como operador discursivo que confere novos sentidos para as recorrências do ícone (reduzido) e da súplica. Como a Beija-Flor em 1989, o carnaval estaria sendo atacado por forças religiosas que impedem o popular de se manifestar e mesmo sobreviver. Crivella aparece, agora, como outro personagem além de Judas, responsável pela morte de Cristo: a turba que prefere Barrabás a Jesus no julgamento presidido por Pilatos. O prefeito não sabe o que faz também no que diz respeito às capacidades de administração pública e de entender a cidade que governa. Diante de tais condições, se renova o apelo “olhai por nós”, que tanto direciona o olhar para o próprio desfile como para o próprio Rio de Janeiro, por conta das ações da prefeitura.

## Nas ruas, o rei Momo como *Eleutherio*

É interessante destacar que as críticas a Crivella, sobretudo as mais carnavalizantes, não se limitaram a agentes mais formais como meios de comunicação, partidos políticos e escolas de samba. Uma fantasia popular do carnaval de 2018 faz, justamente, o prefeito se submeter ao Carnaval/rei Momo, valendo-se da própria *gramática da religião pública*:

**Figura 9:** foliões com caminhas críticas a Crivella.



**Fonte:** arquivo pessoal do autor.

A palavras remetem, diretamente, à conhecida fórmula cristã “Só Jesus expulsa o demônio das pessoas”. A frase, que pode ser representada pela estrutura sintática {Só X expulsa Y de Z}, está inscrita em muros por todo país (ver imagem 10) e é um marco da presença pública evangélica, mas o é de forma assertiva, pois evoca o poder de Cristo de subjugar os adversários malignos e, por extensão, das denominações cristãs que dão demonstração de tal força mediante o ritual de exorcismo ou libertação. A frase está estritamente relacionada a outra fórmula, “Só Jesus Salva”, devido ao fato de que a capacidade de libertação do mal legitima a posição de Cristo como único senhor e salvador.

**Figura 10:** Marco visual da religião pública.



**Fonte:** arquivo pessoal do autor.

A frase pode ser considerada manifestação da “religião pública”, que, segundo Montero (2016: 143), envolve “o próprio processo de produção de publicização das religiões, sugerindo que nesse processo se constrói, ao mesmo tempo, a religião como fenômeno público e a arena na qual ela se performatiza – mídia, rua, tribunal, academia”. Para a autora, a noção de religião pública permite se analisar a questão do religioso para além dos espaços denominacionais e de forma não substancializada, porque as definições de religioso e secular estão em disputa pelos agentes sociais e se constituem mutuamente. A expressão funciona como base sintática que não se limita ao marco visual da identidade evangélica, mas se presta aos embates públicos sobre o entorno do religioso, conforme pode ser evidenciado pela utilização do sintagma pela campanha de Marcelo Freixo (PSOL), o adversário direto de Crivella na disputa de 2016 (Figura 11).

Figura 11: “Só o Freixo expulsa o PMDB das pessoas”.



Fonte: Divulgação PSOL-Rio)

Ao utilizar a frase, os adversários políticos de Crivella estão lançando mão da gramática da religião pública, reconhecível pela população mais ampla, expondo a figura do mal em termos políticos (o PMDB) e mostrando qual agente teria competência para resolver a questão (o Freixo). A potência espiritual (a capacidade de libertação) se torna potência política: a capacidade de desvencilhar a política carioca/fluminense da influência prejudicial do PMDB (atual MDB), que, no estado, estava representada pelo ex-governador Sérgio Cabral, o ex-deputado Eduardo Cunha (evangélico) e o ex-prefeito Eduardo Paes. Assim, Crivella se desloca do religioso (bispo licenciado da IURD praticante de exorcismo) para o político, a partir da continuidade com o modelo mdebista, enquanto Freixo ocupa a posição do libertador. Os embates mostram a reversibilidade das categorias religioso e político, que são



reinterpretadas como positivas ou negativas, de acordo com quem as enuncia, a quem se dirigem e o contexto no qual ocorrem as tentativas de definição.

Portanto, o efeito metafórico em questão (os deslizamentos de sentidos que acontecem a cada reelaboração da frase, de acordo com contextos de disputa) ocorre no eixo paradigmático, estabelecendo cadeias de relações *in absentia*, enquanto, no eixo sintagmático, se assenta a paráfrase, não de forma estabilizadora dos sentidos, mas de maneira generativa, pois possibilita à linguagem comum a constituição da arena pública e fornece a base para as recombinações que permitem a circulação das categorias entre os atores envolvidos no conflito político. A deriva de sentidos pode, portanto, ser representada como está abaixo:

Só X expulsa Y de Z → EIXO SINTAGMÁTICO

EIXO	JESUS	DEMÔNIOS	PESSOAS
PARADIGMÁTICO	O FREIXO	PMDB	PESSOAS
↓	MOMO	CRIVELLA	PESSOAS

Enquanto as variáveis X e Y registram o efeito metafórico, a variável Z apresenta a recorrência do termo <<PESSOAS>>, que é objeto tanto da ação religiosa quanto da ação política nas três versões do enunciado<sup>9</sup>. Nos evangelhos e no cristianismo primitivo, títulos como *sotero* (salvador) e *euletherio* (libertador) eram designados a Cristo por associação com o imperador romano e estavam relacionados à capacidade política de restauração do bem-estar dos cidadãos. Tais atributos, no entanto, se originam de epítetos atribuídos aos deuses do panteão greco-romano, acrescentando-se ao campo semântico dos dois termos a questão da cura e da condição livre humana. Assim, o deslizamento de sentido que vai de Jesus a Momo coloca a entidade integrante do cortejo de Dioniso (o grande *eleutherio* dos mistérios) como libertador da cidade do Rio de Janeiro, do que está condensado na variável Y, na qual aparece Crivella como a versão unificada de expressões negativas do religioso e do político (os demônios e o partido corrupto).

<sup>9</sup> É interessante lembrar que o *slogan* de campanha de Crivella (“Cuidando das pessoas”) centrava-se, justamente, na definição de povo como paciente do Estado, responsável por dispensar cuidados.

## Considerações finais: o carnaval e a teologia da batalha espiritual

A cerimônia da entrega das chaves ao Rei Momo em 2019 ocorreu, mais uma vez, sem a presença do prefeito. As escolas de samba continuaram a tematizar a gestão Crivella mediante o discurso não-verbal, com a chave ocupando lugar de destaque como elemento alegórico de crítica política, conforme demonstra as seguintes fantasias da São Clemente, que trazia o enredo “E o samba sambou”.

Figura 12: fantasia “fechando as portas para folia”.



Fonte: Jorge Siveira.

As fantasias retomam o problema público da entrega das chaves para o rei Momo. Enquanto a chave nas mãos da entidade carnavalesca abre a cidade para o espetáculo, Crivella aparece como Anti-Momo, que “fecha as portas para a folia” ao cortar recursos e dar declarações, como prefeito, de forma contrária ao carnaval. Assim, mesmo de posse da chave, o folião se depara com a fechadura bloqueada<sup>10</sup>.

Sobre o certame de 2019, o prefeito Crivella fez a seguinte afirmação ao jornal Folha de São Paulo (03/03/2019): “não cabe mais aos líderes políticos uma dimensão carnavalesca do cargo público”. A frase está em consonância com os ataques realizados pelo presidente Jair Bolsonaro ao carnaval, em termos gerais, e ao desfile da Mangueira, em particular. Na mesma entrevista à Folha de São Paulo, Crivella torna público o apoio ao presidente eleito, o mesmo apoio dado por seu tio Edir Macedo, e se insere no debate acerca das milícias formadas por ex-militares que atuam, sobretudo, na Zona Oeste da capital fluminense, tema que vem marcando os primeiros meses do mandato presidencial.

<sup>10</sup> A chave é igualmente importante para a simbologia bíblica. No Apocalipse, Jesus se apresenta como dono da chave que abre todas as portas, de forma condizente com as atribuições dele como *sotero* e *eleutherio*. A Igreja Universal também se vale da chave como objeto ritual “para a abertura de todas as portas”, além de abençoar chaves como forma de proteger o lar dos frequentadores ou como bênção para a consecução da casa própria.

O desfile campeão de Leandro Vieira de 2019 trazia a intenção – manifestada pelo artista ao pesquisador durante a entrevista – de entrar em disputa pela narrativa histórica a respeito do Brasil. O presidente da República questionou a autoridade crítica da Mangueira por conta das ligações do ex-presidente da escola, o deputado estadual Chiquinho da Mangueira, com o ex-governador do Rio de Janeiro preso por corrupção no âmbito do braço carioca da Operação Lava-Jato, Sérgio Cabral. Uma das partes mais populares do samba e do desfile se referiam, justamente, ao assassinato da vereadora carioca pelo PSOL Marielle Franco, relacionado às atividades de milícias no Rio de Janeiro, às quais o clã político Bolsonaro estaria ligado.

A frase também faz alusão ao ex-prefeito Eduardo Paes, cuja administração incluía, além de compromissos orçamentários maiores com as escolas de samba, participações em eventos públicos ligados ao carnaval, todos dispensados por Crivella, como a entrega das chaves da cidade ao Rei Momo. Paes, derrotado em candidatura ao governo fluminense por candidato apoiado por evangélicos, havia, inclusive, alterado o desenho institucional da prefeitura do Rio de Janeiro ao inaugurar o paço municipal em Oswaldo Cruz, bairro sob influência da Portela, escola associada ao ex-prefeito. Em relação a Crivella, o marco, em 2018, do primeiro ano de gestão, que culminou em críticas sob formas das alegorias mangueirenses, também trouxe a tentativa de *impeachment* ao prefeito, por acusação de favorecimento ao segmento evangélico em questões de saúde e transporte público. A Câmara Municipal apoiou o prefeito, o que envolveu, ainda, a negociação de cargos como a Secretaria de Educação, cujo ocupante, César Benjamin, foi exonerado.

Diante da emergência do carnaval como problema público a partir de controvérsias envolvendo elementos iconográficos (a chave da cidade, adereços, alegorias, fantasias, pichações em muros), gostaria de encerrar o texto com a seguinte hipótese a respeito das orientações mais amplas dos agentes em disputa. A formação de Crivella como missionário e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus inclui o contato com a Teologia da Batalha Espiritual ou Teologia do Domínio, que preconiza a mobilização constante diante das investidas do inimigo, o Diabo. Conforme mostra farta bibliografia (resenhada por Mariz, 1999), a demonização ocupa lugar de destaque como investida para a exposição e embate a opositores. No entanto, ao passar do plano denominacional e mesmo da esfera legislativa ligada a bases mais homogêneas para o nível executivo, a lógica da demonização não seria comportada pelas exigências do pluralismo que devem organizar a administração pública brasileira diante da diversidade empírica encontrada (e celebrada) em cidades como o Rio de Janeiro.

Ao se posicionar de maneira cada vez mais contundente contra o carnaval, sobretudo contra o desfile das escolas de samba, Crivella tenta produzir



engajamento da população diante do inimigo que atenta para o bem-estar social, de certa maneira secularizando as estratégias de demonização. Os argumentos da prefeitura não são de ordem da moral privada, como aqueles elencados pelo presidente ao comentar práticas e orientações sexuais para condenar o carnaval. Em vídeo lançado em junho de 2019, a prefeitura afirma que os gastos públicos com o carnaval (700 milhões de reais) não dão retorno ao município, ficando o lucro nas mãos de empresas como a Rede Globo, inimiga contumaz da IURD, da esquerda política e agora da presidência. Os recursos, segundo o vídeo, deveriam ser mais bem empregados no pagamento de aposentados e educação infantil, retomando a explicação dada para a diminuição do investimento público nas escolas de samba logo no primeiro mandato. O lançamento do vídeo ocorre no momento em que a idoneidade da Liga Independente das Escolas de Samba está sendo questionada, inclusive por conta da alteração do resultado final dos desfiles, manobra popularmente conhecida como “virada de mesa”. Assim, a prefeitura usa argumentos que apelam para a moral pública em relação às prioridades dos gastos municipais.

No que diz respeito aos outros agentes da disputa (agremiações, artistas, foliões, sambistas, vereadores e personagens de rituais cívicos), observa-se a elaboração de discursos críticos não-verbais que vão ganhando consistência e passam a circular dentro do repertório da expressão de problemas públicos, como, por exemplo, a recorrência do ícone da chave resumindo, imageticamente, o combate a Crivella e da estrutura da frase que marca a presença evangélica na paisagem visual urbana. Os signos em questão vão adquirindo efeitos de sentido religiosos, não-religiosos e mesmo antirreligiosos ou ambivalentes, de acordo com aqueles que os mobilizam no combate sempre atualizado entre o carnaval e a quaresma, conforme o quadro de Bruegel, o Velho. Mas se faz necessário destacar as particularidades da discursividade carnavalesca, que oferece gestos visuais de grande potência crítica, como a máscara, o efeito do grotesco, a polissemia extrema, todos inscritos na memória da cidade, mediante a lembrança de outros carnavais, reconstituindo e renovando, portanto, o corpo cósmico popular subversivo de que nos fala Bakhtin.

## Referências

BAKHTIN, Michael. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Brasília: UnB, Hucitec, 1999.



BENVENISTE, Émile. “O aparelho formal da enunciação”. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, Pontes, 1989.

Jakobson, Roman; Fant, C. Gunnar M; Halle, Morris. **Preliminaries to speech analysis**. MIT Acoustics Laboratory, Technical Report 13, 1952. [Reeditado por MIT Press, Cambridge MA, 11a. impressão, 1976.]

\_\_\_\_\_. **Linguística e comunicação**. Prefácio de Izidoro Blikstein; tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 24.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

LATOURE, Bruno. “O que é um Iconoclash? Ou há um mundo além das guerras de imagem?”. **Horizontes Antropológicos**, ano 14, nº 29, 2008.

LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA. **Abre Alas**. Rio de Janeiro, LIESA, 2018.

LIMA, Fátima Costa de. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

MARIZ, Cecília. “A teologia da batalha espiritual: uma revisão da literatura”. BIB (1º sem). Pp. 33-48, 1999.

MELO DE SOUSA, João Gustavo Martins. **Na vida, um mendigo; Na Folia, um Rei**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Ceará.

MONTERO, Paula. “Religiões Públicas ou Religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 36(1): 128-150, 2016.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Campinas: UNICAMP Editora, 1988.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo, Perspectiva, 2005

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein, 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SOUZA, Tania Clemente de. “A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação”. **Rua** (UNICAMP), Campinas, SP, v. 7, pp. 65-94, 2001.

\_\_\_\_\_. “Mídia e ressonâncias discursivas de um mito Bakairi (Karib)”. **Comunicação no XXXIII Enanpoll**, Cuiabá, MT, 2018.

CORPOS PELUDOS,  
HOMENS-URSOS; CORPOS SLIM,  
HOMENS METROSSEXUAIS:  
PARÁFRASES VISUAIS E  
DISCURSIVIDADES — HOMENAGEM  
A MICHEL FOUCAULT

*FURY BODIES, BEAR-MEN; SLIM  
BODIES, METROSSEXUAL MEN:  
VISUAL PARAPHRASES AND  
DISCOURSES — HOMAGE TO  
MICHEL FOUCAULT*

*Lucas NASCIMENTO<sup>1</sup>*

**Resumo:** este texto trata da relação corpo, imagem, olhar. Esforça-se para compartilhar diálogos da Análise de Discurso com a História da Sexualidade. Apresenta análise de imagem e mostra a leitura como dependente de certa organização da imagem, materializada por formações discursivas em disputa pela dominância do funcionamento da linguagem. No caso da fotografia, as suas zonas de limites de leitura ocorrem por demarcações do próprio suporte fotografia, que escreve. O autor afirma que há *escrita fotográfica*. Afirma, também, que o olhar não pode ser qualquer um, por qualquer ordem. É preciso levar em conta a existência

---

<sup>1</sup> Pesquisador em Análise do Discurso. Ministério da Educação (MEC). Capes. E-mail: [drlucasdonascimento@gmail.com](mailto:drlucasdonascimento@gmail.com)

da *ordem da imagem* para que os *sentidos do olhar* possam correr em trânsitos e transar com diversas intertextualidades, interdiscursividades e intersexualidades.

**Palavras-chave:** nudez; leitura; corpo masculino.

**Abstract:** this text deals with the relation body, image, look. He strives to share dialogues from Discourse Analysis with the History of Sexuality. It presents image analysis and shows reading as dependent on a certain organization of the image, materialized by discursive formations in dispute for the dominance of language functioning. In the case of photography, its zones of reading limits occur by demarcations of the photographic support itself, which writes. The author states that there is *photographic writing*. It also states that the eye can not be anyone, in any order. It is necessary to take into account the existence of the *order of the image* so that the *senses of the eye* can run in transits and deal with various intertextualities, interdiscursivity and intersexualities.

**Keywords:** nudity; reading; male body.

[...] Entretanto, pode-se muito bem policiar a língua, a extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. Pois a contrarreforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência – em detrimento, talvez, de alguns outros pecados – a todas as insinuações da carne... [...]

(FOUCAULT, Michel. [1976]. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017: 21)

[...] Estou cego, estou cego, repetia com desespero enquanto o ajudavam a sair do carro, e as lágrimas, rompendo, tornaram mais brilhantes os olhos que ele dizia estarem mortos. Isso passa, vai ver que isso passa, às vezes são nervos, disse uma mulher. [...]

(SARAMAGO, José. **Ensaio Sobre a Cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 13)





## Do lugar de onde me situo – Análise de discurso, em diálogos com a Psicanálise e a Filosofia!

Não sei se meu texto é uma atualização da Filosofia na Sexualidade. Não sei se o texto é uma atualização da Sexualidade na Análise do Discurso ou da Leitura na Sexualidade. É no *entremeio* de alguma lacuna – é no *intervalo* de um estado a outro que me ponho a escrever este texto. É em um *espaço intervalar*, em um *espaço lacunar* entre o presente e o passado. A crise profunda da repressão e da confissão para a *scientia sexualis* revelou fenômenos que não existem limites às deformações da natureza humana: da pulsão, do desejo, do prazer. Daí novas formas – de governo, de sedução, de desejo, de prazer e de padrões e categorias de ordem do “o político”.

Eis políticas de ordem e de desordem. De mais a mais, há *esgarçamento*<sup>2</sup> da *tradição* – ou melhor, da conservação, do conservadorismo. *Esgarçamento* para além da aporia imanência *versus* transcendência, da ideia *versus* matéria, da tradição *versus* contemporaneidade, da razão *versus* emoção, da fé *versus* razão, do real e do sentido, do bipolar *versus* a-polar, do significado *versus* significante, da letra *versus* significante, etc. O intervalo, ou a lacuna, ou o entremeio – apresenta outra perspectiva de ciência. Para além de uma *ortopedia de leitura*. Talvez, aquela da *leitura-trituração* (PÊCHEUX, 1980). Com novas formas, a perversidade sequer tem grandeza. Porque parte da rejeição do senso comum e da linguagem (comum) para se poder lutar pela descoberta científica que a pesquisa permite descobrir o que se esconde, o que se ainda está virgem, o que ainda se tem com a-versão do sentido.

Eis o progresso. Diria evolução? Não... É preciso cautela, cautelar – cauteloso. O progresso da ciência é diferente da evolução estilhaçada do átomo, ou da célula... (BACHELARD, 1996). “Pois bem, sonho com uma ciência – digo mesmo uma ciência – que teria por objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos” (FOUCAULT, [1966]2013: 20). O progresso é mais lento do que a metamorfose das lindas borboletas. Eis Manoel de Barros:

Naquele dia, no meio do jantar, eu contei que tentara pegar na bunda do vento – mas o rabo do vento escorregava muito e eu não consegui pegar. Eu teria sete anos. A mãe fez um sorriso carinhoso para mim e não disse nada. Meus irmãos deram gaitadas me gozando. O pai ficou preocupado e disse que eu tivera um vareio da imaginação. Mas que esses vareios acabariam com os estudos. E me mandou estudar em livros. Eu vim. E logo li alguns tomos havidos na biblioteca do Colégio. E dei de estudar pra frente. Aprendi a teoria das idéias e da razão pura. Especulei filósofos e até cheguei aos eruditos. Aos homens de grande saber.

---

2 Cf. Hannah Arendt ([1954] 2016).





Achei que os eruditos nas suas altas abstrações se esqueciam das coisas simples da terra. Foi aí que encontrei Einstein (ele mesmo – o Alberto Einstein). Que me ensinou esta frase: A imaginação é mais importante do que o saber. Fiquei alcandorado! E fiz uma brincadeira. Botei um pouco de inocência na erudição. Deu certo. Meu olho começou a ver de novo as pobres coisas do chão mijadas de orvalho. E vi as borboletas. E meditei sobre as borboletas. Vi que elas dominam o mais leve sem precisar de ter motor nenhum no corpo. (Essa engenharia de Deus!) E vi que elas podem pousar nas flores e nas pedras sem magoar as próprias asas. E vi que o homem não tem soberania nem pra ser um bentevi (BARROS, 2008).

Michel Pêcheux<sup>3</sup> asseverou a incompatibilidade entre a dominação dos discursos e as lutas de classe, entre o pensamento e as lutas políticas. Diferente, é claro, daquelas incompatibilidades entre os pensamentos e condições trazidos pelas revoluções Francesa e Industrial, e da Grande Guerra. As diferenças entre a tradição e estado atual sempre será, por um lado, *animal laborans*, por outro, *animal rationale*, e por outro, ainda: *animal sexualis*.

Daí, finalmente, a atualização da Filosofia na Política, da Política na Sociologia, da Sociologia na Linguagem, da Linguagem na Psicanálise... um ciclo de pensamentos. Platão se afastou da Política para retorná-la em outras conjunturas; Marx se afastou da Filosofia para a Política; Foucault, da História para a Filosofia, com profundas modificações em torno dos conceitos de História, sujeito, saber, poder, prazer. Eis não precisar mais da confissão, da repressão moral e religiosa! (Eis a herança foucaultiana). Eis o descontrole da vontade, por Adão.

Com palavras de Foucault ([1966] 2013: 12),

Em todo caso, uma coisa é certa, o corpo humano é o ator principal de todas as utopias. Afinal, uma das mais velhas utopias que os homens contaram para si mesmos não é o sonho de corpos imensos, desmesurados, que devorariam o espaço e dominariam o mundo? É a velha utopia dos gigantes, que encontramos no coração de tantas lendas, na Europa, na África, na Oceania, na Ásia, esta velha lenda que há tão longo tempo nutre a imaginação ocidental, de Prometeu a Gulliver.

A função da História seria inaugurar memórias e acontecimentos. Simples, assim – *estrutura* ou *acontecimento*? (PÊCHEUX, 1983). A função da letra seria apenas circunscrever o limite do gozo, a estrutura? (LACAN, 1972-1973). Simples assim? Talvez! A função do efeito – não circunscrever o limite do gozo, mas deleitar por percurso próprio e extenso, extensidade infinita. Mas existe a sintaxe. A circunscrição da zona limítrofe. É preciso o corpo! É preciso também a mortalidade do homem

---

3 Ver Pêcheux (1975; 1981; 1982; 1983; 1984).



– eis o pecado do mundo. Des-controle de vontade. É vital o problema da distinção entre processos naturais e históricos. Eis a criação por Deus; eis a história feita pelos homens. A natureza, história desses homens. História é teórica. É memória. É acontecimento. *Uma forma de vida voa no final da tarde, quando uma outra forma de vida já envelheceu, anteriormente* (ARENDRT, [1954]2016). É assim. Assim nasceu a Análise do Discurso. Disciplina de entremeio, do intervalo, da lacuna – do espaço de estrutura e acontecimento. De ciência. De própria política. É *bandeirada* também – eis sua vida: ADF, ADB, AD do B!<sup>4</sup>

A Análise do Discurso – ou *Análise de Discurso*, é política. É linguagem. É história. É movimento. É do intervalo, pelo entremeio, do espaço. É semântica do discurso. É discurso da semântica. Foi automática. É autêntica. Presente. Politizada. Institucionalizada. É libertária. Projeção. Tem a História como atualização da ideia de liberdade. Tem a sociedade como projétil. Tem o discurso como movimento (d)e efeito entre interlocutores. Tem a sociedade com classes. Tem os efeitos que a tábua e os pregos têm com uma mesa inacabada. Sem dúvidas, uma inquietação sem precedentes.

## 1. Sexualidades conservadas e prazeres – a saída do armário

Primeiramente, temos o homem ou a mulher? O homem, sabemos! Primeiramente, temos *o ovo ou a galinha*? Eis a questão polêmica para as Ciências Biológicas, frente aos avanços da genética e dos estudos dos genes, por exemplo. Temos tanto a imagem do ovo quanto a da galinha. Qual foi a primeira? Difícil de identificar esse gesto inaugural de formulação/constituição imagética! Por isso, o homem tem a imagem tanto pela imaginação como pelo símbolo de um sistema de leitura, enquanto imagem significante<sup>5</sup>, como consta no esquema a seguir.

Esquema 1: O signo sob a ótica da Análise do discurso e da Psicanálise.

Análise do discurso	Psicanálise
Imaginário + Simbólico	Real + Simbólico
Simbólico	Imaginário

Fonte: elaboração do autor.

4 ADF: Análise do Discurso Francesa; ADB: Análise do Discurso Brasileira; AD do B: Análise do Discurso do Brasil.

5 “[...] A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas, e as modelam” (LACAN, [1964] 2008: 28).



Seja pela Análise do Discurso, a imagem como imaginário e simbólico (/) barra simbólico, ou seja, pela Psicanálise, a imagem como real e simbólico barra imaginário, temos a imagem em sistema “ortográfico” por a policromia permitir essa construção como **sintaxe imagética**, isto é, a imagem precisa de estrutura e suporte para permitir o acontecimento discursivo, assim ambas oferecerão leituras. Essa relação R + S / I incita a imagem à leitura, também como lugar da falta e da falha, pois nem sempre ela garantirá o encontro da memória que atualiza o acontecimento – eis o *lugar infernal de onde se perder!* No entanto, quando ela oferecer a garantia do equilíbrio entre a estrutura e o acontecimento, a leitura irá festejar com aproximações entre a *ordem da imagem* e a *ordem do olhar* – eis **a política de leitura de imagem!** Eis os sentidos do olhar pela materialidade da imagem! (NASCIMENTO, 2017a; 2017b; 2017c).

Consideremos a temática do Homem, da sua masculinidade e sexualidade, no esforço de compreender a conservação das práticas sexuais entre homens, na esteira de não reproduzirmos os discursos da balela da “anomalia (anormalidade)” ou da “política do incorreto”, segundo correntes cristãs e à própria cultura de matriz heteronormativa. Como disse Foucault ([1984]2017: 21): [...] *pode-se muito bem policiar a língua, a extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. [...] – a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. O sexo, [...] seus efeitos devem ser seguidos [...]: tudo deve ser dito. [...].* Esse policiamento da língua na confissão da sexualidade e das práticas de vontade e de satisfação dos prazeres da carne não foram positivamente bem vistas a muitos olhares. Olhares dos pregos, pregões e pregadas moralizantes. Daqueles que detiveram o poder religioso de confiscar os pecados da carne e do mundo. Daqueles pregadores, homens “pregadas”.

Sabemos bem disso pela apaixonante **História da sexualidade**. Estudo científico de rigor, estudo em três tomos sobre a sexualidade no mundo ocidental. Assim nos presenteou o filósofo e historiador francês Michel Foucault. Como já bem disseram – *o filósofo do século XXI. Será o mais lido!* O primeiro livro, com o subtítulo *A vontade de saber*, publicado em 1976, analisa a **hipótese repressiva**. Afirmou sobre a hipótese de que a sociedade ocidental teria suprimido a sexualidade, desde o século XVII até meados do século XX, como sendo uma ilusão. O que se teve foi o inverso, afirmou o admirável francês: *os discursos sobre a sexualidade proliferaram incontrolavelmente durante este período.* Eis a epígrafe de nosso presente texto!

A sexualidade começara a ser tema científico, na esteira de classificar os diversos tipos de sexualidade e incentivar os sujeitos pecadores a confessarem seus sentimentos e condutas sexuais, tudo com o desejo de conhecer a **verdade** sobre o sexo. É claro que se trata de ironia – sujeitos pecadores! Eis certa crítica. Bem-



humorado “nosso” célebre imortal **Foucault**. Um dos homossexuais imortais mais célebres, talvez! Não foi à toa a admiração “insinuosa” de Paul Veyne<sup>6</sup>, explícita na introdução de seu reconhecido e admirado livro por nós, brasileiros, analistas de discurso, *Foucault, Sa pensée, sa personne*<sup>7</sup>:

Na circunstância, o observador que é o herói deste livro chamava-se Michel Foucault, essa personagem magra, elegante e incisiva que nada nem ninguém fará recuar e cuja esgrima intelectual manejava a escrita como se fosse um sabre. É por isso que eu poderia ter intitulado o livro que vai ler *O Samurai e o peixinho vermelho* (VEYNE, 2009: 10, grifo do autor).

O grande interesse alimentado pela curiosidade do autor: *a criação do sujeito e a sua forma constituída, ou de constituição* (eis a razão de seu outro estudo, que fora curso em 1982 e se tornara em obra: *L'Herméneutique du sujet*). *História da sexualidade* não é nada menos que estudo cujo o confisco da identidade das pessoas demonstra estar cada vez mais ligado à sua sexualidade, como, também, recentemente afirmaram R. Jon McGee e Richard L. Warms, em publicação<sup>8</sup> americana de 2011.

Posteriormente, *História da sexualidade II: O uso dos prazeres* e *História da sexualidade III: O cuidado de si*, publicados em 1984, outros resultados foram obtidos para alentar suas motivações a respeito do sujeito e do prazer, para com “o policial a língua”. Eis uma objeção maior que ficara em projeto rascunhado: *História da sexualidade IV – Os prazeres da carne*. Não chegou a ser concluído. Como deixou manifesta em testamento, a vontade de Michel Foucault foi de que nenhum de seus textos inacabados fossem publicados. Nunca foi divulgado o conteúdo do quarto escrito de *História da sexualidade*<sup>9</sup>.

## 2. Pulsão da carne e a política da Biologia

Diantedocenárioestético, das vaidades contemporâneas e das intersexualidades, considerando a passagem da *heterossexualidade* à *metrossexualidade*, podemos nos perguntar sobre a existência da imagem do corpo humano (COURTINE, 2008;

---

6 Aluno e amigo de Michel Foucault.

7 VEYNE, Paul. **Foucault, Sa pensée, sa personne**. Paris: Albin Miche, 2008. Tradução para edição lisboeta: VEYNE, Paul. **Foucault, O pensamento, a pessoa**. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2009.

8 MCGEE, R. J.; WARMS, R. L. **Anthropological Theory: An Introductory History**. Nova Iorque: McGraw Hill, 2011.

9 Eis nossa homenagem em estudo acadêmico, que se encontra no prelo: *(In)Sinações da Carne: a ordem da imagem e os sentidos do olhar – por questões de leitura* (NASCIMENTO, 2019).



2011), especialmente do corpo masculino. De um corpo que tem pulsão da carne como própria política da Biologia. Biologia do corpo. Pulsão do corpo. Biologia do psiquismo. Vida psíquica. Sendo assim, indagamos a relação do corpo com uma possível *escrita de si*, **escrita do corpo como imagem**: Há escrita fotográfica? Ou imagética? Antecipadamente, afirmo que sim! A imagem – também a fotografia, o som, ou qualquer outra multimodalidade sincrética – tem sua escrita por meio de sua *materialidade discursiva*. Aqui, eis um ponto inextrincável.

Representante teórico e fundador da escola francesa de Análise de Discurso, Michel Pêcheux nos diz a respeito: “*Materialidades discursivas*: quais materialidades se encontram postas em jogo na análise de fatos do discurso pela história, pela psicanálise e pela linguística? Há *um* real da língua. Há *um* real da história. Há um real do inconsciente. Essa tripla asserção, em que se manifesta uma relação problemática com o real, exclui de pronto que *uma* posição teórica organize seu dispositivo de respostas: trata-se assim de resistir ao sistema de falsas respostas que contornam a materialidade daquilo que está “em jogo” na língua”. [...] “Tocar nesse triplo real da língua, da história e do inconsciente, sem pressupor uma teoria mais ou menos geral do objeto “discurso”, exige explorar a rede de questões que aí circulam: nossos terrenos de encontro problemáticos. (PÊCHEUX et. al., [1980]2016: 17-8)”. [...] “A questão teórica das *materialidades discursivas* surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: um remoer de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos” (PÊCHEUX, [1980]2016: 23-4, grifo do autor).

Podemos entender que a imagem tem sua materialidade com *heterogeneidade irreduzível* (cf. M. Pêcheux): remoem-se restos simbólico, político e ideológico, no mundo, cujas articulações permitem o trânsito da ordem da ideologia à do inconsciente, talvez o vice-versa se faça correspondente, em *profusão de escritos* (e seus efeitos). A remoção se inscreve no material, cujo “real” (ou “reais”) se manifesta na relação *língua-história-inconsciente* na sintaxe imagética e – por conseguinte – na ordem da imagem que oferece sentidos ao olhar dos leitores potenciais.

Do tríplice real e daquele surgimento, há o estatuto significante da imagem. Daí sua vida na sua imortalidade. O visível é imortal. Assim não menos que o significante é imortal – é, por ter sujeitos leitores vivificantes, que vivificam a imagem e a preenchem de leituras, de leituras-de-trituração. São versos de sentidos. São versões de sentido que perambulam, que transitam, que tensionam, que transam com outras versões, que têm outras versões, e assim sucessivamente. A imagem como lugar de produção-reprodução de sentidos, de subjetividade, de sentidos-subjetivos. Daí a relação imagem-efeito do escrito. O “efeito” é lugar de compreensão de singularidade, de autoria, de uma leitura – no mínimo – que se escreve e de uma escrita que se lê. Não estamos na esteira de afirmações como “a imagem é transparente”, porque não é. Há



somente ilusão de sua transparência. Ela tem estatuto. Tem sua identidade discursiva materialmente garantida pela relação opacidade e transparência.

A imagem tem sua **fulguração**: ação de fulgurar dentro de espaço, tempo e significação. Falamos, aqui, da função do escrito como função do eu da (des) estabilidade e do equívoco na imagem. A imagem não suporta todas as escritas, nem todas as leituras. Ela tem um vai-e-vém de partida de específica escrita que assegura o retorno de sua leitura. É de uma escrita que se lê (se escreveu na imagem, por sua própria “leitura que se escreve(u)”) que retorna como leitura dessa escrita, leitura de uma escrita imagética. Esse é o vai-e-vém da imagem. Daí as zonas de limite de uma imagem pelo seu próprio espaço de inscrição, seu próprio espaço dado e sustentado pelo suporte que a materializa.

A seguir, vejamos **pulsão** como conceito já teorizado e de produção analítica considerável para podermos tratar de certas fotografias de revistas e de específico site de rede social (*tumblr*<sup>10</sup>). Recorremos ao conceito de *pulsão* na Psicanálise. Relacionada à ideia de sexualidade, desde a década de 1890, a obra freudiana estabeleceu a noção de pulsão nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, publicados em 1905 (FREUD, [1905]1969). Por meio de alguns conceitos (até mesmo mais complexos), teorizou acerca da sexualidade na esteira de compreender a vida psíquica. Com isso, tem-se estudo relevante sobre a significação sexual e o conceito de pulsão sexual.

A pulsão sexual não se limita às atividades da sexualidade biológica, como, por exemplo, o instinto sexual. Sua importância constitui no seu papel nas manifestações psíquicas, isto é, no funcionamento do aparelho psíquico. Freud inaugura outra compreensão da sexualidade humana. Quando da resignificação sobre a noção de perversão, Freud situa a sexualidade infantil e perversa no fundamento da sexualidade humana. Surge a noção de pulsão sexual nesse contexto. *Grosso modo*, a noção representa as excitações do corpo. Então, diz-se que libido é *puro instinto de vida*. É vida imortal. A pulsão é parcial. Envolve as zonas erógenas. Toda pulsão é uma pulsão. É inexistente a outra pulsão. Ela é única. Tem sua vida própria. Por isso, portanto, a fixação do gozo do significante é no corpo do sujeito, seja pelo imaginário, pelo simbólico, pelo real... É “o eco do fato de que há um dizer” no corpo. “É preciso que haja alguma coisa no significante que ressoe”. “É preciso que o corpo

---

10 *Tumblr* é uma plataforma de *blogging* que permite aos usuários publicarem textos, imagens, vídeo, *links*, citações, áudio e “diálogos”. A maioria dos *posts* feitos no *Tumblr* são textos curtos, mas a plataforma não chega a ser um sistema de *microblog*, estando em uma categoria intermediária entre os *blogs* de formato convencional *Wordpress* ou *Blogger* e o *microblog* *Twitter*. Os usuários são capazes de “seguir” outros usuários e verem seus *posts* em seu painel (*dashboard*). Também é possível “gostar” (favoritar) ou “reblogar” (semelhante ao RT do *Twitter*) outros *blogs*. O sistema de personalização enfatiza a facilidade de uso e permite que os usuários usem *tags* especiais do sistema para criar seus *themes*. (cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tumblr>).



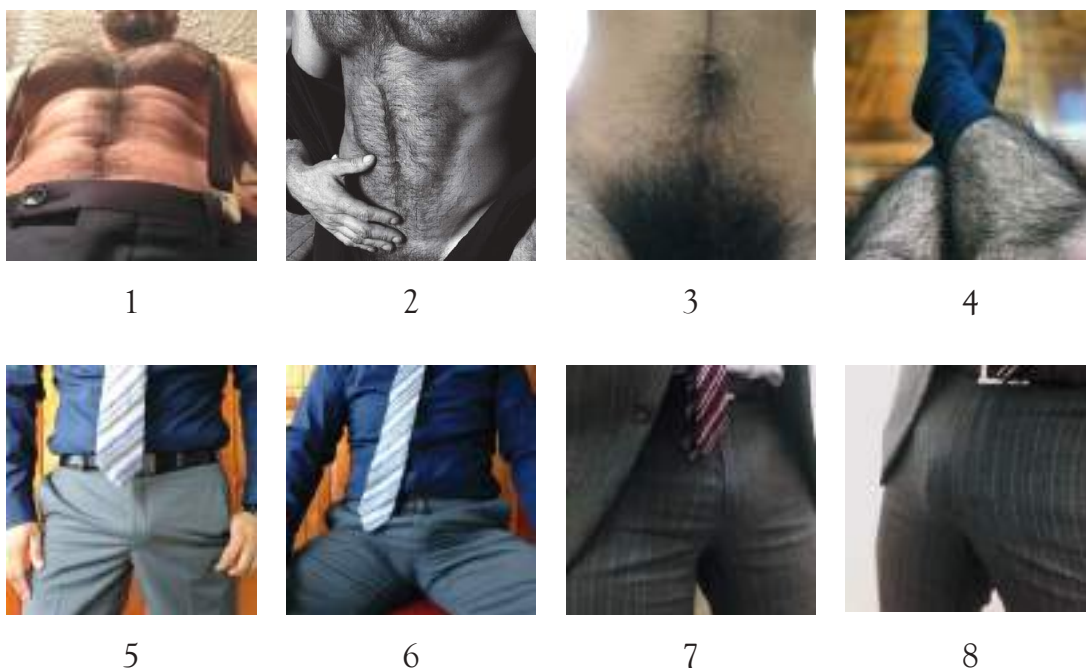


lhe seja sensível” (cf. Jacques Lacan, no *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* e no *Seminário 23: O sintoma*<sup>11</sup>).

Em “Pulsões e destinos das pulsões”, Freud (1915) define a pulsão: “conceito limite entre o psíquico e o somático, como representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a *psique*, como medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo” (FREUD, [1915] 2004: 148). Eis uma das heranças freudianas: só vivifica quem tem corpo, tem material, tem sua materialidade. Entendemos, por fim, que a pulsão é recurso defensivo do próprio corpo, é da ordem da libido, originada das instâncias psíquicas. A pulsão é trabalho de exigência obrigatória de relação entre corpo e psiquismo. É da própria saúde do corpo. É inevitável. É vivificante e faz o corpo viver. O corpo vivifica, bem como o próprio psíquico, *graças* a pulsão!

A seguir, coloquemo-nos como leitores das imagens:

Figura 1 [F1] – Paráfrases visuais de (1) a (8).



Fonte: < [https://www.tumblr.com/login?language=pt\\_BR](https://www.tumblr.com/login?language=pt_BR) >.  
Acesso em: 21 maio 2017.

11 **Sinthoma** se distingue de **sintoma**, assim como há diferente percurso da doença à cura, da repetição à autoria, da angústia ao traço singular do gozo, ou da identidade, ou da felicidade, ou do prazer (este *positivamente*). Ver Jacques Lacan – *Seminário 23: O Sinthoma*, por exemplo.



A composição dessa rede parafrástica tecida por 8 imagens permite visualizarmos as **paráfrases visuais**. Por isso, epistemologicamente, temos um corpo **masculino** com **significantes** de **masculinidade**, **virilidade**, **potência**, **metrossexualidade**. É desse modo que o nosso trabalho sobre imagem masculina incide sobre a história da masculinidade, que representa jeitos de homens, que, por consequência, enfatizam a auto-consciência de homens vestidos de “homem *masculino*”, “homem *viril*”, “homem *potência*”, “homem *metrossexual*”.

Para considerarmos a rede parafrástica de (1) a (8), precisamos destacar as **paráfrases visuais** com base na **polissemia** (recurso semântico). Por paráfrases visuais, Souza (2013: 297-8; grifo nosso) define teoricamente: “[...] pensamos em refletir *como se constituiria a discursividade do não verbal*. Um dos *nós da arquitetura do não verbal* parece residir na possibilidade de se trabalhar com **paráfrases visuais** – ou pelo trabalho da **policromia** [...]”.

A rede parafrástica permite a leitura interpretar, desde sentidos mais do senso comum até os de maíoi investimento de interpretação: “Ao se analisar uma imagem pelo viés da policromia, se direciona e se constrói **o próprio olhar através dos gestos de interpretação**. Gestos que, a um só tempo, **recortariam as paráfrases visuais** que constituem o corpo da imagem e dariam lugar aos deslizamentos de sentidos, aos efeitos metafóricos, ordenados pela injunção do dizer.” (SOUZA, 2013: 298; grifos nossoS).

Começemos por aquela de quem lê só o que está no nível do visível – das imagens de (1) a (4), têm-se corpos masculinos peludos, representativos da masculinidade. Leitura que incide sobre o pelo como elemento da virilidade e potencialidade: a produção hormonal. Elemento de atração por muitos outros corpos. Elemento de pulsão ao outro: o “*pelo*” pulsa o corpo psíquico de corpos “danados” que alimentam libidinosamente, corpos de sujeitos desejantes. Digo “*pelo*” enquanto imagem e resto simbólico.

Já das imagens de (5) a (8), têm-se corpos masculinos vestidos com roupas finas e elegantes, com destaques de partes do corpo, representativos também da masculinidade (COURTINE, 2012). Aí, outros elementos são da ordem da imagem: outro modo de virilidade e de potencialidade se apresenta – eis a produção estilística corpórea (aquilo da *ordem estética*). Em (5) se tem destaque às nádegas daquele corpo; de (6-8) se tem destaques à região do órgão genital masculino. É claro que a leitura das imagens está direcionada pelos ângulos fotográficos, ângulos imagéticos, ângulos de escolha de sujeitos, empresas,





mercado comercial e publicitário<sup>12</sup>. Os ângulos, por assim dizer, têm enfoques em específicos dois elementos de atração por muitos outros corpos. Elementos de pulsão ao outro: as nádegas e o órgão genital masculino (pênis e saco escrotal) pulsam o corpo psíquico de corpos danados que alimentam libidinosamente, corpos de sujeitos desejan-tes. Sujeitos normais. Biológicos. Naturais.

Nesse trabalho analítico, temos outras leituras não baseadas ao senso comum, ou se ainda da esfera desse senso, diremos, então, leituras com dois enfoques a acrescentar – ao menos: (a) ainda com **paráfrases visuais** e o (b) **sentido pode ser outro**. Sobre paráfrases visuais, com base na rede, podemos ter outras posições possíveis de homem e diversos sentidos.

Podemos ler nas imagens uma materialidade discursiva em que “se encontram postas em jogo na análise de fatos do discurso pela história, pela psicanálise e pela linguística” (PÊCHEUX et. al., [1980]2016; 17): (i.) a **posição imaginária**: o “pelo” como elemento do animal “urso” (metáfora-polissemia). Daí o sentido de servir a homens e/ou mulheres que libidinosamente pulsam estímulos sexuais para o fetichismo – prática sexual com homem-urso; e (ii.) a **posição simbólica**: a saliência das nádegas, do pênis e/ou do saco escrotal (re)duplica a potência e a virilidade para maior satisfação. Daí o sentido de servir a homens e/ou mulheres que libidinosamente pulsam estímulos sexuais para o simbólico: nádegas, pênis e saco escrotal – prática sexual com homem viril e homem metrosssexual.

As roupas justas, *slim*, *slim fit*, simbolicamente acentuam desejos e pulsões de corpos libidinosos por terem funcionamentos de destaque, ênfase, saliência, sedução. Assim, lembremo-nos de que o desejo tem um percurso até o gozo, seja imaginariamente ou de fato *jus* à realidade de satisfação carnal, por exemplo. O *slim*<sup>13</sup> é um adjetivo da língua inglesa que significa fino, magro, delgado. *Slim* é também o verbo emagrecer, afinar. O termo é empregado em diversos contextos para dar a ideia de algo de estrutura fina, magra e delicada – exemplo: uma pessoa *slim* é aquela que tem silhueta esbelta, elegante. Correspondentemente ao *slim*, pode estar relacionada a **metrosssexualidade**<sup>14</sup>: *Metrosssexual* é uma junção das palavras “metropolitano” (cidade, metrópole) e “sexual”, cujo significado se refere a um homem urbano que se preocupa em cuidar da aparência. O metrosssexual gosta de se vestir bem e de estar na moda. Investe em vestuário e acessórios sofisticados,

---

12 Não desenvolvemos análise desse aspecto neste texto. Conferir análises em Nascimento (2017c).

13 Cf. < <https://www.significados.com.br/slim/> > Acesso em: 26 maio 2017.

14 Cf. < <https://www.significados.com.br/metrosssexual/> > Acesso em: 26 maio 2017.

frequenta cabeleireiros e institutos de beleza, cuida da pele, usa cosméticos, bons perfumes, faz manicure, pedicure, depilação, etc.

Seguimos a nossa reflexão!

### 3. Nudez e cegueira “branca” – a falsidade da moral

O *slim* é até visivelmente identificado com facilidade. E o *metrossexual* também? Não é assim não! Referimo-nos, aqui, na existência da cegueira “branca” quanto à **leitura da sintaxe imagética**. A rede parafrástica e a policromia (que compõem o funcionamento da sintaxe imagética) não são facilmente da ordem da percepção por muitos e muitos leitores. São diversas as justificativas: senso comum ser muito comum por leitores mal formados; deficitária a formação de professores, em geral; contexto e realidade escolar e acadêmica díspares; desleixo com formação e educação de qualidade; falta de investimento intelectual (cf. NASCIMENTO, 2017d; 2016a; 2016b; 2015; 2014).

Metaforicamente, sobre a “**cegueira branca**”, tratemos da literatura portuguesa. Recorremos a um imortal pela Academia Brasileira de Letras: eis José Saramago! Em seu romance de 1995, o literato escreveu:

Ninguém o diria. Apreciados como neste momento é possível, apenas de relance, os olhos do homem parecem sãos, a íris apresenta-se nítida, luminosa, a esclerótica branca, compacta como porcelana. As pálpebras arregaladas, a pele crispada da cara, as sobrancelhas de repente revoltas, tudo isso, qualquer o pode verificar, é que se descompôs pela angústia. Num movimento rápido, o que estava à vista desapareceu atrás dos punhos fechados do homem, como se ele ainda quisesse reter no interior do cérebro a última imagem recolhida, uma luz vermelha, redonda, num semáforo. *Estou cego, estou cego, repetia com desespero enquanto o ajudavam a sair do carro, e as lágrimas, rompendo, tornaram mais brilhantes os olhos que ele dizia estarem mortos. Isso passa, vai ver que isso passa, às vezes são nervos, disse uma mulher.* O semáforo já tinha mudado de cor, alguns transeuntes curiosos aproximavam-se do grupo, e os condutores lá de trás, que não sabiam o que estava a acontecer, protestavam contra o que julgavam ser um acidente de trânsito vulgar, farol partido, guardalamas amolgado, nada que justificasse a confusão, Chamem a polícia, gritavam, tirem daí essa lata. (p. 13; grifos nosso).

Como ler a angústia? Eis José Saramago! “*Estou cego, estou cego, repetia com desespero enquanto o ajudavam a sair do carro, e as lágrimas, rompendo, tornaram mais*

brilhantes os olhos que ele dizia estarem mortos. Isso passa, vai ver que isso passa, às vezes são nervos, disse uma mulher.” Continua Saramago:

O cego implorava, Por favor, alguém que me leve a casa. A mulher que falara de nervos foi de opinião que se devia chamar uma ambulância, transportar o pobrezinho ao hospital, mas o cego disse que isso não, não queria tanto, só pedia que o encaminhassem até à porta do prédio onde morava, Fica aqui muito perto, seria um grande favor que me faziam. E o carro, perguntou uma voz. Outra voz respondeu, A chave está no sítio, põe-se em cima do passeio. Não é preciso, interveio uma terceira voz, eu tomo conta do carro e acompanho este senhor a casa. Ouviram-se murmúrios de aprovação. O cego sentiu que o tomavam pelo braço, Venha, venha comigo, dizia-lhe a mesma voz. Ajudaram-no a sentar-se no lugar ao lado do condutor, puseram-lhe o cinto de segurança, Não vejo, não vejo, murmurava entre o choro, Digame onde mora, pediu o outro. Pelas janelas do carro espreitavam caras vorazes, gulosas da novidade. (p. 13).

Como ler a angústia? Eis José Saramago – *Não vejo, não vejo, murmurava entre o choro, [...]. Nada, é como se estivesse no meio de um nevoeiro, é como se tivesse caído num mar de leite, [...].* Continua:

O cego ergueu as mãos diante dos olhos, moveu-as, Nada, é como se estivesse no meio de um nevoeiro, é como se tivesse caído num mar de leite, *Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra, Pois eu vejo tudo branco, Se calhar a mulherzinha tinha razão, pode ser coisa de nervos, os nervos são o diabo, Eu bem sei o que é, uma desgraça, sim, uma desgraça, Diga-me onde mora, por favor, ao mesmo tempo ouviu-se o arranque do motor. Balbuciando, como se a falta de visão lhe tivesse enfraquecido a memória, o cego deu uma direcção, depois disse, Não sei como lhe hei-de agradecer, e o outro respondeu, Ora, não tem importância, hoje por si, amanhã por mim, não sabemos para o que estamos guardados, Tem razão, quem me diria, quando saí de casa esta manhã, que estava para me acontecer uma fatalidade como esta. Estranhou que continuassem parados, por que é que não andamos, perguntou, O sinal está no vermelho, respondeu o outro, Ah, fez o cego, e pôs-se a chorar outra vez. A partir de agora deixara de poder saber quando o sinal estava vermelho. (SARAMAGO, 1995: 13; grifos nosso).*

*Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra, [...]. As fotografias (6), (7), (8), rerepresentadas a seguir, podem não ser lidas facilmente pela cegueira branca. Mas a cegueira não é assim, [...] a cegueira dizem que é negra, [...]. Se calhar a mulherzinha tinha razão, pode ser coisa de nervos, os nervos são o diabo, [...]. Se não forem os nervos (a causa da cegueira branca – portanto, passageira), a cegueira negra possibilita apenas ver as fotografias seguintes como exemplos de exagero, cujas calças sociais são apertadíssimas,*

aliás é visível o quanto apertadas elas estão. Esses homens teriam que escolher uma calça um a dois números maiores do que estão usando, caso tivéssemos consultoria de moda ou de estilista. Na fotografia (5), podemos ver uma camisa *slim*, ou seja, uma camisa de corte mais justo ao corpo, apertada. Mesmo se o homem tiver porte atlético, o cuidado deve estar para a camisa na “medida certa”, pois caso ficar mais apertada nos ombros, nos braços, por causa dos músculos, então, a opção é por um número maior, conforme orientações *styler*.

Vejamos, finalmente:

**Figura 2 [F2]:** Paráfrase visual de (A)



A

A1

**Fonte:** < [https://www.tumblr.com/login?language=pt\\_BR](https://www.tumblr.com/login?language=pt_BR) >. Acesso em: 21 maio 2017.

**Figura 3 [F3] -** Paráfrase visual de (B).



B

B1

**Fonte:** < [https://www.tumblr.com/login?language=pt\\_BR](https://www.tumblr.com/login?language=pt_BR) >. Acesso em: 21 maio 2017.

Sobre *Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra*, [...], temos a cegueira branca como patologia visual daquele que não lê o sentido para além do senso comum. Dificilmente com esse tipo de cegueira, o leitor poderá realizar a leitura no nível do “**sentido pode ser outro**” – como podemos ter: (i.) o homem como feminino, na representação do ato sexual em que se coloca em posição psíquica feminina: como elemento a receber penetração, por exemplo; (ii.) o homem e outro corpo em ato sexual, cuja posição psíquica do homem seja alimentada por pulsão imaginária entre três sujeitos; (iii.) o homem com prática sexual consigo (o uso de objetos diversos), entre tantos outros sentidos possíveis.

Ainda sobre o **sentido pode ser outro**, podemos ter também a polissemia sobre a *langerie*, a roupa e/ou os acessórios (gravata, cinto, meia): (i.) a cor pode atualizar memórias de experiências sexuais já-dadas e inscrever a sexualidade em múltiplas posições; (ii.) a cor atualizar fetiche, imagens, produção filmatográfica, etc., e inscrever a simpatia do seu parceiro e/ou parceira, resguardando suas sexualidades estabilizadas, ou não; (iii.) a cor atualizar memórias e inscrever outras sexualidades.

Alguns homens escolhem apenas um estilo de calça justamente por não conhecerem a diversidade ou pela falta de conhecimento dos estilos diferenciados. Pode até não parecer, mas a calça pode influenciar muito no estilo. E a camisa? E a *langerie*? E o acessório, digo, a gravata? Utilizar sempre a mesma não necessariamente é um coisa boa, pois demonstra falta de conhecimento e até mesmo de estilo próprio. Diferente desse tipo de homem, o inglês David Beckham, jogador de futebol, casado e com filhos, sempre foi uma imagem emblemática de um homem metrossexual.

Aqueles que estão no contexto da popularização no ano de 2002, pelo uso do terno, bem lembram de um artigo escrito pelo jornalista inglês Mark Simpson, durante a Copa do Mundo de Futebol, quando o jogador David Beckham posou para uma revista gay no Reino Unido. Mark Simpson considerou Beckham “o maior metrossexual da Grã-Bretanha”, pelo seu narcisismo ao dizer que adorava ser olhado, tanto por homens como mulheres. O comportamento do metrossexual pode gerar comparações com um homossexual. No entanto, o que marca o comportamento do metrossexual é o seu estilo vaidoso e os cuidados excessivos com a imagem, que antes eram considerados exclusivos do universo feminino. Esse novo comportamento tem contribuído para que o mercado de produtos de beleza e moda voltados para o público masculino tenha aumentado de forma significativa. E o metrossexual não pode ser homossexual também? Ou bissexual, ainda? O metrossexual é só tido como heterossexual, conforme a cegueira branca. Há, a cegueira negra não se pronuncia(ou)!



## Considerações finais

A imagem possibilita a rede parafrástica por leituras do que tenho chamado de **sintaxe imagética** (NASCIMENTO, 2017a; 2017b; 2017c). Essa sintaxe imagética oferece leituras por escritas imagéticas, ancoradas em elementos policromáticos da imagem. Por isso, a **rede parafrástica** só ocorre pela policromia ancorar sustentavelmente possíveis leituras que apresentem aproximações dos elementos policromáticos. Entendemos a imagem enquanto objeto discursivo, com materialidade discursiva. Daí a possibilidade do trabalho com o “triplo real” e com o que “surge precisamente daquilo que [...] resulta como heterogeneidade irreduzível” (cf. PÊCHEUX, 1980[2016]: 23-4).

Podemos entender com as breves análises que a imagem tem sua materialidade com *heterogeneidade irreduzível*. Remoeram-se restos simbólico, político e ideológico nas paráfrases visuais selecionadas por nós, aqui, neste texto. As articulações permitiram o trânsito da ordem da ideologia à do inconsciente pela *profusão de escritos* (e seus efeitos de (metro)sexualidade(s)). A remoção se inscreveu no material. Os “reais” se manifestaram na sua transa em que a relação *língua-história-inconsciente* ejaculou na sintaxe imagética – a ordem da imagem ofereceu sentidos ao olhar dos leitores potenciais, àqueles que nem apresentam cegueira branca, muito menos a negra. Cegueira é sempre cegueira – eis a sua patologia de leitura: não permitir ler o estatuto significante da imagem. Portanto, a imagem precisa de sujeitos leitores vivificantes, àqueles que vivificam a imagem e a preenchem de leituras, de *leituras-de-trituração*.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. [1954]. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Debates, 64/ dirigida por J. Ginsburg).
- BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARROS, Manoel de. Soberania. In: \_\_\_\_\_. **Memórias Inventadas**. A Terceira Infância. São Paulo: Ed. Planeta, 2008, Tomo X.
- COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). [2008]. **História do Corpo** – As Mutações do Olhar: O Século XX. Volume dirigido por Jean-Jacques Courtine. Volume 3. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COURTINE, Jean-Jacques. [2011]. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.



\_\_\_\_\_.; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). [2012]. **História da Virilidade** – A Virilidade em Crise? Séculos XX e XXI. Volume dirigido por Jean-Jacques Courtine. Volume 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

FREUD, S. [1905]. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. 7. Editor J. Strachey e tradução de J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969. pp. 119-231.

\_\_\_\_\_. [1915]. Pulsões e destinos da pulsão. In: FREUD, S. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Edição e tradução de L. A. Hanns. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004. pp. 133-173.

FOUCAULT, Michel. [1966]. **Les Mots et les Choses** – une archéologie des Sciences Humaines. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

\_\_\_\_\_. [1966]. **O corpo utópico; As heterotopias / Le corps utopique; Les hétérotopies**. Tradução de Salma Tannus Muchail. Edição bilingue: português/francês. São Paulo: n-1 edições, 2013.

\_\_\_\_\_. [1969]. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. [1970]. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. [1976]. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 4. ed. RJ/SP: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. [1984]. **História da Sexualidade II: Os usos dos prazeres**. 1. ed. RJ/SP: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. [1984]. **História da Sexualidade III: Os cuidados de si**. 15. ed. RJ/SP: Paz e Terra, 2017.

LACAN, Jacques. [1964]. **O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. 2. ed. RJ: Jorge Zahar Ed., 2008.

\_\_\_\_\_. [1972-73]. **O Seminário, livro 20: Mais, ainda**. 3. ed. RJ: Jorge Zahar Ed., 2008.

MCGEE, R. J.; WARMS, R. L. **Anthropological Theory: An Introductory History**. Nova Iorque: McGraw Hill, 2011.

NASCIMENTO, Lucas. “Escrita Acadêmica: fantasia ou delírio de si?” In: BARZOTTO, Valdir Heitor; RIOLFI, Claudia Rosa. (Orgs.). **Dezescrita**. São Paulo: Editora Paulistana, 2014. pp. 137-156. (Coleção Sobrescrita, 5).



\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso e Ensino**: políticas de produção escrita, mídia e saberes do professor de português em formação. Alemanha: NEA Editores, 2015.

\_\_\_\_\_. “A Escrita da Análise do Discurso e as Políticas de Produção Escrita”. In: NASCIMENTO, Lucas; MEDEIROS, Breno Wilson Leite. (Orgs.). **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso**: heranças, métodos, objetos. Alemanha: NEA Editores, 2016a. pp. 125-153.

\_\_\_\_\_. “Especificidade de uma disciplina de interpretação (a análise do discurso no Brasil): alguns apontamentos”. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, USP, v. 17, pp. 569-96, 2016b.

\_\_\_\_\_. “Leitura de imagem publicitária masculina: por algumas questões”. In: AZERÊDO, A. M.; FERES, B. S.; RIBEIRO, P. F. N.; NORONHA, R. V.; SILVA, S. D. (Orgs.). **Caderno de resumos do X Congresso Internacional da ABRALIN** – Pesquisa linguística e compromisso político. Niterói: UFF, 2017a. p. 466.

\_\_\_\_\_. “Corpo Generificado na História do Homem – leitura de imagem e “políticas de ordem”. In: HASHIGUTI; Simone Tiemi. (Org.). **Caderno de resumos do IV CID** □ IV Colóquio do Grupo de Pesquisa O Corpo e a Imagem no Discurso: Como somos/fazemos corpo na contemporaneidade? Uberlândia: UFU, 2017b. p. 56.

\_\_\_\_\_. **A Ordem da Imagem e Sentidos do Olhar**: (In)Disciplina do Corpo na História do Homem – por questões de leitura e de políticas de gênero. 2017c. 208 p. Relatório de Pesquisa. Ministério da Educação. Brasília, Distrito Federal. 2017c.

\_\_\_\_\_. “Leitura, objeto e escrita sensorial: a *formação do analista do discurso*”. **Revista Linguística Rio**, UFRJ, vol.3, n.1, maio de 2017d.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, K. [1975]. “A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas”. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. pp. 163-252.

PÊCHEUX, M. [1975]. **Les Vérités de la Palice**. Paris: Maspero, 1975. Tradução brasileira: \_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. et all. [1980]. “Actes du Colloque Matérialités Discursives”. Université Paris X – Nanterre, 24-26 avril 1980. In: PÊCHEUX, M. et all. (orgs.). **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. Tradução brasileira: \_\_\_\_\_. **Materialidades Discursivas**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.



\_\_\_\_\_. [1982]. “Sur la (dé-)construction des theories linguistiques”, *DRLAV*, n.º. 27, 1982, pp. 1-24. Tradução brasileira: \_\_\_\_\_. “Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas”. **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS**. Porto Alegre, n. 04, 2. ed., out. 1998. pp. 35-55.

\_\_\_\_\_. [1983a]. “A Análise de Discurso: três épocas (1983)”. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997b, pp. 311-318.

\_\_\_\_\_. [1983b]. *Discourse: structure or event?* Actes du Colloque Marxism and Interpretation of Culture: Limits, Frontiers, Boundaries. L’Université Urbana-Champaign, 8-12 juillet 1983. In.: PÊCHEUX, Michel. **L’inquietude du Discours**. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990, pp. 303-323. \_\_\_\_\_. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. [1984]. “Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise do Discurso na França)”. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discorso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. pp. 227-230.

SARAMAGO, José. **Ensaio Sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, T. “Gestos de Interpretação e Olhar(es) nas Fotos de Curt Nimuendajú: Índios no Brasil”. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 10, p. 287-301, 2013.

VEYNE, Paul. **Foucault, O pensamento, a pessoa**. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2009.

# ENTRE O SAGRADO E O PROFANO, UM PARADOXO: A INSERÇÃO DO PAPA FRANCISCO NA CULTURA POP

## BETWEEN THE SACRED AND PROFANE, A PARADOX: THE INSERTION OF POPE FRANCIS IN POP CULTURE


*Ramon do Nascimento OLIVEIRA<sup>1</sup>  
Washington Silva de FARIAS<sup>2</sup>*

**Resumo:** os pronunciamentos do Papa Francisco repercutem pela associação incomum de temas a um papa, trazendo saberes de formações discursivas antagônicas e divergentes, principalmente as que levam em consideração a relação paradoxal entre sagrado e profano. Nesse passo, este artigo analisa deslocamentos de sentido provocados pela inserção da figura do sujeito Papa Francisco na cultura pop, verificando como tais deslocamentos configuram um acontecimento discursivo (uma mudança de formação discursiva) ou enunciativo (deslocamento no interior da própria formação discursiva) em relação aos saberes e à forma-sujeito característica da Formação Discursiva Católica. Para tanto, selecionamos recortes de acontecimentos ligados ao Papa: a produção do álbum *Wake Up!*, em que o pontífice interpreta canções religiosas, em gêneros musicais diversos; a relação do Papa com o time de futebol San Lorenzo; e as aparições em capas da revista Rolling Stone. A análise discursiva dos recortes evidenciou que os movimentos da figura do Papa na cultura pop não caracterizam uma ruptura desse sujeito com a sua formação discursiva, mas reorganizações da posição-

---

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da UFCG — Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: ramonoliveira\_n@hotmail.com.

2 Docente da UFCG — Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: washington.farias@ufcg.edu.br.



sujeito papa, sugerindo um acontecimento enunciativo. Neste, há vestígios de novas formações de saberes que levam a um possível efeito de atenuação do pecado, além de uma relação estreita entre sagrado e profano.

**Palavras-chave:** discurso; Papa Francisco; cultura popular; Igreja Católica.

**Abstract:** the pronouncements of Pope Francis has repercussion for the unusual association of themes for a pope, bringing elements of knowledge of antagonistic and divergent discursive formations, mainly those they take into account the paradoxical relation between sacred and profane. Thus, this paper analyzes sense's displacements caused by insertion of the Pope Francis in pop culture, checking to what extent these displacements configures in a discursive event (a change of discursive formation) or enunciative (displacement inside discursive formation itself) about the elements of knowledge and subject-form of the Catholic Discursive Formation. For this, we select three events linked to the Pope: the album *Wake Up!*, wherein he sing religious songs, in various musical genres; the relation of Pope and the soccer team San Lorenzo; and the apparitions in *Rolling Stone Magazine*. The discursive analyzes showed that the displacements of Pope Francis in pop culture don't characterize a rupture of this subject whit yourself discursive formation, but rearrangements and reorganizations of the subject-position, suggesting a enunciative event. In this event, there are traces of new formations of elements of knowledges, that lead to a possible sin atenuation effect, besides a close relation between sacred and profane.

**Keywords:** discourse; Pope Francis; popular culture; Catholic Church.

## Introdução

O Papa Francisco é um sujeito em constante evidência midiática por sua configuração enquanto papa incomum. Dessa forma, ele ocupa essa posição devido ao fato de haver, em seus pronunciamentos, constantes referências a assuntos pouco citados ou debatidos pelos papas anteriores, como a menção aos Movimentos Sociais e suas bandeiras de luta, a polêmicas que envolvem o histórico embate entre ciência e religião e também ao sistema capitalista. Tais ligações envolvem a Igreja Católica (doravante IC), uma vez que o pontífice ocupa o lugar de representante da instituição; a mídia, por ser um espaço de reverberação dos pronunciamentos e declarações



do Pontífice; e a sociedade católica e não católica, por estarem inseridas em tais contextos, repercussões e representações de tais situações. Nessa conjuntura, há em jogo uma relação contraditória, tensa e paradoxal entre formações ideológicas distintas, que envolve questões religiosas, culturais e políticas.

Desde a realização do conclave que o elegeu papa, em março de 2013, após a renúncia histórica do Papa Bento XVI, as declarações de Francisco são motivo de repercussão na mídia, em especial, os pronunciamentos que frequentemente levantam discussões sobre um possível novo posicionamento da IC frente aos “novos tempos” – as mudanças sociais ocorridas entre o fim do século XX e início do século XXI, determinadas por acontecimentos políticos, sociais e culturais, culminando em uma maior heterogeneidade social. Esses possíveis novos posicionamentos, portanto, trazem à tona novos cenários de conflito, tendo como pauta, principalmente, o direcionamento e a constituição de saberes do catolicismo.

As relações de conflito em questão são, geralmente, constituídas por uma tensão envolvendo duas formações ideológicas: a religiosa, que engloba o sagrado; e a da cultura popular, com a qual o Papa Francisco mantém relação nas ligações citadas acima, que incluem o profano. Tais formações ideológicas formam as formações discursivas (doravante FD) em relação: a FD Católica, na qual o Papa é inscrito, e a FD da Cultura Popular, na qual Francisco insere-se, e ao mesmo tempo, é inserido, tendo em vista essa relação. As duas FDs são caracterizadas por saberes dominantes antagônicos: o sagrado na FDC e o profano na FDCP.

Aqui, é observável, do ponto de vista discursivo, como o sujeito Papa Francisco, inscrito numa posição-sujeito (PÊCHEUX, 2014) da FDC, também ocupa lugares e saberes na FDCP, em uma relação mútua entre sagrado e profano. Nesse passo, é passível de análise o deslocamento do sujeito Papa Francisco de sua posição-sujeito, tendo em vista a categoria discursiva de *acontecimento discursivo*, desenvolvida por Pêcheux (1990; 1999) e desdobrada por Indursky (2002) em *acontecimento enunciativo*. Para esta pesquisa, utilizaremos o que Indursky afirma se tratar da diferença entre um e outro acontecimento: no discursivo, há uma ruptura, chamada por Pêcheux de desidentificação; no enunciativo, há uma contraidentificação, não sendo responsável por romper, mas por deslocar saberes entre formações discursivas.

Inserindo este artigo no campo da Análise de Discurso de linha francesa, tal relação de conflito entre as FDs levanta os seguintes questionamentos: que deslocamentos a inserção do Papa na cultura pop gera na FDC? Que tipo de acontecimento configura tais deslocamentos? Esses elementos delineiam nosso objetivo neste artigo, que é o de analisar deslocamentos de sentido provocados



pela inserção da figura do sujeito Papa Francisco na cultura pop, verificando se tais deslocamentos configuram um acontecimento discursivo ou enunciativo.

Considerando a heterogeneidade entre as duas FDs e seus respectivos saberes, este artigo apresenta relevância por discutir o jogo paradoxal que envolve a figura do sujeito líder de uma instituição de grande representação e poder. Desse modo, é importante observar como os sentidos são produzidos nessa relação e como estes geram deslocamentos, onde os mesmos possam ser ou não capazes de gerar rupturas.

## As configurações do metodológico

Na Análise de Discurso, a metodologia já é parte constituinte do processo de análise, uma vez que os recortes, a seleção do *corpus* e a descrição das condições para a produção do discurso constroem relação na materialidade significativa (CAZARIN, 2004). Nesse sentido, um *corpus*, segundo Courtine (2014: 114), é “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo a articulação, o cruzamento ou a composição de dois planos de determinação”, sendo tais planos as condições de produção e as condições de formação, representando as condições histórico-sociais e o funcionamento de um discurso.

Neste trabalho, faremos uma análise de materialidades significantes que textualizaram três acontecimentos: (1) a produção do CD *Wake Up!*, lançado em 2015 pelo Vaticano, no qual há a remixagem de homilias, missas e demais pronunciamentos públicos do Papa Francisco; (2) a torcida pelo time de futebol argentino San Lorenzo; (3) a presença do Papa nas capas da revista de cultura pop Rolling Stone.

or material significativa, consideramos, de acordo com Lagazzi (2008), como um “componente de uma cadeia estruturante falha, cuja materialidade específica (verbal, visual, sonora, gestual...) fica exposta à produção de significações”. Assim, a materialidade significativa compreende textualidades variadas, ligadas não apenas ao verbal/não-verbal, mas a um processo que trabalha o corpo do texto. O corpo, por sua vez, segundo Orlandi (2005: 205), “é o lugar material em que acontece a significação, lugar de inscrição, manifestação do grafismo”.

As materialidades significantes analisadas são três textos imagéticos, com presença de elementos verbais e não-verbais. O trabalho de análise dos acontecimentos nestas materialidades significantes revela a constituição polêmica



do sujeito papa. As materialidades discursivas selecionadas reativam a memória do dizer, trazendo à tona sentidos já registrados no nível do interdiscurso. Desse modo, as sequências discursivas verbais e não-verbais são ressignificadas e reatualizadas através do acontecimento.

## **Igreja, cultura pop e Papa Francisco: entre alianças e divergências**

O Papa Francisco é um sujeito-papa incomum, fato que se constitui como polêmico. A construção e estruturação dessa polêmica se dá pelas ressonâncias existentes desde a escolha do Papa, no Conclave de 2013, às suas atitudes, pronunciamentos e posicionamentos durante seu pontificado. Esses fatos resultam na constituição de posições heterogêneas, tensas e contraditórias em relação ao papa, construídas por simpatizantes do pontífice, colocando-o em posição ora conservadora; ora progressista; ora suspeitamente progressista. Esta terceira posição, em particular, sugere uma ação estratégica da IC com vistas à recuperação de sua imagem frente ao desprestígio provocado por escândalos de corrupção e pela divulgação de casos de pedofilia envolvendo padres ao redor do mundo, bem como a uma reação à constante perda de fiéis, ocasionada por contextos diversos, incluindo o crescimento do ateísmo e a conversão de católicos ao protestantismo e a outras religiões, como o espiritismo e o budismo.

Nos seus pronunciamentos, o pontífice já mencionou a polêmica construção do muro contra a imigração de mexicanos citado por Donald Trump, os problemas causados pelo capitalismo, causas e pautas de movimentos sociais, entre outros. Ressalta-se, aqui, que a ligação com os Movimentos Sociais não é inédita: João Paulo II já havia falado de tais movimentos, mas de forma negativa. A IC, ao longo da história, como atesta Lowy (1989), manteve uma relação tensa com tais movimentos, marcada por momentos de aproximação, afastamento e articulação. Nos desdobramentos de grupos internos à IC, filiados de posições ideológicas divergentes, como a Teologia da Libertação, a Juventude Operária Cristã e a Renovação Carismática Católica, há relações também heterogêneas com tais Movimentos.

A mobilização de sentidos causada por esses acontecimentos provoca uma necessária discussão sobre como o sujeito discursivo Papa Francisco produz tais movimentos na FD na qual se inscreve, observando, portanto, características da FDC e da FDCP, com seus respectivos saberes: o sagrado e o profano, em relações que envolvem o discurso religioso e o discurso cultural popular.





## Religião e cultura pop como espaços e produção de acontecimentos

Durante todo o período de formação e expansão do Cristianismo, em períodos chave como o Império Romano, as Cruzadas, o período feudal, as Grandes Navegações e seus respectivos descobrimentos e colonizações, houve a expansão da religião cristã em todos os países do Ocidente e boa parte do Oriente. Dessa forma, confrontos para a consolidação da IC como instituição chefe da religião cristã foram e ainda são constantemente produzidos, pela luta pelo poder e efetivação do catolicismo.

Tais fatos constituem acontecimentos históricos, transformados em discurso através das formações ideológicas, fazendo-os se inscrever na instância do inter e do intradiscurso. Em AD, o que interessa não é, pois, o acontecimento em si, mas o acontecimento tomado enquanto presente na história (CAZARIN; RASIA, 2014). Nessa questão, o que difere um e outro quanto ao modo de inscrição no interdiscurso diz respeito à relação de ruptura e não-ruptura entre as posições-sujeito e a sua forma-sujeito.

A religião, tratando-se de uma postura moral e intelectual centrada na fé e na crença, está fortemente ligada à cultura, presente na mídia, no entretenimento e em manifestações sociais. Para exemplo, a cultura católica brasileira direciona a sociedade a manter vários costumes, como festas de santos, feriados religiosos e os rituais que constituem tais feriados.

No limiar entre religião e cultura, é necessário observar a religiosidade. Wilges (2010) afirma que enquanto religião é uma postura moral e intelectual, tendo como elemento central a fé em alguma divindade, a religiosidade é o reflexo da religião na sociedade, ou seja, a manifestação em costumes da religião no cotidiano social. Nesse passo, religião e religiosidade diferenciam-se, em prática, pelos saberes centrais que as constituem: sacralidade e profanidade, respectivamente. Como atesta Nascimento (2009),

[q]uando falamos de religiosidade, subtraímos desta expressão o atributo popular, porque naturalmente cremos que religiosidade, ou no plural, religiosidades, é um vocabulário que se refere, ele próprio, ao que vem do povo, que pode evocar manifestações ligadas ao sagrado, suas práticas de cura, devoção a santos ou festas de rua, por oposição ao que é oficial, ao que vem da Igreja. Se falamos, por contrário, em religião, entendemos que não se trata especificamente do que é popular, mas estaremos falando da hierarquia eclesiástica, dos dogmas e prescrições de uma instituição. Então, não raro, estabelecemos a bipolaridade dos opostos: religião e religiosidade (NASCIMENTO, 2009: 1).





Aqui, o sagrado se manifesta quando há apenas saberes tomados pelo Catolicismo como verdade de “forma oficial”, em mandamentos, dogmas e ritos estabelecidos pela IC. Se esses saberes se relacionam com o advindo do ser humano em sua coletividade, o povo – e não de Deus, como no sagrado –, estes tornam-se profanos.

A religião, como apresentada por Wilges (2010), é, também, constituída pela doutrina e por uma relação eu-tu, numa relação de interlocução entre sujeito divino e sujeito humano. Assim, quando há uma desobediência ou uma relação de desvinculação a doutrinas estabelecidas pelo Catolicismo ou por suas interpretações bíblicas, estas são tomadas como desvios, consideradas, dessa forma, um comportamento condenável. A religiosidade, por sua vez, é o elemento que liga a religião à cultura. A cultura é o objeto de estudo de áreas das ciências humanas por ser inerente ao sujeito e à sua identidade. Historicamente, as formações culturais elitizadas tornaram-se um instrumento de poder, e a cultura popular, tida como vulgar, era apresentada como uma não cultura. Porém, de acordo com Bauman (2013), a cultura não pode ser mais dividida em níveis hierarquizados, caracterizados como boa e má cultura (sendo a boa cultura a elitizada, e a má, a popular).

O popular, adentrado na cultura, estabeleceu-se como uma manifestação de massa, comum a todos e ainda apreciado como uma forma inerente à constituição do sujeito. Haman (1998: 3) afirma, sobre isso, que “a cultura popular é geralmente encarada como um subconjunto da arte. Ela inclui as formas de música, cinema, televisão ou literatura que encontraram os maiores públicos”. Nessa contextualização, o que é compreendido como popular é identificado com o material que atinge um público amplo. O popular é, nesse aspecto, conseqüentemente, ligado à religiosidade.

No fenômeno religioso, há uma dualidade que é manifestada naquilo que está e não está institucionalizado na religião: o sagrado e o profano, em que um se opõe ao outro. Assim, em qualquer religião, a concepção do sagrado é remetida ao extraordinário, ao metafísico, ao milagroso. O campo do profano, por sua vez, refere-se ao que é um fato de origem natural. No âmbito da religião cristã, aquilo que é considerado sagrado é apresentado como ligado aos mandamentos do Cristianismo, através de saberes que são construídos historicamente, estruturados por dogmas e posições históricas. O que é considerado profano diz respeito àquilo que foge destes padrões e saberes.

Nos acontecimentos analisados neste artigo, há uma associação à dualidade entre sagrado (da ordem da religião) e profano (da ordem da cultura popular e religiosidade), em que essa relação conflituosa, em resumo, encontra-se na





inclusão da figura de um Papa na cultura pop ou, ainda, na inclusão do sagrado em espaços de significação profano.

## O sujeito Papa Francisco e o discurso religioso católico

Todos os processos históricos se realizam, discursivamente, mediante FDs diversas e articuladas numa conjuntura dada. A FD, sendo definida por Pêcheux (2014) como aquilo que regula o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura, é constituída, na natureza do sujeito, por forma e posição-sujeito. A primeira, de acordo com o mesmo autor (2014), é determinada como o sujeito do saber (ou ainda um sujeito universal) de uma dada FD. A segunda, como afirma Cazarin (2010: 107), é “um constructo teórico que, no processo discursivo, imaginariamente representa o ‘lugar’ em que os sujeitos estão inscritos na estrutura de uma formação social”. Na FDC, o Papa Francisco é inscrito na posição-sujeito papa, com saberes específicos, entre eles a posição de liderança, uma vez que, em sua constituição social, o pontífice se encontra na maior posição hierárquica da IC. Nessa posição, o pontífice sofre determinações que o apresentam como um sujeito conservador, submetido, por filiação ideológica, aos saberes estabilizados da IC, que determinam o que o sujeito deve/pode dizer e que não deve/não pode dizer.

No espaço entre forma e posição-sujeito ocupado pelo Papa, onde o discurso religioso também significa, estão os saberes de ordem autoritária, caracterizando-se como monológicos, havendo reversibilidade mínima entre sujeitos (ORLANDI, 1983). No discurso religioso, a reversibilidade configura-se pelo desnivelamento entre o locutor e seus ouvintes. O locutor é Deus, “imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso” (ORLANDI, 1983: 241), e os ouvintes são os humanos: mortais, falhos, com pouco poder. Desse modo, a ilusão de reversibilidade se dá pelo milagre, permitindo a passagem de um nível, ou melhor, de um mundo a outro. Essa passagem “se dá pela visão, pela profecia, pela performatividade das fórmulas religiosas, pela revelação” (ORLANDI, 1983: 242).

Essa relação também revela o princípio do caráter autoritário do discurso religioso. Dessa forma, apesar de o ser humano poder se relacionar diretamente com o sagrado, não há uma alternância de lugar: o sujeito enunciador falará de seu lugar, e o sujeito universal permanecerá em seu lugar. O caráter autoritário também se deve pelo lugar do sujeito no mundo humano, em que o mesmo, apesar de ser pecador, deve sempre se relacionar com o sagrado, distanciando-



se e ajudando outros sujeitos a distanciarem-se do mundano, do profano. Como um sujeito que ocupa a posição-sujeito papa, Francisco aparece no discurso religioso católico como o representante de Jesus no lugar mundo. O Catolicismo acredita que Jesus designou a Pedro, um de seus apóstolos, a fundação da IC, devendo os papas seguirem esse caminho de sacralidade e de liderança da fé cristã. Assim, o Papa, na instância do acontecimento, deve seguir esses saberes.

O sujeito Papa Francisco, porém, parece não ocupar de maneira plena essa posição, divergindo na forma de ocupar a posição-sujeito de líder da IC na articulação com outros saberes de outras FDs, como a da ciência, a social e a da cultura pop. Desse modo, o sujeito Papa Francisco é constituído, discursivamente, por perspectivas paradoxais, uma vez que há uma contradição entre saberes da posição-sujeito-papa e da FDC.

A posição de liderança, como um saber que regula a posição-sujeito papa, também se encontra em constante desdobramento. Nesse contexto, segundo Cazarin,

[o] líder está sendo concebido como sujeito político que, no interior da posição-sujeito ou mesmo da FD em que está inscrito, se destaca dos demais e é capaz de, internamente, mobilizar o grupo que representa em torno de objetivos comuns, demonstrando habilidade de se relacionar com o grupo, motivando-o, indicando rumos a serem seguidos (CAZARIN, 2004: 33).

Como Papa, posição de maior prestígio da IC, ele ocupa o lugar social de orientador e representante dos católicos, embora, internamente à IC e FDC, existam pontos de tensão acarretados por posicionamentos antagônicos, como os de protestantes e de grupos católicos relativamente mais conservadores. Em relação à exterioridade de sua FD, o pontífice parece estabelecer uma posição de líder carismático, que busca articulações entre o catolicismo e saberes historicamente construídos como divergentes à FDC.

A conjuntura apresentada alicerça a discussão central de nosso questionamento e objetivo neste artigo: o Papa, em sua posição-sujeito, ao não a ocupar de maneira plena, gera um deslocamento em sua FD. Tal deslocamento leva-nos ao ponto nodal da questão: esse movimento é suficiente para marcar um acontecimento discursivo, criando uma nova forma-sujeito, ou se trata de uma possível nova posição-sujeito, marcando um acontecimento enunciativo? É necessário observar, antes de nossa análise, como se constituem os acontecimentos discursivos e enunciativos.



## Sobre acontecimento histórico, discursivo e enunciativo

Michel Pêcheux, em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, chama atenção para o fato de que o discurso não pode ser visto apenas como uma materialidade simples, mas, também, como um acontecimento, ou seja, “um encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990: 17). O ponto de vista pecheutiano sobre o conceito de acontecimento leva em conta a materialidade discursiva, concebida não apenas como uma base estrutural, mas como uma divisão entre a estrutura e o acontecimento, ou seja, entre a língua e a sua inscrição na história. Um acontecimento inserido no interdiscurso é, conseqüentemente, contextualizado no meio histórico.

Assim, o acontecimento inscreve-se no histórico, sendo exterior à memória, mas constituinte da mesma (DAVALON et al., 1999). Um acontecimento histórico, dessa forma, é definido por Pêcheux como “um elemento descontínuo e exterior” (1999: 49), não se tratando, dessa forma, de fatos cronológicos ou uma sequência de eventos.

Em “Papel da Memória”, Pêcheux aborda o acontecimento discursivo, argumentando que este é criado quando há uma ruptura da memória no interdiscurso, não havendo, pois, repetição, mas ressignificações. A história, do ponto de vista do acontecimento, não é vista como um ponto no tempo, um espaço demarcado, mas como uma memória.

Nesse passo, um acontecimento discursivo é produzido a partir de um acontecimento histórico. Pêcheux (1990) faz uma análise sobre funcionamento discursivo do termo “on a gagné”, em uma conjuntura histórica dos anos 1980, para definir a formação de um acontecimento. Há, aí, um acontecimento histórico, a eleição presidencial, que dará origem ao acontecimento discursivo, no qual o funcionamento inicial do termo “on a gagné” (ganhamos) remetia ao campo discursivo esportivo, mas que acabou sendo utilizado com um funcionamento político, ao servir de uso quando a esquerda francesa ganhou as eleições de 1981. Pêcheux, ao analisar esse fato histórico, afirma que diferentes enunciados podem remeter ao mesmo fato discursivo, porém, não constituem as mesmas significações, indiciando a necessidade de associar a estrutura ao acontecimento. A memória, desse modo, tem um papel fundamental na formação do conceito de acontecimento discursivo.

Um acontecimento, então, nasce do embate entre a atualidade e a memória, que não produz repetição, mas ressignificação (PÊCHEUX, 1999: 52). Desse modo,



entendemos que há acontecimento discursivo não quando ocorrem repetições de sentido numa mesma FD, mas apenas quando há uma ruptura com os gestos de interpretação anteriores, formados pela memória e pela conjuntura anterior. Cazarin e Razia (2013), sobre isso, afirmam que

[o] acontecimento discursivo é que permite a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso. Um acontecimento discursivo estabelece uma ruptura (rompe com a “estabilidade” anterior) e inaugura uma nova “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e a materialidade histórica (CAZARIN; RAZIA, 2013).

Um acontecimento discursivo, na rede de saberes que constitui uma FD, corresponde, portanto, a uma ruptura que formaria uma nova forma-sujeito, marcando o centro, portanto, de uma nova FD. Porém, quando um acontecimento não gera evidências suficientes para instaurar uma nova forma-sujeito, este é colocado, na perspectiva de Indursky (2000; 2002; 2008), como um acontecimento enunciativo.

Pêcheux, como mencionado, conceitua a noção de acontecimento discursivo como a ruptura da memória no sentido, criando, dessa forma, ressignificações. Indursky (2002), baseada nessa concepção, entende que, nos acontecimentos, não ocorrem sempre rupturas, mas também deslocamentos, que, ainda que não sejam capazes de instaurar uma nova forma-sujeito, marcam movimentos de sentido capazes de gerar novas posições-sujeito ou, ainda, condições para o surgimento destas. Isso é, nem sempre um acontecimento histórico produz uma ruptura em uma determinada FD; às vezes, há apenas movimentos que rompem uma estabilidade interna, uma reorganização de saberes na FD. Essa categoria discursiva, a autora designa de acontecimento enunciativo, afirmando que

o acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra maneira: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos desta formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. [...] enquanto o acontecimento discursivo remete para fora, é externo à FD que lhe dá origem, instaurando um novo sujeito histórico, o acontecimento enunciativo provoca a fragmentação da forma-sujeito e se dá, por conseguinte, no interior da própria FD (INDURSKY, 2002).

Dialogando com Pêcheux (2014), o conceito de acontecimento enunciativo colocado por Indursky pode ser relacionado à modalidade de contraidentificação, definida pelo autor – uma das formas de desdobramento do sujeito enunciator



do discurso em relação ao sujeito da FD —, visto que essa modalidade diz respeito às formas de relação entre uma posição-sujeito e sua forma-sujeito. Pêcheux (2014: 7) refere-se a essas relações como sendo “tomadas de posição-sujeito”: um sujeito é plenamente identificado por seu sujeito universal; ou se relaciona de forma tensa, contraidentificando-se; ou, ainda, rompe, desidentificando-se.

Observando esses desdobramentos, entendemos que, quando há contraidentificação, ou seja, quando o sujeito enunciador revolta-se, diferencia-se, diverge-se, contesta ou questiona o sujeito universal da FD, há um acontecimento enunciativo, não havendo um deslocamento suficiente, portanto, para instaurar uma nova FD. A desidentificação, por sua vez, é marcada por processo de não-conciliação, de antagonismo entre posições-sujeito, constituindo uma nova forma-sujeito.

Observando essas formulações acerca da instância do acontecimento, é relevante saber de que forma a inserção do Papa Francisco na FDCP provoca um rompimento ou de que modo promove um deslocamento, instaurando uma nova forma-sujeito (um acontecimento discursivo) ou uma “entrada de novos saberes”, uma “transformação/reconfiguração de uma FD” (um acontecimento enunciativo) (INDURSKY, 2008: 170).

## **Catolicismo e mídia popular: o Papa Francisco entre o sagrado e o profano**

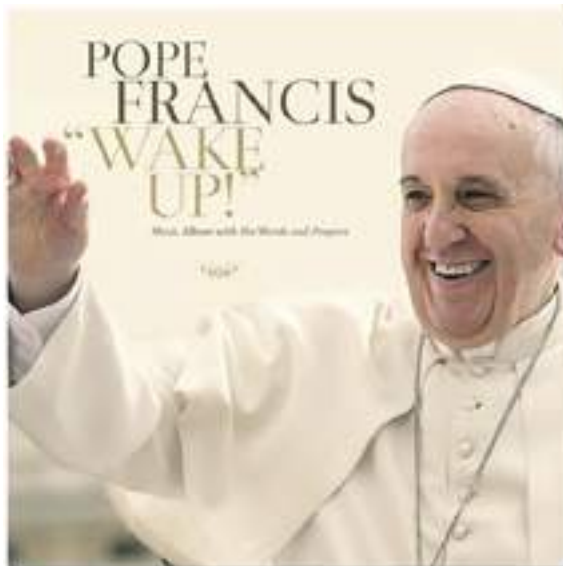
O percurso até aqui nos levou a observar a FDC e a FDCP enquanto espaços de produção de acontecimentos, constituídos por vários posicionamentos. O papado de Francisco, desse modo, marca um novo acontecimento, visto que há a inclusão da figura do mesmo em uma FD historicamente divergente, em se tratando de saberes centrais que regulam o funcionamento interno. Nesse passo, cabe-nos trazer uma análise discursiva dos deslocamentos de sentido a partir dos três recortes selecionados, observando como tais deslocamentos geram um acontecimento enunciativo ou discursivo.

### **Papa Francisco e o álbum *Wake Up!***

O primeiro acontecimento a ser analisado é o lançamento do CD intitulado *Wake Up!*, em 27 de novembro de 2015. A materialidade escolhida, que representa

esse acontecimento, é a capa do álbum (SD1), através da qual analisaremos os efeitos de sentido produzidos pela inserção do sujeito Papa Francisco na FDCP:

**Figura 1:** SD1 – capa do CD *Wake Up!*, do Papa Francisco



Fonte: [exame.abril.com.br](http://exame.abril.com.br)

A produção e o lançamento do CD foram feitos pelo Vaticano, disponibilizado, gratuitamente, nas plataformas de *downloads* e *streaming* iTunes e Spotify. É necessário ressaltar, inicialmente, que o Vaticano também produziu CDs com os dois papas anteriores ao Papa Francisco (João Paulo II e Bento XVI). A novidade do CD do atual Papa está nos gêneros escolhidos, causando estranhamento por serem gêneros musicais pouco frequentes ou até ausentes da esfera católica: (1) o rock, gênero que é, do ponto de vista da religiosidade (da cultura religiosa cristã) satânica, característica desenvolvida por crenças do pós-guerra<sup>3</sup>, principalmente pela relação do sagrado em oposição ao profano, em que o rock era visto como mundano – o rock demonizado, portanto, é um efeito de memória; (2) o pop, gênero de maior impacto na indústria musical na atualidade, com grande representatividade mundial; (3) e o latino (*reggaeton*, mambo, *vallenato*, entre outros, que unificaremos com a denominação latino), gênero musical com ainda pouca representação na indústria fonográfica americana, mas emergente, visto que muitas músicas desse

---

3 Com sua origem no contexto pós-guerra, entre 1950 e 1960, o rock tornou-se o símbolo da rebeldia entre os mais jovens, que contestavam a moral e valorizavam vícios, do ponto de vista de quem observava o rock como um gênero negativo. O surgimento de outros subgêneros, como *grunge*, o *punk* e o progressivo, acentuaram esse contexto, tornando inevitável a associação com o mal, personificado na figura do Diabo, na crença cristã.



gênero estão, frequentemente, na maior tabela de repercussão musical do mundo, a Billboard Hot 100, dos EUA.

Chama atenção, também, o fato de que, mesmo o lançamento sendo produzido pela Igreja Católica, no Vaticano, onde se fala italiano, e a língua oficial adotada pela IC ser o latim, o título do álbum e o nome do Papa aparecerem em inglês, língua “oficial” da indústria fonográfica. Há, nessa constatação, um efeito de articulação com a língua dominante política e culturalmente, o inglês, não coincidentemente a língua oficial dos Estados Unidos. Assim, a não utilização de *Papa Franciscus, svegliati!, sugere!* (em italiano e latim), e, no lugar desses, *Pope Francis e Wake Up!* sugere duas outras constatações: (1) o principal público-alvo de divulgação e, conseqüentemente, de consumo do CD passa a ser o público americano ou de língua inglesa, uma vez que, embora a maioria dos americanos seja cristã, não é de uma maioria católica, mas protestante<sup>4</sup>; (2) numa possível explicação acerca do lançamento pelo fato de a indústria “falar” inglês, este se constitui como um fato político-ideológico da IC, marcado pela contrariedade nas escolhas das línguas; se o Vaticano é quem produz o álbum, há um pré-construído que permite a produção de um gesto de leitura que condiciona o CD a ganhar o título em latim ou em italiano.

Conseqüentemente, através dessa inserção do Papa na indústria fonográfica de domínio mundial, observa-se um gesto de inserção da Igreja, do Papa Francisco e do catolicismo na cultura pop americana, aqui, em particular, na cultura musical americana. É necessário, ainda, ressaltar que o inglês também é a língua predominante no Reino Unido, onde há, também, protestantes. Porém, não há evidências históricas suficientes que coloquem o Reino Unido no centro da indústria musical (em comparação aos Estados Unidos), embora exista uma grande representação de artistas (principalmente ingleses) na fonografia mundial. Portanto, a escolha do inglês como língua da capa do álbum *Wake Up!* sugere se tratar de uma estratégia para atrair novos fiéis nos Estados Unidos, onde há uma maioria protestante.

As músicas do álbum, diferentemente da capa, estão em cinco idiomas: latim, italiano, inglês, espanhol e português. Essas músicas foram criadas a partir de pronunciamentos do Papa pelo mundo e receberam *samples* nos gêneros citados anteriormente. Porém, mesmo estando representadas outras línguas no álbum, o inglês foi escolhido para a capa do CD (*Pope Francis e Wake Up!*), reforçando a análise evidenciada pelo gesto de expansão, mas produzindo efeitos também de universalização, que sugerem uma comercialização e de conseqüente domínio. Nesse

---

4 Segundo a Pesquisa Americana de Identificação Religiosa, em 2015, 75% dos americanos se consideram cristãos, sendo 25% católicos e 50% protestantes.



movimento interpretativo, há um efeito de ampliação da estratégia de expansão do catolicismo através do inglês, através da universalização da indústria fonográfica. Evidencia-se, assim, uma relação paradoxal da IC na medida em que mandamentos do sagrado em uma relação com o profano, ou seja, com o que é considerado pecado.

Verificamos, portanto, que o lançamento de um CD por um papa é um acontecimento histórico. A inserção do sujeito discursivo Papa Francisco na FDCP em culturas musicais distintas daquilo que é pregado pelo sagrado, no entanto, não provoca uma inscrição do Papa em posição-sujeito que rompe com a sua forma-sujeito. A posição-sujeito do Papa Francisco, nessa conjuntura, movimenta sentidos dentro de sua FD, trazendo para seu interior novos elementos, presentes na cultura da indústria musical. Entretanto, não há uma ruptura com os saberes dominantes da FDC, mas uma reorganização dos saberes, ao ampliar, por exemplo, os gêneros musicais, cedendo espaço para o pop, o rock e o latino, diversificando os saberes dessa FD. Nessa inserção, o conteúdo religioso das músicas, porém, evidencia a manutenção da posição religiosa dominante da FDC. Portanto, não há, nesse discurso, um rompimento de posições e saberes, mas pequenos deslocamentos, rearranjos de sentidos, sobretudo devido à incorporação de gêneros profanos.

Podemos constatar, então, que esses dados indicam uma reorganização de saberes que fornece indícios de uma fragmentação da posição-sujeito que o Papa Francisco ocupa na FDC. Isso configura, portanto, um acontecimento enunciativo cujo espaço de enunciação marca uma relação de aliança entre a FDC e a FDCP, caracterizada pela renovação e renovação de saberes da FDC, na qual há uma memória de rigidez, tradicionalismo e monossemia, saberes dominantes. Ao se articular com a cultura pop da indústria musical, a posição do Papa Francisco movimenta seus sentidos, mas não rompe com ela. Desse modo, não há um surgimento de uma nova região de sentidos em uma formação ideológica, mas, sim, de uma repetição de um mesmo funcionamento discursivo, o católico, presente da FDC, ao articular elementos do profano ao seu espaço de enunciação.

## Papa Francisco e San Lorenzo

O segundo acontecimento de nossa análise é a repercussão causada por o Papa ser torcedor declarado do San Lorenzo, time de futebol argentino de Buenos Aires, que ficou conhecido como “o time do papa”. A imagem da SD2 materializa esse acontecimento, que repercutiu na mídia religiosa e esportiva.



Figura 2: SD2 – Papa Francisco com o escudo do San Lorenzo



Fonte: esporte.ig.com.br.

O Papa Francisco, nascido na Argentina, país em que o esporte mais popular é o futebol, torce para um clube popular de futebol, o San Lorenzo. Esse segundo acontecimento também implica um movimento entre os saberes do sagrado e do profano, visto que o futebol está relacionado, de acordo com posições tradicionalistas da FDC, ao pecado da idolatria. É importante ressaltar que a torcida também acarreta outro sentido, que ocorre quando um papa ou um líder religioso relaciona-se, exercendo o gesto de torcida por um time de futebol, o que não ocorria (ao menos publicamente) com papas anteriores. Aqui, há um efeito de aproximação ao profano.

O gesto de torcida ou, até mesmo, o fato de assistir jogos de futebol é visto, por parte da comunidade católica e protestante, como uma prática pecaminosa, tendo em vista o mandamento bíblico sobre idolatria, que considera pecado a adoração de algo que não seja Deus ou, ainda, que possam substituir a primazia do “amar Deus sobre todas as coisas”. Quando, nesse contexto, há pessoas de destaque em grupos católicos (padres-cantores, apresentadores de emissoras católicas, por exemplo), esses não são considerados ídolos, mas líderes, embora, muitas vezes, isso não seja tão explicitado. O pecado da idolatria é visto, por uns, como um desvio do amor de Deus ou, ainda, a posse de outros objetos ou pessoas com amor semelhante. Deus, portanto, deve estar acima de todas as coisas, o amor primeiro.

Os saberes religiosos da FDC consistem em princípios comportamentais determinados pela crença, com valores que, segundo Orlandi (1983: 12), são encontrados no homem ocidental, sobretudo humildade, superação, sofrimento,



sacrifício e abominação do pecado. Francisco, ao torcer pelo San Lorenzo, pode ser, então, considerado, através de um gesto de interpretação, um mau exemplo, um desvio de conduta em relação a esses saberes, cometendo o pecado da idolatria, registrado em livros da Bíblia. Desse modo, compreendemos o gesto de torcida como outro acontecimento que insere novos significados à posição-sujeito ocupada pelo Papa na FDC.

No entanto, em acontecimentos históricos anteriores, a IC já valorizou a prática do futebol. No pontificado de João Paulo II, o futebol foi visto enquanto esporte e trabalho do corpo; no de Bento XVI, já se falava sobre o respeito e o sacrifício como valores associados ao futebol enquanto prática esportiva. A relação com o Papa Francisco vai além: ele incorpora a torcida pessoal por um time de futebol a essa relação histórica de aproximação do profano ao religioso.

Desse modo, percebemos, novamente, que, apesar de o acontecimento sob análise significar uma inserção inusitada do Papa no mundo profano (futebolístico); e de o próprio assumir o gesto de torcida e de suposto fanatismo, não se trata de uma ruptura com a forma-sujeito da FDC e de seus saberes, por não haver uma desidentificação, mas uma outra contraidentificação com o sagrado. Esse deslocamento ocorre sob o efeito da contradição, que se mostra pela inserção de um papa no universo futebolístico, onde, de modo paradoxal, comete-se o pecado da idolatria. Observa-se, assim, que também pode haver, nessa relação, um efeito estratégico – similar ao da capa do *Wake Up!* – de aproximação a um determinado público, dessa vez, aos torcedores de clubes de futebol. Desse modo, a movimentação do Papa entre o sagrado e o profano não enseja uma ruptura, mas uma reorganização de sentidos envolvendo a FDC.

## Papa Francisco na revista *Rolling Stone*

A terceira materialidade significativa é representada por duas capas da revista *Rolling Stone*, a mais popular e famosa do mundo em temas de entretenimento em geral, do mundo pop e da cultura moderna. A SD3 é construída pelas capas da edição italiana, lançada em março de 2017, e da capa da edição americana, lançada em janeiro de 2014. As duas constituem, portanto, a materialização do acontecimento.



Figura 3: SD3 – Capas da Revista Rolling Stone (Itália e Estados Unidos).



Fonte: [www.g1.com.br](http://www.g1.com.br).

O acontecimento histórico se configura, nesse recorte, quando o Papa Francisco foi capa e matéria principal da maior revista de cultura pop do mundo, fato inédito, proporcionando um efeito de tensão na constituição de saber na FDC à medida que um Papa é tido, por partes conservadoras da Igreja, não mais como uma figura completamente religiosa, pertencente ao sagrado, mas como um sujeito que se desvia, que insere elementos do profano no sagrado, o que, segundo English (2013: 28), foi previsto, no conclave que o elegeu papa, como algo que poderia macular a tradição religiosa católica.

Apesar de a aparição de um papa numa revista pop ser inédita, esse acontecimento não representa uma ruptura de sentidos entre posição e forma-sujeito. A produção de sentidos sobre o Papa Francisco no discurso da revista pode ser observada pelo gesto de construção da figura do sujeito papa. Na capa italiana, o Papa aparece sorridente, fazendo um gesto jovial (a mão com o polegar levantado remete ao *Facebook*, rede social com maior número de usuários), fato que agrega à posição-sujeito papa um efeito de aproximação com os mais jovens. Além disso, a capa apresenta duas cores predominantes: rosa e amarelo, cores vivas. A capa da revista lançada nos EUA seleciona uma figura de um papa com a mão aberta, em tradicional sinal de bênção, e utiliza cores neutras, que marca uma imagem de um sujeito sério, embora com um sorriso contido, que mantém a imagem de um sujeito-papa e seus saberes (líder na hierarquia de uma instituição milenar).



A representação da figura do Papa Francisco, nessa conjuntura, o inscreve numa relação de aliança com a FDCP, que mantém relação divergente com a FDC por ter como princípio de diferença os saberes entre sagrado e profano. Os saberes do sagrado, quando desviados dos evangelhos e das normas dogmáticas, bem como da desvinculação e desobediência aos mandamentos tradicionais do cristianismo, gera uma relação conflituosa. Esse conflito ocorre porque parte da IC se caracteriza como um perfil conservador, com rejeição a relações com formações estabelecidas como “mundanas”. Isso não evoca, assim, uma simples dualidade polarizada entre conservadorismo *versus* progressismo, mas uma série de conflitos históricos, presentes na memória da FDC e de saberes conservadores e liberais. Há também, nesse contexto, as perspectivas político-ideológicas de constituição moderna, inseridas em relações culturais que culminam numa relação de tensão (como a não conciliação integral e práticas de desvio de comportamentos) entre as duas redes de saberes. Essas atravessam a construção da imagem do Papa Francisco nos acontecimentos analisados: uma posição-sujeito papa, ligada à FDC, que exige do sujeito a regulação da ocupação dos saberes centrais, e o perfil pop, ligado aos acontecimentos que o Papa promove ao tentar articular pontos aparentemente opostos.

Dessa forma, o acontecimento histórico que acabamos de analisar é também interpretado como um acontecimento enunciativo, pois não há, na materialidade significativa analisada, a produção de sentidos suficientes para que se possa postular um rompimento com a sua FD. O que temos aqui é uma reorganização trazida por um discurso sobre, que desloca saberes da posição-sujeito ocupada pelo pontífice, havendo uma contraidentificação do sujeito papa sob o efeito de arejamento, de renovação da imagem tanto da figura da constituição papal (construindo-o como pop) quanto da Igreja Católica, uma vez que ele se constitui como líder da instituição.

## Considerações finais

Um acontecimento discursivo, decorrente do acontecimento histórico, ocorre quando há uma ruptura de sentidos que possa criar uma nova FD (PÊCHEUX, 1999). Essa teoria ganha uma nova configuração quando Indursky (2002) afirma que nem sempre, em acontecimentos, ocorrem rupturas, mas também há rearranjos, ressignificações. Essa conjuntura teórica, a autora chama de acontecimento enunciativo.

Os acontecimentos aqui analisados configuram acontecimentos enunciativos, havendo a presença de contraidentificações do sujeito com a





sua posição e forma-sujeito, reorganizando, divergindo, mas não construindo rupturas suficientes para criar uma nova forma-sujeito. Nos acontecimentos analisados, envolvendo a figura do Papa, não há, portanto, a fragmentação de uma forma-sujeito e o conseqüente surgimento de uma nova FD, mas saberes reorganizados dentro da FDC, atravessados por elementos da FDCP, que a figura do sujeito Papa, sob efeito de aliança, tornou possível.

Observou-se, através das materialidades significantes dos três acontecimentos (lançamento do álbum *Wake Up!*, torcida pelo San Lorenzo e duas capas de edições americana e italiana da revista Rolling Stone), que não houve rupturas suficientes para a instauração de uma nova forma-sujeito, embora haja movimentos de sentido que envolvem conflitos históricos entre sagrado e profano. Desse modo, mostra-se, portanto, que o Papa Francisco, apesar de ser frequentemente colocado como um papa que se desloca, se movimenta em virtude de uma possível renovação da IC. No entanto, não há uma relação antagônica com a sua forma-sujeito. Há, sobretudo, uma relação paradoxal entre duas FDs – a FDC e a FDCP – caracterizada pelos efeitos de sentido de expansão, de arejamento e de renovação da IC, buscada pela inserção do sujeito-papa em uma FD dominada por saberes profanos.

Pode-se determinar que há, na constatação dessa renovação, uma atenuação do pecado, ou seja, uma tentativa de provocar, no profano, antes tido como pecaminoso, uma relação de articulação. Essa conjuntura aponta para indícios de uma nova posição-sujeito na FDC, marcando um acontecimento enunciativo, que poderá ser estabelecida através do princípio de repetibilidade, em casos de outros “Papas Franciscos” em lideranças futuras da FDC também ocuparem posição-sujeito similar aos saberes adotados por Francisco em seu papado. Nesse caso, para estudos futuros, cabe a verificação dos saberes formados e ocupados pelos sujeitos que possam se inscrever nessa nova posição-sujeito.

## Referências

- ACHARD, P; DAVALLON, J; DURANT, J; ORLANDI, E. PÊCHEUX, M. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- BAUMAN, Z. **A cultura no Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAZARIN, E. A; RASIA, G. S. As noções de Acontecimento Enunciativo e Acontecimento Discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan/jun. 2014.



CAZARIN, E. A. **Identificação e Representação Política**: uma análise do discurso de Lula (1979-1998). Tese de Doutorado. UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br> Acesso em 14 de Jan de 2019.

COURTINE, J.J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUfscar, 2014.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ENGLISH, A. **Francisco**: o Papa dos Humildes. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.

FERREIRA, M. C; INDURSKY, F (orgs). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Paulo: Claraluz, 2007.

HAMAN, J. M. Como e por que estudamos cultura popular e religião. **Estudos Teológicos**, v. 38, n. 2, p. 190-198, 1998. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br> Acesso em 31 de Jan de 2019.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S. GRIGOLETTO, E. CAZARIN, E. A (orgs). **Práticas discursivas e identitárias**: Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras, UFRGS-2008, p. 9-33.

\_\_\_\_\_. A noção de sujeito em Análise de Discurso: do desdobramento à fragmentação. In: Encontro da ANPOLL, **Anais da ANPOLL 15**, Porto Alegre, ANPOLL, 2002.

\_\_\_\_\_. A Frangmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, F; CAMPOS, M. C. (orgs). **Discurso, Memória, Identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000, p. 70-81.

LAGAZZI, S. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. In: XXIII Encontro Nacional da ANPOLL, Goiania, 2008. Disponível em <<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em 23 de Jan de 2019.

LOWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Revista Lua Nova**, n. 19, São Paulo, Nov 1989. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002) Acesso em 20 de Jan. de 2019.

NASCIMENTO, M. R. Religiosidade e Cultura Popular: catolicismo, irmandades e tradições em movimento. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1., n. 2., p. 119-130, 2009. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica> Acesso em 22 de jan. de 2019.

ORLANDI, E. **Palavra, Fé, Poder**. São Paulo: Pontes, 1985.



\_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu Funcionamento.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** formulação e circulação de sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5 ed. Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. Ousar pensar, ousar se revoltar: Ideologia, Marxismo, Luta de classes. **Décalages**, vol. 1, iss 4. Disponível em <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15> Acesso em 20 de Jan de 2019.

\_\_\_\_\_. **O Discurso:** Estrutura ou Acontecimento? Campinas, SP: Pontes, 1990.

WILGES, I. **Cultura Religiosa:** as religiões no mundo. São Paulo: Vozes, 2010.



# DESLOCAMENTO LINGUÍSTICO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR NA CABANAGEM

## LINGUISTIC SHIFT IN THE HISTORY OF BRAZILIAN PORTUGUESE: THE PROCESS OF IRREGULAR TRANSMISSION LINGUISTIC IN CABANAGEM


*Welton Diego Carmim LAVAREDA<sup>1</sup>*  
*Ivânia dos Santos NEVES<sup>2</sup>*

**Resumo:** o presente artigo objetiva analisar como o dispositivo colonial agiu sobre as manifestações linguísticas das populações de origem africana no período da Cabanagem na Província do Grão-Pará, para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira. O processo de teorização dos conceitos ocorrerá por meio de um diálogo entre Salles (2005; 2015), Foucault (2010a; 2010b) e Lucchesi (2015) na busca de desmembrar gestos de leitura que tornem mais plural o olhar sobre o projeto lusitano de organização

---

1 Doutorando em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA-PPGL), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: diego.lavareda@hotmail.com

2 Doutora em Linguística, na área de Análise do Discurso (UNICAMP). Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua no Instituto de Letras e Comunicação (Graduação em Letras) e no Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado/Doutorado). E-mail: ivanian@uol.com.br



da língua portuguesa como manifestação linguística oficial do país. Assim, a partir de fontes disponíveis no Arquivo Público do Pará e no *Foreign Office* (de Londres), este trabalho também repensa as estratégias de gerenciamento linguístico como um dos fundamentos para se discutir as tensões discursivas que atravessam os deslocamentos linguísticos na história do português do Brasil, para que possamos tentar atribuir uma perspectiva patrimonial mais ampla das relações de poder e de forças simbólicas constituintes do nosso idioma.

**Palavras-chave:** negro; Cabanagem; dispositivo; Análise do Discurso.

**Abstract:** this article aims to analyze how to portuguese colonial enterprise acted on the linguistics manifestations of populations of african origin on the Cabanagem in the Province of Grão-Pará to strengthen the establishment of a european linguistic heritage in the Brazilian Amazon. The theorizing process of the concepts will take place through a dialogue between Salles (2005; 2015), Foucault (2010a; 2010b) and Lucchesi (2015) in seek of dismember reading gestures that make more plural the look about the Lusitanian project organization of Portuguese Language as official linguistic manifestation of the country. Therefore, from sources available on the Public Archive of Pará and on the Foreign Office (de Londres), this work also rethinks the linguistic management strategies as one of the grounds for to discuss discursive tensions that cross linguistics shifts in the history of Brazilian Portuguese, so that we can try to assign a broader asset perspective of power relations and symbolic forces constituents of our language.

**Keywords:** black man; Cabanagem; dispositive; Discourse Analysis.

## A Cabanagem: espaço de deslocamentos linguísticos

Muitas histórias precisam ser reconstruídas para que possamos ter um painel mais diversificado das relações de poder e de forças simbólicas constituintes do nosso idioma. E, quando o cenário político-linguístico em questão é a Cabanagem, movimento que explodiu em 1835, em um claro contexto de desavenças políticas características do Período Regencial brasileiro, depois da abdicação de D. Pedro I, é necessária a elaboração de uma análise que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente, que, reunidos, poderão explicitar e espelhar as estratégias de gerenciamento linguístico como um dos





fundamentos para se discutir as tensões discursivas presentes na história do português do Brasil.

Com base em Rosa Virgínia Silva (2004: 13), teremos, como fio condutor, a interação das línguas em contato. Como panorama inicial de investigação, a língua portuguesa, vinda da Europa, será um denominador comum, já que foi ela, e não outra, como poderia ter sido, a manifestação linguística da sociedade dominante na Província do Grão-Pará<sup>3</sup>. Assim, procuraremos, neste artigo, analisar como o dispositivo colonial agiu sobre as manifestações linguísticas das populações de origem africana no período da Cabanagem, para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira.

Essa agitação cabana, marcada pela forte participação da população local, composta, em sua grande maioria, por negros e indígenas, representou uma tática de força contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império, acontecimento representativo de uma resistência a uma nova forma de colonização que entra para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”, o único no qual as camadas mais “inferiores” da população conseguiram alcançar a gestão de toda uma Província. Em janeiro de 1835, assumiram o controle do Grão-Pará e lá se estabeleceram até 1840, quando as forças do Império brasileiro, depois de uma guerra violenta em nome de uma pacificação, subjugaram a região. De acordo com Magda Ricci (2016: 214), a revolução contou, inicialmente, com a liderança de parte da insatisfeita elite local branca e de ascendência portuguesa ou europeia que, no início do século XIX, vivia na Província portuguesa do Grão-Pará. A política e a economia imperiais, a princípio comandadas por D. Pedro I, mas, logo em seguida, administradas pela instauração de Regências<sup>4</sup>, continuaram a favorecer, na região, os tradicionais negociantes portugueses e ingleses residentes na Província.


No Grão-Pará, antes da Independência do Brasil, as relações comerciais e políticas eram diretamente com Lisboa, e isso não apenas pelas facilidades do comércio, mas, também, por determinações da divisão política da Coroa portuguesa. De acordo com Jorge Caldeira (2017: 242), a região estava ligada administrativamente a Lisboa, e não ao Rio de Janeiro, o que se devia, em grande medida, ao regime de ventos do Atlântico, pelo qual a navegação à vela durava 20 dias até a metrópole e 90 dias até o Rio de Janeiro. Antes do movimento

---

3 No período da Cabanagem, a Província do Grão-Pará compreendia os territórios pertencentes aos estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

4 Em nosso recorte temporal para este texto, vamos abordar, mais especificamente, a Regência Una de Diogo Feijó.





de Independência do Brasil, os governos da Província eram associados aos comerciantes ligados à metrópole. Embora bastante onerosa, havia uma vinculação da economia local à economia europeia. A separação do Brasil estabeleceu um novo centro de poder, que passou a nomear os governadores do Grão-Pará, não mais enviados por Lisboa. Nesse mesmo processo, desapareceram os navios que escoavam a produção local e traziam de Lisboa produtos europeus.

Essa perda de vinculação com o comércio internacional não foi compensada por outras formas de negociação propiciadas pelo Império brasileiro. Diante desse quadro, os representantes políticos do Rio de Janeiro limitavam-se a cumprir funções de arrecadar impostos e a restabelecer a ordem na região. Nessas circunstâncias, iniciou-se uma decadência econômica, e, ao mesmo tempo, eclodiram violentas disputas pelo poder político no território. Sem comerciantes em condições de adquirir a produção e colocá-la no mercado, “[...] as dissensões descambaram em conflitos abertos entre os defensores do governo central e aqueles de um federalismo maior” (CALDEIRA, 2017: 243).

No Grão-Pará do início do século XIX, reunia-se uma grande quantidade de imigrantes europeus, que, somados à população local e sua multiplicidade étnica, constituíam um verdadeiro “caldeirão” político-linguístico. Diferentes interesses econômicos e políticos, embalados por profundas diferenças linguísticas, favoreceram uma espécie de lusitanização do *nheengatu* – Língua Geral Amazônica (LGA), a principal língua de contato no período da Cabanagem. Depois da supressão desse movimento, a imposição da língua portuguesa representará uma das principais tecnologias de governo do Império brasileiro<sup>5</sup>. Essas características também fazem ecoar outros gritos de resistência decorrentes da revolução cabana em sua amplitude discursiva, no que diz respeito ao deslocamento entre vários registros de línguas e etnias. O *nheengatu*, citado anteriormente, embora não seja uma manifestação linguística escrita por excelência, ao menos no significado científico que se pode atribuir a essa expressão, talvez por isso mesmo, é uma língua que, nas movências históricas, **já traz sinais dos contatos e tensões discursivas a que foi obrigada pelo processo de gerenciamento linguístico feito pelo dispositivo colonial europeu à época da colonização.**

Com efeito, esses acontecimentos discursivos sugerem um gesto de leitura para o movimento cabano impregnado de um conjunto de instituições de controle, domínio que é muito significativo para interpretações linguísticas com base na dinâmica populacional, a partir da qual podemos delinear as balizas

---

5 A respeito disso, ver Lavareda e Neves (2018).



de desenvolvimento do Estado moderno no Grão-Pará ou o que chamamos de formação do Estado governamentalizado, em cuja perspectiva governar consiste em conduzir condutas e manter a noção de seguridade mais ampla possível – inclusive, a seguridade linguística. Surge, daí, a necessidade de investimentos em novos estudos sobre “[...] a revolução paraense como um fato (com sua história) e um mito (que foi sendo reelaborado ao longo do tempo e no espaço)” (RICCI, 2001: 271). E tomar, como ponto de partida, as manifestações linguísticas das populações de origem africana à época da colonização é, acima de tudo, desmitificar o silêncio dos discursos formadores do português brasileiro e atentar criticamente para o caráter constitutivo do nosso idioma e, ao mesmo tempo, de uma rede de memória que se estabelecerá com a historicidade linguística do negro na Cabanagem.

Neste texto, portanto, iremos para além das descrições demográficas e nos situaremos no espaço das tensões discursivas/deslocamentos linguísticos para avaliar algumas fontes, catalogadas no Arquivo Público do Pará e no *Foreign Office* (de Londres), que materializam, em uma guerra de enunciabilidades, a imposição de uma única língua oficial em toda a região amazônica, até o início do século XXI, a língua portuguesa.


Tomaremos, como principal referência teórico-metodológica, os conceitos de dispositivo, vontade de verdade e governamentalidade propostos por Michel Foucault (2006, 2010a, 2010b, 2016). Para compreender as emergências históricas das políticas linguísticas relacionadas à Cabanagem, tomaremos, como norteadores, os estudos sobre transmissão linguística irregular de Dante Lucchesi (2015), as discussões sobre dispositivo colonial desenvolvidas por Ivânia Neves (2009, 2015) e as pesquisas sobre o negro nas lutas sociais e na composição étnica do Pará realizadas por Vicente Salles (2005; 2015).

## 1. Bandeira de liberdade e de influência na língua portuguesa

O exercício discursivo em busca de movências históricas para argumentar a favor do papel predominante da população de origem africana como também difusora e influenciadora do que veio a ser chamado de língua portuguesa na Amazônia começa pela ampliação de um dos aspectos mais importantes da revolução popular que abalou, durante alguns anos, a vida social e econômica da província do Grão-Pará. Falamos, aqui, de uma agitação precisamente encorpada para a intervenção de classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos da região com o fim especial de modificar o *status quo*.







Com base em Vicente Salles (2015: 41), a Cabanagem se forjou na cidade e explodiu nos campos. É a última etapa de um processo revolucionário que se iniciou antes da Independência (a adesão do Pará à Independência ocorreu em 15 de agosto de 1823) e se concretizou, doze anos depois, em 1835. Após a Independência, a fricção social gerada no decorrer da invasão dos portugueses não diminuiu. Ao contrário, agravou-se. Já nos meados do século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, notara o antagonismo entre os filhos da terra e os lusitanos natos, processo que impactará, de forma decisiva, sobre as línguas que eram utilizadas na região.

Por volta de 1820, no Grão-Pará, o número de habitantes da alta burguesia de sangue europeu era relativamente maior do que em outras partes do Brasil. Os lusitanos e seus descendentes constituíam a classe dominante, e, de certa maneira, os arranjos sociais “mais baixos” da população eram de negros e índios:

[a] sucessão de governadores sujeitava-se quase que sempre aos caprichos da metrópole, que era incapaz de lançar, no chão conquistado, ideias de progresso ou de desenvolvimento econômico aliadas às de desenvolvimento cultural. Uma espécie de espírito feudário e monopolista tudo avassalava. Era imprescindível manter a mentalidade de colônia. Esta se sustentava sozinha, era praticamente sólida, bastava preservar os privilégios da classe dominante que, em última análise, manobrava negócios de Estado, por ter assumido posições de mando, ser a única que tinha representação política e acesso aos cargos públicos (SALLES, 2005: 275).

Entretanto, a conjuntura política do mundo moderno também passava por uma grande agitação social, afinal, as ideias da Revolução Francesa se difundiam rapidamente, sem contar, também, com o exemplo da Revolução Americana. Portanto, era necessário conter a onda que ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países europeus, que se sustentavam através dos domínios ultramarinos. E, assim, foi recomendado ao governador do Grão-Pará, à época D. Francisco de Sousa Coutinho, grande vigilância sobre todos os indivíduos que pudessem, de qualquer modo, desassossegarem a dinâmica de governo vigente.

Se colocarmos a história do Brasil colonial em movimento, pensando, em especial, o cenário amazônico em suas especificidades, veremos que o fundamental na formação de nossa língua parece estar historicamente desenhado a partir da introdução dos escravos negros na Amazônia pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, durante o consulado pombalino, visto que as reformas pombalinas começaram a instituir outra face para a política de línguas formulada e executada pelos jesuítas, e, a partir daí, o uso da língua portuguesa substituiu as línguas gerais. Pombal reorganiza toda uma tática de força que trará consequências trágicas no campo da cultura, das línguas, dos saberes:

[e]xatamente no meio do século XIX, o “fim” do tráfico negreiro determinou o início da saída de cena do elemento africano, criando as condições objetivas para a mudança semântica através da qual o adjetivo *crioulo* passou a ser sinônimo de *negro*. Pode-se dizer que se iniciou aí a fase da definitiva lusofonização do Brasil, já que deixaram de ingressar na sociedade brasileira expressivos contingentes de falantes de línguas africanas, ao mesmo tempo em que se prosseguia o extermínio e a expulsão dos povos indígenas (LUCCHESI, 2015: 114).

Uma das mudanças instituídas nesse período, por exemplo, pretendeu estimular a produção agrícola e dar início à substituição do braço indígena pelo do negro nos trabalhos da lavoura<sup>6</sup>. Embora incipiente, a lavoura de cana-de-açúcar prosperou nas cercarias de Belém e espalhou-se, com maior intensidade, pelas margens do rio Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarapé-Miri, acontecimentos responsáveis pela solidificação econômica da cana-de-açúcar na região. A partir disso, portanto, se instalaram engenhos, com numerosas escravarias, e se estabeleceu, na região, um regime social típico.

[n]essa região se localizaria a maior concentração de escravos na Amazônia. O contingente africano não foi tão numeroso, como no Maranhão, mas a história da escravatura africana no Pará se escreveu com os mesmos processos, determinando, como em toda parte, as mesmas reações do escravo. A mais frequente, a busca da liberdade pela fuga e posterior agrupamento nos quilombos (SALLES, 2015: 43)<sup>7</sup>.

De acordo com os estudos de Jorge Hurley (1936: 209), “[...] emergindo dos mocambos e das senzalas ou afluindo dos quilombos ignotos, no seio das selvas e praias desabitadas, os escravos acostaram-se à causa cabana, com o objetivo da reconquista da liberdade”. Condições de possibilidades históricas desse tipo são preciosas para a reconstituição do passado linguístico da Cabanagem e da formação patrimonial imaterial do nosso português brasileiro, pois não podemos negar que a história das línguas e seus deslocamentos discursivos marcam os rastros demográficos de seus falantes, isto é, se confrontarmos estes dados e analisarmos o papel das línguas de origem crioula na história do português do Brasil, é **evidente** a crescente presença de negros brasileiros em relação aos africanos, dos mulatos, a

---

6 Essa estratégia pode ser ratificada na cadeia de escritura do Ofício de Manuel Borges Rodrigues, Presidente da Província do Pará, escrito em 18 de fevereiro de 1836, localizado no Segundo Tomo do Volume 4 do Arquivo Público do Pará referente à Cabanagem, *códice 904*, a Manoel Alves Branco, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, comunicando que o encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa partiu para África a fim de contrabandear escravos.

7 Uma correspondência oficial escrita em 21 de novembro de 1832, por Gentil Augusto de Carvalho, Ouvidor Interino da Comarca, a José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Pará à época, já anunciava sobre a existência de um quilombo formado por ex-escravos no lugar denominado Murtucu e sobre assaltos praticados nesta localidade. Arquivo localizado também no Segundo Tomo do Volume 4 do Arquivo Público do Pará referente à Cabanagem, *códice 916*.

partir do século XVII, também **brancos brasileiros** e o decréscimo de portugueses, africanos e **índios**, conforme demonstra a Tabela 1.

**Tabela 1:** diacronia populacional do século XVI ao XIX.

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

**Fonte:** Mussa (1991).

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004: 21), a miscigenação e a presença não maciça de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de uma “língua geral brasileira”, que não seria africana, mas, sim, continuadora do português lusitano, por causa do terceiro actante nessa vasta rede linguística, os indígenas (os que não morreram) ou já estavam integrados ou acoitados nos confins protegidos. O embate, então, se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. É claro que essas estatísticas não dizem tudo, mas despertam tensionamentos discursivos importantes sobre a heterogeneidade linguística presente na época da Cabanagem, cenário que, em consonância com as teorizações de Michel Foucault (2010b; 2016) e Dante Lucchesi (2015), situa o debate central do artigo sobre as políticas linguísticas que envolvem esse período na dimensão da governamentalidade. Logo, tratamos, aqui, de uma técnica de poder de base linguística instaurada pelo sistema colonial como um grande dispositivo, sempre atualizado pelas emergências históricas, que correspondeu a uma maneira de organizar a vida social e política das populações de origem africana, depois apropriadas pelas determinações da Coroa portuguesa com o objetivo de um ideal linguístico homogeneizador, predisposto ao português europeu.

Portanto, refletir sobre o movimento cabano não como um acontecimento isolado, mas com gestos de leitura que procurem compreender um determinado agrupamento de práticas constituidoras de uma trama de saberes e jogos de força, que, segundo Neves (2009), contribuíram para inventar uma tradição notadamente



ocidental sobre o índio e o negro, no “novo” continente e sobre a língua portuguesa, é, aqui, tomado para designar o contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, em decorrência da ação do colonialismo europeu na América Latina.

## 2. O colonialismo europeu e a língua como estratégia de poder

### 2.1. A governamentalidade e a vontade de verdade


De acordo com as teorizações de Foucault (2010b; 2016), situaremos o debate sobre as políticas linguísticas que envolvem o período da Cabanagem na dimensão da governamentalidade, conforme já anunciado. Essas conceituações são resultantes de um processo longo, conflituoso e desigual, instituído no período colonial e também agenciado pelo Império brasileiro, que foi decisivo para a supremacia e soberania da língua portuguesa no Brasil. Afinal,

[g]overnar um Estado significará, portanto, estabelecer, a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle. [...] O que implica em uma pluralidade de fins específicos. E para atingir essas diferentes finalidades deve-se dispor as coisas. E esta palavra dispor é importante, à medida que, para a soberania, o que permitia atingir sua finalidade, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam ligadas (FOUCAULT, 2016: 418).

De acordo com Guilherme Branco (2016: 113), governamentalidade, para os estudos foucaultianos, é uma técnica de controle social que se caracteriza pela tentativa de realizar o gerenciamento de uma sociedade. Governamentalidade é gestão social, gestão da população, gestão de indivíduos, correspondendo, portanto, ao surgimento de um tema extremamente caro a Foucault, a questão da burocracia. Assim, para existir um governo deve haver uma forma de poder e de saber agindo dentro de uma vasta teia burocrática:

[...] quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma organização e um funcionamento de um discurso (FOUCAULT, 2016: 279).





Mostramos, dessa forma, a partir das brechas deixadas nos registros históricos, como a gestão das línguas imbrica-se com a institucionalização de uma “verdade linguística” no período da revolução cabana. Todas as relações de poder e de saber, somadas a determinadas urgências históricas e suas respectivas atualizações, são estabelecidas por um dispositivo (ou por um conjunto deles). Observamos, em relação aos processos envolvendo a língua geral amazônica, por exemplo, que eles ratificam uma cosmologia, um modo de viver (ou morrer) em função dos discursos “verdadeiros”, e trazem consigo efeitos específicos de uma disciplina linguística europeia e, ao mesmo tempo, favorecem a invenção de uma outra tradição linguística na Amazônia. Esses processos, com novas modernizações chegam, inclusive, até os nossos dias:

[o] colonialismo europeu, tanto na América como em outras partes do mundo, se impôs a partir de uma multiplicidade de interesses. Os Estados europeus, com seus exércitos e seus anseios de se tornarem impérios, as grandes empresas que começavam a surgir e desejavam abrir novas frentes de exploração econômica e a Igreja Católica com o objetivo de aumentar o rebanho de Deus são alguns dos mais visíveis fatores que impulsionaram as práticas coloniais (NEVES, 2009: 32).

Os dispositivos de controle do discurso indicam uma vontade de verdade que se estabelecerá como um discurso “ideal” de uma língua oficial derivada dos procedimentos de interdição e segregação que toda sociedade tem subjacente às suas práticas, vontade de verdade essa que vai se solidificando e opondo o verdadeiro ao falso no que diz respeito ao uso de uma dada manifestação linguística em detrimento de uma outra:

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2011: 273).

A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas ‘regimes de verdade’ que se transformam de acordo com as contingências históricas. E, de acordo com Rosário Gregolin (2006: 98), apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Ao propor a existência de uma ‘vontade de verdade’, Michel Foucault não a pensa como uma essência a ser descoberta, porém, procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercida por essa produção.



## 2.2. Dispositivo colonial, língua e práticas de si

Um dos principais objetivos da obra de Michel Foucault foi entender como as estratégias de governamentalidade estabelecem práticas sociais do saber e do poder que produziram o que somos nós hoje. Para incorporar às suas análises a dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas que produzem subjetividades, ele propôs o conceito de dispositivo, cujo mérito principal é mostrar como as relações de poder se estabelecem para além da repressão e da ideologia, na maioria das vezes envolvidas com a normalização e com a disciplina. Podemos tomar, como exemplo, as línguas indígenas e as línguas crioulas e como seus sujeitos passaram a ser concebidos como anormais, fora da proposta civilizatória do Ocidente por um determinado dispositivo de controle. Afinal, para Foucault (2006: 244), o dispositivo representa um

[c]onjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Na difusão das línguas gerais entre povos indígenas não falantes de línguas tupi, fica evidente, em especial, a presença do dispositivo religioso, com a tradução da bíblia e a conversão dos indígenas. Mas há um outro dispositivo, por vezes associado ao religioso, que vai além dos limites da igreja e mesmo do sistema colonial, que, em tese, no Brasil, finalizam em 1822, com a proclamação da Independência, o dispositivo colonial.

Tomando, como referência, a definição de colonialidade do poder, formulada por Walter Dignolo (2003), Ivânia Neves (2009) propôs, a partir da perspectiva foucaultiana, a existência de um dispositivo colonial para pensar as tecnologias de poder ainda bastante atuantes nos processos de produção das subjetividades das sociedades amazônicas e nos discursos que circulam sobre elas:

[e]ste grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina, a moeda colonialidade/modernidade continua a se atualizar e ela está intensamente presente, sobretudo nas ações do poder público também na cidade (NEVES, 2015: 31).

Caracterização marcante destas ações na Província do Grão-Pará foi como as línguas e muitas práticas culturais aqui vividas foram colocadas dentro de uma



hierarquia em que as populações menos abastadas passam a figurar como atrasadas, selvagens. Todos os saberes europeus passam, então, desde o início da colonização a representar o moderno, que vai sempre se atualizar e se opor aos saberes locais amazônicos. Logo, nota-se que o dispositivo colonial sempre esteve imbricado com os mais diferentes meios, com os sistemas judiciários, com o dispositivo escolar e mesmo em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais índios de verdade ou, ainda, que todos os povos indígenas falavam apenas uma língua indígena, o tupi e tantos outros.

De um ponto de vista mais amplo, referente ao papel que uma normalização linguística desempenha na construção de uma hegemonia ideológica no conjunto da sociedade amazônica, ignorar as tensões discursivas que atravessam os deslocamentos linguísticos na história do português do Brasil é, sobretudo, não dar visibilidade aos expressivos contingentes de falantes de línguas africanas e indígenas que aqui já estavam e, ao mesmo tempo, fortalecer o projeto de “branqueamento linguístico” da sociedade brasileira. Essas descontinuidades são necessárias para notarmos que a atuação do dispositivo colonial também é organizada, em última instância, pelos interesses da classe dominante de ascendência europeia que vivia no Grão-Pará. Desse modo, nos espaços de colonização em que os binarismos colonizador-colonizado foram claramente demarcados, alguns cabanos tiveram uma percepção mais clara acerca do processo de exploração e de formulação de subjetividades que posicionavam o colonizador europeu como “civilizado”, em contraposição ao colonizado situado sempre à margem da civilização. Surge, daí, talvez, uma das razões para agenciarmos a tentativa do domínio escrito da língua portuguesa, por parte de determinados revolucionários cabanos, como dinâmica pontual de modernidade e de resistência crítica a uma discriminação linguística já desenhada em nosso território:

[c]omo Foucault deixa claro, dada a natureza das relações de poder modernas, nosso objetivo é não ficar fora do poder, mas antes navegar essas relações de maneira diferente. [...] Se “a governamentalidade é o movimento através do qual os indivíduos são subjugados na realidade de uma prática social por meio de mecanismos de poder que aderem a uma verdade”, a crítica funciona como “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de questionar o poder quanto aos seus discursos de verdade”. Em resposta à governamentalidade, a crítica pode ser entendida como “arte de navegar relações de poder”. Como uma dessas técnicas e práticas que desafiam e afrouxam a ligação entre verdade e poder, a crítica caracteriza – e, por sua vez, - promove modos de subjetividade que similarmente desafiam. Ela mantém um caráter criticamente emancipatório (auto)reflexivo e, portanto, possui potencial emancipatório (TAYLOR, 2018: 228).

Tendo esses pontos emancipatórios em rede, estamos em posição de entender melhor como algumas condições de possibilidades históricas reproduzem que os cabanos não estavam totalmente fadados a reproduzir acriticamente as normas, as





disciplinas e os valores prevaletentes das sociedades europeias, questões também geradoras de impactos no contato linguístico. Dito de outra maneira,

não há instituições e normas emancipadoras que nos capacitem, por um lado, e instituições e normas opressivas ou normalizadoras que nos constranjam, por outro; em vez disso somos simultaneamente capacitados e constangidos pelas mesmas instituições e normas. Portanto, nos encontramos confrontados pela tarefa de descobrir quando e como somos capacitados e quando e como somos constangidos, de determinar maneiras pelas quais as práticas existentes têm o potencial de afrouxar constrições e, portanto, de resistir à normalização, e empregar essas práticas não apenas para esse propósito, mas também a fim de desenvolver práticas novas diferentes – formas novas e diferentes de nos relacionarmos com nós mesmos e com outrem (TAYLOR, 2018: 221).

Portanto, o processo de produção das subjetividades dos sujeitos cabanos, particularmente, precisa ser visibilizado sempre de uma dinâmica de restrição. Afinal, nós nos constituímos como sujeitos (somos capacitados) por meio de várias ‘práticas de si’, as quais incluem atividades de escrita, o exercício e a tentativa de dizer a verdade etc. Mas também somos constituídos (somos constangidos) na medida em que a maneira como realizamos essas práticas é moldada por instituições como escolas, aparelhos de segurança do estado, bem como pelas normas e valores mais gerais prevaletentes das atualizações do dispositivo colonial.

### 3. A transmissão linguística irregular e suas interfaces

O conceito de transmissão linguística irregular, de acordo com Dante Lucchesi (2015: 95), é, aqui, tomado para designar amplamente as movências históricas de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América(s) e Oceania. Nas diversas situações de dominação que se constituíram por essas condições de possibilidades históricas, a língua do grupo dominante, denominada língua de superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização.

Com base nas teorizações de Foucault (2016), podemos observar que existe uma técnica de poder sendo instaurada (que complementa e suplanta o gerenciamento linguístico, a disciplina) e que essa técnica também corresponde a uma maneira de organizar a vida social e política na região. Assim, se governar consiste em conduzir condutas, mantendo a noção de controle mais ampla possível, a disciplina linguística



aqui desenhada assinala, portanto, o processo de transmissão linguística irregular como uma das estratégias da maneira de governar (como prática estrategicamente pensada pelos colonizadores). A partir disso, a análise da governamentalidade abarca, então, *grosso modo*, o exame que Foucault denomina as *artes de governar*. Essas artes incluem o estudo do governo de si e o governo dos outros. Podemos delinear, através de determinadas materialidades, a Cabanagem como um lugar de deslocamento linguístico, de descontinuidades e, também, definidor das linhas de desenvolvimento do Estado moderno na Província do Grão-Pará. Logo, pensar o sistema colonial como um grande dispositivo, sempre atualizado pelas emergências históricas, é, também, refletir sobre o movimento cabano não como um acontecimento isolado, mas com gestos de leitura que procurem compreender um determinado agrupamento de práticas constituidoras de uma trama de saberes e jogos de força que, segundo Neves (2015), contribuíram para inventar uma tradição notadamente ocidental sobre a língua portuguesa. Posta dessa forma, a fundamentação do conceito de transmissão linguística irregular como uma estratégia do dispositivo colonial tem, também, por objetivo estender o escopo de análise sobre as manifestações linguísticas das populações de origem africana no período da Cabanagem para além de uma *pidgnização* e de uma criouliização típicas:

[n]esta perspectiva, o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é concebido como variável em seus resultados, em função da gradação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam. [...] Historicamente, boa parte dos processos de *pidgnização* e criouliização atualmente conhecidos tem sua origem entre os séculos XVI e XIX, durante a expansão colonial europeia e o sequestro de populações africanas para trabalharem como escravos no continente americano. Neste contexto, o cenário prototípico da criouliização compreende uma situação de sujeição, em que um grupo minoritário monolíngue subjulga grupos que muitas vezes falam línguas diversas e inteligíveis entre si (LUCCHESI, 2015: 95-6).

O que está sendo mobilizado por Dante Lucchesi e aqui incorporado às condições de possibilidades históricas do negro nos movimentos cabanos, para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira, designa os processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, nos quais a língua que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos, conforme já citado anteriormente. Tais processos, de acordo com Marcos Bagno (2017: 460), são condutores à formação de uma manifestação linguística historicamente nova denominada de *pidgin* ou crioula ou à simples formação de uma nova variedade da língua que predomina na situação emergencial de contato:

[e]sses processos estariam na base da situação sociolinguística do português brasileiro que o mesmo Lucchesi, em outros trabalhos, definiu como “polarizada”, apresentando, num polo, o que ele designa como norma culta e norma popular, sendo esta última a que teria constituído pelo processo de transmissão linguística irregular. Mantidas

separadas durante longo tempo, essas duas normas têm experimentado, no último século, um forte processo de interação e interfluência, sobretudo depois da acelerada urbanização ocorrida no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Na constituição dessa norma popular, o principal elemento de perturbação da gramática da língua-alvo, o português, teriam sido os falantes das línguas africanas sequestrados de sua terra de origem para serem escravizados no Brasil (BAGNO, 2017: 461).

E, se colocarmos a história da Cabanagem em movimento, repensando as estratégias de gerenciamento linguístico como um dos fundamentos para discutir as tensões discursivas que atravessam os deslocamentos linguísticos na história do português do Brasil, notaremos diversos espaços institucionais de controle da língua e dos saberes a ela intrinsecamente relacionados, descortinando, inclusive, algumas estratégias do policiamento linguístico imposto para a região, ou seja, como a presença de um dado perfil estratégico populacional objetivava definir um sistema de relações diversas de dominação, de disciplinas.

Os debates advindos de uma arqueogenealogia foucaultiana, com base em Gregolin (2016), indicam que esse tipo de perfil é aquele no qual o comando gerencial é também construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam os costumes, os hábitos e as práticas discursivas. A governamentalidade é assegurada, então, por meio de instituições físicas presentes na sociedade em questão (escolas, igrejas, instituições policiais, documentos e etc.) que estruturam o terreno social e fornecem explicações “adequadas” para a razão de determinadas disciplinas.

Nossa escolha de mergulhar em uma história social dos arquivos que atravessam a Cabanagem vai nessa direção, pois estamos interessados na emergência dos discursos, nas estratégias dos dispositivos e nas batalhas de poder em torno dos usos sociais das línguas que eram faladas nessa época no Grão-Pará, particularidade que “[...] busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2010a: 157).

A trajetória histórica das línguas na Amazônia brasileira deve, em nossa perspectiva, ser analisada em seus contatos e suas tensões, explicitando, por um lado, o processo de conflito entre a língua portuguesa, as línguas indígenas, as línguas africanas e, por outro, as políticas linguísticas e as formas como elas interferiram nos sujeitos falantes dessas línguas e suas marcas identitárias, étnicas e regionais. No regime de governo dos corpos das populações locais do continente americano, a língua, por seu poder político, mereceu uma atenção especial do colonizador. O controle linguístico representa, portanto, uma tecnologia de poder bastante significativa para se efetivar a colonização e o domínio efetivo do território, em

que há um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros.

Para ampliarmos ainda mais o cenário de análise dentro dessa rede de memória, tendo como recorte a Cabanagem, podemos citar alguns trechos do *Despacho nº 59*, um dos arquivos sobre o movimento cabano localizado no *Foreign Office*, de Londres, descoberto pelo historiador David Cleary (2002). Cadeia de escritura na qual se materializa certo cuidado emergencial no gerenciamento populacional como um instrumento de dominação, paulatinamente o objeto do governo provincial na Cabanagem deixa de ser somente a dinâmica territorial da guerrilha e de “pavor/medo” dos cabanos e passa a assumir uma atenção especial ao modo de gestão da população, um controle das estratégias de resistência que os indivíduos estavam anunciando, conforme indica o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1: a Cabanagem em documentos ingleses

TRECHO DO DOCUMENTO INGLÊS (ORIGINAL)	TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS
<b>BOX 20 // <i>Despatch nº 59</i></b> <b>From: <i>Henry Stephen Fox, British Minister in Rio de Janeiro</i></b> <b>To: <i>Lord Palmerston</i></b> <b>Date: <i>November 10th 1835</i></b> <b>Place: <i>Rio de Janeiro</i></b>	<b>CAIXA 20 // <i>Despacho nº 59</i></b> <b>De: <i>Henry Stephen Fox, ministro de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro</i></b> <b>Para: <i>Lord Palmerston</i></b> <b>Data: <i>10 de novembro de 1835.</i></b> <b>Local: <i>Rio de Janeiro</i></b>
<i>[...] The conquering faction, or rather the troop of savages, now left in possession of Para, consists chiefly of Indians (of whom there is na numerous population throughout the provinces of Para and Maranhã) ando f various cross breeds between Indians and negroes, coming under the general denomination os “Cafusos”. And being I believe among the most worthless of the varieties of the human species. If these men should be able to maintain themselves; there is little doubt they will proceed to exterminate the withe race wherever within their reach: whether they will give liberty to the African blacks and associates or</i>	<i>[...] A facção vitoriosa, ou seja, a tropa de selvagens que agora domina o Pará, consiste principalmente de índios (deles existe uma numerosa população entre as Províncias do Pará e Maranhão) e de várias raças mestiças entre índios e negros, classificados com a denominação geral de Cafuzos, estando, creio eu, entre as variedades mais sem valor da espécie humana. Se esses homens conseguirem se manter, não há dúvida de que irão exterminar a raça branca até onde estiver ao seu alcance. Se derem liberdade aos negros africanos e os receberem como seus pares e camaradas, ou eles os retiverem</i>



## TRECHO DO DOCUMENTO INGLÊS (ORIGINAL)

*whether they will retain them as slaves in their own servisse, we have yet no mens of knowing;but na union between the two coloured races; for puposes of violence against their common másters; appears to be much the most probable result [...] If the revolution be not now quelled, the large and fertile province of Para may be considered as lost altogether to the civilized world.*

## TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS

de fato como escravos em seu próprio serviço, não temos como sabê-lo, mas uma união entre estas duas raças de cor, com a finalidade de cometer violências contra seus donos em comum, parece ser o resultado mais provável [...] Se a revolução não for dominada agora, a grande e fértil Província do Pará pode ser considerada totalmente perdida para o mundo civilizado.

**Fonte:** Cleary (2002).

Agora, se faz necessário enxergar o que as relações de poder têm de móvel, transformável e reversível, ou seja, que algumas práticas cotidianas vivenciadas nos exemplos expostos, “no nível das coisas ditas”, são também acontecimentos discursivos que dinamizam o âmbito de um sujeito que é definido historicamente pela relação de si para consigo: “[i]sso significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo buscamos propor, devemos considerar que as relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/ relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama que está em rede” (FOUCAULT, 2010a: 225).

Estamos, aqui, a partir dos cortes deixados nos registros históricos do *Despacho nº 59*, procurando mostrar como a gestão dos usos das línguas imbrica-se com a institucionalização de uma “verdade linguística”, uma “verdade civilizatória europeia” no período da revolução cabana. As relações de poder e de saber relativas à língua portuguesa na historiografia tradicional, somadas a determinadas urgências históricas, foram estabelecidas por um dispositivo (ou por um conjunto deles) que desejava legitimar um único uso, um único contato linguístico, dentro de um vasto cenário de usos reais da língua, usos evidenciados pela multiplicidade de povos, culturas e idiomas que circulavam no Grão-Pará à época da Cabanagem.

Podemos citar, como outro exemplo, as pistas discursivas registradas no dia 22 de junho de 1835 em um diário de bordo britânico escrito pelo Capitão Home, HMS *Recehorse*, que diz o seguinte:

[o]uvi muitas pessoas cantando na cidade, na direção do Forte de Santo Antônio e os Índios, acompanhados por disparos de mosquetes de vez em quando”. De



repente, estamos do lado de um militar britânico, olhando a para a cidade na escuridão, e pensando com ele: que diabo está acontecendo aí? O que estão cantando?” (CLEARY, 2002: 7).

Esse depoimento ratifica mais um deslocamento linguístico e toda heterogeneidade linguística presente na Amazônia brasileira, pois marca, na singularidade dos acontecimentos, que, naquela ocasião, nenhum dos militares falava português. Segundo David Cleary (2002: 18), as esquadras britânicas sempre levavam vários intérpretes negros da Jamaica para Belém e para Tatuoca. Desse modo, “**é preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos atavismos e hereditariedades [...]** A história com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, é o próprio devir” (FOUCAULT, 2016: 61).

Logo, este artigo mobiliza outras formas de olhar para a história das diferentes línguas que constituíram o grande caldeirão linguístico que era a Amazônia brasileira na Cabanagem. Trata-se, enfim, de afastar aquilo que sempre manteve vivo uma única representação linguística como mantenedora da continuidade de um dado discurso.

Portanto, é mais do que necessário explorarmos a heterogeneidade de novas configurações de saber, que, ao surgirem e/ou desaparecerem, são notadamente um entendimento mais verticalizado da historiografia do Pará e do Brasil, da constituição plural do nosso idioma e de como a revolução cabana também dialoga com os deslocamentos linguísticos das populações de origem africana no período colonial.

## Referências

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRANCO, Guilherme Castelo. Governamentalidade, política, resistências ao poder. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault** – política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p.11- 121.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil** – cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CLEARY, David. **Cabanagem** – documentos ingleses. Belém: SECULT/IOE, 2002.



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica da sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b. pp. 221-241.

\_\_\_\_\_. A função política do intelectual. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 264-287.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. p.115- 142.

HURLEY, Henrique Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Off. Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1936.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas – a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Projetos locais/projetos globais – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de mestrado), 1991.


NEVES, Ivânia. **A Invenção do índio e as narrativas orais tupí**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. In: **Revista Moara**. Edição 43, jan-jul, 2015. p.26-44.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “indole” – 1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES; Maria (org.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade – para além dos 400 anos**. Belém: Açai, 2016. p.205-227.

\_\_\_\_\_. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará – Belém: Secretaria de cultura/Arquivo público**. 2001. V. 04, pp. 241-274.





RICCI, Magda; LIMA, Luciano. Letrados na Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). **Revista Brasileira de Educação**. V.20, n.63, out-dez, 2015.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará** – sob o regime da escravidão. Belém: IAP, Programa Raízes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

TAYLOR, Dianna. Práticas de si. In: TAYLOR, Dianna (org.) **Michel Foucault – conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p.221-237.

# A PRODUÇÃO DA RESISTÊNCIA PELA MEMÓRIA: O FURO NO IMAGINÁRIO

## THE PRODUCTION OF RESISTANCE BY MEMORY: THE HOLE IN THE IMAGINARY

*Teodulino Mangueira ROSENDO<sup>1</sup>*

**Resumo:** pretende-se compreender como, na produção simbólica de fotografias do Projeto Seca, Xote e Baião, desenvolvido com alunos do ensino médio, na Paraíba, se entrecruza como furo, pela direção da memória, a questão da imagem na relação com o imaginário, termo discutido por Vanier (2005) como um dos registros da experiência psíquica. Direcionamos nossa análise para o exame da memória como lugar de identificação, de evidências estabilizadas que podem (devem) ser resignificadas, deslocadas, por meio das modificações simbólicas, despontando como campo de resistência não voluntarista, dada à constituição do sujeito pela par ideologia e inconsciente. Pela condição das novas formulações possíveis, a regularização dos discursos estabilizados pode ser alterada, modificada, de acordo com Pêcheux (2015) pode ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo que vem perturbar a memória. Destarte é sob essa condição que a movimentação dos sentidos nas fotografias em estudo se processa materializando a ideologia, na relação do dito e do não dito.

**Palavras-chave:** memória discursiva; imaginário; resistência.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina (2016); Mestre em Métodos e Gestão da Avaliação Educacional – UFSC (2015); Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem e Psicanálise (2016); Bolsista AGETEC-UNISUL (2018). E-mail: teomangueira@hotmail.com.

● ● ●

**Abstract:** it is intended to understand how in the symbolic production of photographs of the Projeto Seca, Xote and Baião, developed with high school students, in Paraíba, the image question is intertwined as a hole, through the direction of memory, in the relation with the Imaginary, a term discussed by Vanier (2005) as one of the records of psychic experience. We direct our analysis to the examination of memory as a place of identification, of stabilized evidences that can (must) be resignified, displaced, through symbolic modifications, emerging as a field of non-voluntarist resistance given to the constitution of the subject by the ideology and unconscious pair. By the condition of new formulations possible the regularization of stabilized discourses can be altered, modified, according to Pêcheux (2015) may collapse under the weight of the new discursive event that comes to disturb memory. Thus it is under this condition that the movement of the senses in the photographs under study materializes the ideology, in the relation of said and not said.

**Keywords:** discursive memory; imaginary; resistance.

## Introdução

Neste estudo, trazemos duas materialidades fotográficas do Projeto Seca, Xote e Baião<sup>2</sup>, desenvolvido com alunos do Ensino Médio, em uma escola estadual, no sertão paraibano, tendo como motivação a seca, temática sempre atual naquele contexto, buscando, pela memória, indagar as formas de convivência com essa situação cíclica e social difícil. Assim, pela leitura do clássico *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e pelas experiências locais, se objetivou ampliar esse debate apreendendo sua historicidade, as práticas e relações de mando e obediência que as permeiam.

Nessa ação pedagógica, também relacionávamos a “identidade cultural”<sup>3</sup> sertaneja com o que foi dito e cantado por Luiz Gonzaga em sua musicalidade. Dessa alusão, os termos “Xote e Baião” são inseridos no título como forma de prestar uma homenagem a esse poeta nordestino, funcionando como o ritmo que embalou as atividades dessa proposta.

---

2 O referido projeto, de nossa autoria, foi trabalhado na Escola E.E.F.M. Bernardino José Batista- Triunfo/PB, e recebeu do Governo do Estado da Paraíba o prêmio Mestres da Educação.

3 Entendemos essa questão a partir de Hall (2016), pensando a identidade na diferença.






No Projeto Seca, Xote e Baião se tem o viés discursivo operando na materialização do linguístico, do social, do histórico e do ideológico, sendo fundamental pontuar que essa produção se inscreve no discurso pedagógico, dentro da escola. Sublinhamos que o discurso pedagógico tende a ser autoritário; segundo Orlandi (2003), ele circula de forma preestabelecida, enrijecido, produzindo dizeres institucionais validados pelas próprias instituições, como, por exemplo, a escola. E, nesse espaço, o poder e o controle se manifestam amplamente, disfarçados pelo discurso da neutralidade, mas reforçando sentidos que sustentam a dominação e a exclusão na ordem social:

[o] controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro. Deve-se-ia reconhecer que os aparelhos ideológicos de Estado também operam na sociedade de controle e talvez com mais intensidade e flexibilidade do que Althusser jamais imaginou (HARDT, 2000: 369-70).

Dessa forma, a escola, com sua base nada democrática, se apresenta como lugar de controle, mas, também, de vaga-lumes—professores e alunos—que lampejam desejos de mudanças e aspiram à criação de escolas de vaga-lumes. Nesses espaços, o saber giraria em torno do pensar, do refletir, do questionar, do indignar-se e do construir, e não apenas em reproduzir, mecanicamente, os sentidos cristalizados, repetindo a história dos vencedores sobre os vencidos, afinal, como em Benjamim (1994), é preciso [...] “[e]scovar a história a contrapelo, ou seja, opor à tradição dos oprimidos a versão oficial da história, lutar contra a corrente, contra tudo o que pode ser considerado natural”.

Nesse contexto, é importante destacar que, no Projeto, trabalhou-se pelo viés da luta contra um imaginário linguístico-social-político-ideológico que marginaliza o “vidente da seca”, reduplicando um discurso de poder, com palavras de ordem que reforçam os estereótipos. Na direção do enfrentamento, Deleuze e Guattari (2011), discutindo sobre a ideologia, ampliam o debate com a formulação da noção de devir-menor, uma forma ‘menor’ de atuar dentro de uma forma maior, na possibilidade de abertura ao acontecimento e a outros sentidos. Mas “[...] como escapar à sentença de morte que ela [palavra de ordem] envolve, como desenvolver a potência de fuga, como manter ou destacar a potencialidade revolucionária de uma palavra de ordem?” (DELEUZE; GUATTARI, 2011: 61). A propositura do Projeto sugeria posição política, gesto de questionamento, condições de, por meio do devir menor, arquitetar espaços de “potência”, para agir por meio de um posicionamento crítico e subversivo, de ir contra a lógica hegemônica, de assumir o ser sertanejo com vigor/altivez/coragem, com resistência. Retomamos Deleuze (2011: 220) [...]: “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”. Certamente, essas novas





armas podem se materializar nas atividades que promovem o pensamento, que instigam a construção de ideias próprias, que desnaturalizam o estabilizado.

## O imaginário, a imago e a produção de sentidos — olhar analítico

Para examinarmos, discursivamente, o processo de produção das materialidades fotográficas, consideraremos a relação tensa entre descrição/ interpretação, considerando o contexto histórico-ideológico mais amplo que explicita o nível da constituição dos discursos, igualmente as condições de produção e circunstâncias de enunciação que elucidam o nível da formulação. Nesse aspecto, Orlandi (2012) considera que [...] “toda descrição está exposta ao equívoco da língua” [...] (ORLANDI, 2012: 23), complementando que o sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição, e o trabalho do analista nessa relação “não é descrever nem interpretar mas compreender [...] compreender como o texto produz sentidos” (ORLANDI, 2012: 27).

Como no exposto, o dispositivo teórico-analítico da análise de discurso concebe a linguagem (o discurso) “como estrutura e acontecimento” (PÊCHEUX, 2015: 16). Esses são elementos estruturantes “que tocam a ordem, a regra, mas também o acaso, o equívoco, a forma histórica da significação na compreensão de cada gesto de interpretação” (ORLANDI, 2012: 29), nesses termos, não se almeja ancorar os sentidos dessa análise em um patamar de verdade e de univocidade.

Dado o que se anterioriza, dizemos que as condições de produção dessas materialidades, pelo trabalho com o simbólico, revestem o sujeito, dentro da prática discursiva, da possibilidade de formular a partir do discurso literário da obra *Vidas Secas* (mas não só dele), ampliando o “confronto com a linguagem e através dela o confronto com o mundo”, conforme Orlandi (2003). Por esse viés, a historicidade da produção desse discurso clarifica a indissolúvel relação entre língua, história e sujeito, e, na intersecção das três noções, a resistência pode se marcar de forma explícita ou camuflada, vestida pelo simbólico, em processos de ressignificação e pela memória a que estão associados os sujeitos, a tríade traz para a análise o equívoco, a contradição como quadro de possíveis falhas no ritual da interpelação.

Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, apresenta ao leitor personagens que denunciam a exclusão social, o silenciamento e contextualizam um típico cenário nordestino de 1938 castigado pela seca, levando contingentes migratórios a buscarem lugares em que

pudessem assegurar sobrevivência. Com as devidas mudanças e alterações próprias de cada temp; e na relação com a memória contemporânea de viver no sertão hoje (2018), ainda torturado pela seca, essas memórias se encontram, se atualizam e suscitam a construção e a produção de sentidos por parte dos sujeitos alunos, ancorados nessa historicidade que os atravessa, como na Figura 1, abaixo apresentada.

Figura 1: ensaio fotográfico do Projeto Seca, Xote e Baião



Fonte: Oliveira (2012)

Na experiência da leitura, no debate aprofundado e na atualização da obra de Ramos em sala de aula, esses sujeitos alunos apreenderam a realidade difícil do convívio com a seca e suas mazelas *ad aeternum*. Então, no jogo das semelhanças e diferenças das intempéries climáticas de ontem e do presente, há a *reconstrução de uma imagem do sertão nordestino*, imagem do ser sertanejo que se marca no processo de textualização dessas materialidades.

Figura 2: ensaio fotográfico do Projeto Seca, Xote e Baião



Fonte: Oliveira (2012)

Compreende-se que, de fato, em toda a produção simbólica desse projeto, se entrecruzam, como furo, pela direção da memória, a questão da imagem na relação

com o imaginário, termo discutido por Vanier (2005) como um dos registros da experiência psíquica, não se resumindo à imaginação, mas agindo na perspectiva de fazer acomodações, tranquilizar, tentar envolver o real (outro registro psíquico), que se apresenta como caótico, não se deixando capturar por nenhum símbolo, por nenhuma nomeação; imaginário, real e simbólico interligados, formando o que Vanier (2005) designou por ‘nó borromeo’.

Nesses termos, Vanier (2005) mostra o imaginário como um mecanismo de constituição do EU cuja função é, por meio do “estádio do espelho”, localizar esse EU, provocando uma identificação, [...] ”a saber, a transformação produzida no sujeito, quando assume uma imagem”[...] (VANIER, 2005: 37) – a isso, o autor chama de imago. De fato, a vivência no solo sertanejo e a bagagem deixada por *Vidas Secas* são apropriações que engendraram relações especulares, seja na textualização da imagem fotográfica, seja nas poesias, desencadeando uma correlação *a priori* de identificação, esclarecendo, com Vanier (2005), que [...] “[a] mesma identificação que funda o EU também o determina como um outro”. (VANIER, 2005: 38).

Dessa forma, mesmo na relação com o espelho, em que há uma aproximação, uma primeira identificação, paradoxalmente, há estranhamento, uma vez que não há uma relação linear de igualdade entre o EU e o outro especular, e, sim, relação de semelhança, essa imago é criada pelo imaginário, um registro da ilusão, portanto, alienador; imagem que se marca pela ‘presença-ausente’ do sujeito. A psicanálise e a análise de discurso, em suas aproximações, não trabalham com a noção de identidade, justamente por ser fechada, acabada, mas ambas exploram a ideia de identificação, que denota instabilidade, construção, processo temporário capaz de ser rompido, atingindo outros níveis, como o da contra-identificação e da desidentificação, nos termos já abordados nesta discussão.

Através desse conhecimento psicanalítico, podemos, associados à memória discursiva, zona de confronto entre as redes de memória, averiguar o jogo de forças antagônicas que buscam, por um lado, restabelecer, estabilizar os “implícitos”, o estável. Ou seja, a imagem discursiva totalizadora que se tem da seca, como uma representação histórico-social-linguística, também reforçada por *Vidas Secas*, e do nordeste brasileiro como espaço estereotipado de dominação político-ideológica, de pobreza extrema, de condições econômicas miseráveis, constituído por famílias que asseguram sua supervivência migrando para os grandes centros, onde, eventualmente, conseguem educação, saúde ou, quando do contrário, caem na marginalidade, na delinquência e vivem à borda das cidades, causando transtornos aos governos e aos cidadãos. Por outro lado, a memória que busca desregular, desestabilizar esses já ditos, esses pré-construídos e instaurar o acontecimento discursivo, em que [...] “sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra





possibilidade de articulação discursiva [...] a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrases” (PÊCHEUX, 2010: 53).

A reflexão teórico-prática se direciona para o exame da memória como lugar de identificação, de certas evidências estabilizadas que podem (devem) ser re-significadas, deslocadas por meio das modificações simbólicas e despontar como campo de resistência, já que, como vimos, a resistência não é voluntarista, *espontaneísta*, dada a constituição do sujeito pela par ideologia e inconsciente. Por essa via, a memória contemporânea de um Nordeste de avanços em relação à pobreza extrema, de melhoria na oferta da educação, habitação e saúde, visibilizados pelas políticas públicas sociais dos últimos governos, com dados que revelam avanços em relação ao passado e, ainda, o envolvimento da tecnologia e do acesso à informação que abraçam grande parcela da população, entram no embate com a memória dos remotos tempos históricos reafirmados por *Vidas Secas*, em que o Nordeste se marca de forma pré-concebida, categorizado como lugar apenas de ignorância, fome, miséria e vulnerabilidade.

A memória social, que materializa, no conjunto da obra *Vidas Secas*, o Nordeste da degradação, da escassez, determinado historicamente, é, também, reproduzida em outras artes plásticas, literárias, musicais e largamente no discurso midiático e no imaginário nacional. Assim, as redes de memória, acionadas de diferentes lugares de memória, oportunizam a retomada dos “já-ditos”, funcionando na textualização das materialidades do projeto como pré-construídos, e, pelo encontro com uma atualidade, estão sempre sujeitos a derivações, a desregulações, leituras outras que não reforçam as oficiais.

Esses aspectos entrepostos no processo de textualização das imagens, na relação de entremeios transportam, para a prática discursiva, a historicidade dos sujeitos alunos e reclamam, gritam por discursos transgressores. Dessa forma, o gesto analítico de compreender as fotografias construídas a partir da identificação com as cenas do livro de Graciliano Ramos exige ancoragem na tríade fundamentadora da análise de discurso, nos afastando da plasticidade das imagens, do automatismo do olhar e da evidência do visível, para podermos alcançar os sinais de ruptura simbólica, afinal, acreditamos que a falta se revela para além da aparência, “[j]amais me olhas de onde te vejo” (LACAN, 2008: 104).

Tais gestos são vestígios do equívoco, desabrochados como efeitos produzidos no discurso imagético e estampados nas roupas reluzentes, bem passadas, bem acabadas, de tons claros e perfeitamente sobrepostos, nas sandálias novas que protegem os seus pés, nos cabelos bem cuidados da Sinhá Vitória, no riso fácil que estampa a face do Fabiano e da Sinhá (Figura 1), na bolsa (bornó) higienizada do



Fabiano, no verde alvissareiro das árvores (como nas Figuras 1 e 2), no pano branco límpido que lhes serve de mala, na posição ereta dos corpos que não parecem tão submissos, de ombros curvados, mas com “nó na garganta”, dentre outros.

É claramente notável que os sujeitos alunos de 2012 não conseguem, de forma plena, encontrar os personagens de 1938. Assim, nas imagens, há, discursivamente, deslizos em relação à textualização das passagens da obra, e, somada ao que apontamos, há, ainda, a dificuldade de cada aluno em personificar, em se individuar na atualidade como Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais novo, outro mais velho – em vestir as peculiaridades sinalizadoras da ingenuidade que lhes abraçava, da ausência de expressão corporal ou verbal de empoderamento, da esperteza que lhes faltara sendo levados por qualquer argumento, dá má sorte e condição animal de indivíduos que não possuíam sequer nomes próprios, sem ‘identidade social’, sem cidadania, sem escola e sem afeto.

Esses são indícios fortes, concretos da descontinuidade das imagens, em paralelo com a obra literária, aquilo que extrapola o nível da consciência e que só pode aparecer, ser dito e observado na obscuridade do simbólico, **na resistência** ‘ocultada’, mas transgressora por não vestir *ipsis litteris* o discurso da soberania que recai sobre o ser nordestino-sertanejo e que faz visível a luta de classes ideológica entre opressores e oprimidos, rompendo com a superfície acomodadora do imaginário fechada na imago alienante que projeta.

A memória recoberta pela literatura de *Vidas Secas* e pelas vivências nessas terras de longas estiagens são lugares discursivos dos quais, no contexto escolar, aprioristicamente, o sujeito aluno partiu, produzindo os efeitos de paráfrase em que o discurso sobre o nordeste se fez matriz de sentido pautada na repetibilidade reguladora/limitadora da formação discursiva dominante, “determinando o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014: 147). A imagem reificada de automatismo, fatalismo, passividade social, da vida no extremo limite da humilhação, determinantes da condição do vivente da seca, pode ser lida em um primeiro plano como de identificação, quando nos deparamos com as materialidades fotográficas do projeto, **porém**, observando algumas sequencias discursivas (SD), algumas regularidades da obra de Ramos, as pequenas contradições, já apontadas, localizam, nessas materialidades, o espaço simbólico da incompletude, da resistência<sup>4</sup> e exemplificam nosso argumento de um discurso sobre o nordestino

---

4 Redizemos: [...] resistência e [...] revolta, formas de aparição fugidias de alguma coisa “de outra ordem”, vitórias ínfimas, que no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante [...] (PÊCHEUX, 1997 [1978]: 301, grifo do autor).



*versus* um nordestino de dentro desse discurso lampejando discrepâncias, numa relação paradoxal entre “o que vejo e o que me olha” (Didi-Hubermam, 1998).

Observemos algumas sequências discursivas (SD) recortadas de *Vidas Secas*:

**SD1:** [...] Sinhá Vitória beijava o focinho de Baleia, e como o focinho estava ensanguentado, lambia o sangue e tirava proveito do beijo [...] (RAMOS, 2011: 14).

**SD2:** “Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais”. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado “confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele”. “E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural” [...] (RAMOS, 2011: 20; grifos nossos).

**SD3:** Então por que um sem vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá pancadas nele? Sabia que era assim, “acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças” [...] “Apanhar do governo não é desfeita”. (RAMOS, 2011: 33; grifos nossos).

**SD4:** [...] “viu os meninos entretidos no barreiro, sujos de lama”, fabricando bois de barro, que secavam ao sol [...] “Pensou na cama de vara” (Sinhá Vitória) [...] (RAMOS, 2011: 40; grifos nossos).

Pelas SDs, pode-se dizer que as fotografias em análise não recobrem pontualmente a descrição de Ramos — ou a sua memória discursiva sobre a seca no semiárido —, reverberada, sócio-politicamente, como discurso hegemônico a serviço da dominação e do preconceito estruturante da forma sujeito capitalista. Então, se, em um primeiro nível, sobressaem-se traços do discurso que se repete ao longo da história, materializado nos manuais didáticos e no imaginário coletivo como “o discurso do”, e não como “um discurso sobre”, imobilizando, assim, sentidos, na prática discursiva em sala de aula, esses sentidos foram reformulados em sua uniformidade imaginária e, numa outra leitura, revelam fissuras no “regime de repetibilidade”, regimes responsáveis por sustentar as redes de memória, conforme argumenta Indursky (2011):

[o]s sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar, de modo que as redes discursivas de formulação, formadas a partir de um regime de repetibilidade, vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória (INDURSKY, 2011: 76).

Dessa forma, pela condição das novas formulações possíveis, a regularização dos discursos estabilizados pode ser alterada, modificada, “ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 2010: 52). É sob essa condição que a movimentação dos sentidos nas fotografias



do projeto se processa no nível da formulação, passando do discurso verbal do livro *Vidas Secas* para o imagético e materializando a ideologia, na relação do dito e do não dito, funcionando como um texto, base de um discurso constituído de estrutura e acontecimento.

É inegável que,, na produção fotográfica, as sensações táteis e corpóreas, as emoções, as dores e as alegrias do sertão estão significadas, mas, igualmente, nelas reside a contra-identificação, com essa condição de vida exposta, de vida em que não apenas falta água, porque também há escassez de ternura, de afeição, de bons modos – discrepâncias em relação a um discurso prévio, já estabelecido, legitimado, sobre o qual se desenrola a não identificação absoluta, isto é, a impossibilidade da memória passada recobrir o presente. Por isso, a posição sujeito do nordestino na obra *Vidas Secas*, nas condições apresentadas acima, sofre deslocamentos em relação à posição sujeito do aluno nas fotografias, e a plena identificação não acontece. Mesmo lendo, debatendo, “vivendo” *Vidas Secas*, as condições de produção, a conjuntura de vida não são as mesmas da década de 30; essas contradições revelam falhas, lacunas que autorizam uma leitura contra a dominância, mesmo como faíscas de vaga-lumes<sup>5</sup>, nos pequenos detalhes, na forma simbólica, embora o deslocamento parcial dos pré-construídos, na opacidade do não dito, tenha trazido modificações.

## Em busca de um fecho

Pêcheux (2015), negando a visível transparência dada pelos atravessamentos dos discursos que formam a imagem, esclarece que ela encontra a análise de discurso por outro viés: “não mais a imagem legível na transparência [...] mas a imagem “opaca e muda”, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” seu trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições)” (PÊCHEUX, 2015: 49; grifos do autor). Nessa percepção, reforça, ainda, a ilusão subjetiva da transparência da linguagem e da máscara que a ideologia põe sobre “o caráter material dos sentidos”, das palavras e enunciados (PÊCHEUX, 2014: 146; destaque do autor), ou seja, a imagem fotográfica, tomada, neste trabalho, como textualidade de um discurso, se apresenta como espaço de inscrição do sujeito aluno, espaço dito pela língua; imagem que contém nomes [...] motor de discursos, ocasião assim de reatualizar à memória para retomar o que estava dito antes [...]

---

5 Em outras palavras, Beck (2010: 151, grifo nosso) assevera que, mesmo com o inelutável assujeitamento ideológico, as “cotidianas resistências” ocorrem, ao que exclama – (que bom!).

(PÊCHEUX, 2015: 38), igualmente [...] “espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2015: 50).

Nessa direção, os sujeitos alunos, na condição de protagonistas do ensaio fotográfico, com base na obra de Ramos, se veem em uma posição sujeito, com a consciência de que estão interpretando um personagem, um papel, um lugar estabilizado pela obra que deveria fornecer, na fotografia revelada, o que os saberes dessa formação discursiva (inscritos na obra) lhes dão a ver, a compreender; como diz Pêcheux (2014), “a formação discursiva é o lugar da constituição dos sentidos” (PÊCHEUX, 2014: 148). Então, a partir da tomada de posição do sujeito, do lugar social e das condições de produção enunciativas que têm relação com o esquecimento número 2, a formação discursiva se revela travestida de evidências e se estilhaça quando o sujeito reage sobre qualquer disfarce ao teatro da consciência, do “sou eu”, revelando os esquecimentos de que é constituída a memória e, pela contradição da história, materializa o furo da ideologia, indo no sentido oposto ao discurso hegemônico dado como único, como o verdadeiro. Nas palavras de Spivak (2010), [...] “no trabalho com a consciência do subalterno, a noção daquilo que o trabalho não pode dizer se torna importante” (SPIVAK, 2010: 65), pois aí, pela ação da ideologia e do inconsciente, o que era para ser pura identidade/identificação, se firma, nas entrelinhas, com certa porção de diferença, se faz dúvida, se dá a captar como questionamento, na revolta (silenciada e velada), no discurso do “mau sujeito”, conforme Pêcheux (1998).

## Referências

- BECK, Maurício. — Aurora Mexicana **Processos resistencia-revolta-revolução em lutas populares da América Latina**: o exemplo do discurso zapatista. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Letras) – UFSM, Santa Maria, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Trad. Paulo Neves. Editora 3A: São Paulo, 1998.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 2008.
- OLIVEIRA, Nozicassio Gomes de. **Ensaio Fotográfico Vidas Secas**. 2012. 1 fotografia.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise- Sujeito, Sentido, Ideologia.** Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória** / Pierre Achard...[et al]tradução e introdução José Horta Nunes - 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**/Tradução: Eni P. Orlandi -7ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**/ Michel Pêcheux: Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al.- 5ª ed - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). IN GADET, F. e RAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethânia S. Mariane et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998/ 1997.

HALL, Stuart; CERNICCHIARO, Ana Carolina (Trad). **Etnicidade: identidade e diferença. Crítica Cultural** - Critic, Palhoça, SC, v. 11, n. 2, p. 317-327, jul./dez. 2016.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle.** In: ALLIEZ, E. (Org.).

Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

INDURSKY, Freda. **Da interpelação a falda no ritual: A Trajetória teórica da noção de formação discursiva.** In: Análise do discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Roberto Leiser Baronas (org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** Posfácio de Hemenegildo Bastos - 115ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2011.

SPIVAK, Gayatri.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VANIER, Alain. **LACAN** / Alain Vanier; tradução Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

# ENTRE PONTOS E ESTACAS: O RURAL E O URBANO EM LOUVEIRA/SP

## AMONG POINTS AND STAKES: THE RURAL AND THE URBAN IN LOUVEIRA/SP

Victor CARREÃO<sup>1</sup>


**Resumo:** a cidade de Louveira, localizada no interior do estado de São Paulo, é conhecida pela divisão binária de seu espaço: a região do Bairro Santo Antônio e a região do Centro. Recentemente, junto a mudanças na dinâmica socioeconômica de Louveira – uma cidade agrária que passou a ser um dos polos logísticos mais importantes do país (AMARAL, 2014; PRATES, 2014) –, também foram observadas mudanças na designação binária da cidade: o Bairro Santo Antônio sendo referido apenas por Bairro ou por Quebra, enquanto o Centro também podendo ser nomeado por Louveira (o mesmo nome do município). Ao observarmos essas múltiplas designações (GUIMARÃES, 2017) à luz da Análise do Discurso, dentro da área do Saber Urbano e Linguagem (ORLANDI, 2004b), percebemos que os deslocamentos de sentido têm fundo histórico e são sustentados por legislações da época da emancipação do município (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1968a). Nessas leis, o território do município é demarcado por “pontos” e “estacas”, separando o rural do urbano, conforme suas “glebas” e “propriedades”. Dessa forma, tomamos o mapa e suas marcações como o texto (discurso) a ser analisado: as intersecções cartográficas que irrompem no discurso do urbanista e, mais tarde, na boca do povo.

**Palavras-chave:** discurso urbano; Louveira; Análise do Discurso; designação.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: vcarreao@yahoo.com.br.





**Abstract:** the city of Louveira, located in the countryside of the state of São Paulo, is known for the binary division of its space: the Santo Antônio District and the region of Centro. Recently, along with changes in the socioeconomic dynamics in Louveira - an agrarian city that became one of the most important logistics centers in the country (AMARAL, 2014; PRATES, 2014) - changes were also observed in the binary designation of the city: Bairro Santo Antônio referred only as Bairro or Quebra, while Centro may also be named as Louveira (the same name as the municipality). Through Discourse Analysis, within the area of Urban Knowledge and Language (ORLANDI, 2004b), we see that the displacements of meaning have a historical background and are supported by legislation from the time of Louveira's emancipation (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1968a). In these laws, the territory of the municipality is demarcated by “points” and “stakes”, separating the rural from the urban according to its “empty lands” and “estates”. In this way, we take the map and its markings as the text (speech) to be analyzed: the cartographic intersections that erupt in the discourse of the urbanist and, later, in the mouth of the people.

**Keywords:** urban discourse; Louveira; Speech analysis; designation.

## 1. Introdução

Italo Calvino (1990), em sua obra *As cidades invisíveis*, relata as viagens de Marco Polo pelo extenso império mongol. Em seus relatos, o viajante discorre sobre a cultura, língua, memórias e comércio de diferentes cidades sob o controle do imperador Kublai Khan, que, por ser muito ocupado em seus afazeres, depende das narrativas de Marco Polo e de mercadores para saber o que ocorre em seu império, bem como para melhor entender aqueles sob seu domínio. O imperador fica encantado com as histórias narradas por Marco Polo, que, em certa altura do livro, comenta que ao se viajar por muitas cidades, percebe-se que todas são muito parecidas, mesmo com a diversidade de cores, arquitetura e povos que em cada cidade habitam. As cidades são, para o imperador, invisíveis, uma vez que, quando não se há conhecimento dos que ali vivem (e sobre como vivem), não podem existir. São todas mescladas dentro de fronteiras maiores: as fronteiras do grande império. O território é visto do alto, com suas divisões internas borradas. Deixando a literatura de lado, com essa ideia em mente, poderíamos dizer que o mesmo ocorre com as nações e seus territórios? E, em uma visão micro, com as cidades?

Colocamos em foco, a fim de explorar essa questão, a relação entre a disposição dos bairros – enquanto unidades administrativas de um município –



e sua cidade. Pensando nessa resignificação que comporta o dito e o não dito, a análise do discurso urbano presente neste trabalho está centrada na designação do espaço na cidade de Louveira/SP, que apresenta, na fala de seus moradores e na mídia louveirense, uma divisão binária de seu território: as regiões do Bairro e do Centro – em que existem bairros (como unidades administrativas) cujas áreas são referidas, habitualmente, apenas por essas duas denominações<sup>2</sup>. Em outras palavras, buscamos entender como o desenho do espaço que comporta ruas, avenidas ou alamedas pode contar as histórias da cidade. Neste trabalho, verificaremos como a divisão de Louveira em duas regiões está relacionada a diferentes gestos interpretativos, em especial à delimitação do “rural” e do “urbano”. Esta pesquisa se inscreve na área do Saber Urbano e Linguagem, área do conhecimento sustentada pela Análise do Discurso que

se faz através da metodologia discursiva que analisa os movimentos políticos, sociais e econômicos; o planejamento, a administração e a organização do espaço urbano pelo Estado; as práticas de memória, a cultura e a arte; a linguagem urbana e escrita; a mídia e a computação assim como as relações do dia-a-dia (ORLANDI, 2004b: 7).

Podemos pensar o interesse dessa área como sendo voltado a “conhecer a cidade através de estudos de linguagem: como a cidade se diz, como os sujeitos que vivem no espaço urbano o significam e se significam, como os movimentos sociais urbanos adquirem uma forma e se significam através de suas formas etc.” (ORLANDI, 2004b: 9). A relação entre o sujeito e a cidade pode ser estudada por diferentes perspectivas: o objeto de estudo pode ter o olhar do arquiteto, do urbanista, do sociólogo, do antropólogo, entre outros profissionais. Nas ciências da linguagem, um desses pontos de vista é o olhar do analista do discurso que trabalha com a análise do “discurso urbano”. Para Orlandi (1998a: 8), o discurso urbano é


constituído a partir da sobreposição do conhecimento urbano sobre a própria materialidade urbana (da cidade). Nessa indistinção, o real urbano é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que esse discurso é incorporado pela política, pelo administrador, pela “comunidade”, convertendo sentidos no imaginário urbano

O saber, entendido por Orlandi (1984: 12) como o conteúdo técnico acerca de determinado campo, é mobilizado no discurso dos moradores de uma cidade e sustentado no discurso da administração pública ou do planejamento urbano. De forma a realçar nosso objeto de estudo, retomaremos o conceito de “discurso”

---

2 Informações complementares sobre a cidade e o funcionamento de certos traços linguísticos de seus moradores podem ser encontrados em Carreão (2018).





trabalhado pela Análise do Discurso [AD]. Pêcheux (*apud* ORLANDI, 1998b: 17) entende o discurso como o “efeito de sentidos entre os locutores”, sendo o sentido “uma relação determinada do sujeito com a história e é o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua na produção dos sentidos”. A língua está presente na sociedade e na história em uma relação que contempla o real da língua e o real da história.

Quando a administração pública nomeia um bairro ou uma rua de uma cidade, há a materialidade da língua sendo aplicada a determinado território, no intuito da produção de um sentido. Por exemplo, ao analisar o mapa de Cosmópolis/SP, Guimarães (2001: 97) ressalta o jogo de fronteiras no que se refere aos limites urbanos da cidade, estabelecidos no mapa pelas ruas: nomear uma rua é significá-la como cidade. Um exemplo colocado por Guimarães (2001: 98) é o de bairros que possuem ruas nomeadas como “R. Dr. Campos Salles” e bairros com ruas nomeadas como “Rua 1” ou “Rua 2”. O lugar que nomeia uma rua com um nome de um morador da cidade, dono de terras, por exemplo, é o de um locutor-cosmopolense (no caso da pesquisa de Guimarães (2001)), enquanto o lugar de nomeação da “Rua 1” é um lugar estritamente administrativo.

O discurso da administração pública é, muitas vezes, reproduzido pelos moradores de uma cidade—mostrando a cristalização de determinadas denominações e designações do espaço urbano (ORLANDI, 1999). As designações advindas do discurso administrativo municipal são incorporadas pelos cidadãos e trazem em si sobreposições de diferentes memórias em uma relação direta com a história — como o nome de uma rua, que pode remeter a uma personalidade da cidade que está relacionada a algum feito histórico, que é relembrada pela administração pública no gesto de nomear determinada rua em determinado lugar de uma cidade. É nessa relação entre enunciados que o analista do discurso deve trabalhar.

Não podemos esquecer que “os sentidos dos espaços da cidade são sentidos de uma divisão e redivisão constante do social. Redivisão que se expande e se resignifica” (GUIMARÃES, 2017: 113). Ao pensarmos nessa redivisão, surgem perguntas: é possível que exista uma fuga do discurso técnico urbano que é sustentada por novas designações do espaço? É possível que a materialidade da língua emergja da fala dos moradores de uma cidade ao ponto de irromper no discurso do urbano do especialista?

É preciso fazer uma distinção, neste ponto, entre o “discurso urbano” e o “discurso do urbano”, como explorado por Orlandi (1999). O Discurso do Urbano está relacionado à organização, sobreposições e ao apagamento da cidade material de forma que



o real urbano é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que esse discurso do urbanista é incorporado pelo político, pelo administrador, pela “comunidade”, convertendo-se no que chamarei “discurso (do) urbano” (ORLANDI, 1999: 9-10).

Podemos contrapor essa definição de discurso do urbano ao discurso urbano, que trata da ordem e da cidade material, em um exemplo detalhado de Orlandi (1999: 17):

nesse processo de significação urbana, considera-se pois que o que está sob a ponte (pontilhão, viaduto, etc.) não é um espaço, ainda que, do ponto de vista da cidade, em sua vida social, este seja um espaço procurado como moradia. Mas o discurso (do) urbano já saturou esse sentido, pura e simplesmente.

É interessante verificar que o discurso urbano trabalha com o posicionamento do espaço dentro da cidade e com a quantidade — o número de pessoas — que ali habitam. O discurso do urbano, por sua vez, organiza esse posicionamento conforme a fala do especialista urbano (um arquiteto, por exemplo) que é utilizada pelo político (como a elaboração do planejamento urbano) e que irrompe na fala dos moradores. O exemplo do viaduto, de Orlandi (1999: 17), ilustra essa questão: para o discurso urbano, naquela região há um viaduto que, para o discurso do urbano, é moradia para os marginalizados no processo de urbanização.

Neste trabalho, o discurso do urbano será colocado em pauta: como a organização do espaço é tema da fala do especialista urbanístico e como essa textualidade irrompe em diferentes vozes. Antes de iniciarmos nossa análise, vejamos como a designação é conceituada na literatura da análise do discurso.

## 1.1. Arcabouço teórico

O trabalho com designações faz parte das possíveis análises do discurso do urbano. Por essa razão, abrimos esta seção com o conceito de “designação” e trazemos alguns exemplos que ajudam a ilustrar a análise que pode ser feita a partir dele. O que é designar um nome a um espaço e como esse gesto pode ser interpretado? Para Guimarães (2004: 165),

a designação de um nome é sua significação enquanto uma relação desse nome com outros e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação



não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real.

No caso da cidade, um nome identifica um lugar e funciona como “elemento das relações histórico-sociais que ajuda a construir”; é uma construção histórica (GUIMARÃES, 2004: 166). Pensando no urbano, nomes podem ser designados a cidades, a bairros, a ruas, estradas ou travessas (como comentado anteriormente) e até mesmo a prédios ou outras construções – não se restringindo, obviamente, apenas a esses locais. Costa (2008: 89) aponta que as designações provocam o efeito de “dicionarização”, uma vez que as palavras são definidas por um conjunto de definições “como se fosse um dicionário”<sup>3</sup>. Ao se designar algo, também se explica algo.

Em sua dissertação, Costa (2008) ilustra esse ponto ao colocar no centro da análise as definições de “criminoso” – como encontradas em seu *corpus* de análise, textos relacionados a discursos da criminalidade. Em um primeiro momento, Costa (2008: 7) ressalta a forma pela qual os dicionários estabelecem sentidos na relação da denominação com o social. É destacada, também, a definição que o dicionário traz para “criminoso” e as subclassificações que podem ser atribuídas a essa denominação. Um momento que nos chama a atenção na análise de Costa (2008: 23) é a verificação dos sentidos estabelecidos em dicionários tradicionais e em dicionários jurídicos: para aqueles, “ser criminoso” está relacionado a uma determinada ação, enquanto, para estes, é possível observar a presença de predicados que implicam uma “propriedade essencial”, como fatores biológicos. É colocada em jogo a identidade do “criminoso”. Uma mesma denominação é sustentada, dessa maneira, por diferentes tipos de instrumentos linguísticos que embasam sentidos variados. Embora haja um senso comum sobre o que é “criminoso”, cada dicionário traz suas nuances. Sentidos são dicionarizados e reproduzidos pela sociedade, e, em seus deslocamentos, é possível observar a relação de sentido que existe entre uma designação e sua dicionarização.

Zoppi-Fontana (1999: 203) caracteriza a designação como “relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais se instala um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis”. Além de pensarmos nas características atribuídas no gesto da designação, devemos nos lembrar daquele que faz a designação. É o sujeito que nomeia e decide o que será nomeado? A designação está ligada, também, à posição-sujeito sobre aquilo que se fala: são as características atribuídas a algo por alguém em determinado lugar de sujeito.

---

3 Ver Nunes (2006) para um trabalho sobre a produção dos dicionários.



Tomando o discurso como o efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 2004c: 49-50), é possível questionar a quais discursos – efeitos de sentido – podemos ter acesso ao observarmos uma designação. O analista trabalha com os gestos de interpretação dos sujeitos, voltado não a “x”, mas, sim, ao “mecanismo de produzir “x”” (ORLANDI, 2004c: 30). Podemos pensar no real da língua e no real da história (como mencionado na introdução deste trabalho), mas também podemos entender os gestos de interpretação sustentados pela questão da ordem e da organização:

em relação à distinção entre ordem e organização que tenho proposto, o que interessa para o analista de discurso não é a organização da língua (pensada na linguística sob o modo da oposição ou da regra) nem a organização social (classe, grupo). O que interessa é a ordem da língua. Não é por exemplo a relação entre sujeito e predicado que é relevante mas o que esta organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos que aí funcionam, enquanto ordem significante. Assim também não é a organização mas a ordem social que é relevante: a formação social enquanto sensível às regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (discursivamente representativas). As posições do sujeito são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários (ORLANDI, 1998b: 18).

Algumas análises nos permitem entender melhor como a posição de sujeito relaciona-se com a designação. Pensando no discurso do urbano e nas designações presentes no cotidiano da cidade, a tese de Fedatto (2011: 110-1) auxilia no entendimento dessa relação:

a designação de logradouros se mostra, portanto, um campo fecundo para a reflexão discursiva na medida em que nos permite questionar como as formas da língua convocadas na textualidade dos nomes de rua se relacionam com as condições históricas que as produziram [...] o nome funciona por uma relação constitutiva com a memória do dizer, da qual faz parte o gesto de nomeação e também o sentido que ele estabelece com outros nomes.

Para Fedatto (2011: 113), o efeito de referencialidade cria a relação de sentidos entre uma pessoa homenageada, ou elementos da história de determinado espaço, e o nome dado à rua, à avenida, à travessa, ao bairro, etc. Ao citar Pêcheux, Fedatto (2011: 34) ressalta que um ponto de referência se faz pelo efeito de repetição e de reconhecimento. Esse espaço de referência se relaciona ao imaginário de identificação do sujeito em relação à cidade, como posto em um exemplo didático, por Fedatto (2011: 62): “a substituição das antigas vendas e armazéns corresponde à transmutação dos costumes, da rotina, dos devaneios”. Uma pequena venda ou armazém funciona e atende demandas diferentes daquelas dos mercados modernos.



Na substituição dos armazéns por supermercados, também se substitui um estilo de vida. Dessa maneira, podemos pensar em como a atividade desenvolvida em determinado espaço - como a ocupação deste solo - está ligada ao imaginário que dá sustentação às referências.

Outro exemplo de análise do discurso urbano é observado em Orlandi (2004d), em sua análise de redações escolares sobre o bairro Parque Oziel<sup>4</sup>, em Campinas/SP, que busca observar dois fenômenos: a distância estabelecida pelo sujeito entre si mesmo e o bairro em questão e o silenciamento gerado neste processo. A alternância entre o discurso da felicidade, como posto por Orlandi (2004d: 13), e o discurso da militância é ressaltada: falas que mostram como a vida no bairro é boa e falas que destacam a necessidade de uma luta diária para que a qualidade de vida ali melhorasse – e continue a melhorar – com o passar dos anos. Assim, diferentes posições-sujeito são observadas nesse movimento pendular dos textos escolares: há “o militante, o silenciado, o que fala um discurso estereotipado, o que fala um discurso interno, o que fala para ser visto de fora, etc.” (ORLANDI, 2004d: 13).

Rodríguez-Alcalá (2004: 157-158) observa, também em uma análise de redações escolares sobre o bairro em que os alunos moram, que a designação do bairro é intermediada pela maneira em que o espaço é ocupado: um bairro pode ser resultado de uma invasão/ocupação, mas também pode ser um bairro seguro por conta de um condomínio. Também nos interessa a reflexão levantada por Rodríguez-Alcalá (2004: 160) quando diz que a textualização do espaço também se faz pela presença do “outro”, aquele que vive em outra área da cidade.

Guimarães (2004) faz sua análise de produções textuais escolares, sobre os bairros em que os alunos moram, buscando por reescrituras: Parque Oziel, por exemplo, sendo reescrito como “uma invasão” ou como “meu bairro”. E chama atenção (GUIMARÃES, 2004: 167) para o fato de que o Parque Oziel se sobrepõe a outros bairros, que fazem parte dessa região (junto com Monte Cristo e Gleba B): “ou seja, ele é Parque Oziel, como um todo e é Parque Oziel enquanto parte deste todo (ao lado de Monte Cristo e Gleba B)”.

Assim, para Guimarães (2004: 167), o nome próprio “Parque Oziel” é um equívoco, pois “é afetado por duas predicções contraditórias: de um lado bairro, de outro invasão”. É possível pensar no bairro significado pelo que ele “não é” ao pensarmos em sua constituição. No caso do Parque Oziel, as famílias são os agentes dessa constituição. “O nome ‘Bairro’ só significa enquanto bairro é uma terra

---

4 Parque Oziel é um bairro de periferia na cidade de Campinas/SP e é constituído por ocupação (ORLANDI, 2004d: 11).





invadida que assim deixa de ser terra para ser bairro. A invasão é o predicado que a tudo determina e identifica” (GUIMARÃES, 2004: 169).

Esses são alguns exemplos de análises do discurso urbano que remetem a designações. Um último estudo que gostaríamos de abordar aqui, de forma um pouco mais extensa, é o de Guimarães (2017), em que há a análise da designação do sentido do nome das ruas da cidade de Cosmópolis/SP. O mapa é tomado como texto, de forma que


a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2017: 12).

A fim de entender a relação de um nome na história, é preciso verificar a constituição do acontecimento, sua temporalidade constituída por “uma memória, um ‘passado de dizeres’” (GUIMARÃES, 2017: 40), que pode ser considerada um acontecimento político uma vez que “se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua” (GUIMARÃES, 2017: 24).

Para Guimarães (2001: 95), um acontecimento “não está num presente de um antes e de um depois do tempo. Ele instala uma temporalidade [...] a temporalidade do acontecimento constitui um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação de fatos anteriores”. Um mapa é tomado, para Guimarães (2001: 96), como um acontecimento, não sendo uma descrição ou narração da cidade, mas é uma instrução semântica que aponta onde determinadas ruas estão. A nomeação das ruas, bem como de outras áreas do mapa, produz esquecimentos – uma vez que o mapa é o acontecimento que marca uma nova temporalidade. O que havia antes? Quem nomeia? Como foi criada a cidade que terá suas partes nomeadas (e como essas partes serão divididas)? A pergunta mais importante é, talvez, como o nome significa esse processo histórico?

Considerar que um acontecimento é político é, também, considerar que o sujeito jurídico-administrativo, responsável pela nomeação das ruas em uma cidade, por exemplo, parte de certos pressupostos para a designação de cada área dentro do mapa de um município (ou cidade, como Guimarães (2017) aponta ao analisar que os termos “cidade”, “município” e “comarca” se constroem, no





discurso, por conta de sua relação com outros termos de um mesmo enunciado, podendo ora ser a “cidade” sem a área rural ou o “município” que engloba o urbano e o campo).

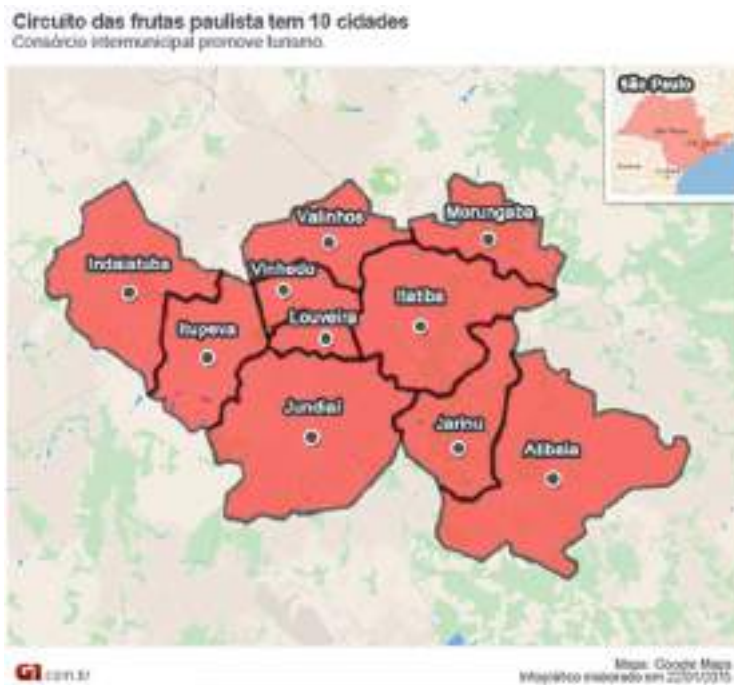
Para tanto, em sua análise, Guimarães (2017) considera três aspectos dos nomes das ruas de Cosmópolis: seu funcionamento morfossintático; o funcionamento semântico-enunciativo; e a configuração da temporalidade do acontecimento. Essas características são observadas no *corpus* de análise (os nomes de ruas) em que o autor verifica diferentes processos enunciativos. Por exemplo, há as ruas que possuem nomes próprios de pessoas, outras cujos nomes são números e aquelas nomeadas com datas. Há, também, de se considerar o tipo de “rua” de que se fala, pois há as ruas e as alamedas, com umas sendo encontradas nos bairros centrais e outras nos “jardins” (o nome do bairro). Em todos os casos, observamos que há um funcionamento político da designação, relacionado com uma história de enunciações (sejam elas, por exemplo, relacionadas à maneira pela qual alguém recebeu o nome de pessoa que tem ou as razões pelas quais este mesmo nome de pessoa foi escolhido para nomear uma rua ou alameda em determinado ponto da cidade).

Para Guimarães (2017: 58), “o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico”. Assim, buscamos o que o acontecimento recorta como memorável (GUIMARÃES, 2017: 69) e objetivamos verificar como determinado nome (como “cidade”) pode ser reescriturado por outros dentro dos enunciados. Um processo de reescrituração pode ser observado na designação das áreas louveirenses – nosso objeto de análise aqui. Vejamos um pouco da história da cidade e como seu território está organizado atualmente.

## 2. A cidade de Louveira/SP

A cidade de Louveira encontra-se a 71 quilômetros de distância da cidade de São Paulo/SP e a 27 quilômetros da cidade de Campinas/SP. Emancipou-se, em 21 de março de 1965, da cidade de Rocinha. Na época, Louveira era um dos bairros da cidade de Rocinha. Ao separar-se, a outra região deu origem à cidade de Vinhedo. Louveira é uma das dez cidades que fazem parte do Circuito das Frutas, no interior do estado de São Paulo, que é conhecido e circulado enquanto marcado por características agrícolas e por ter uma forte relação com a cultura italiana.

Figura 1: cidades do Circuito das Frutas



Fonte: Filippi (2016)

Louveira ganhou destaque na mídia nos últimos anos: em 2012, foi avaliada como a quarta melhor cidade para se morar no Brasil (G1); em 2014, foi classificada como a cidade mais desenvolvida do país – em uma análise que empregou como critério o PIB *per capita* (AMARAL, 2014; PRATES, 2014); em 2015, foi considerada a terceira cidade mais desenvolvida do Brasil e a primeira do estado de São Paulo (INFORMATIVO PTB, 2016: 8). Também foi eleita a melhor cidade com menos de 50 mil habitantes do país em sustentabilidade financeira (JORNAL DE JUNDIAÍ, 2015).

A cidade passou a ser vista como um grande polo logístico, marcada pela vinda de grandes empresas a seu território, pela vinda de migrantes de outras regiões do país e pela rápida urbanização. Antes disso, o município – conhecido como Terra da Uva (ou como Terra da Videira, como já diz o hino da cidade) – tinha sua economia baseada na agricultura, e os reflexos dessa dinâmica ainda são observados no espaço da cidade. Com uma grande área do município protegida ambientalmente, destinada ao Turismo Rural, podemos apontar núcleos urbanos distintos na cidade:

Figura 2: núcleos urbanos de Louveira



Fonte: Prefeitura de Louveira (2016)

Na figura acima, a região destacada mais à esquerda é conhecida pelos louveirenses sob o nome de “Bairro Santo Antônio”, “Bairro” ou por “Quebra”. A região demarcada ao centro da figura é conhecida pelos moradores da cidade como “Centro” ou por “Louveira”. Essas duas áreas têm seus espaços separados pela rodovia Anhanguera. As duas regiões menores à direita da imagem são os bairros do Monterrey e do Arataba, respectivamente, e estão na área de proteção ambiental de Louveira. Em nosso trabalho, exploraremos as designações feitas pelos louveirenses às duas primeiras regiões aqui mencionadas: o Bairro e o Centro<sup>5</sup>:

- conforme levantamentos recentes, o Bairro conta com cerca de 25.000 habitantes. Essa população aumentou nos últimos anos por conta das muitas empresas que foram instaladas no município e pela infraestrutura de serviços por ele oferecida. Assim, cerca de 15.000 moradores do Bairro migraram de regiões do Nordeste para Louveira (GUIN, 2014). Muitos comércios foram abertos nessa região, e é interessante verificar

---

5 A menção feita a essas duas regiões será grafada com letra maiúscula: Bairro e Centro. Assim, visamos evitar confusão com termos como “bairro”, no sentido de unidade jurídico-administrativo da cidade, ou “centro”, quando nos referirmos à região central, geograficamente, de uma cidade. Como mencionado anteriormente, mais detalhes sobre a história de Louveira, que não forem abordados adiante neste trabalho, podem ser encontrados em Carreão (2018). É interessante ressaltar que a mesma divisão que opera em Louveira, entre Bairro e Centro, é observada na cidade vizinha, Vinhedo: uma separação entre a região da Capela e a região conhecida por Vinhedo. O trabalho de Trento (2014) retrata bem essa separação do espaço ao apontar um comentário de que “a Capela é tudo isso para baixo, o resto é Vinhedo”. É uma separação do espaço semelhante a que ocorre na cidade de Louveira e a que retornaremos mais adiante. A dissertação de Favaro (2014) também faz uma detalhada descrição da história vinhedense (de 1970 a 1990).



que seu espaço, conforme documentos jurídico-administrativos que serão analisados mais adiante, é constituído de forma a priorizar esse tipo de ocupação do espaço – contendo diferentes Zonas de Uso Misto, em que residências e comércios podem dividir o mesmo espaço urbano; e

- partindo da configuração espacial, o principal diferencial observado nos documentos jurídico-administrativos pertinentes à região do Centro é a existência de uma Zona de Uso Residencial, reservando o espaço apenas à construção de residências. Tal fato é comprovado em uma rápida volta por essa região, em que se podem observar diferentes condomínios fechados.

Há um contraste grande entre as duas regiões, uma vez que muitos condomínios de alto padrão são encontrados no Centro, enquanto a região do Bairro se vê passando pela regularização de “bairros irregulares”, como, por exemplo, o caso do bairro da Vila da Conquista: lotes de antigas fazendas, vendidos irregularmente, que se transformaram em bairros, nomeados pelos próprios moradores (PREFEITURA DE LOUVEIRA, 2016). A transformação do território e da cidade tem, como fio condutor, a mudança na dinâmica econômica da cidade. É nos comentários dos louveirenses sobre a mudança em suas vidas que questões interessantes ao analista do discurso são levantadas – como veremos a seguir.


### 3. O discurso do urbano na terra da videira

Um comentário de um louveirense (CARREÃO, 2018: 152; grifos nossos) auxilia a compreender um dos modos de significação dos louveirenses sobre a ocupação do território. Esse é um recorte inicial, ajudando a ilustrar o efeito de sentidos nas denominações louveirenses, antes de nos aprofundarmos na análise:

**Louveira** não se deixa crescer do lado de **lá** [Centro]. Você pode perceber que cresce **desse lado** [Bairro] e isso aí é uma conversa que **a gente** faz junto com o plano diretor do município e naquela área não é permitido muitas coisas. Entendeu? Porque **eles** querem segurar o crescimento. Eles acham que **eles** vão conseguir, mas o crescimento é **natural**

Algumas observações da textualidade acima podem ser realizadas. Louveira aparece em uma relação metonímica com a gestão pública, a administração do município, de forma que “Louveira não se deixa crescer” retrata um processo de personificação, que, posteriormente, é retomado por um pronome na terceira pessoa do plural – “eles” – que se contrapõe, em uma relação de tensão, a um





“a gente”, um “nós” que não se confunde com aqueles que buscam impedir o crescimento do Centro (o que pode ser entendido como impedir a ocupação do Centro, a presença de outros corpos e outros modos de se estar na cidade).

Esse “nós” – a gente – se coloca em uma relação com o poder público, mas é uma relação externa e de tensão e que se dá em um espaço próprio da política em que o poder público é colocado na necessidade de discutir o plano diretor da cidade com a população. Dessa maneira, a presença de ‘junto’ não vai na direção de estar junto, coletivamente ou estando internos a um mesmo grupo de pertencimento, pois a divisão se marca o tempo todo; “junto” está na direção de “buscar junto a” e não “junto com”. A divisão entre poder público, aqueles que moram no Bairro e aqueles que moram no Centro se dá, igualmente, no jogo entre o “lá” e o “desse lado”. São marcas linguísticas que nos mostram de onde se fala. Fala-se de um ‘cá’ – o “Bairro” – que luta para poder estar em um lugar que não está aberto de forma legítima para aqueles que moram no Bairro: o Centro, o “lá”, exterior, longínquo.

É ao longe, nesse “lá”, que pensar em um crescimento “natural” leva a notar um ruído que vai na contramão da possibilidade da contenção (como em “querem segurar o crescimento” e “acham que eles vão conseguir”): considerar o crescimento como natural faz ressoar uma memória que remete ao fato histórico de que há crescimento urbano, mas, ao mesmo tempo, remete, também, ao fato político-social de que há sempre luta – com a administração, de um lado, e com os moradores, do outro<sup>6</sup>.

Nas marcas dêiticas destacadas acima, é possível observar a divisão de Louveira em dois lados: o Bairro e o Centro. Materializa-se, nessa textualidade, o planejamento da ocupação do espaço enquanto da ordem da gestão da cidade (a prefeitura) em conjunto com a população – o que, pela fala acima, não parece ter ocorrido para a organização urbana do Bairro. A menção à administração municipal relaciona-se à tentativa de controlar o crescimento urbano, que, para o louveirense, é incontrollável. A tensão retratada nessa fala retoma a questão do “consenso” nas decisões que concernem às políticas públicas e ao planejamento urbano gerido pela administração jurídica de um município – o “planejador” urbanístico. Barbosa Filho (2012: 14) chama atenção ao mostrar que a industrialização faz com que a intervenção do planejador seja necessária, estando presente na ação do poder público – que é legitimada pela representatividade democrática advinda do consenso, estabelecido pela gestão pública em conjunto com os habitantes de determinada localidade.

---

6 A discussão sobre o Plano Diretor de Louveira é atual, sendo que, em 2019, há a previsão de mudanças no planejamento.





Orlandi e Rodríguez-Alcalá (2004: 13) mostram que a noção de “consenso” é fundamental para políticas urbanas democráticas: “o consenso pressupõe a inclusão de todas as partes e de seus problemas e proíbe a subjetivação política dos excluídos”. O consenso é colocado em pauta, pois uma cidade é um aglomerado de diferenças, construída por diferentes comunidades e identidades – que podem ser bairros, ou até mesmo tribos (ORLANDI; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004: 16). Assim, o consenso auxilia na gestão das políticas públicas urbanas.

A fala do urbanista, para Barbosa Filho (2012: 7-8), é tida como o “saber urbano ordinário”. Quando é acrescentada à fala jurídico-administrativa, há a composição do “saber urbano especializado”. É a circulação do “saber urbano especializado” que opera em um imaginário popular, como se refletisse a descrição absoluta do urbano: a fala das ruas sobrepondo-se à fala jurídico-administrativa – ou, como posto por Barbosa Filho (2012: 7), “a organização, o ordenamento passa do plano urbanístico (plano do urbano) para o plano das relações no urbano”. Os moradores de uma cidade passam a se referir ao espaço com designações sustentadas por esse discurso. Contudo, os sujeitos

se movimentam não em um espaço vazio, mas em um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade. Espaço que tem sua materialidade, sua não transparência. Espaço administrado, institucionalizado, organizado, calculado (ORLANDI, 2010: 5).

De maneira simples, Orlandi (2010: 6) traduz esse pensamento: “uma pessoa atravessando a rua experimenta sentidos do espaço urbano que difere de uma pessoa atravessando a cidade em um ônibus”. É na cotidianidade que podemos observar, nessa sobreposição de sentidos, o “furo” materialmente linguístico que irrompe nas sucessivas camadas de memórias que compõem o discurso do aparelho jurídico-administrativo. Um breve exemplo desse funcionamento, em Louveira, é o caso da formação do bairro da Vila da Conquista, rompendo a tradição da nomeação dos espaços pela gestão municipal. Esse bairro, assim nomeado por seus moradores, manteve o mesmo nome no momento de sua regularização, ato que só pode ser realizado pela gestão municipal e traz em si diferentes processos identitários:

[a]s políticas públicas urbanas promovem, desse modo, mecanismos de identificação que constituem os sujeitos e, ao mesmo tempo, a materialidade do espaço que resulta de suas *práticas*, num processo que em seu *funcionamento* apaga o político. Pois o político não se confunde, em nossa perspectiva, com as políticas institucionais nem se situa apenas nos limites do que se convencionou chamar de “esfera política”: o político diz respeito ao funcionamento das relações humanas, necessariamente marcadas por relações de poder, sendo ele *estruturante* de todas as instâncias da vida social (ORLANDI; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004: 19).





Afinal, por qual razão um bairro/região passa a ser (re)conhecido por outro nome? O eixo do rural e do urbano nos ajuda a melhor entender essa dinâmica.

### 3.1. O discurso jurídico-administrativo

Como mencionado anteriormente, Louveira emancipou-se em 1963. Os primeiros documentos municipais que discorrem acerca da organização do espaço louveirense datam de 1965 e podem ser encontrados em um arquivo da Câmara Municipal<sup>7</sup>. É importante lembrar que o arquivo não configura, automaticamente, o *corpus* de análise do pesquisador. Buscando por documentos que apresentem o zoneamento da cidade, podemos constituir nosso corpus de pesquisa.

É no texto jurídico-administrativo, em consonância com a fala da ciência — do especialista sobre o urbano —, que o consenso se instala: “as políticas do urbano se assentam no controle do movimento e da quantidade” (BARBOSA FILHO, 2012: 7). Nessa relação, percebemos que

o discurso da organização, enquanto ordenamento, se situa no cerne da modernização dos espaços, tomando como premissa a racionalização das relações entre sujeitos e entre os sujeitos e os espaços. É a racionalização enquanto instrumento técnico e político que vai permitir a instalação do que chamamos de políticas da quantidade e do movimento (BARBOSA FILHO, 2012: 12).

Os acontecimentos históricos em Louveira, de sua emancipação (em 1965) à sua urbanização, permeiam a designação de seus espaços. A Câmara Municipal de Louveira (1965), em sua lei nº 10/65, define a “zona central” da cidade como o que hoje é conhecido por Centro. Essa lei não apresenta informações em relação à região do Bairro. Duas leis ordinárias, publicadas em 1968, detalham o zoneamento da cidade de Louveira da seguinte maneira:

- a lei nº 119/68 delimita o “perímetro urbano do Município de Louveira” (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1968a): a descrição do que pertence a esse perímetro é marcada, em duas páginas, pelo uso de distâncias entre estacas (estaca 0, 1, 2, 3, sucessivamente até a estaca de número 97) e pelo uso de referências (como a estrada Vinhedo/Louveira, algumas fazendas e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro); e

---

7 Acesso ao arquivo disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/index/75/8> >.



- a lei nº 120/68 delimita o “perímetro urbano do Bairro de Santo Antônio” (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1968b): a descrição do que pertence a esse perímetro é marcada, em uma página, pelo uso de distâncias entre estacas (estaca 0, 1, 2, 3, sucessivamente até a estaca de número 20) e pelo uso de referências (como o córrego da Via Anhanguera, um clube esportivo, residências e associações comerciais).

As duas leis não contemplam o território do município de Louveira, mas o dividem em duas partes. É interessante ressaltar que não há nomes de ruas (ou mapas) nas duas leis, apenas algumas referências (como estabelecimentos comerciais e fazendas) e o uso de “estacas”, numeradas conforme latitude e longitude (como “N 64° 20° E”, para a estaca 20 do Bairro de Santo Antonio). Esses documentos trazem “Louveira” e “Bairro de Santo Antônio”, o que assinala o próprio discurso jurídico-administrativo da cidade, traçando a divisão da cidade nessas duas denominações<sup>8</sup>. Em 1969, a lei nº 178/69 (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1969a) dá denominação “às ruas do perímetro urbano de Louveira”, com apenas as ruas da região do Centro sendo nomeadas – outro reforço da separação entre as duas regiões da cidade.

Percebemos um movimento na direção da consolidação da divisão. Nas primeiras leis após a emancipação, há a demanda histórica, no discurso jurídico-administrativo, de nomear, deixar a ver, definir, marcar, aquilo que se emancipou; e o que se marca é apenas a região central. Tal fato aponta para um processo metonímico: a região central é Louveira. Em seguida, há uma demanda por definir o município e seu nome próprio, mas vem junto à necessidade de demarcar o Bairro (de) Santo Antônio – que não se confunde, de modo algum, com a região central. Há o todo (o município), mas é preciso separar desse todo, de modo determinado, algo que está na ambivalência, na contradição de pertencer e não pertencer à cidade de Louveira. Nesse movimento, chegamos à lei que separa, no perímetro urbano, o que se nomeia e o que não se nomeia, marcando a não relevância de se nomear as ruas do Bairro.

Uma sequência de leis, relacionadas ao planejamento urbano da cidade, mostra a evolução da separação dos espaços em Louveira, bem como os

---

8 “Bairro” (pensando no Bairro (de) Santo Antônio) é sempre escrito em letra maiúscula em todas as leis aqui citadas, referentes ao planejamento urbano, mostrando que Bairro, de fato, faz parte do nome – mesmo para o discurso jurídico-administrativo. Embora o site da prefeitura de Louveira ainda mantenha a letra maiúscula para páginas como “Telefones Úteis” (PREFEITURA DE LOUVEIRA, 2019a), algumas notícias veiculadas pela própria prefeitura não trazem “bairro” com letra maiúscula (cf. PREFEITURA DE LOUVEIRA, 2019b).



nomes dados a cada região. Em 1968, como vimos anteriormente, a divisão do município era feita em dois perímetros, em duas leis diferentes: Louveira e Bairro de Santo Antônio. A lei 226/69, de 1969 (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1969b), estabelece mudanças em dois perímetros urbanos: o “perímetro urbano Central” e o “perímetro urbano do Bairro de Santo Antônio”<sup>9</sup>. Percebemos, nessa nova lei de 1969, que “Central/Centro” é utilizado como uma resignificação de “Louveira” – em um texto que apresenta, como referências para marcação do território, mais nomes de chácaras e estabelecimentos comerciais do que o texto anterior (que usa diversas marcações com latitude e longitude do município para isso, como se marcasse uma “terra vazia”). Quando observamos a marcação do Bairro de Santo Antônio, na lei de 1969, encontramos uma menção à designação “Quebra”: “o ponto nº 10, distante a 180 (cento e oitenta) metros a jusante do eixo da Estrada conhecida como do Quebra” (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1969b: 2).

O uso de “Central/Centro” é mantido, para a região de Louveira/Centro, nas mudanças do perímetro urbano, em processo de expansão, no texto da lei nº 557/77, de 1977, (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1977)<sup>10</sup>. O zoneamento aponta para dois campos importantes: o **urbano** vs. o **rural** (ou “não-urbano”, como as áreas de mananciais e proteção ambiental). Uma maneira de verificar esta divisão (entre urbano e rural) é verificar, nas leis de 1968, 1969 e 1977, como a demarcação do espaço é feita conforme as referências espaciais usadas nesses documentos. Por exemplo, sabemos que algumas referências espaciais aparecem sob o nome de “estaca X” ou “ponto X”<sup>11</sup>, em que a latitude e a longitude do município marcam o que aqui entendemos por “terra vazia”. Se o contraste é entre urbano e rural, é possível supor que o número de marcações para “terra vazia” diminua de um documento para o outro e que essa diminuição é mais acentuada em “Louveira/Centro” – se comparada ao Bairro (de) Santo Antônio. A tabela abaixo mostra essas relações.

---

9 Em 1977, a lei 557/77 (CÂMARA DE LOUVEIRA, 1977) traz “Bairro Santo Antonio” sem a preposição “de”. A partir dessa data, todas as menções são feitas como Bairro Santo Antônio (o acento circunflexo não aparece nas primeiras leis relacionadas ao planejamento urbano).

10 Pensando em termos do desenvolvimento econômico e da regulamentação dos bairros irregulares, a lei 483/75 discorre acerca da área industrial de Louveira (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1997a), e a lei nº 1240/97 discorre acerca da “regularização de loteamentos e condomínios irregulares” (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1997b).

11 Marcações feitas em estacas, no ano de 1968, e em pontos, em 1969 e 1977. A contagem das estacas se inicia no número 0, e a dos pontos se inicia, no número 1.



**Tabela 1:** estacas/pontos e referências usados para demarcação do território nas primeiras legislaturas louveirenses

Região	Centro			Bairro		
	1968	1969	1977	1968	1969	1977
Ano da lei	1968	1969	1977	1968	1969	1977
Nº de estacas/pontos	98	27	27	21	11	11
Nº de referências	27	24	23	9	7	16

**Fonte:** adaptado de Câmara Municipal de Louveira (1968a, 1968b, 1969a, 1977)

Podemos observar que o número de estacas/pontos que marcam “terras vazias” cai com o passar dos anos. Não há muita alteração nos pontos de referências que aparecem nesses documentos. Os campos “Nº de referências” registrados acima se referem aos seguintes tipos de lugar:

**Tabela 2:** tipos de referências usadas para demarcação do território nas primeiras legislaturas louveirenses

Região	Centro			Bairro		
	1968	1969	1977	1968	1969	1977
Estradas	7	2	5	2	2	5
Propriedades	19	12	10	5	1	7
Linha Férrea	1	1	1	0	0	0
Outros	0	9	7	2	4	4

**Fonte:** adaptado de Câmara Municipal de Louveira (1968a, 1968b, 1969a, 1977)

É interessante observar que o número de propriedades e estradas em Louveira/Centro é maior do que as mencionadas nos documentos em relação ao Bairro (de) Santo Antônio. Na lei de 1968, as propriedades registradas nos documentos são referidas com o nome completo do proprietário, mas, em muitas vezes, aparecem com o nome de “irmãos” e o sobrenome – como “Irmãos Steck” ou “Irmãos Omissolo” (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1968<sup>a</sup>: 3). É interessante verificar que, para o ano de 1969 (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1969a), há, no Bairro (de) Santo Antônio, uma referência usada para marcação como “rua sem nome”, enquanto,



nesse mesmo documento, as marcações de Louveira/Centro continuam sendo feitas por propriedades, sem citar ruas ou avenidas, mas agora destacando “propriedade” antes do nome do dono da chácara/fazenda. Há menção, no documento de 1977, a “chácaras” e “fazendas” em Louveira/Centro, enquanto as propriedades do Bairro (de) Santo Antônio são mencionadas como “lotes” e “glebas”. Apenas uma avenida é citada como rua no Bairro (de) Santo Antônio neste mesmo documento (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 1977: 4): Avenida Ricieri Chiquetto.

Uma fazenda/propriedade, em uma comparação com lote/gleba, pode ser diferenciada pela presença de moradores no local: os documentos mostram que Louveira/Centro teria moradores em suas terras, enquanto no Bairro (de) Santo Antônio as terras teriam proprietários. Para que haja urbanização, é preciso que existam moradores em determinada área, e, arriscamos dizer, é aqui que a diferenciação entre o urbano e o rural na cidade de Louveira é reforçada.

A memória é exterior e anterior ao sujeito (ACHARD, 1999), e o discurso jurídico-administrativo é uma das primeiras discursividades louveirenses (considerando a data da emancipação do município), o que faz com que, décadas depois, ainda transpareça na fala dos louveirenses.

### 3.2. Dos mapas e legislações para a boca do povo

A pergunta que fecha essa análise é a seguinte: como as novas designações surgiram na boca do povo louveirense? Ou, “mesmo sem saber, por que o sujeito imprime esta e não aquela direção à argumentação?” (ORLANDI, 2004c: 51). O próprio discurso jurídico-administrativo forneceu as condições para que essa mudança ocorresse, não sendo em qualquer região do território louveirense. Como já apontou Orlandi (2004c: 52), “quando uma palavra significa, é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. Atualmente, o Bairro não é mais a área rural delimitada pela prefeitura louveirense em 1968. É uma região com mais comércio e moradores do que o Centro e tão autônoma quanto ele.

Na atuação dos moradores do Bairro, a dinâmica econômica e de vida se transforma e os sujeitos passam a perceber o ambiente de maneira diferenciada. O Bairro Santo Antônio passa a Bairro e passa a Quebra; não é o Centro, tampouco Louveira, mas também é a cidade de Louveira. As designações se sustentam em uma disputa de memórias que é encarnada na língua. Os bairros parecem se fundir,



tornando binário um município diversificado, e podemos observar a nomeação do espaço e das ruas<sup>12</sup> sobrepondo-se às diferentes camadas de memória que significam Louveira. Quando o urbano rompe as fronteiras espaciais estabelecidas pelo Plano Diretor, o furo linguístico irrompe no discurso dos louveirenses. Concluimos que o ponto central desta análise, antes de passarmos às considerações finais, está na quebra do saber do urbanista — do objeto construído pelo discurso jurídico-administrativo — e da erupção de novos sentidos na narrativa louveirense, em que a forma de se consumir a cidade (cf. LEFEBVRE, 2001) se sobressai na fala dos moradores da cidade.

#### 4. Considerações finais

Ao analisar o espaço histórico da Revolução Francesa de 1789, Pêcheux (1990: 9) ressalta que a “mudança de mundo” advinda do “francês nacional” é, também, uma revolução linguística, pois envolve “a construção de um novo aparelho político, jurídico-administrativo e militar”. O aparelho jurídico-administrativo — responsável pela organização do espaço urbano — se assemelha, em nosso trabalho, ao próprio processo de criação da sociedade louveirense: quando Louveira se emancipa e é elevada ao grau de município, um novo aparelho jurídico-administrativo é criado, distanciando-se e diferenciando-se do antigo de que fazia parte (a administração rocinhense). É nessa nova criação jurídico-administrativa que a organização do espaço louveirense se dá, e, como apontado por Pêcheux (1990) anteriormente, da qual podemos esperar materializações linguísticas irrompendo.

Na análise da questão da revolução socialista a partir do século XIX, Pêcheux (1990: 11) mostra que a relação entre o proletariado e a democracia burguesa estabelece-se por meio de “uma barreira política invisível, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista”. Essa barreira, que divide o mundo em duas orientações “regionais”, é levantada com palavras e pelo “poder ditatorial [da burguesia] por detrás das aparências democráticas” (PÊCHEUX, 1990: 12). Essa ideia retoma a questão do consenso: a elaboração de um Plano Diretor prevê a participação da população de maneira democrática.

---

12 Destacamos um caso sobre nomeação de ruas aqui. Em 07 de maio de 2018, o projeto de lei nº 25/2018 que “dá a denominação de “Rua Umbilina Nunes de Oliveira” à Rua B (travessa Estrada Pau a Pique), no bairro Vila da Conquista”, foi aprovado. Umbilina Nunes de Oliveira foi uma migrante, vinda do Piauí para Louveira em 2004 e que teve destaque em sua participação na comunidade. O projeto de lei está disponível em: < <https://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/Documentos/Documento/50245> >. Acesso em 21 nov. 2018.



Foi durante a emancipação louveirense que um pequeno grupo de pessoas estabelece, neste dispositivo legal (o Plano Diretor), a divisão do território louveirense em zonas específicas, com dinâmicas econômicas particulares. Por exemplo, em um primeiro momento a região do Bairro fica restrita às atividades agrícolas, enquanto, à região do Centro, é permitido levantar comércios de diferentes sortes. A divisão do espaço coincide, sobrepõe-se à divisão econômica, determinando ao sujeito de cada área o que pode ser produzido e qual estilo de vida pode ser adotado. Isso tudo é regido e legitimado por um processo democrático: a elaboração do Plano Diretor, que, além de definir fronteiras no espaço, também define fronteiras econômicas. Nas palavras de Pêcheux (1990: 12), o proletariado é, dessa maneira, reunido, convencido, organizado e politizado. A organização e ordenação do espaço urbano também organizam os modos de produção<sup>13</sup> e a divisão social do trabalho.

É preciso ressaltar que o debate sobre o planejamento urbano e o Plano Diretor louveirense não é uma discussão que se encontra inerte. Uma reportagem colocada no ar pela página do *Facebook* “Cada Vez Mais Louveira”, no dia 04 de fevereiro de 2019, traz alguns trechos de uma entrevista com o prefeito da cidade, Junior Finamore, que anuncia a vinda de “14 novas grandes empresas para Louveira”. Destacamos o seguinte trecho da entrevista (CADA VEZ MAIS LOUVEIRA, 2019):

[n]este momento estamos realizando os estudos de revisão para melhorar ainda mais o Plano Diretor da cidade, para que mais importantes grandes empresas se instalem em áreas inutilizadas, aumentando a oferta de emprego para o Louveirense e assegurando o meio ambiente da cidade com um crescimento ordenado. A sociedade já discutiu e entende a importância da revisão do Plano Diretor. Agora depende da aprovação dos Vereadores da cidade.

Duas audiências públicas, abertas à população, foram realizadas nos dias 27 de fevereiro de 2019 e no dia 11 de março de 2019 para iniciar esse debate. De acordo com reportagem realizada pelo jornal *Folha Notícias Louveira* (2019a), a fala de quatro moradores de Louveira durante a primeira audiência tocou em três pontos: o primeiro foi o fato de a Associação de Moradores do bairro Santo Antonio não ter participado da revisão do Plano Diretor atual (em 2012); o segundo foi em relação a calçadas irregulares, pensando, principalmente, na mobilidade dos idosos, e o uso de terrenos inapropriados para a construção de estabelecimentos institucionais (como escolas); e o terceiro foi em relação à captação de água e à construção dos reservatórios. No segundo dia de audiência, os questionamentos

---

13 A dominação do proletariado pela burguesia, nas relações de produção capitalistas, é abordada em Pêcheux (2014: 7).





levantados pelos louveirenses presentes na Câmara Municipal de Louveira estavam relacionados à captação de água, aos córregos louveirenses e à vegetação nativa (FOLHA NOTICIAS LOUVEIRA, 2019b).

A fala sobre a participação dos moradores do Bairro na elaboração do Plano Diretor é, mais uma vez, colocada no cerne das políticas públicas urbanas. Como apontado por Orlandi (1999: 12), “o urbano sobredetermina o social”, e a ausência dos moradores do Bairro na elaboração do Plano Diretor é um exemplo dessa sobreposição. Resta saber, nesse momento, quais serão as áreas liberadas para as novas “grandes” empresas e como isso afeta o Plano Diretor e as questões que aqui foram levantadas acerca do planejamento urbano.

A lei 1/2019, que revisa o Plano Diretor de Louveira, teve sua última emenda no dia 15/03/2019 e sua assinatura no dia 05/04/2019<sup>14</sup>. Nessa revisão, destacamos o detalhamento sobre os tipos de empresa que podem ser instaladas perto das estradas louveirenses, conforme o nível de poluentes que emitem, bem como maior detalhamento sobre a proteção das áreas rurais e áreas com córregos. Há outro destaque aos empreendimentos imobiliários de interesse social: esses empreendimentos “somente serão admitidos nas Zonas ZUM-1 e ZUM-2 [Bairro e Centro], desde que haja interesse Público” (PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 2019: 6). A permissão de empreendimentos sociais no Centro é algo que difere do que é observado em relação às zonas de interesse social (apresentadas anteriormente). Há uma restrição nesse novo trecho da lei (“desde que haja interesse Público”), mas é interessante observar essa mudança em relação ao social em Louveira e, em tempos de exploração desenfreada do meio ambiente, é louvável e muito importante a decisão do município de proteger as áreas verdes da cidade.

Retornando ao trecho apresentado anteriormente sobre o planejamento urbano da cidade, é possível pensar na cidadania exercida pelos moradores de Louveira no desenho urbano da cidade:

a história da cidadania confunde-se em muito com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada (LAGAZZI, 2010: 81).

---

14 Disponível em: < <https://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=64160> >. Acesso em 06 abr. 2019.



O debate relaciona-se a fronteiras invisíveis que se tornam visíveis, seja pela rodovia que corta o município ou pela arquitetura e disposição dos imóveis em cada um dos lados da cidade. E qual é o papel da rodovia Anhanguera nessa divisão? Destacamos a breve entrevista dada por Rubens Chicaglione — antigo morador de Louveira — à Câmara de Louveira (2018), em que diz o seguinte: “Eu lembro quando começou a fazer a Anhanguera. Eu morava numa casinha beirando a quadra de uva do meu avô e quando foi fazer a Anhanguera quebraram a uva do meu avô no meio. E ele chorou, porque o sítio era até no Frango Assado e então cortou o sítio dele no meio”. O corte da rodovia no território louveirense acentuou a divisão entre os dois lados, mas é importante lembrar que o zoneamento da cidade já havia previsto isso.

Em um breve resumo do percurso que aqui realizamos, há duas textualidades em “Onde você mora: Quebra ou Louveira?”: há o discurso jurídico-administrativo que remete ao planejamento da região central da cidade, desde a época da emancipação, e o discurso que remete à expansão da região de “ocupação controlada” (CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, 2006, 2008) do Bairro Santo Antônio; sua ressignificação que aponta para um novo Bairro. A discursividade que opera na textualização de “Quebra” é um acontecimento cuja memória não é escrita, mas que está inscrita no discurso sobre a cidade, materializada na fala de seus habitantes. Os louveirenses são colocados em lugares nos processos de identificação/subjetivação a partir de um discurso jurídico-administrativo sobre o zoneamento municipal, e, desse discurso, ressignifica-se a denominação do espaço louveirense.

Pensando na região do Circuito das Frutas, é interessante verificar como o Plano Diretor de Vinhedo também delimita áreas da cidade de Vinhedo de maneira similar ao de Louveira e como as designações operam de forma similar para seus habitantes. A rodovia Anhanguera também parece ter um papel importante nessas designações<sup>15</sup>.

As memórias mobilizadas em nosso percurso de pesquisa desembocam em “flagrantes urbanos” recentes (cf. ORLANDI, 2004a; LUCCA, 2017; ZOPPI-FONTANA, 2011), como o enunciado destacado no título da notícia retratada pelo Jornal de Jundiaí (2015): “**Louveira** recebe prêmio nacional”, que resultou na colocação de alguns *outdoors* pela cidade, exaltando essa conquista. Nesse

---

15 A cidade de Vinhedo — vizinha a Louveira e que opera com uma designação do espaço similar à louveirense (TRENTO, 2014) —, em seu plano diretor (PREFEITURA DE VINHEDO, 2018), mostra que a região da Capela possui três zonas de uso do solo apenas, similares à situação do Bairro em Louveira: ZDI (Zona de Desenvolvimento Industrial), ZCA (Zona de Conservação Ambiental), ZOD2 (Zona de Ocupação Dirigida 02). A rodovia Anhanguera aparece no Atlas Metropolitano de Campinas (CUNHA e FALCÃO, 2017: 36) como uma marca de divisão no que concerne a distribuição da riqueza nessa região (no sentido capital-interior, os moradores das regiões à esquerda da rodovia possuem de 0 a 5 salários mínimos como renda). Tanto a Capela (em Vinhedo) como o Bairro (em Louveira) estão na região de menor distribuição da riqueza.



enunciado, “Louveira” se refere à cidade, o que nos aponta para o movimento contraditório entre significar a cidade e significar parte dela.

Retomando Guimarães (2001: 100) em seu estudo sobre Cosmópolis/SP, “Cosmopolense é o que é identificado por todo um processo histórico, de que faz parte essa prática enunciativa de nomear lugares e, lembremos, de nomear pessoas”. Processo similar é observado em Louveira, em que o discurso jurídico-administrativo – através de um processo histórico – dá nome às ruas e bairros conforme moradores ilustres. Mas esse mesmo processo histórico também comporta as memórias de tempos recentes, cujas transformações se articulam entre os desenhos do espaço de Louveira e aquilo que é dito por seus moradores.

Antes de terminarmos, chamamos atenção para outro fenômeno que merece um estudo mais detalhado – não o faremos aqui, mas, sem dúvida, é de interesse dos estudiosos da linguagem<sup>16</sup>. A adoção do nome “Palácio dos Emancipadores” para o prédio da Câmara Municipal Louveirense durante o período da urbanização e do desenvolvimento econômico louveirense. Um pilar de tradição em meio à onda de desenvolvimento e urbanização que modifica a dinâmica de vida da cidade. Mas isso já é – ou não – outra história.

## Referências

AMARAL, R. Segundo estudo, Louveira é a cidade mais desenvolvida do país. **Jornal de Jundiaí**, Jundiaí, 03 de Junho de 2014. Região. Disponível em: < <http://www.jj.com.br/noticias-1144-segundo-estudo-louveira-e-a-cidade-mais-desenvolvida-do-pais> >. Acesso em 03 de maio de 2015.

BARBOSA FILHO, F. R. **Ordem e organização**: algumas questões sobre razão e silenciamento na cidade. *Revista Rua*, v. 1, n. 18, 2012.

---

16 Ainda em tempo, pensando em trabalhos futuros e na cidade de Vinhedo, vizinha a Louveira, chamamos atenção para a classificação da cidade vinhedense como um “principado”. Uma busca na internet por essa caracterização nos traz alguns resultados interessantes: há alguns comércios em Vinhedo que tem “principado” no nome; um livro, escrito por Ricardo Viveiros e idealizado pela prefeitura municipal de Vinhedo, cujo nome é “Vinhedo, o principado dos paisanos”, retrata as origens da cidade e faz menção a “principado”. Uma notícia de 2018, sobre a festa da uva de Vinhedo (MARTINS JUNIOR, 2018), traz “principado” – mais uma vez – como descrição da cidade. “Principado” também é o nome de uma revista que circula na cidade. Mas a evidência mais clara de que, de fato, “principado” já fora utilizado como caracterização para a cidade vem de uma descrição apresentada por uma loja de imóveis vinhedense (IMÓVEIS PASSARELLI, 2019; grifos nossos), em uma seção de seu *website* chamada “Histórico de Vinhedo”. Lê-se, em certa altura do texto sobre Vinhedo: “a maioria desses condomínios estão distribuídos em todos os municípios da cidade, levando, portanto, a cidade ao **título popular de Principado de Vinhedo, pelo seu alto padrão residenciais**”. Essa é outra caracterização no mínimo interessante de ser pesquisada pelos analistas do discurso (do) urbano.



\_\_\_\_\_. **Língua, arquivo, acontecimento:** trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista. Tese de doutorado (UNICAMP). Campinas, 2016.

\_\_\_\_\_. “Não sendo os africanos nascidos no Brasil...”: a legislação antiafricana na Bahia do século XIX. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**, nº 60.1, Campinas, pp. 7-30, jan/abr. 2018.

CADA VEZ MAIS LOUVEIRA. Prefeito Júnior anuncia 14 novas grandes empresas para Louveira. **Cada vez mais Louveira**, 4 fev. 2019. Disponível em: < <https://www.facebook.com/CadaVezMaisLouveira/photos/pcb.2285930041731408/2285929698398109/?type=3&theater> >. Acesso em 11 mar. 2019.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Trad. de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA LOUVEIRA. **Entrevista: Rubens Chicaglione**. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=tSLjwLc8h2Y&list=PLxQC6fU-xS\\_pNin3WPTIVGd96zjGi-9uA&index=26](https://www.youtube.com/watch?v=tSLjwLc8h2Y&list=PLxQC6fU-xS_pNin3WPTIVGd96zjGi-9uA&index=26) >. Acesso em 22 jun. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. **LEI MUNICIPAL Nº 1.845, 6 DE NOVEMBRO DE 2006**. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/documento?sigla=lo&numero=1845> >. Acesso em 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI MUNICIPAL Nº 2.009, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2008**. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/documento?sigla=lo&numero=2009> >. Acesso em 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10/65**. 1965. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=29202> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 119/68**. 1968a. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=29097> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 120/68**. 1968b. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=29081> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 178/69**. 1969a. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=29577> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 226/69**. 1969b. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=29377> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 557/77**. 1977. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=28659> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 483/75**. 1997a. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=28873> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1240/97**. 1997b. Disponível em: < <http://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=25943> >. Acesso em 10 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Calendário Anual Oficial de Louveira**. Disponível em: < <http://louveira.sp.leg.br/portal/index.php/telefones-uteis/9-institucional/50-calendario-anual-oficial-de-louveira> >. Acesso em 16 mar. 2019a.

\_\_\_\_\_. **História da cidade**. Disponível em: < <http://louveira.sp.leg.br/portal/index.php/historia-da-cidade> >. Acesso em 16 mar. 2019b.

CARREÃO, V. **Transformações econômicas e mudança linguística: a língua em Louveira/SP**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

COSTA, G. C. **Linguagens em funcionamento: sujeito e criminalidade**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CUNHA, J. M. P.; FALCÃO, C. A. (Orgs.). **Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. 2017. Disponível em: < [http://librum.com.br/campinasmetro/arquivos/librum\\_jmcunha\\_atlas\\_campinas\\_metropolitana.pdf](http://librum.com.br/campinasmetro/arquivos/librum_jmcunha_atlas_campinas_metropolitana.pdf) >. Acesso em 10 jun. 2018.

FAVARO, F. F. **Trama urbana moderna em Vinhedo e educação das sensibilidades (1970-1990)**. Dissertação de Mestrado, programa de pós-graduação em educação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FEDATTO, C. P. **Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

FILIPPI, M. Cidades do Circuito das Frutas têm opções de turismo com muito sabor. **G1**, Campinas e Região, 20 jan. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/circuito-verao-das-frutas/noticia/2016/01/cidades-do-circuito-das-frutas-tem-opcoes-de-turismo-com-muito-sabor.html> >. Acesso em 09 mar. 2018.

FOLHA NOTÍCIAS LOUVEIRA. **Câmara realiza 1ª audiência para debater revisão do Plano Diretor**. Cidades, 06 mar. 2019. Disponível em: < <http://www.fn10.com.br/louveira-camara-realiza-1a-audiencia-para-debater-revisao-do-plano-diretor/> >. Acesso em 11 mar. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Em reunião do 'Plano Diretor', secretário fala sobre abastecimento de água**. Louveira, 15 mar. 2019. Disponível em: < <http://www.fn10.com.br/louveira-em-reuniao-do-plano-diretor-secretario-fala-sobre-abastecimento-de-agua/> >. Acesso em 18 mar. 2019b.

G1. Indaiatuba é a 1ª do país em ranking das melhores cidades para se viver. **G1**, Campinas, 02 de Dezembro de 2012. Campinas e Região. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/12/indaiatuba-e-1-do-pais-em-ranking-das-melhores-cidades-para-se-viver.html> >. Acesso em 03 de maio de 2015.

GOOGLE MAPS. **Louveira**. Disponível em < <https://www.google.com.br/maps/@-23.083137,-46.9334091,13z> >. Acesso em 09 mar. 2018.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4a ed. Campinas: Pontes Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. Bairro: a especificidade de um nome abstrato. In: MORELLO, R. (Org.). **Giros na cidade**. Campinas: LABEORB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Um mapa e suas ruas. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Cidade Atravessada**: Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

GUIN, C. Nordestinos compõem grande parte do bairro Santo Antônio. **Jornal de Jundiaí**, JJ nos bairros, 19 out. 2014. Disponível em: < <http://www.jj.com.br/noticias-7294-nordestinos-compoem-grande-parte-do-bairro-santo-antonio> >. Acesso em 04 mar. 2017.

INFORMATIVO PTB. **Nossa Cidade Louveira**. Informativo – Jan 2013 a Jun 2016. Revista informativa do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro – Louveira, 2016.

IMÓVEIS PASSARELLI. **Histórico de Vinhedo**. Disponível em: < <https://www.passarelli-imoveis.com.br/conheca-vinhedo> >. Acesso em 18 mar. 2019.

JORNAL DE JUNDIAÍ (JJ). Louveira recebe prêmio nacional. **JJ Região**, 22 set. 2015. Disponível em: < <http://www.jj.com.br/noticias-20841-louveira-recebe-premio-nacional> >. Acesso em 04 mar. 2017.

LAGAZZI, S. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCCA, J. F. **O diário moderno de um motoboy de São Paulo**: construção identitária e recursos estilísticos. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, 2017.

MARTINS JUNIOR. **Modelo da HBBTY é eleita primeira princesa no Principado de Vinhedo**. Textos, 28 nov. 2018. Disponível em: < <https://www.hbpontocom.com/single-post/2018/11/28/MODELO-DA-HBPTY-É-ELEITA> >.





PRIMEIRA-PRINCESA-NO-PRINCIPADO-DE-VINHEDO >. Acesso em 18 mar. 2019.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história. Campinas, SP: Pontes, Fapesp e Faperp, 2006.

ORLANDI, E. P.; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. In: **Escritos**: Cidade, Consenso e Políticas Públicas. Nº 8. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos, 2004.

ORLANDI, E. P. A desorganização cotidiana. **Escritos**, Campinas, n. 1, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. N/O limiar da cidade. **Revista Rua Especial**, Labeurb/Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou Recortar. **Série Estudos. Lingüística: Questões e Controvérsias**, n 10. Uberaba: Fiube, 1984.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: **Escritos**: Cidade, Consenso e Políticas Públicas. Nº 8. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos, 2004b.

\_\_\_\_\_. O próprio da análise de Discurso. In: **Escritos**: Discurso e Política. Nº 3. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos, 1998b.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3a ed. Campinas: Pontes, 2004c.

\_\_\_\_\_. População urbana e seus modos de vida. In: MORELLO, R. (Org.). **Giros na cidade**. Campinas: LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 2004d.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990(Traduzido por José Horta Nunes).

\_\_\_\_\_. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, 2014 (Traduzido por Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira).

PRATES, M. O ranking definitivo das cidades mais desenvolvidas do país. **Revista Exame online**, São Paulo, 08 de Junho de 2014. Campinas e Região. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/lista-definitiva-das-500-cidades-mais-desenvolvidas-do-pais> >. Acesso em 03 de maio de 2015.

PREFEITURA DE LOUVEIRA. **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável**. 20. abr. 2016. Disponível em: < <http://louveira.sp.gov.br/site/painel/dbarquivos/>





dbanexos/AudienciaPublicaPlanoMobilidadeUrbanaSustentavelLouveira.pdf >. Acesso em 07 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Telefones Úteis**. Disponível em: < <http://louveira.sp.gov.br/site/interna/120/telefones-uteis> >. Acesso em 18 mar. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Desfile de 7 de setembro acontece sexta-feira no bairro Santo Antônio**. Educação, 06 set. 2018. Disponível em: < <http://www.louveira.sp.gov.br/site/conteudo/5100/desfile-de-7-de-setembro-acontece-sexta-feira-no-bairro-santo-antonio> >. Acesso em 18 mar. 2019b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. **Emenda à lei 01/2019**. Disponível em: < <https://consulta.siscam.com.br/camaralouveira/arquivo?Id=64160> >. Acesso em 06 abr. 2019.

PREFEITURA DE VINHEDO. **Plano Diretor Participativo de Vinhedo**. Disponível em: < [http://www.vinhedo.sp.gov.br/painel/dbarquivos/dbanexos/1\\_mapadezoneamentop.pdf](http://www.vinhedo.sp.gov.br/painel/dbarquivos/dbanexos/1_mapadezoneamentop.pdf) >. Acesso em 08 jul. 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Observações sobre o discurso sobre a cidade em textos produzidos em contexto escolar. In: MORELLO, R. (Org.). **Giros na cidade**. Campinas: LABEORB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, 53(2):197-217, jul./dez, 2011.

TRENTO, P. R. **A Capela é tudo isso para baixo, o resto é Vinhedo**: uma proposta de pedagogia para o lugar. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação, Campinas, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. G. A cidade se mexe: da bicicleta ao cycle chic. **Cad.Est. Ling.**, Campinas, 53(2): 179-196, Jul./Dez. 2011.

\_\_\_\_\_. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 202-215.



# POESIA E GEOMETRIA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE LETRAMENTO

## POETRY AND GEOMETRY: AN INTERDISCIPLINARY EXPERIENCE OF LETRAMENTO

*Neiva Lopes da SILVA<sup>1</sup>*

*Tatiane Castro dos SANTOS<sup>2</sup>*

*Valdinéia da Luz Meira MACHADO<sup>3</sup>*

**Resumo:** este artigo versa sobre uma experiência didática de letramento com poema concreto, numa perspectiva interdisciplinar com a Matemática, no estudo de geometria, com objetivo de estimular habilidades de leitura, escrita e raciocínio, a partir de uma metodologia que pode possibilitar ao estudante, além de estreitar a relação de identificação com o texto, ressignificar a própria aprendizagem através das práticas e eventos de letramentos. Pretende-se apresentá-la, neste artigo, como uma proposta de intervenção que pode contribuir com o ensino e aprendizagem na perspectiva da integração de disciplinas. Como embasamento teórico, utilizaram-se, entre outros, Soares (1998, 2004), Kleiman (1995), e Rojo (2005, 2012).


**Palavras-chave:** leitura; interdisciplinaridade; letramento.

---

1 Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Acre. E-mail: neivagalvao@hotmail.com.

2 Docente da Universidade Federal do Acre. E-mail: tatitcs@hotmail.com

3 Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Acre. E-mail: valdineiamachado@hotmail.com.



**Abstract:** this article deals with a didactic experience of literacy with a concrete poem, in an interdisciplinary perspective with Mathematics, in the study of geometry, aiming to stimulate reading, writing and reasoning skills, based on a methodology that allows the student, in addition to narrowing the relationship of identification with the text, to resignify their own learning through literacy practices and events. It is intended to present it in this article as an intervention proposal that can contribute to teaching and learning in the perspective of the integration of disciplines. The theoretical basis was used, among others, Soares (1998, 2004), Kleiman (1995), and Rojo (2005, 2012).

**Keywords:** reading; interdisciplinarity; literacy.

## Introdução

Cabe à escola o papel de oferecer um ensino efetivo aos seus alunos, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura. Cabe aos professores a busca por atividades que contribuam para o aperfeiçoamento e a formação de leitores e escritores capazes de lidar com as exigências da atual sociedade e de exercer a cidadania.

O professor enfrenta muitos obstáculos que podem impedir a aprendizagem efetiva na sala de aula: alunos desmotivados, sem interesse nas aulas, muitas vezes, por ser apresentada a ele uma prática pedagógica distante de sua realidade. Constata-se, ao observar o cotidiano em sala de aula, os resultados de pesquisas relacionadas à leitura e, ainda, resultados de avaliações de desempenho em leitura, que, na realidade, as escolas brasileiras, de um modo geral, estão formando uma quantidade expressiva de alunos que mal conseguem ler, escrever e, tampouco, interpretar e produzir textos.

Diante dos problemas expostos, é necessário repensar a prática docente, inclusive, refletindo sobre como consolidar a leitura na escola e desenvolver nos alunos o hábito de ler. Posto que o desenvolvimento da capacidade leitora é fundamental para a aquisição de conhecimento, sendo necessário que o professor busque novas alternativas para firmar sua prática. Assim, acredita-se que o letramento se constitui em um instrumento para melhores resultados na formação



de crianças leitoras, desde as séries iniciais até o decorrer dos anos de vida de estudante, com consequências para toda a vida em sociedade.


Para contribuir com a formação de alunos capazes de ler e escrever com autonomia e com criticidade, a escola precisa, primeiramente, compreender que as aprendizagens relacionadas à leitura e à escrita não ocorrem desvinculadas do processo de letramento. Portanto, é imprescindível que o professor crie estratégias que contemplem, além da leitura e produção de texto, a reflexão sobre a língua na conjuntura das práticas sociais. A leitura, no ensino de Língua Portuguesa, é indispensável, visto que o desenvolvimento da habilidade leitora pressupõe compreensão de tudo o que é lido. No entanto, ela é imprescindível, também, em todas as áreas do conhecimento escolar. Assim, organizá-la de forma isolada pode ser um impedimento para o sucesso de atividades com propósito de aprimorar essas habilidades. Tendo em vista que a prática da leitura em todas as áreas do conhecimento, ainda precisa ser consolidada na escola, tem-se realizado grandes discussões e relevantes reflexões sobre a integração entre as diversas áreas do conhecimento como uma possibilidade de maior contribuição para a aprendizagem dos alunos.

A interdisciplinaridade no trabalho na sala de aula é orientada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde a década de 1990. Os professores, em geral, aceitam que essa integração é uma possibilidade de efetivar um ensino que forme alunos capazes de lidar com os vários conhecimentos oferecidos. No entanto, mesmo com boa aceitação entre os professores, percebem-se poucos avanços em relação à efetiva integração entre as várias áreas do conhecimento na escola, prevalecendo, ainda, o trabalho isolado de cada professor. Morin (2010) chama a atenção para a necessidade de se repensar o paradigma de fragmentação do saber, que se encontra impregnado nas concepções de currículo e organização do ensino atual:

[n]a escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento. Em tais condições, as mentes dos jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos (MORIN, 2010: 15).

A fragmentação do saber limita a visão do aluno sobre as correlações pertinentes entre as várias áreas do conhecimento. Embora, nas séries iniciais, essa prática tenha surgido para a simplificação do entendimento, com o passar do tempo, deixou consequências, como a individualização das disciplinas e o pensamento de que elas não possam se encontrar por incompatibilidade. É o que





se pensa quando falamos, por exemplo, no encontro entre as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse contexto, no decorrer deste artigo, pretende-se refletir, a partir das questões expostas anteriormente, sobre a leitura, a escrita e as práticas de letramento no espaço escolar, bem como sobre a importância da integração entre as áreas de conhecimentos para a formação de alunos competentes e aptos a enfrentar a sociedade em que vivem.

Para isso, num primeiro momento, será feita uma explanação em que se possa visualizar um panorama da leitura nas nossas escolas, bem como um pouco da situação do rendimento em algumas habilidades matemáticas. Posteriormente, será delineado um breve percurso histórico e teórico sobre os termos aqui mencionados – letramentos e alfabetização, revelando o caráter indissociável desses dois vocábulos e, ainda, a questão da interdisciplinaridade, integração das várias áreas do conhecimento como um caminho apontado para um ensino bem-sucedido. Por último, será apresentado um relato de prática, contendo uma experiência didática metodológica de atividades com poesia concreta, realizadas de forma interdisciplinar com a matemática no estudo da geometria. Pretende-se divulgar essa experiência como uma proposta de intervenção que pode contribuir para melhorar as práticas de leitura, de escrita e de letramento na escola.

Para a produção do artigo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Utilizaram-se, como principal aporte teórico, obras e artigos de Soares (1998, 2004) e de outros estudiosos com excelentes contribuições para os estudos e concepções de letramento, como Kleiman (1995), Rojo (2005, 2012) e, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, 2000), a Base Nacional Comum Curricular (2017), entre outros. Acredita-se que proporcionar uma reflexão sobre um trabalho realizado na perspectiva do letramento e da interdisciplinaridade e destacar a relevância desses processos para a eficiência no aprendizado dos alunos gera uma colaboração para a prática pedagógica comprometida dos professores.

## **A leitura no processo de ensino e aprendizagem**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa orientam que o trabalho com a leitura deve considerar, como um dos principais objetivos, a formação de leitores competentes:

[f]ormar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros já lidos, que saiba

que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos (BRASIL, 1997: 41).

A proficiência da leitura é um processo que se dá muito além da decodificação, a partir do contato que o estudante mantém com um número variado de textos incluídos em diversos contextos. E, para tanto, considera-se que a competência leitora leva em conta a relação interdiscursiva do texto, ou seja, a relação entre discursos, inclusive os que envolvam conhecimentos de outras disciplinas.

Da mesma forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa salientam que as atividades relacionadas à produção textual devem viabilizar a competência da escrita:


[u]m escritor competente é alguém que ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e à circunstância enunciativa em questão (BRASIL, 1997: 47).

As habilidades de leitura e escrita são indissociáveis, uma vez que a competência leitora se reflete na competência escritora; por essa razão, é dada a relevância de um trabalho efetivo de leitura que possa, também, se estender à escrita.

Apesar da orientação dos PCN para o trabalho com a leitura, percebe-se que essa habilidade ainda constitui um dos principais desafios do estudante. Dados publicados, recentemente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) apontam que a maior parte dos alunos brasileiros apresentou desempenho crítico ou muito crítico em Língua Portuguesa. Os resultados divulgados pelo Ministério da Educação (2016) revelaram que o desempenho em leitura, ainda que tenha avançado em relação aos resultados de anos anteriores, precisa melhorar. A Matemática, por sua vez, apresentou uma situação ainda mais crítica, pois se percebeu um decréscimo preocupante no desempenho das habilidades avaliadas, habilidades essas que, mesmo sendo relacionadas à matemática, também exigem competência leitora.

Para Bortoni-Ricardo (2010: 16), o que explica os baixos escores que os alunos obtêm nos sistemas nacionais ou estaduais de avaliação é o caráter sintetizador da leitura e a importância do conhecimento multidisciplinar de mundo a que o leitor precisa recorrer para compreender efetivamente o que lê. Assim, segundo a autora,

[o] estudante não consegue atingir a compreensão satisfatória do material lido porque lhe faltam conhecimentos, não necessariamente da estrutura



da sua língua materna, da qual é falante competente, mas sim de todos os componentes curriculares cujo domínio lhe ficou precário, principalmente porque não desenvolveu habilidades de leitura para a aquisição de informações. Nesse círculo vicioso, a raiz do problema pode ser identificada então na dificuldade que a escola apresenta para ajudar seus alunos a construir habilidades de leitura como ferramenta de apreensão do conhecimento (BORTINI-RICARDO, 2010: 16).

O fato é que os alunos necessitam, urgentemente, de ações de intervenção que os auxiliem no processo de aprimoramento das habilidades de leitura e escrita. Isso posto, é dever da escola implementar ações que assegurem ao aluno a aquisição dessas habilidades. Assim, para atingir o objetivo de formar alunos capazes de compreender os diferentes textos, inclusive situações-problema relacionadas à matemática, é necessário proporcionar a ele a experiência com as diferentes dimensões da leitura. É essencial que vivencie a leitura para obtenção de informações, a leitura para o próprio estudo, para auxiliar no ato da escrita e da revisão da produção, além da leitura que favoreça a resolução de problemas do dia-a-dia e, até mesmo, para divertir-se.

É importante que o professor organize o seu planejamento pedagógico de maneira que oportunize ao aluno vivenciar situações reais e significativas de práticas de leitura e de escrita, isso porque, como afirmam Albuquerque e Santos,

[p]ropiciar aos aprendizes a vivência de práticas reais de leitura e produção de textos não é meramente trazer para a sala de aula exemplares de textos que circulam na sociedade. Ao se ler ou escrever um texto, tem-se a intenção de atender a determinada finalidade. É isso que faz com que a situação de leitura e escrita seja real e significativa (ALBUQUERQUE; SANTOS, 2005: 97).

Muito se discute, na educação, sobre o conceito de práticas significativas para a aprendizagem do educando, mas tais práticas só serão exitosas se estiverem presentes em um contexto social e interacional, pois, se estiverem distantes da realidade ou do que se pratica socialmente, a educação estará apenas trabalhando com ideias hipotéticas, e isso não traz a significação necessária para que o aluno seja considerado um indivíduo letrado. Os professores precisam, portanto, aderir à concepção de que a leitura vai além da decifração do código escrito. Exige a interpretação e compreensão dos diversos gêneros textuais. Assim, escrever não é simplesmente grafar o código escrito ou mesmo discutir as regras de determinada língua, mas é demonstrar aptidão para produzir textos diversos, para diferentes práticas comunicativas. Logo, percebe-se que as práticas que se concretizam nas escolas, hoje, estão distantes daquilo que se prevê como ideal para a aquisição das competências de leitura e escrita previstas nos documentos oficiais.





Acredita-se que, a partir do momento em que cada professor começar a se identificar com os pressupostos de Bortoni-Ricardo (2010: 16) de que “todo professor é por definição um agente de letramento [...] que precisa familiarizar-se com metodologias voltadas para as estratégias facilitadoras da compreensão leitora”, haverá uma transformação dessa realidade, e os alunos se tornarão verdadeiramente leitores.

## **A leitura na perspectiva do letramento como possibilidade de ressignificar a aprendizagem**

Se, para melhorar a competência leitora dos alunos, é importante impulsioná-los para a vivência de práticas significativas de leitura e escrita, mais determinante ainda para a aquisição das habilidades de leitura é levá-lo ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, proporcionar-lhe experiências significativas de letramento. Como explicita Soares (2004), letramento diz respeito à imersão do indivíduo na cultura escrita, à sua participação em eventos diversos que envolvem a leitura e a escrita, bem como ao contato e à interação com diferentes tipos e gêneros textuais.

Refletir sobre a perspectiva do letramento no ensino escolar é uma prática relativamente recente. O termo letramento surgiu, no Brasil, por volta da década de 1980, no contexto da discussão sobre alfabetização. Após essa data, o uso dessa palavra foi incluído, constantemente, nos meios acadêmicos e tornado frequente nas pesquisas de especialistas e, conseqüentemente, nos discursos dos professores. Somente há pouco tempo foi registrado no dicionário.

Devido à vinculação do conceito de letramento com conceito de alfabetização, originou-se uma confusão relacionada às especificidades de cada termo. Soares (2004) distingue letramento de alfabetização, esclarecendo que o letramento remete à imersão e à participação do indivíduo em eventos referentes à leitura e à escrita. E a alfabetização corresponde ao processo da aprendizagem da leitura e da escrita, que envolve, entre outras coisas, o desenvolvimento da consciência fonêmica e fonológica, a compreensão da relação entre letra e som.

[...] letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais, ou seja, é o conjunto de práticas sociais relacionadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 1998: 72).



Corroborando a perspectiva do letramento, acredita-se na necessidade da articulação entre descobrir, adquirir e utilizar a escrita, reconhecendo as suas funções e manifestações, identificando seus modos de organização e utilizando-a em práticas sociais significativas e adequadas ao contexto. Ler e escrever compõem as habilidades necessárias para o letramento, que seria a competência de fazer uso social das habilidades adquiridas na escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se fundamenta em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos oficiais sobre a educação brasileira elaborados nas últimas décadas – como, por exemplo, os PCN – e busca dialogar com as orientações curriculares para o ensino, propõe, a partir da perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, uma abordagem do texto em atividades de leitura, escuta e produção, de forma a sempre relacioná-lo a seu contexto de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem. Segundo o documento,

[a]o componente de Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BRASIL, 2017: 65).

Ainda de acordo com o documento, o conjunto de princípios e pressupostos para os eixos de integração do componente de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da área que correspondem às seguintes práticas de linguagem:

oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). Cabe ressaltar, reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem. (BRASIL, 2017: 69)

Assim sendo, é necessário que a escola propicie aos alunos situações de interação e uso dos diversos gêneros e tipos textuais, evidenciando os seus contextos de comunicação, e, também, momentos em que possam refletir sobre o uso da língua. O uso da escrita em diferentes situações, a análise dos diferentes gêneros e a

interação com o interlocutor são alternativas que podem viabilizar o desenvolvimento do potencial crítico-reflexivo do aluno. Desse modo, o estudante poderá transformar-se em um leitor e escritor que compreende o meio social em que está inserido, capaz de refletir e transformar a realidade que o cerca. Portanto, é fundamental apresentar aos alunos, para a prática da leitura, a multiplicidade de textos.


## O trabalho interdisciplinar nas práticas de letramento

O contato com a multiplicidade de textos pode gerar múltiplos conhecimentos que se conectam e se correlacionam com a realidade na qual o aluno está inserido. Logo, quanto mais diálogo entre as várias áreas do conhecimento, maior será a convivência com as práticas de letramento, e melhor serão o entendimento, o aprimoramento e a valorização da aprendizagem.

A atividade interdisciplinar na escola pode favorecer a interação entre conteúdo, conhecimento, aluno, professor e cotidiano, além de possibilitar a utilização da dinamicidade e inovação para ampliar as aprendizagens. Portanto, é importante que haja o entendimento de que, para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar nas salas de aula, é essencial haver a comunicação entre as disciplinas e a compreensão de que elas são processos históricos e culturais necessários às práticas de ensino que resultem em aprendizagens. Além disso, faz-se pertinente compreender que a interdisciplinaridade não é uma conveniência, mas, sim, uma necessidade para o letramento, pois o mundo ou as experiências externas não se apresentam de forma fragmentada, mas formam um todo, passível de compreensão e interação.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, verifica-se a orientação de que a interdisciplinaridade não seja apenas uma “justaposição de disciplinas”:

[d]e fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do Ensino Médio. O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. Tendo presente esse fato, é fácil constatar que algumas disciplinas se identificam e aproximam, outras se diferenciam e distanciam, em vários aspectos: pelos métodos e procedimentos que envolvem, pelo objeto que pretendem conhecer, ou ainda pelo tipo de habilidades que mobilizam naquele que a investiga, conhece, ensina ou aprende (BRASIL, 2000: 75).



A interdisciplinaridade é uma possibilidade de trabalhar um tema em sala de aula com abordagens em diversas disciplinas para a compreensão da relação entre as diferentes áreas do conhecimento e, assim, de oferecer possibilidades inovadoras, novas aprendizagens, ultrapassando a fragmentação do conhecimento. O trabalho interdisciplinar na escola pode transformar práticas tradicionais em práticas com melhor sentido para o aluno, pois ele poderá perceber a conexão existente entre os saberes que se apresentam fora dos limites escolares, além de haver maiores possibilidades de ele usufruir do saber proporcionado pela leitura e escrita como bem cultural, pois constitui-se uma oportunidade para que se torne um sujeito mais consciente e participativo.

Há inúmeras atividades interdisciplinares viáveis, e muitos docentes trabalham desse modo, identificando e estabelecendo relações entre sua disciplina e as demais áreas do conhecimento. Porém, a prática da interdisciplinaridade e sua sistematização exigem tempo, planejamento e interesse dos professores. Justamente por isso, a intervenção de outras disciplinas é, muitas vezes, ignorada. No entanto, é essencial que o professor perceba a necessidade de adotar práticas bem-sucedidas, capazes de conduzir o aluno ao aprendizado.

### **Proposta prática/metodológica de ensino na perspectiva interdisciplinar de letramento**

Para um trabalho que envolva aluno, texto, compreensão de si e do mundo, faz-se necessária a articulação entre teoria e prática em uma proposta de ensino integradora. Concentrando-se nesse objetivo, será apresentado um relato de prática de uma experiência didática com atividades realizadas de forma interdisciplinar com a Matemática. A sequência de atividades contempla os saberes de forma integrada, a partir da leitura e produção de poema concreto e leitura e produção de figuras geométricas, destinada ao público de alunos do 9º ano do ensino fundamental.

O trabalho pedagógico que consta no relato de prática foi planejado para proporcionar a aprendizagem da leitura e da escrita. Buscou-se, nas atividades, conhecer cada aluno em sua individualidade, identificar seus conhecimentos prévios e suas habilidades já adquiridas, para que, assim, pudessem continuar pensando, refletindo e aprendendo sobre a leitura e a escrita, desenvolvendo, progressivamente, habilidades que constituem competências capazes de lhes assegurar condições de solucionar problemas da vida e participar ativamente de experiências e eventos reais do mundo letrado.

O projeto interdisciplinar foi desenvolvido obedecendo as etapas planejadas para as duas áreas do conhecimento envolvidas, Língua Portuguesa – com o estudo da poesia concreta–, e Matemática – com o estudo de geometria –, como mostra o Quadro 1.


**Quadro 1:** etapas do projeto interdisciplinar.

<b>Poesia</b>	<b>Geometria</b>
Ciranda de leitura	Contato com figuras geométricas
Quebra-cabeça poético	História da origem de alguns símbolos
Descobrimo as rimas - leitura de Adivinhas	Poema “O mundo roda”, como motivação para cálculos matemáticos
Produção coletiva de poema	Descobrimo afinidades entre geometria e poema concreto
Apreciação de poemas: “O mundo roda”; “O infinito dos seus olhos”; “Velocidade”	Aprofundando conceitos - círculo, triângulo, circunferência, ângulo, área
Estabelecimento de relações entre poemas concretos e a geometria	Estabelecimento de relações entre poemas concretos e a geometria
Produção de poemas concretos	Produção de figuras geométricas
Poemas concretas em figuras geométricas	Poemas concretas em figuras geométricas
Exposição	Exposição

**Fonte:** elaboração das autoras.

## **Relato de prática – Poesia e geometria combinam**

O projeto interdisciplinar “O lirismo nas formas: poesia e geometria combinam” surgiu da necessidade de elevar aprendizagens concernentes às habilidades de leitura, escrita e raciocínio dos alunos; e da semelhança percebida entre o conteúdo trabalhado em Língua Portuguesa – o poema concreto – e o conteúdo trabalhado em Matemática – Geometria. Primeiramente, buscou-se suporte teórico para embasamento do estudo em várias fontes de pesquisa. Depois,



organizou-se o material a ser utilizado, as atividades e ações a serem desenvolvidas e, ainda, a apresentação da proposta aos alunos.

Em Língua Portuguesa, as atividades tiveram início com cirandas de leitura, para que os alunos começassem a se familiarizar com o gênero poema. Os alunos conheceram vários textos de diferentes poetas, e a intenção era de que percebessem, durante a leitura, elementos característicos e especificidades desse gênero, como o contexto de produção e circulação; as funções de entreter, de emocionar mas, às vezes, também de criticar; a escolha das palavras e a ordem delas na construção dos versos; entre outras percepções que poderiam surgir mediante a leitura.

Foram realizadas atividades lúdicas, como a que envolveu a tarefa “quebra-cabeça poético”, em que os alunos deveriam montar os poemas que estavam despedaçados, seguindo algumas pistas que foram fornecidas. Outra atividade bastante significativa foi a brincadeira denominada “descobrimo as rimas”, em que, em grupo, os alunos deveriam encontrar as palavras que faltavam para completar os poemas e que comporiam uma rima na estrofe. Essa atividade teve o objetivo de que os alunos percebessem a sonoridade dos poemas. No entanto, com esse momento, além de descobrirem o efeito sonoro que as rimas produzem nos poemas, perceberam, também, que, para realçar esse efeito, esses textos requerem uma leitura de maneira especial, de forma expressiva.

Para aproveitar a percepção que os alunos obtiveram na atividade anterior em relação à expressividade nos poemas, foram preparadas rodas de leitura de adivinhas construídas em versos que rimam. Esse foi um momento de muita descontração, em que os alunos sentiram que poderiam se arriscar a construir suas primeiras rimas. Lançou-se o desafio! Rabiscaram dois ou três versos, sozinhos ou em grupo, e depois leram para a turma. Cada estudante criou versos desde engraçados até românticos. Foi possível perceber, após esse momento, o entusiasmo dos alunos com o fato de terem conseguido produzir os versos e, assim, interagir, de maneira significativa, com a atividade proposta e, principalmente, com os colegas e professores da turma.


Todas as atividades realizadas até esse momento tinham o objetivo de fazer com que o aluno se encantasse com a poesia e percebesse o jogo com a linguagem presente nesses textos que possibilitam um olhar especial aos temas do cotidiano. Os alunos precisavam perceber os efeitos de sentido proporcionados através da escolha da linguagem, da pontuação e da estrutura dos poemas; e utilizar essa aprendizagem a seu favor, ao interpretar um texto construído a partir da polissemia, como é o caso dos poemas, tanto os tradicionais quanto os poemas concretos, que seriam apresentados a eles em atividades posteriores.

Como em todas as atividades planejadas e desenvolvidas na sala de aula, surgiram resistências, nem todos os alunos se dispuseram a ler nas cirandas de leitura. Alguns não conseguiram perceber a magia transmitida através da leitura da poesia e ainda riam das tentativas de declamação dos corajosos que enfrentaram o desafio. Mas os resultados ainda eram positivos, grande parte dos alunos sendo conquistada pelo mundo de encantamento da poesia.

Valendo-se dessa conquista, foi sugerida uma produção coletiva de poema. A partir do tema amizade, os alunos, em grupos, escreveram os versos. Com o primeiro verso escrito no quadro, os estudantes completaram o texto com trechos que melhor combinavam com aqueles que já estavam escritos. O resultado final foi o texto “Amizade”, de autoria da turma. Simultaneamente, nos horários destinados à Matemática, os alunos estudavam Geometria. Estavam aprendendo a parte teórica e tendo o contato com o material físico. Era o momento de mostrar aos alunos o poema concreto, tanto nas aulas de Língua Portuguesa como, também, nas aulas de Matemática. Esperava-se que reconhecessem características dos poemas que conheceram anteriormente; que percebessem que a poesia podia transcender o limite do verso e transformar-se, ela própria, em uma imagem; e que fizessem alguma associação com a geometria.

Vários poemas concretos foram apresentados aos alunos para que observassem o efeito e o sentido que cada detalhe acrescentava ao texto. Dentre eles, ressalta-se um poema de Ronaldo Azeredo, “Velocidade”; outro de Décio Pignatari, “O infinito dos seus olhos”; e um poema de Carluce Pereira, “O mundo roda”. O poema de Ronaldo Azeredo é composto, unicamente, pela palavra velocidade. Apresenta uma sonoridade advinda da repetição do som /v/, e a repetição dessa consoante pode sugerir um corpo em movimento. Além disso, o aparecimento gradual da palavra velocidade pode sugerir que o corpo/objeto que está em movimento desloca-se velozmente. O texto de Décio Pignatari tem o formato do símbolo do infinito. O fato de não haver pontuação possibilita a realização de várias formas de leitura da expressão que compõe o texto. Por exemplo, se a opção for iniciar pelo trecho “o infinito” tem-se “o infinito dos seus olhos me faz encontrar”, e, assim, a ideia vai se repetindo, como um ciclo. O poema pode sugerir os olhos que o poeta almeja encontrar. Já Carluce Pereira constrói seu poema no formato de uma espiral, que, gradualmente, forma um círculo com o seguinte trecho “O mundo roda, roda, roda, o tempo passa, passa, as coisas mudam e saem do lugar, vejo círculos, retângulos, quadrados, cilindros, parece que tudo não passa de um absurdo e eu faço parte dessa circunferência”. O texto também pode sugerir movimento. O movimento do mundo, em que tudo muda com o tempo, e o eu lírico, de alguma forma, se sente vinculado a esse círculo da vida.





Nas aulas de Matemática, a partir desses textos, foram trabalhados conceitos de círculo, triângulo, as áreas, ângulos e ainda o conceito de raio, circunferência e cálculo de áreas. A atividade com os textos também possibilitou apresentar aos alunos a história da origem de um dos símbolos muito usado na Matemática – o símbolo do infinito –, que se refere a uma quantidade sem limite. Acredita-se que trabalhar conceitos da Matemática a partir dos poemas concretos oportunizou aos alunos desenvolverem um novo olhar para a disciplina, enxergando-a de uma maneira mais agradável.

Foram solicitadas pesquisas sobre o poema concreto, como suas características e composição, com o intuito de conduzir o aluno ao conhecimento mais aprofundado desse tipo de produção. Buscou-se esclarecer todas as dúvidas e curiosidades, incentivando-os a relacionar as formas geométricas às formas dos poemas e, também, a utilizar os conhecimentos adquiridos nos conteúdos de Matemática como facilitador para interpretação do poema concreto que apresentasse uma forma geométrica.

A aula seguinte foi realizada pelas professoras das duas disciplinas. Falava-se de poesia e, também, de Geometria. Foi nesse momento que os alunos se deram conta de que as duas disciplinas poderiam ser trabalhadas juntas e, principalmente, se convenceram de que a poesia e a Geometria realmente combinam.

Depois disso, organizou-se a produção de poemas concretos e confecção de algumas figuras geométricas. Depois de revisados, os poemas foram reunidos para compor o acervo de material para a mostra. Os poemas foram fixados nas figuras geométricas e espalhados pela escola, deixando claro que essa combinação era, mais do que possível, necessária. Foi um momento de exposição das produções, varais de textos, inclusive o poema construído pela turma, além de outros autores que estiveram presentes nas aulas e chamaram a atenção dos alunos e, ainda, leitura de poemas e jogos matemáticos.

O mais importante em atividades como essa é permitir que o aluno construa o conceito de interdisciplinaridade na prática, o que possibilitará novas construções de inter-relações no âmbito social. Mascuschi (2008) ressalta que a compreensão exige que o leitor associe informações, levante hipóteses e faça inferências. Considera-se que foi exatamente o que aconteceu com os alunos através dessas atividades, tendo em vista que, ao colocá-las em prática, os professores e alunos vivenciaram momentos de boas experiências para a vida, as quais resultaram em amplos aprendizados. Acreditou-se na possibilidade de transformação, e a possibilidade tornou-se realidade.



## Considerações finais

No ensino de Língua Portuguesa, apesar das orientações contidas nos PCN, também recentemente na BNCC, e, ainda nas políticas públicas de formação de professores e fomentação de material para leitura na escola, ainda há casos de fragmentação. Um ensino dividido ora em gramática; ora em texto; e ora em literatura. Práticas pautadas em usos dos textos como mero pretexto para o estudo da gramática. No entanto, as grandes discussões sobre um trabalho integrador entre os conteúdos e entre as diversas áreas do conhecimento estão proporcionando a mudança dessa realidade e consolidando esse discurso. Isso permite aos envolvidos nesse processo repensar antigas práticas e apropriar-se do entendimento acerca da complexidade que é o ensino e aprendizagem.

É preciso levar em conta que cada professor tem seu ritmo e sua maneira própria de ensinar, mas há que se considerar que é necessário garantir o direito de cada aluno de aprender. Não existe uma receita pronta, cabe ao professor muito estudo e dedicação para fazer o melhor por seu aluno. Uma alternativa válida é organizar o trabalho pedagógico de forma que os alunos possam experimentar e vivenciar o letramento com a prática da leitura e produção de diversos gêneros na sala de aula, de forma interdisciplinar. O professor precisa variar e inovar as práticas docentes para oferecer qualidade no ensino e qualidade no relacionamento com os alunos, tendo em vista que a escola é composta por aluno e professor, envolvidos emocionalmente.

Todos são beneficiados com a interdisciplinaridade: o docente, pelo diálogo com os companheiros de profissão e pela reflexão das suas práticas de ensino; o aluno, por desfrutar de um ensino que visa à plena compreensão do mundo e por vivenciar a experiência de ser protagonista do próprio processo de aprendizagem, numa posição mais ativa e menos passiva, valorizando o trabalho em equipe; e a escola, que, como reflexo da sua prática inovadora, torna-se grande parceira da comunidade e espaço propício para a interação entre as disciplinas que oferece. Assim, esse espaço educacional formará sujeitos ativos e pensantes, aptos para a participação em eventos de letramento na sociedade em que atuam.

## Agradecimentos

Aos professores de Língua Portuguesa e Matemática que apoiaram o projeto e auxiliaram no desenvolvimento das atividades.



## Referências


- ALBUQUERQUE, Eliana B. C. et al. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BORTONIRICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flores. **Formação do professor como agente letrado**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. 1º e 2º Ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Ensino Fundamental**. Brasília, DF, 2017.
- KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LEITE, Marli Siqueira. **Ronaldo Azeredo: o mínimo múltiplo (in)comum da poesia concreta**. Vitória: EDUFES, 2013. Publicação digitalizada.
- MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica Edgar de Assis Carvalho.- 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- PEREIRA, Carluce. **Poema O mundo roda**. Disponível em: <<http://gmouzinho.blogspot.com/2009/10/o-mundo-roda-carluce-pereira.html>> Acesso em: 22 de novembro de 2018.
- PIGNATARI, Décio. **Poema O infinito dos seus olhos**. Disponível em: <<http://poemasempre.blogspot.com/2012/03/poema-concreto.html>> Acesso em: 22 de novembro de 2018.
- ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2012.



SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n.25, jan.-abr./2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento: tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.





# A PRÁTICA EXPLORATÓRIA E A CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL À REFLEXÃO SOBRE O PODER DE VETO NO CONTEXTO ESCOLAR

## THE EXPLORATORY PRACTICE AND THE CREATION OF A FAVORABLE ENVIRONMENT THAT LEADS A REFLECTION ABOUT THE POWER OF VETO IN THE SCHOOL CONTEXT

*Patrícia Graeff Viana Liquieri RIBEIRO<sup>1</sup>*

**Resumo:** o trabalho apresenta encaminhamentos da análise do discurso, pretendendo estabelecer a interlocução com construtos da abordagem ético-inclusiva da Prática Exploratória (ALLWRIGHT; HANKS, 2009). Situa a análise no campo da Linguística Aplicada, alinhando-me à perspectiva da pesquisa qualitativa e de caráter interpretativista. O trabalho mostra uma interação entre mim e um grupo de alunos, cujo tema era o poder do veto. A conversa realizada com aprendizes de uma escola pública expõe entendimentos que eles fazem deles mesmos e da relação

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), mestre em Letras pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROFLETRAS-FFP/UERJ), pós-graduada em Leitura e Produção de Textos pela Universidade Federal Fluminense (2009) e graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). É professora de Língua Portuguesa na Rede Estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) e no Sistema Elite de Ensino. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em letramento, ensino de língua portuguesa e de redação, leitura e formação do leitor. E-mail: pgraeff@gmail.com.



que estabelecem com os professores da turma, refletindo sobre a maneira como o veto faz-se presente no espaço da sala de aula.

**Palavras-chave:** análise de narrativa; poder de veto; interação; prática exploratória; afetividade.

**Abstract:** the work presents routings from the discourse analysis, aiming to stablish the interlocution with theoretic points of the ethical-inclusive approach of Exploratory Practice (ALLWRIGHT; HANKS, 2009). I locate the analysis in the Applied Linguistics area, being aligned to the perspective of qualitative research and of interpretative manner. The work shows an interaction between me and a group of students, whose theme was the power of veto. The conversation with learners of a public school shows understandings they make of themselves and the relationship they establish with the teachers of the classes, thinking about the way that the veto takes place in the classroom.

**Keywords:** discourse analysis; power of veto; interaction; exploratory practice; affectivity.

## Introdução

Com base em minha experiência em sala de aula e refletindo sobre as dificuldades quanto ao fazer pedagógico, estou tendo a oportunidade de pensar, junto com meus alunos, a respeito do poder de veto dentro do espaço escolar. Essa busca por entendimentos ocorre por meio de conversas que possuo com grupos de alunos, os quais, motivados por um texto ou mesmo por alguma situação vivenciada por nós, refletem sobre como o veto configura-se nas aulas; como consequência, os alunos refletem, também, sobre esse poder de veto em relação às aulas de outros professores.

Nossas conversas não objetivam buscar uma solução; no entanto, contribuem para a busca de entendimentos sobre o que se configura, de fato, como veto na sala de aula. Essas discussões também permitem uma reflexão sobre a agência dos aprendizes a partir das práticas discursivas e um olhar mais atento a respeito das relações de afeto que permeiam esse espaço. Allwright e Hanks (2009: 173) asseveram que “o processo de trabalhar junto para entender vai trazer mudança suficiente por si mesmo”<sup>2</sup>. Esse trabalho de fomentar a

---

2 A passagem original é a seguinte: “the process of working together to understand, will bring sufficient change in itself” (ALLWRIGHT; HANKS, 2009: 173).



reflexão permite que os praticantes tomem consciência de seu papel e pode conduzir professores e alunos à ação.

Neste trabalho, analisarei uma interação que ocorreu após uma de minhas aulas com alunos de uma turma de ensino fundamental, na qual discutimos sobre o porquê e como se dá o veto em nossa sala de aula. A temática em discussão possui inspiração no construto proveniente da abordagem da prática exploratória, “right of veto”, o qual se refere ao direito de veto que os praticantes possuem sobre o ensino e sobre sua própria aprendizagem (ALLWRIGHT; HANKS, 2009).

Cortis (1977 *apud* ALLWRIGHT; HANKS, 2009) assevera que nenhum professor consegue ensinar caso não haja o consentimento do aprendiz. O *power of veto* (poder de veto) é um termo utilizado por Allwright e Bailey (1991), inspirado, por sua vez, na expressão *right of veto* (direito de veto) de Cortis (1977 *apud* ALLWRIGHT; HANKS, 2009). É considerado, segundo esses autores, poder de veto aquele poder que o aprendiz possui sobre as tentativas dos professores de gerenciar a interação em sala de aula, como se tal diálogo estivesse exclusivamente sob controle desse profissional (ALLWRIGHT; BAILEY, 1991). Na verdade, os autores acrescentam que, para que a interação em sala de aula transcorra de forma satisfatória, é necessário que o aprendiz colabore com os professores, caso contrário, o poder de veto far-se-á sentir-se (*ibidem*).

Assim, tal poder é capaz de inviabilizar o trabalho ou, pelo menos, inviabilizar um trabalho com qualidade de vida<sup>3</sup> para os participantes envolvidos no processo. Faz-se necessário que a qualidade de vida na sala de aula seja o mais importante e que os indivíduos sejam encorajados a serem aprendizes ao longo da vida e não possuam uma postura submissa, desperdiçando anos de aprendizagem (ALLWRIGHT, 2006 *apud* GIEVE; MILLER, 2006).

## Prática exploratória: buscando qualidade de vida na sala de aula

A prática exploratória mostra-se como um trabalho investigativo realizado por praticantes da pesquisa, ou seja, por professores e alunos, ao se tratar de contextos pedagógicos, ou por outros profissionais, quando se trata de contextos distintos de trabalho. Considerando a experiência daqueles que estão no dia-a-dia da sala de aula,

---

3 A qualidade de vida (ALLWRIGHT; HANKS, 2009) refere-se a um dos princípios norteadores da prática exploratória, no qual me baseio para desenvolver essa pesquisa.





Miller (2013: 323) afirma que “[a] prática exploratória reinventa a vida em sala de aula, ao ressignificar os professores e os alunos como praticantes do ensino-aprendizagem e como intelectuais transformadores”. Tal abordagem, segundo Allwright e Hanks, envolve, sobretudo, um trabalho para entender (ALLWRIGHT; HANKS, 2009).

O trabalho para o entendimento surge, então, não para cumprir tópicos pré-determinados, que vêm de fora da sala de aula, sem conhecer a realidade da turma. De fato, conforme afirmam Allwright e Hanks, trabalhar segundo a abordagem da prática exploratória significa desenvolver um trabalho para o entendimento, envolvendo os questionamentos dos próprios participantes desse processo. Diferenciando-se, assim, da pesquisa-ação, que busca uma ação para a mudança, a prática exploratória busca ação para o entender.

De acordo com essa abordagem, as ações para o entendimento são motivadas por questões instigantes ou *puzzles*<sup>4</sup>. Essas questões podem ser provenientes de situações que incomodam os praticantes ou que os surpreendem positivamente. Um *puzzle*, portanto, surge na sala de aula a partir do interesse de um grupo ou de um indivíduo e não, necessariamente, deve ser solucionado. Uma possível mudança poderá ocorrer, no entanto, será consequência de um trabalho voltado para entendimentos.

Inseridos na abordagem da prática exploratória, existem os princípios que balizam a pesquisa e o ensino, contribuindo para um trabalho reflexivo. São eles


- a) priorizar a “qualidade de vida”;
- b) trabalhar para “entender” a vida na sala de aula ou em outros contextos profissionais;
- c) envolver “todos” neste trabalho;
- d) trabalhar para a “união” de todos;
- e) trabalhar para o “desenvolvimento mútuo”;
- f) “integrar” este trabalho com as práticas de sala de aula ou com outras práticas profissionais;
- g) fazer com que o trabalho para o entendimento e a integração sejam “contínuos” (MORAES BEZERRA; MILLER; CUNHA, 2007: 194).

Ressalto que tais princípios não agem como regras pré-determinadas para a pesquisa, mas servem para nortear o caminho que se percorre ao fazer um trabalho investigativo a partir da prática exploratória.

---

4 O termo “questões instigantes” é proveniente do construto sobre *puzzle*, o qual é o nome dado pelos professores, alunos e pesquisadores envolvidos com a prática exploratória aos questionamentos trazidos pelos praticantes acerca de questões que os intrigam, preocupam, inquietam. Como a prática exploratória surgiu através do envolvimento de professores de inglês com essa prática reflexiva, utilizou-se — e ainda se utiliza — esse termo” (MORAES BEZERRA; MILLER; CUNHA, 2007).





Allwright e Hanks (2009: 6-8) apresentam cinco proposições sobre os aprendizes: [1] os alunos são indivíduos únicos que desenvolvem a aprendizagem cada um à sua maneira, portanto, cada estudante deve ser tratado na sua individualidade; [2] os alunos são seres sociais, para tanto, a aprendizagem será melhor se ocorrer em um ambiente de apoio mútuo; [3] os aprendizes são capazes de levar o ensino a sério, assim, é preciso que o professor trate o estudante com seriedade; [4] os alunos são capazes de tomarem decisões com autonomia; [5] os estudantes são capazes de se estabelecerem como agentes da aprendizagem e a maturidade que possuem quanto ao processo do ensinar-aprender é fundamental para o desenvolvimento do aprendiz. Essas proposições têm sido bastante importantes para a pesquisa que apresento neste texto.

Dessa forma, com base nessas proposições, faz-se necessário um trabalho de coconstrução com os aprendizes, a partir de atividades que possibilitem a oportunidade de se pensar com o outro (MILLER, 2013). Esse pensar ‘com o outro’ coloca os praticantes exploratórios em um movimento de dentro para fora, ou seja, de olhar para a própria experiência e, a partir do pensar em conjunto, coconstruir entendimentos que contribuam para a qualidade de vida. Essa ação valoriza o papel agentivo do professor e do aluno em oposição a qualquer pesquisa em que o professor fica reduzido a ser um implementador de métodos.

## Buscando entendimentos sobre o desvio

A questão em ser um *outsider* (BECKER, 2008), ou seja, aquele indivíduo que não segue regras impostas por determinado grupo, sendo, portanto, considerado um desviante, requer um olhar crítico para os discursos daqueles que reproduzem a visão do indivíduo *outsider*. Assim, ao adotar esse ponto de vista, assumo a ideia da relativização do que é ser um desviante, uma vez que “a pessoa assim rotulada pode ter uma opinião diferente sobre a questão” (BECKER, 2008: 15), ou seja, o indivíduo pode, inclusive, entender que “aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders.” (BECKER, 2008: 15).

Desse modo, apoio-me na ideia de Foucault de que o poder se conserva no movimento de uma esfera inferior para uma superior e não de cima para baixo (ALBUQUERQUE, 1995) e, portanto, as regras, sejam no sentido daquelas que possuem força de lei, sejam as que são frutos de acordos informais ou mesmo as provenientes de consenso de um grupo (BECKER, 2008), precisam ser discutidas pelos diferentes grupos sociais, em vez de, simplesmente, ser impostas por uma minoria. O valor dessas concepções decorre, com efeito, do





entendimento ao qual me alinho sobre o desvio, o da concepção sociológica, que compreende que a pessoa desviante é aquela que falha ao seguir as regras de um grupo (BECKER, 2008).

Entretanto, no que tange à criação das regras, vale questionarmos quem as cria, pois, “[à] medida que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada” (BECKER, 2008: 27), o que, se presume, resultará em conflitos. Perspectivas distintas sobre aquilo que é considerado um desvio implicam pontos de vistas também diferentes acerca de quem é o *outsider*.

Com base nesse olhar mais relativizador é que olho para o contexto da sala de aula. Entendendo o veto como uma resposta a uma atitude considerada desviante, acredito que, como educadora, urge uma reflexão sobre as regras, as quais, normalmente, são feitas de maneira impositiva pelo corpo docente e imposta aos discentes. Regras referentes à utilização de carteirinhas, à proibição do uso de boné ou mesmo de celular na sala de aula não são, em geral, discutidas com os aprendizes. A justificativa para tal ato, provém, normalmente, de um discurso superficial e de senso comum de que os jovens não são ajuizados o suficiente para tomar decisões. No entanto, a abordagem ético-inclusiva da prática exploratória, na qual me ancoro para desenvolver esse trabalho sustenta o oposto.

Como discutido anteriormente, Allwright e Hanks (2009) apresentam cinco proposições sobre os aprendizes. As proposições que se referem à seriedade do aprendiz e à capacidade desses estudantes de tomarem decisões vão de encontro ao discurso frequentemente proferido no ambiente escolar. Nessa dinâmica, a escola presta um deserviço, de forma a perpetuar um modelo social em que a classe média cria e aplica regras que um grupo menos privilegiado deve seguir, ou seja, uma dinâmica impositiva de poder, de cima para baixo.

Assim, é preciso que a escola se coloque em uma postura de coconstrução de entendimentos sobre o que acontece em seu espaço, discutindo as regras de tal ambiente, as atitudes consideradas desviantes, assim como o poder de veto, sentido pelos variados protagonistas do processo ensino aprendizagem. Nas palavras de Freire (1997: 77), “[p]ara que haja disciplina é preciso que a liberdade não apenas tenha o direito mas o exerça de dizer “não” ao que se lhe propõe como a verdade e o certo”. Portanto, um olhar menos unilateral para o contexto escolar pode colaborar com a aprendizagem de estudantes mais reflexivos e capazes de tomar seu ensino com responsabilidade e seriedade. Estaríamos, assim, trilhando um caminho onde as discussões não estariam voltadas para medidas punitivas a serem aplicadas aos “*outsiders*” das salas de aula.



## A sala de aula como espaço de construção de identidade

Quando se fala em discurso, deve-se pensar em processo de construção do mundo. Assim, o discurso constitui-se como uma forma de agir no mundo. Como aponta Moita Lopes (2006), as pessoas constroem a si próprias e a sua realidade social por meio da linguagem, que, por sua vez, age no mundo. Tal ação é chamada de discurso.

É na ação discursiva, ou seja, na interação o lugar onde os indivíduos constroem significados. O Círculo de Bakhtin entende a interação através de quatro níveis: [a] intercâmbio verbal; [b] contexto imediato do intercâmbio social; [c] contexto social mediato; [d] horizonte social e histórico mais amplo.

Considerando o primeiro nível, Sobral (2009) salienta que esse é o nível fundador de todos os outros, pois trata do contato verbal direto ou indireto dos sujeitos da interação, tornando-se importante o aspecto físico, como o ambiente e os meios materiais que medeiam a interação. Já o nível do contexto imediato do intercâmbio social trata dos papéis sociais dos sujeitos na interação, nesse aspecto, considera-se a legitimidade do dizer, o que é conveniente dizer, a que interlocutor e em que situação. Quanto ao nível do contexto social mediato, leva-se em consideração o local em que se dá a interação e os fatores sociais que incidem sobre ela, como o meio social e as relações entre os grupos. Finalmente, o quarto nível, do horizonte social e histórico mais amplo, envolve a interação entre culturas e gerações distintas.

Deve-se ter em mente que alteridade e contexto são fatores cruciais quando se trata da construção do significado por meio da interação (MOITA LOPES, 2006). A alteridade dialoga com o segundo nível exposto pelo Círculo de Bakhtin e discutido acima, o do contexto imediato do intercâmbio social. Por sua relação com o outro, a alteridade leva em conta o que é legítimo falar, de maneira a moldar o que se diz e a quem se diz. Além disso, há, ainda, o contexto (MOITA LOPES, 2006), que, por sua vez, é uma criação do participante na interação. Nele, o indivíduo projeta o enquadre a fim de sinalizar de que forma deseja que o seu discurso seja compreendido (MOITA LOPES, 2006). Em um momento da análise que apresentarei neste texto, mostrarei a diferença de enquadre projetado por uma aluna e como essa distinção reverbera em seu discurso.

Entendendo o discurso como sendo uma construção social, ou seja, o lugar em que indivíduos constroem a eles mesmos e a realidade em que vivem, a identidade social é subordinada a práticas discursivas situadas e, portanto, está sempre em processo. Conforme afirmou Hall (1990 *apud* MOITA LOPES, 2006), a identidade, então, é uma produção sempre em constante processo dentro da prática discursiva. Além disso, é na experiência com o outro que percebemos nossas



diferenças e nos constituímos como eus e tus (FREIRE, 1997). Tal concepção leva-me a pensar na relevância de buscar entendimentos sobre os significados que os alunos coconstroem na interação em sala de aula.

Norton (2013), inserido no contexto de aprendizagem de línguas, diz que, apesar das boas intenções, os professores podem recriar identidades subordinadas em seus alunos e restringir o acesso desses estudantes a novas oportunidades de aprendizagem, assim como a construção de identidades mais poderosas. Shotter (1989 *apud* MOITA LOPES, 2006: 308) entende que “as pessoas são essencialmente seres produzidos por outros seres”. Para Moita Lopes (2006), aqueles que ocupam posição de poder estão mais propensos a determinar a construção do significado. Desse modo, na sala de aula, os professores são aqueles que ocupam tal posição, e isso favorece o fato de eles serem importantes atores na construção da identidade de seus alunos.

Segundo Norton (2013), uma pesquisa realizada por Ramanathan descobriu que professores, inseridos em determinado contexto de ensino, reforçam práticas de desigualdade no que tange à aprendizagem da língua inglesa. O autor sugere que as práticas em sala de aula que são muito ritualizadas tendem a limitar a construção do significado por parte dos alunos e, conseqüentemente, a construção de identidades mais autônomas. Situações como essas não são incomuns em nossas salas de aula, e entendo que se configuram como a prática do poder de veto do professor em relação ao aluno.

Considero, portanto, que a prática da linguagem na sala de aula deve ser um espaço em que as identidades dos aprendizes possam ser coconstruídas com o objetivo de que as vozes dos verdadeiros protagonistas do processo de ensino aprendizagem possam reverberar na sociedade. Como afirma Bohn (2013), as vozes dos efetivos participantes do processo de ensino aprendizagem são ocultadas por vozes de outrem, como de administradores ou de canais de televisão. Dessa forma, faço-me uma professora praticante exploratória na minha sala de aula, na medida em que proponho que as aulas sejam espaços de interação e que, assim, os alunos possam coconstruir significados, posicionando-se, ou seja, agindo por meio das práticas discursivas.

## **Entendendo a importância do afeto no contexto pedagógico**

Entendendo que afeto está relacionado ao campo das relações afetivas e é impulsionado pelos sentimentos e emoções (RIBEIRO, 2010), não podemos ignorar esse aspecto quando se trata de contextos pedagógicos. Existem duas perspectivas as



quais envolvem o ser humano e que não deveriam ser consideradas separadamente; são elas o intelecto e o afeto (VYGOTSKY, 2001). A cisão, dentro da sala de aula, entre esses dois fatores implica relações de resistência entre professores e alunos.

O fator da afetividade não pode, de forma alguma, ser negligenciado quando se trata de prática docente, visto que o ser humano é um ser afetivo por essência. Entretanto, as emoções não estão ligadas a estados internos do ser humano, como afirma Aragão (2011). O autor diz que nossas relações com o outro, assim como nossas interações, são delineadas a partir da emoção, e, devido a isso, neste trabalho, trago uma reflexão sobre como as emoções interferem nas aulas e, muitas vezes, podem ser vistas como a razão pela qual o aluno pratica seu poder de veto em relação a alguns professores.

Maturana (2001 *apud* ARAGÃO, 2011: 179) entende que, quando existe uma mudança na emoção, é possível perceber, também, a alteração no que tange à ação; esse processo, Maturana denomina de “emocionar”. Dessa maneira, se quisermos conhecer a emoção, devemos olhar para a ação, ou o contrário, para conhecer a ação, precisamos olhar para a emoção (ARAGÃO, 2011). Essa abordagem sobre a emoção insere-se na concepção da biologia do conhecer (MATURANA, 1998, 2001 *apud* ARAGÃO, 2011). Para Maturana, as emoções constituem-se de dispositivos corporais dinâmicos que delineiam possíveis ações dentro de uma interação.

Segundo Vygotsky (1987, 2008 *apud* MORAES BEZERRA, 2013), existe um sistema de significados que é capaz de unir o afeto e o intelecto. São essas instâncias que marcam nossas ações e, conseqüentemente, o espaço escolar, as relações entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem. É a partir dessas instâncias, também, que as experiências dos alunos possuem sentido e relacionam-se ao processo social, histórico, cultural e microssocial em que se dá a prática docente. (MORAES BEZERRA, 2013).

Desse modo, devemos estar atentos quanto ao espaço que criamos para que o aprendiz se posicione discursivamente dentro da sala de aula, dando-nos conta das emoções presentes no ambiente escolar. A reflexão sobre a emoção faz-se tão relevante quanto a reflexão que devemos fazer sobre os processos pedagógicos com os quais optamos por trabalhar. Maturana e Block (1996 *apud* ARAGÃO, 2011) dizem que refletimos sobre nosso viver à medida que refletimos sobre nossas emoções. Logo, é imprescindível não negligenciarmos o afeto no contexto da sala de aula se desejamos ter qualidade de vida (ALLWRIGHT; HANKS, 2009) na relação com os aprendizes.

## Sobre a interação

A interação que apresentarei foi gerada em minha sala de aula, em um de meus encontros com alunos, em uma escola pública do estado do Rio de Janeiro, na cidade de São Gonçalo, no dia 28 de maio de 2018. Esse encontro ocorreu com três alunos da turma em questão logo após a nossa aula. Nesse dia, conversávamos sobre uma crônica de Luis Fernando Veríssimo, a qual nos envolveu em um debate sobre a resistência na relação entre as pessoas. Por meio dessa temática, iniciei minha conversa com os alunos, buscando entender o poder de veto nas relações entre professores e alunos na sala de aula.

Abaixo, segue o quadro de convenção no qual me baseei para a transcrição das falas dos participantes da pesquisa.

**Quadro 1:** convenções de transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	ênfase
<b>MAIÚSCULA</b>	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
:ou::	alongamentos
[	início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
( )	fala não compreendida
(( ))	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso



↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

**Fonte:** convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

**Cena 1:** “às vezes o professor:] sei lá chega não conversa direito com os alunos já chega passando dever já falando... não respeita também aí os alunos não tão nem aí pro professor”

1	1	Patrícia	va vai fala a sua então a sua opinião Cíntia.
2	2	Cíntia	porque? eu não sei
3	3	Patrícia	hum hum
4	4	Cíntia	acho que porque (a gente queria) estar em casa porque a aula tá chata
	5		sei lá
5	6	Patrícia	muitas possibilidades né
6	7	Cíntia	é.
7	8		BORA ((Outra pessoa grita do lado de fora da sala de aula))
8	9	Cíntia	calma minha filha tô conversando com a professora
9	10	Patrícia	[só um minutinho gente] (0.2)
10	11	Cíntia	por que eu não sei então aí eu acho que >eu veto< tipo falan:do
	12		atrapalhando a aula indo lá em baixo toda hora ( ) não tem
	13		necessidade né se alguém pede “ah pode ir lá em baixo” pra ficar
	14		andan:do fo:ne só. ( )
11	15	Matheus	também porque: tem aluno que não vai com a cara do professor,
12	16	Leticia	=aí fala mais alto que o professor



13	17	Matheus	[que às vezes o professor:] sei lá chega não conversa direito com
	18		os alunos já chega passando dever já falando... não respeita também
	19		aí os alunos não tão nem aí pro professor igual que chegou geografia
	20		geografia só que geografia é: ela chegou já ( ) mas
	21		tem professor que chega ela não igual você assim chegou <falando
	22		com a gente já:>
14	23	Letícia	=brincando
15	24	Matheus	é brincando com a gente assim tratou a gente legal aí tem professor
	25		que não é assim tem professor que já é:
16	26	Patrícia	=hum hum
17	27	Matheus	ah você já é legal (0.2)
18	28	Letícia	é: hh não não não é que eu esteja falando que a senhora não é
	29		legal é porque às vezes ah atrapalha a aula porque: tá: tipo (maior)
	30		conver:sa a professora acaba gritando os alunos acabam gritando?
	31		<u>Junto</u>
19	32	Patrícia	hum hum
20	33	Letícia	e:ou:: tipo questão de fone (0.2)
21	34	Patrícia	hum hum
22	35	Letícia	tem aluno que não aceita isso e acaba ficando estressado e acaba.
23	36	Matheus	=( ) para os estudos que é: o pessoal tá brincando ir pra escola
	37		pra: pra brinca
24	38	Patrícia	então assim então vocês concordam que <u>existe</u> esse poder do ve:to o
	39		aluno <u>tem</u> esse poder do veto.
25	40	Matheus	hum hum



26	41	Letícia	é porque:
27	42	Patrícia	[se ele não quiser ele vai vetar mesmo e ... a aula não vai
	43		acontecer?]
28	44	Matheus	[a aula de geografia a professora entrou aqui foi uma maior zoação
	45		ela querendo explicar o dever não conseguia]
29	46	Letícia	=é porque sabe por que às vezes às vezes a pessoa <u>cansa</u> disso porque
	47		o (pessoal tá pedindo) pra parar >aí a outra não para continua
	48		debochando aí um ri de um lado outro ri do outro< acaba se
	49		estressando e aí: ... vai vai que dá na telha e fala assim “eu não volto
	50		mais pra dar aula pra vocês”
30	51	Cíntia	é, mas
31	52	Letícia	[é opção dela]
32	53	Cíntia	( ) “ah e se não ficar quieto vou chama:r: tal pessoa” tipo mais
	54		autoridade que vocês Merina por exemplo
33	55	Patrícia	Sim
34	56	Cíntia	aí todo mundo fica quieto
35	57	Patrícia	Ahhh
36	58	Cíntia	então vocês tipo não têm: um respeito ( ) tem que respeitar ( )
	59		fica quieto com vocês e não chamando alguém,
	60	Patrícia	[tem que chamar alguém]
37	61	Cíntia	[superior a vocês]
38	62	Patrícia	[pra conseguir dar aula]
39	63	Cíntia	=é
40	64	Patrícia	é po- até porque no final de tudo quem sai perdendo né.
41	65	Cíntia	(°a gente°) (( não tenho certeza se essa fala foi da Cíntia)) ( )



42	66	Letícia	>a gente< porque atrapalha os nossos estudos
43	67	Matheus	[(tem muito) professor que fala também é: “eu tô aqui pra dar minha
	68		aula eu tô ganhando já: o que é meu vocês se vocês quise:rem
	69		vocês ficam de bagunça mas eu tô ganhando o que é meu” tem
	70		professor que fala isso professor de artes falo isso já
44	71	Patrícia	hum hum
45	72	Matheus	ele chegou pra gente e falo assim “( ) eu tô com o dinheiro no meu
	73		bolso agora se vocês quiserem aprender vocês aprendem
46	74	Patrícia	hum hum
47	75	Matheus	aí tem muita gente fica de zoação ( )
48	76	Cíntia	mas tem professor também que não é assim que gosta de ensinar que
	77		deixa você ( )
	78	Matheus	[é tem professor que: já é legal]
49	79	Letícia	=tem professor que pega no pé: gosta de ensinar
50	80	Matheus	[a professora de matemática maneira a professora de matemática]
51	81	Patrícia	hum hum
52	82	Matheus	( ) trabalho quando ela explica na frente ali já- maneiro
53	83	Patrícia	=aí você- aí aí vocês já param pra ouvir
54	84	Matheus	aí tem professor que ( ) (( Letícia faz um gesto com as mãos))
55	85	Patrícia	mais ou menos
56	86	Letícia	é: hh

Fonte: elaboração própria



## Análise 1

11	Cíntia	por que eu não sei então aí eu acho que >eu veto< tipo falan:do
12		atrapalhando a aula indo lá em baixo toda hora ( ) não tem
13		necessidade né se alguém pede “ah pode ir lá em baixo” pra ficar
14		andan:do fo:ne só. ( )

É interessante observar os exemplos que Cíntia traz na sua fala, ao citar as maneiras como ela mesma pratica ações de resistência. Tal reflexão nos reporta à discussão acima sobre a questão do desvio. Segundo a definição apresentada por Becker, Cíntia pode ser considerada uma aluna desviante, já que não segue as regras que a sala de aula pressupõe. No entanto, baseada no próprio Becker, adoto, aqui, um olhar mais profundo para essa questão, chamando atenção para a fala de Letícia, mais adiante, ao retomar a situação de uso de fone durante as aulas.

33	Letícia	e:ou:: tipo questão de fone (0.2)
34	Patrícia	hum hum
35	Letícia	tem aluno que não aceita isso e acaba ficando estressado e acaba.

Letícia afirma que há alunos que se estressam frente à proibição do uso do fone. Vale questionar se os aprendizes não possuem uma visão diferente do que vem a ser uma atitude desviante nessa situação. Esses alunos, inclusive, podem entender que, na verdade, o *outsider* é o professor, afinal, podem questionar que não há problema algum em estar com o fone se o celular estiver desligado ou mesmo se ele, o aluno, já tiver terminado a tarefa solicitada.

O relato da aluna demonstra que devemos pensar na criação das regras no ambiente escolar. Isso porque, se alunos e professores divergem quanto ao que é o desvio, haverá, também, concepções distintas a respeito do que é ser um desviante no espaço da escola. A fala da Letícia pode nos levar a pensar sobre o veto como uma consequência às imposições que um grupo faz em relação a outro.



## Análise 2

15	Matheus	também porque: tem aluno que não vai com a cara do professor,
16	Letícia	=aí fala mais alto que o professor
17	Matheus	[que às vezes o professor:] sei lá chega não conversa direito com
18		os alunos já chega passando dever já falando... não respeita também
19		aí os alunos não tão nem aí pro professor igual que chegou geografia
20		geografia só que geografia é: ela chegou já ( ) mas
21		tem professor que chega ela não igual você assim chegou <falando
22		com a gente já:>
23	Letícia	=brincando
24	Matheus	é brincando com a gente assim tratou a gente legal aí tem professor
25		que não é assim tem professor que já é:

Nesse trecho, Matheus e Letícia mostram que se importam com a atenção que o professor fornece aos alunos em sala de aula. Os alunos demonstram a importância do afeto nesse contexto. Como nós, professores, devemos lidar com a questão da afetividade em nossas aulas? Os alunos comentam que se sentem incomodados com o fato de alguns professores não conversarem com eles, de já chegarem em sala e irem passando tarefas. Por outro lado, dizem que há professores que os tratam bem quando conversam ou brincam com eles. Essas falas dos alunos mostram que o afeto precisa ser pensado por esses profissionais, o que evidencia que intelecto e afeto não devem ser considerados separadamente (VYGOTSKY, 2001).

Aragão (2011) afirma que, para entender as ações, devemos olhar para a emoção ou, o movimento contrário, olhar para a emoção a fim de entender a ação. A fala de Matheus, na linha 15, em que comenta que existem estudantes que não gostam de um professor por este não conversar com os alunos, por exemplo, reflete a importância da emoção presente nessa relação e implica a fala de Letícia, ou seja, a ação que os alunos praticam (falar mais alto que o professor) como consequência dessa emoção. Entendo que tal ação se constitui no poder de veto do aluno em relação ao professor. No entanto, não seria pertinente afirmar que também houve o veto praticado pelo professor em relação a esses alunos quando o



docente ignora o fator da afetividade? Acredito que estamos diante de uma relação mútua de veto que não favorece nenhum participante do processo.

Mais adiante, nas linhas 67-75, Matheus inicia outra narrativa, ao falar do professor de artes. A afetividade, mais uma vez, aparece na fala do aluno, quando ele evidencia que o professor traz, em seu discurso, que não importa a bagunça que os alunos estejam fazendo, que o importante é que ele, professor, ganhará seu salário. E a resposta dos alunos para essa postura é mais uma vez negativa, uma vez que Matheus afirma que “aí tem muita gente que fica de zoação” (linha 75).

Em seguida, Cíntia e Letícia dão continuidade à fala do colega:

76	Cíntia	mas tem professor também que não é assim que gosta de ensinar que
77		deixa você ( )
78	Matheus	[é tem professor que: já é legal]
79	Letícia	=tem professor que pega no pé: gosta de ensinar

É interessante observar que Letícia demonstra que o professor que gosta de ensinar é aquele que “pega no pé”. Essa expressão informal, que pode ser interpretada nessa situação como o professor que aborda o aluno com insistência, chamando atenção ou fazendo cobranças, entrevê a questão da afetividade, ou seja, o professor que insiste que o aluno participe é aquele que se importa e, portanto, expressa emoção, delineando, assim, um ambiente de sala de aula com mais qualidade de vida (ALLWRIGHT; HANKS, 2009).

### Análise 3

Ao trazer a discussão sobre o poder de veto com alguns aprendizes na sala de aula, propicio um momento em que eles constroem a si mesmos e a nossa realidade no ambiente escolar, construindo significados sobre nossa vivência e sobre a relação aluno-professor.

Pensando a interação através dos níveis propostos pelo Círculo de Bakhtin, chamo atenção para momentos em que o contexto social mediato se mostra de maneira mais enfática na interação:





21	Matheus	tem professor que chega ela não igual você assim chegou <falando
22		com a gente já:>
23	Letícia	=brincando
24	Matheus	é brincando com a gente assim tratou a gente legal aí tem professor
25		que não é assim tem professor que já é:
26	Patrícia	=hum hum
27	Matheus	ah você já é legal (0.2)
28	Letícia	é: hh não não não é que eu esteja falando que a senhora não é
29		legal é porque às vezes ah atrapalha a aula porque: tá: tipo (maior)
30		conver:sa a professora acaba gritando os alunos acabam gritando?
31		<u>Junto</u>
32	Patrícia	hum hum

Nesse momento, entendo que Letícia possui bastante cuidado na maneira como ela vai se referir a mim, trazendo uma ligeira contraposição à fala de Matheus, quando ele afirma que sou “a professora legal”. Como declara o Círculo de Bakhtin, considerando o local em que se dá essa interação e as relações ali existentes, no caso, professora e alunos, Letícia refere-se a mim de forma genérica, “a professora acaba gritando com os alunos”, levando em conta, assim, a questão da alteridade (MOITA LOPES, 2006), de forma a pensar sobre o que é legítimo dizer.

Discussões como essa favorecem a construção da identidade dos aprendizes, propiciando um ambiente favorável para que eles exponham suas vozes, de forma a participarem, verdadeiramente, do processo de ensino aprendizagem. Acredito que ouvir os alunos é considerar que eles podem levar a sua própria aprendizagem a sério e se posicionarem como agentes nesse processo (ALLWRIGHT; HANKS, 2009). Dessa forma, precisamos refletir sobre a questão de nossas salas de aula serem espaços em que a interação efetivamente ocorra, proporcionando a construção de significados por meio das práticas discursivas.



## Considerações sobre a experiência

As reflexões que apresentei acima contribuem para minha busca por entendimentos sobre o que se passa na minha sala de aula. É importante pensar sobre como acontece o poder de veto, seja por parte dos alunos ou dos professores, e refletir sobre os motivos pelos quais os praticantes agem de tal maneira. Isso me impulsiona a não ignorar os obstáculos que o espaço escolar apresenta, mas procurar entender o que nele acontece, com vistas à qualidade de vida nesse ambiente.

Hoje, a questão que mais me instiga quando adentro uma sala de aula é o veto. Penso em quais momentos posso estar agindo de modo a vetar meus alunos, assim como nas situações em que por eles sou vetada. Entendo que o papel do professor vai além de ensinar conteúdos, residindo na prática do diálogo com os aprendizes. Encontrar o equilíbrio do diálogo com os aprendizes é imprescindível:

[h]á momentos em que a professora, enquanto autoridade, fala *ao* educando, diz o que deve ser feito, estabelece limites sem os quais a própria liberdade do educando se perde na licenciosidade, mas estes momentos, de acordo com a opção política da educadora, se alternam com outros em que a educadora fala *com* o educando (FREIRE, 1997: 58).

Acredito que o “resultado” mais relevante a que eu poderia chegar com este trabalho é entender o quanto a afetividade é fator propulsor na condução de uma aula com qualidade de vida para meus alunos e para mim, de forma a perceber que as emoções interferem, de maneira significativa, na disposição do aprendiz, no que diz respeito ao seu envolvimento nas aulas. Também é interessante notar que aquilo que o professor fala em sala afeta os educandos de maneira positiva ou negativa. Desse modo, enfatizo o quanto importante é ouvir nossos alunos, criando espaços de reflexão sobre as questões que nos incomodam a fim de buscarmos sempre a qualidade de vida.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Michel Foucault e a teoria do poder**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 105-110, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0105.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2018.

ARAGÃO, Rodrigo Camargo. Emoção no ensino/aprendizagem de línguas. In: MASTRELLADE-ANDRADE, Mariana Rosa. **Afetividade e emoções no ensino/aprendizagem de línguas: múltiplos olhares**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 163-189, 2011.

ALLWRIGHT, D.; HANKS, J. **The Developing language learner: An introduction to exploratory practice**. London: Palgrave Macmillan, 2009. 312 p.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

BOHN, H.I. **Ensino e aprendizagem de línguas: os atores da sala de aula e a necessidade de rupturas**. In: MOITA LOPES, L.P. (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 79-98.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Olho d'água, 1997.

GIEVE, S.; MILLER, I. K. (ed.). (2006). **Understanding the language classroom**. Hampshire, United Kingdom: Palgrave Macmillan.


MILLER, I. K. A Prática Exploratória na educação de professores de línguas: inserções acadêmicas e teorizações híbridas. In: SILVA, Kleber Aparecido da.; DANIEL, Fátima Gênova; KANEKOMARQUES, Sandra Marl; SALOMÃO, Ana Cristina Blondo (Orgs.). **A educação de professores de línguas na contemporaneidade: novos olhares**. Campinas, SP: Pontes, 2013.

MOITALOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-105.

MORAES BEZERRA, I. C. R.; MILLER, I. K.; CUNHA, M. I. A. . Prática de Ensino e Prática Exploratória: oportunidades para buscar compreender a vida no cotidiano escolar. In: Helena Amaral da Fontoura. (Org.). **Diálogos em Formação de Professores: pesquisas e práticas**, Niterói: Intertexto Editora, 2007. p. 191-217.

MORAES BEZERRA, I. C. R. Aprender e ensinar inglês: o que o afeto tem a ver com isso? **Soletras Revista**, São Gonçalo, n. 25, 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/viewFile/6350/5284> Acesso em: 02 de agosto de 2016.

NORTON, B. **Identity and Language Learning: Extending the Conversation**. 2ª edição, 2013.



RIBEIRO, M. L. A afetividade na relação educativa. **Estudos de psicologia**, Campinas, julho/setembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/12.pdf> Acesso em: 28 de julho de 2016.

SOBRAL, A. **Gêneros discursivos, posição enunciativa e dilemas da transposição didática**: novas reflexões. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 37-45, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Edição eletrônica: Ed R. C. Mores, 2001. 136 p. Disponível em: <http://ww1.ebooksbrasil.com> Acesso em: 31 de julho de 2016.

# MORTE E VIDA SEVERINA – UM (DES)ENCONTRO COM A VIDA<sup>1</sup>

## DEATH AND SEVERE LIFE – A MEETING/ MISMATCH WITH THE DEATH

Clariane Leila DALLAZEN<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente trabalho tem por objeto analisar o poema *Morte e Vida Severina – Um Auto de Natal*, de João Cabral de Melo Neto. Trata-se de narrativa poética muito bem engendrada, que conta a trajetória de um retirante, cujo nome é Severino, e vai apresentando diferentes pertencimentos, ora como sujeito individual, ora como sujeito coletivo. Escrito no período modernista, analisa, sob uma perspectiva religiosa e social, a busca do nordestino pela vida, mas que, ironicamente, o leva ao encontro com várias mortes Severinas. Tem como característica marcante o regionalismo, a zona fronteira e o folclore nordestino. São objetos de estudo as questões geográficas, políticas, sociais, religiosas e folclóricas que a metáfora “Morte e Vida Severina” representa.


**Palavras-chave:** morte; vida; saga do nordestino; regionalismo.

**Abstract:** the present work wants to analyze the poem *Morte e Vida Severina – Um Auto de Natal* by João Cabral de Melo Neto. It is a poetic narrative very well-

---

1 Registram-se agradecimentos à minha orientadora, por aceitar a proposta de estudar um tema tão negativamente rotulado como a morte; à professora Rita Felix, pelas aulas excepcionalmente ministradas; à coordenação do curso, pelo auxílio na divulgação das revistas abertas à submissão de trabalhos; e aos meus familiares, pela compreensão constante.

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: adv.clarianedallazen@gmail.com.



conceived that tells the trajectory of a retirante, whose name is Severino and presents different belongings, sometimes as individual subject, sometimes as a collective subject. Written in the modernist period, it analyzes, from a religious and social perspective, the Northeastern's search for life, but, ironically, leads him to encounter several Severine deaths. Its characteristic feature is regionalism, the frontier zone and folklore of the Northeast. They are object of study: the geographic, political, social, religious and folkloric questions that the metaphor Morte e Vida Severina represents.

**Keywords:** death; life; northeastern fight; regionalism.

## Enredo e característica da obra

*Morte e Vida Severina* caracteriza-se como um Auto de Natal Pernambucano, escrito em 1954-1955, por João Cabral de Melo Neto. Trata-se de uma obra literária de natureza regionalista, tradição medieval, marcada pela religiosidade e pelo folclore, com uma linguagem que se aproxima do registro oral, apresentando vários aspectos do folclore em sua construção formal, compondo-se de dezoito trechos. João Cabral de Melo Neto não possui um vocabulário hermético, sendo esta uma característica peculiar de sua produção poética, pois escreve para ser entendido pelo povo, dando amplo acesso ao seu texto.

O poema narra a história da saga de um retirante, que sai da Serra da Costela para o Recife, em busca de uma vida melhor, mas que, ironicamente, acaba por encontrar-se, constantemente, com a morte. Essa trajetória é tão individual quanto coletiva, pois, em muitos momentos da obra, há uma despersonalização do personagem principal, que transita de sujeito individual a coletivo. Durante sua saga, encontra-se com várias figuras nordestinas, vários Severinos, experimentando a morte de diversas maneiras.

O primeiro encontro é com os “irmãos das almas”, lavradores que conduzem ao cemitério um “Severino” morto por latifundiários, numa emboscada, por ter um pedaço de terra.

Segue sua viagem tendo como guia o rio Capiberibe, até presenciar sua seca, perdendo-se no caminho.

Passa por um lugarejo e ouve uma cantoria vinda de uma casa. Curioso, entra para ver o que estava acontecendo, encontra rezadeiras, cantando um canto fúnebre, em honra a outro Severino morto.



Nesse mesmo lugarejo, avista uma casa que lhe parece pertencer a uma pessoa razoavelmente abastada e, conversando com a moradora à janela, pede emprego, mas percebe que nenhuma das atividades que possui habilidade para desempenhar – agricultura e pecuária – encontraria espaço ali, mas apenas aquelas ligadas à morte, como rezadeira e coveiro.

Severino continua sua jornada e passa pela Zona da Mata, região de relativa prosperidade no interior do sertão. Fica um pouco deslumbrado com a natureza verdejante do lugar, mas a morte ali também prospera, ao testemunhar o funeral de um lavrador que se realiza no cemitério local. Frustra-se com essa percepção, relativizando seu pensamento de ali permanecer, prosseguindo com sua viagem.

Chega, então, ao Recife e, cansado, senta-se ao pé do muro de um cemitério e ouve o diálogo entre dois coveiros. Um, de um cemitério de pessoas mais abastadas (Santo Amaro), onde a morte não é tanta e mais cheios de pompa e circunstância os funerais; e, o outro, era responsável pelo enterro de retirantes (Casa Amarela), onde a morte era constante e sem floreios.

Nesse momento da obra, Severino reflete sobre o que seria melhor, lutar pela vida ou deleitar-se na morte. Pensa em suicídio, pretendendo atirar-se em um dos rios que cortam a cidade.

Ao leito do rio, conhece José, mestre carpina, carpinteiro e morador ribeirinho, com quem começa a conversar. A conversa se desenvolve de modo que mestre carpina tenta convencer Severino a não se atirar, ocasião em que Severino pede então que lhe dê uma única razão para não fazê-lo. É o momento em que Severino encontra-se, pela primeira vez, com a vida, pois a conversa é interrompida pela notícia do nascimento de mais um filho de mestre carpina. A notícia espalha alegria e solidariedade na vizinhança, que passa a trazer ao recém-nascido e à mãe humildes presentes.


Inicia-se, em seguida, o diálogo entre duas ciganas, uma pessimista, que prevê o futuro do recém-nascido de maneira trágica e, outra, otimista, que usa as mesmas imagens usadas pela pessimista, mas sob outro ponto de vista, prospectando um futuro mais digno à criança.

Canta-se a beleza daquela vida, que apesar de pobre, é viva.

Severino volta a questionar mestre carpina, e este, sabiamente, responde não ter a resposta sobre se a vida vale ou não a pena ser vivida, mas que aquele







milagre da vida poderia ser um símbolo de que, ainda que a vida fosse Severina, se sobrepunha à morte, pelo simples fato de acontecer.

## Sobre o autor

João Cabral de Melo Neto (1920-1999) foi um poeta e diplomata brasileiro. Foi *Morte e Vida Severina*, poema dramático, que o consagrou. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e recebeu diversos prêmios, entre eles o do Instituto Nacional do Livro, e o Prêmio da União Brasileira de Escritores.

Nasceu no Recife, Pernambuco. Era filho de Luís Antônio Cabral de Melo e Carmem Carneiro Leão Cabral de Melo. Passou sua infância entre os engenhos da família nas cidades de São Loureço da Mata e Moreno.

Foi casado com Stella Maria Barbosa de Oliveira, com quem teve cinco filhos. Casou pela segunda vez com a poetisa Marly de Oliveira. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, para a cadeira nº 37. Em 1992, começa a sofrer de cegueira progressiva, doença que o leva à depressão.

João Cabral de Melo morreu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1999, vítima de ataque cardíaco.

## Análise da obra

A literatura brasileira é marcada por inúmeras grandiosas obras cuja característica principal é o regionalismo e o folclore. No entanto, a produção literária regionalista é predominantemente em prosa, o que torna ainda mais especial a obra *Morte e Vida Severina: Um Auto de Natal*, que será analisada neste trabalho sob alguns aspectos centrais, dentre eles o regionalismo, a zona fronteira, a religiosidade e o folclore.

O regionalismo mostra-se como um aspecto amplamente discutido na obra em análise. Para Antônio Cândido (2000: 158), “o regionalismo foi e ainda é uma força estimulante na literatura da América Latina”.



Há que se recordar que a obra de João Cabral está situada num período em que, nas palavras de Cândido (2000), corresponde a uma fase da “consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de país subdesenvolvido” (idem: 142). Essa fase iniciou-se com Simões Lopes Neto, que foi seguido por Jorge Amado, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, não necessariamente nessa ordem. Nesse momento, atribuiu-se à literatura regional brasileira uma característica em que “o peso da consciência social atua por vezes no estilo como fator positivo, dando lugar à procura de interessantes soluções adaptadas à representação de desigualdade e de injustiça” (idem: 160), distanciando-a da denominada “consciência amena do atraso, correspondente à ideologia de país novo” (idem: 145), marcada por uma literatura que “se fez linguagem de celebração e terno apego” (idem: 141). É exatamente o que acontece com o poema em comento, com as constantes despersonalizações e o estilo e o peso das reflexões lá propostas.

Sobre a maneira como João Cabral usa o regionalismo, “[...] ninguém elaborou expressão poética mais revoltada e pungente para expor a miséria, o destino esmagado do homem pobre, no caso o do Nordeste” (DANTAS, 2002: 169).

Um dos primeiros aspectos a se analisar na obra é a questão do pertencimento. Logo no começo, já se apresenta uma crise de identidade em que ora Severino é ele mesmo, ora ele é Severino povo retirante, não mais pertencendo a si.

– O meu nome é Severino,  
como não tenho outro de pia.  
Como há muitos Severinos,  
que é santo de romaria,  
deram então de me chamar  
Severino de Maria;  
[...]<sup>3</sup>  
Somos muitos Severinos  
iguais em tudo na vida: (CABRAL, 2000: 13)

Para Bauman (2005: 17-8), “a ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa”. Formar a identidade é quase como um sair de si, por vezes, para poder voltar a si e apoderar-se do que lhe pertence, individual ou coletivamente. Parece ser um pouco isso que Severino faz quando se divide entre Severino pessoa e Severino classe retirante.

---

3 Neste momento, descrevem-se vários Severinos, de forma que um sempre leva a outro, numa espécie de teia sem fim.



Em sua viagem como retirante, tenta sair da sua condição de miséria e morte, provocada pela seca, em busca de uma vida melhor, para o litoral pernambucano, na ilusão de que o verde de lá o permitiria desviá-lo de sua sina em sua “peregrinação”. No entanto, os constantes encontros com a morte carregam com ele o pertencimento à “Vida Severina”, a qual se mostra como destino, por ser ele uma vítima do sistema social, e não apenas do geográfico, como insistem alguns.

No entanto, cogita-se que, ainda que no decurso da obra o pertencimento esteja focado na “Vida Severina”, sua identidade se transforma pelas desesperanças, encontros, desencontros, dissabores, desafios e descobertas. A questão do pertencimento apresenta-se no termo “Vida Severina”, que se manifesta como uma condição inevitável do protagonista, que não pode fugir dela, ainda que tente, ao partir como retirante.

A jornada de Severino marcada pela certeza da morte e a incerteza da vida autoriza o conceito de Bauman (2005, p.8), segundo o qual “A vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante”.

Um aspecto bastante interessante da jornada de Severino é a tentativa cabralina de, dentro das diferenças, mostrar a mesmice. Em sua “peregrinação”, Severino percorre Sertão, Agreste, Zona da Mata e Litoral pernambucano, que se mostram espaços híbridos, já que o ponto de partida é extremamente diferente do ponto de chegada em termos geográficos, o que pode nos remeter à ideia de mobilidade. O fato é que o mesmo não acontece com os problemas dos quais Severino fugia, já que a morte o persegue por todo o percurso, independentemente do espaço geográfico em que se encontre. Isso, paradoxalmente, nos remete à ideia de mesmice. A mobilidade do espaço e mesmice das condições sociais são o que Santos (2003) rotula como zona fronteira, tratando-se da abordagem dos encontros e desencontros de Severino, nos espaços da obra, os quais frustram suas expectativas:

— Esse povo lá de riba  
de Pernambuco, da Paraíba  
que vem buscar no Recife  
poder morrer de velhice,  
encontra só, aqui chegando  
cemitérios esperando.  
—Não é viagem o que fazem  
vindo por essas catingas, vargens;  
aí está o seu erro:  
vêm é seguindo seu próprio enterro (CABRAL, 2000: 50).



Ainda sobre a zona fronteira de Santos (2003: 155), podemos defini-la como “uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas. E não esqueçamos que a metáfora é o forte de cultura de fronteira [...]”.

Sob a perspectiva de Homero Araújo,

[d]epois dos versos clássicos que definem a condição severina e referem seu caráter coletivo e desgraçado (Somos muitos Severinos), o poema volta a dirigir-se ao público na segunda pessoa do plural do pronome de tratamento, o que dá um caráter cerimonioso ao apelo (Mas, para que me conheçam / melhor Vossa Senhorias). Tal referência é incluída na oração adversativa de caráter elucidativo e pedagógico a enfatizar que o Severino que em vossa presença emigra é um artifício poético a simbolizar a classe/condição Severina (ARAÚJO, 2002: 139-40).

Severino se fantasia da realidade político-social do Nordeste brasileiro para nos mostrar o paradoxo que existe entre pertencimento e identidade, espaço e condição de vida, mobilidade e mesmice, fuga da morte e busca da vida, encontro com a morte e descoberta da vida, na jornada pela vida, perseguindo o próprio enterro.

Outro aspecto importante é a sinergia entre o estético e o cultural no poema de João Cabral. Para compreendê-las, as reflexões de Raymond Williams sobre a cultura,

como sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada [...] mas também todas as “práticas significativas” - desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade - que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, 1992: 13).

Seria possível supor que *Morte e Vida Severina* permite várias leituras justamente pela maneira como algumas práticas significativas, ilustrativas, preponderantemente da cultura nordestina, são manipuladas e apresentadas, o que não é de causar estranhamento, já que se trata de um auto sob encomenda, cuja estética teria mesmo que ser marcada por fortes imagens visuais e auditivas, carregadas de simbologia que dão ao texto uma beleza enxuta, típica da poesia cabralina, que em “Morte e Vida Severina” se tornou maravilhosamente árida.

Sobre João Cabral, na opinião de Cândido,

[a]s suas emoções se organizam em torno dos objetos precisos que servem de sinais significativos do poema – cada imagem material tendo de fato, em si, um valor que a torna fonte de poesia, esqueleto que é do poema (CANDIDO, 2002: 137).



● ● ●

Não resta sombra de dúvida que o arquétipo do poema é extremamente rico e explora com uma sutileza brutal a condição do retirante no nordeste brasileiro.

## Morte e vida: representações da morte nas sociedades cristãs do Ocidente

Um longo tempo nos separa de nossos antepassados que abandonavam os cadáveres e seguiam em frente, em busca de caça. Entre a ação de abandonar os cadáveres e agir como se eles ainda estivessem vivos (maquiando-os e preparando-os para sua última recepção aos amigos, como acontece nos Estados Unidos da América), a sociedade ocidental conviveu com várias representações da morte e com formas diversificadas de livrar-se do corpo morto.

Em duas obras que se voltam para essa questão – *Essais sur l’histoire de la mort en Occident* e *L’homme devant la mort* –, Philippe Ariès discorre sobre atitudes diante da morte, da Idade Média aos nossos dias, nas sociedades cristãs ocidentais. O historiador francês analisou documentos (testamentos, iconografias, obras de arte, túmulos, cemitérios, dentre outros) e buscou uma explicação sobre as atitudes do homem ocidental perante a morte. Sua análise é pautada em quatro grandes representações da morte: *la mort apprivoisée*, *la mort de soi*, *la mort de toi* e *la mort inversée* (ARIÈS, 2000). Ariès caracteriza como “domada/domesticada” – *la mort apprivoisée* – a morte característica da época medieval, período no qual o homem sabia da proximidade do fim através de avisos, signos naturais ou por uma convicção interna. Observadores de signos e de si mesmos, os homens conheciam a trajetória de sua morte e se preparavam para ela.

Durante toda a primeira Idade Média, os funerais são dominados pela expressão ritual de dor e de elogio do defunto, bem como pelo cortejo fúnebre até a sepultura. Tais ritos são eminentemente civis, coadjuvando a questão religiosa. Esse caráter laico está vinculado, sobretudo, à ocupação social dos cemitérios. Em primeiro lugar, pela localização deles. Ainda na Antiguidade Ocidental, os homens, apesar de certa familiaridade, temiam os mortos e os mantinham à distância (RODRIGUES, 2006: 120).

Tal distinção entre periferia e cidade, com o passar do tempo, começou a desaparecer e, com ela, também a aversão pelos mortos, que passam a ser enterrados não apenas nas cidades, como até muito proximamente aos vivos. Nessa transição, a morte e os rituais fúnebres perdem seu caráter eminentemente laico e passam à



esfera do sagrado, chegando-se mesmo a enterrar os mortos no interior das igrejas. Mortos e vivos ocupavam o mesmo espaço, pois o cemitério não era apenas o lugar para se enterrar os mortos: era o centro da vida social.

Na obra de João Cabral, ora em análise, tais fatos podem ser observados na conversa entre os coveiros, havendo diferenciação entre cemitérios de pobres e ricos, percebendo-se, ainda, que nenhum deles é absolutamente separado dos vivos. Percebe-se, ainda, pelos comentários feitos sobre os rituais realizados nos funerais ricos, como se fossem eventos sociais.

Enquanto os ricos se preocupam em bem localizar e identificar suas moradas derradeiras, a deixar seus testamentos com muitas missas pagas para a salvação de suas almas, a construir capelas para que ali sejam sepultados, os corpos dos pobres continuam a ser jogados em fossas comuns, sem identificação e sem individualização, exatamente como sugere o coveiro da Casa Amarela que se faça com os retirantes.

Em *Morte e Vida Severina*, há dois momentos em que isso fica bastante evidente. O primeiro é quando Severino encontra-se com a mulher na janela e lhe pede emprego. Não havendo nada que lá ele pudesse fazer, considerando as habilidades que possuía, que não eram poucas, ela conclui que ali só tem ofício para quem vive da morte, inclusive as rezadeiras, tendo ela mesmo se intitulado uma rezadeira famosa na região. Tal fato poderia se assemelhar ao endeusamento da morte, às missas por encomendas, aos ritos pomposos etc..

[...]  
mas diga-me retirante,  
sabe benditos rezar?  
sabe cantar excelências,  
defuntos encomendar?  
sabe tirar ladainhas,  
sabe mortos enterrar?  
– Já velei muitos defuntos,  
na serra é coisa vulgar;  
mas nunca aprendi as rezas,  
sei somente acompanhar.  
– Pois se o compadre soubesse  
rezar ou mesmo cantar,  
trabalhávamos a meias,  
que a freguesia bem dá.  
[...]  
Só os roçados da morte



compensam aqui cultivar,  
e cultivá-los é fácil:  
simples questão de plantar;  
não se precisa de limpa,  
de adubar nem de regar;  
as estiagens e as pragas  
fazemos mais prosperar;  
e dão lucro imediato;  
nem é preciso esperar  
pela colheita: recebe-se  
na hora mesma de semear (CABRAL, 2000: 31)

O segundo momento é na conversa entre os dois coveiros, já acima descrita, em que um é coveiro de uma área rica, outro, *enterrador* de retirantes.

Se trabalhasses no de Casa Amarela  
não estarias a reclamar.  
De trabalhar no de Santo Amaro  
deve alegrar-se o colega  
porque parece que a gente  
que se enterra no de Casa Amarela  
está decidida a mudar-se  
toda para debaixo da terra.  
— É que o colega ainda não viu  
o movimento: não é o que se vê.  
Fique-se por aí um momento  
e não tardarão a aparecer  
os defuntos que ainda hoje  
vão chegar (ou partir, não sei).  
As avenidas do centro,  
onde se enterram os ricos,  
são como o porto do mar;  
não é muito ali o serviço:  
no máximo um transatlântico  
chega ali cada dia,  
com muita pompa, protocolo,  
e ainda mais cenografia.  
Mas este setor de cá  
é como a estação dos trens:  
diversas vezes por dia  
chega o comboio de alguém.





- Mas se teu setor é comparado  
à estação central dos trens,  
o que dizer de Casa Amarela  
onde não para o vaivém?  
Pode ser uma estação  
mas não estação de trem:  
será parada de ônibus,  
com filas de mais de cem.  
[...]
- Passas para o dos operários,  
deixas o dos pobres vários;  
melhor: não são tão contagiosos  
e são muito menos numerosos.
- É, deixo o subúrbio dos indigentes  
onde se enterra toda essa gente  
que o rio afoga na preamar  
e sufoca na baixa-mar.
- É a gente sem instituto,  
gente de braços devolutos;  
são os que jamais usam luto  
e se enterram sem salvo-conduto.
- É a gente dos enterros gratuitos  
e dos defuntos ininterruptos.
- É a gente retirante (CABRAL, 2000, p. 42-43)

Nesse fragmento nota-se, evidentemente, a pompa e circunstância, bem como a menor ocorrência de mortes entre os ricos. Também fica evidente que valor se dava à morte dos retirantes, coisa tão comum que melhor seria jogá-los no rio.

Outro aspecto a se considerar parte da proposição de Jean Ziegler, segundo a qual “[...] o homem na sociedade capitalista mercantil, recusando a morte, é esvaziado por uma perversa vontade de viver” (ZIEGLER, 2013: 306). Ao sair como retirante, Severino manifesta essa vontade de vida, a qual, pela sua circunstância desfavorecida perante a realidade do contexto social que também tem base capitalista, só permite o encontro com a morte, levando-o a desejá-la, já que não estava encontrando formas de efetivamente superá-la dignamente. No entanto, esse desejo de vida é tão grande que ele pede apenas um motivo para ainda querê-la, considerando as circunstâncias que vive. Esse motivo é dado pelo nascimento do filho de José mestre carpina, pela própria vida nascendo em si mesma, e, sem se precisar pedir nada, ela se espalha e contagia o melhor das pessoas. A vida vale ser vivida pelo simples fato de existir. Não há que se exigir circunstância.





## Religiosidade

Por ser um Auto de Natal, a questão da religiosidade também está constantemente manifesta nesta obra cabralina, por intermédio de diversas representações simbólicas. O percurso do retirante, que sai da Serra da Costela, terra de luta constante e miséria farta, pode ser compreendido como uma alusão à busca, pelo povo judeu, à terra prometida, ultrapassando o deserto em busca de seu oásis. Severino achava que o litoral pernambucano, por ser mais verde e ter fartura de água, seria seu oásis, mas vê que a morte o acompanhou do início ao fim da jornada, não tendo ele chegado à terra prometida, ainda que tenha encontrado um sentido para a vida em meio a tanta morte.

A figura do recém-nascido, em meio a tanta pobreza, que traz o sentido da vida para todo aquele que de cujo nascimento teve conhecimento, é uma clara alusão ao nascimento do Menino Jesus no Natal. Na realidade, o próprio nome da obra: *Morte e Vida Severina: Um Auto de Natal*, já é uma antecipação deste sentido que, ao final, ficou evidenciado.

Além do nascimento em si, a figura do pai, que se chamava José e era carpinteiro, remete, novamente, à figura de São José, esposo de Maria, que, sendo um indivíduo calmo, de fé e de sabedoria peculiar, com humildade e benevolência, vê no nascimento daquele Menino Jesus a renovação das esperanças da vida, aceitando o encargo. O Cristo representava uma nova era, uma manifestação do amor de Deus, como aquele menino, nascido em uma vida Severina, representava a vitória da vida sobre a morte.

Outro aspecto que também pode ser observado e que nos conduz a uma analogia às escrituras bíblicas é a imagem criada por João Cabral quando todos passam a trazer pequenas e singelas prendas ao recém-nascido e aos pais, como fizeram os reis magos. Mostra a solidariedade e alegria de todos em poder compartilhar aquele milagre da vida, mesmo estando rodeados pela morte, novamente renovando as esperanças.

Outro ponto importante da obra que não pode ser esquecido é a inversão apresentada no título: *Morte e Vida Severina*. Aquele Severino que era não apenas ele, mas a representação de todo o povo nordestino retirante, que só encontra sentido para a vida experimentando a morte de tantos outros Severinos iguais a ele em tudo. Por isso a morte precede a vida já no título. Severino sai em busca da vida e só encontra a morte, mas quando ele finalmente decide desistir, é no milagre de a vida viver em si só que descobre que a vida vale a pena ser vivida, por mais Severina que seja.



Por fim, a derradeira analogia à religiosidade cristã é a figura do rosário, como se cada vila pela qual ele passava, cada encontro, cada momento fosse um percurso do rosário, fosse uma Ave-Maria do rosário cristão, cujo ato de rezar constantemente representa um escudo para a vida, uma das mais poderosas armas de vitória pela fé.

Saliente-se, ainda, o que pode ser interpretado como a fronteira metafísica da obra, com a qual Severino dialoga em todo transcurso do texto, a morte e a vida. Além do aspecto da religiosidade cristã, é possível perceber a concentração de diversos aspectos do folclore, deixando João Cabral bem claro sua intenção de homenagear a todas as literaturas ibéricas. Nas palavras do autor, entre outras considerações importantes,

[e]sse texto não poderia ser mais denso. Era obra para teatro, encomendada por Maria Clara Machado [...]. Pesquisei num livro sobre o folclore pernambucano, publicado no início do século, de autoria de Pereira da Costa [...]. A cena do nascimento, com outras palavras, está em Pereira da Costa [...]. “Todo céu e terra lhe cantam louvor” também é literal do antigo pastoril pernambucano. O louvor das belezas do recém-nascido e os presentes que ganha existem no pastoril. As duas ciganas estão em Pereira da Costa [...]. Eu só alterei as belezas e os presentes [...]. Com *Morte e Vida Severina*, quis prestar uma homenagem a todas as literaturas ibéricas. Os monólogos do retirante provêm do romance castelhano. A cena do enterro na rede é do folclore catalão. O encontro com os cantores de incências é típico do Nordeste. [...]. A conversa com Severino antes de o menino nascer obedece ao modelo da tenção galega (SECCHIN,1985: 304).

Considerando-se a visão histórico-cultural do autor, pode-se retomar a ideia de que João Cabral imprimiu, em *Morte e Vida Severina*, a possibilidade de várias leituras. Tome-se, como exemplo para análise, o trecho do Auto em que começam a chegar pessoas trazendo presentes para o recém-nascido e para mãe:

– Minha pobreza tal é  
Que não trago presente grande:  
trago para a mãe caranguejos  
[...]  
–Minha pobreza tal é  
que coisa alguma posso ofertar:  
somente o leite que tenho  
para meu filho amamentar  
[...]  
–Trago abacaxi de Goiana  
e de todo o Estado rolete de cana  
[...]



- Siris apanhados no lamaçal  
que já no avesso da rua Imperial.
- Mangas compradas nos quintais ricos  
do Espinheiro e dos Aflitos.
- Goiamuns dados pela gente pobre  
da Avenida Sul e da Avenida Norte. (CABRAL, 2000: 55-6).

Nesse trecho, é possível encontrar vários elementos fortemente presentes no contexto pastoril pernambucano. A capacidade artística do autor, aliada a sua originalidade ao viabilizar essa alteração, imprimiu ao texto, sem exotismos, a forte marca da cultura nordestina. A escolha feita dos presentes trazidos à mãe e ao recém-nascido marcam claramente a cultura nordestina: caranguejos, leite de outra mãe, papel de jornal, água da bica, canário-da-terra, bolacha d'água, boneco de barro, pitu, abacaxi, rolete de cana, tamarindos, ostras, jaca, mangabas, caju, peixe, siris, carne de boi, mangas e goiamuns. A proveniência e a natureza desses presentes exibem a geografia socioeconômica e cultural de bairros de Recife e cidades do Pernambuco, o que, na realidade, é capaz de representar bairros e cidades de qualquer estado do Nordeste brasileiro.

Assim, pode-se retomar a lógica da cultura de fronteira de Santos, apresentando-se o Pernambuco/Recife, assim como apresentou-se Severino, como uma metáfora que evoca essa ideia do texto. O próprio João Cabral afirma “[...] o Recife é o depósito de miséria de todo Nordeste” (ATHAYDE, 1998: 109), miséria essa denunciada com brutal maestria, numa linguagem sutil e coesa, resgatando elementos medievais, cristãos, folclóricos, sociais, históricos, culturais e espaciais.

Ainda em se tratando do espaço, embora tenha sido visivelmente delimitado no texto (agreste, caatinga, zona da mata e litoral pernambucano), esse mostra-se mais como símbolo do que propriamente real, consubstancia a exclusão social, marcada pela realidade econômica do subdesenvolvimento que “mantém a dimensão do regional como objeto vivo” (CÂNDIDO, 2000: 159). Em se tratando do aspecto cronológico do poema, o decurso do tempo se reflete na peregrinação do retirante, problemática da migração, motivada pela seca, impossibilita sua limitação, já que a seca é intermitente.

## Considerações finais

Os paradoxos que se confrontam, constantemente, na obra de Cabral têm um forte apelo social no Auto de Natal analisado e se consubstanciam nos

conflitos entre vida e morte, identidade e identificação, luta e resistência, tendo como pano de fundo o regionalismo nordestino de meados da década de 50, que vê “na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu destino individual” (CÂNDIDO, 2000: 160).

Por derradeiro, “Morte e Vida Severina” científica o leitor da engenharia das letras que possuía João Cabral, engendrando aspectos culturais aos estéticos numa perspectiva estruturalista que, embora escrito na década de 50, autoriza leituras e abordagens que se valem, também, de conceitos e categorias recentes de análises literárias.

## Referências

ARAÚJO, H. J. V.. **O poema no sistema: A peculiaridade do antilírico João Cabral na poesia brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ARIÈS, P. **Essais sur l'histoire de la mort em Occident: du Moyen Age à nos jours**. Paris: Seuil, 2000.

ATHAYDE, F. de. **Ideias Fixas de João Cabral de Melo Neto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, FBN; São Paulo: Universidade de Mogi das Cruzes, 1998.

BAUMAN, Z.. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Z.. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOSI, A.. **História concisa da literatura brasileira**. 36. ed., São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

CÂNDIDO, A.. **A educação pela noite e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

..... **Textos de Intervenção**. Org. Vinicius Dantas. São Paulo: Ed. 34, 2002.

DANTAS, V.. **Bibliografia de Antônio Cândido**. São Paulo: Ed. 34. Duas Cidades, 2002.

MELO NETO, J. C.. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

RODRIGUES, J. C.. **Tabu da Morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.



SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-Modernidade.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SECCHIN, A. C.. **João Cabral: a poesia do menos.** São Paulo: Duas cidades; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

WILLIAMS, R.. **Cultura.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZIEGLER, J.. **Destruição em massa: geopolítica da fome.** Trad. João Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013

# A AQUISIÇÃO DE INTERROGATIVAS QU- DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO L2 POR HISPANOFALANTES ADULTOS<sup>1</sup>

## THE ACQUISITION OF WH- INTERROGATIVES IN L2 BRAZILIAN PORTUGUESE BY SPANISH NATIVE SPEAKERS

Rogério Santos Júnior (CAPES)<sup>2</sup>

Marcia Maria Damaso Vieira<sup>3</sup>

**Resumo:** Investigamos a aquisição de interrogativas QU- do Português Brasileiro (PB) por falantes adultos de Espanhol. Em Espanhol, Q tem traços fortes e desencadeia, a inversão entre sujeito e verbo nas interrogativas do tipo Qu-. Essa inversão não é atestada em PB, língua em Q tem traços fracos. Para explicar o processo de aquisição das interrogativas, adotamos a hipótese de transferência total e de acesso total à GU (WHITE, 1989, 2003); e, para explicar a incidência de movimento nas interrogativas, adotamos a hipótese de Lozano e Mendikoetxea (2005), que assumem uma motivação discursiva. Observamos evidências de transferência do valor da força do traço Q da L1 para a L2: sequências com elementos QU- na produção dos aprendizes de PB cuja ordenação não corresponde nem aos parâmetros da L1 nem aos

---

1 Este artigo apresenta os resultados da dissertação de mestrado *A aquisição de interrogativas QU- do Português Brasileiro como L2 por hispanofalantes adultos*. e amplia as discussões feitas nesse trabalho.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: rgsantosjunior@gmail.com.

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: valdirgabriel@gmail.com.



parâmetros da L2. Por outro lado, verificamos, a partir de certo estágio do processo de aquisição, a possibilidade de acesso à GU, à medida que o valor do traço Q da L2 é adquirido. Concluimos, em primeiro lugar, que a remarcação do valor do traço Q ocorre em qualquer estágio do processo de aquisição; e, em segundo lugar, que a remarcação do valor não é obrigatória e não é discursivamente motivada, havendo indivíduos cujo Léxico contém dois tipos de morfema Q, capazes de produzir, na L2, interrogativas com e sem inversão entre o sujeito e o verbo.

**Palavras-chave:** Aquisição de L2; Português Brasileiro; Espanhol; Interrogativas Qu-.

**Abstract:** We investigated the acquisition of QU- interrogatives in Brazilian Portuguese (PB) by adult Spanish speakers. In Spanish, Q has strong features and triggers the inversion between subject and verb in Qu- type interrogatives. This inversion is not attested in PB, a language in which Q has weak features. To explain the interrogation acquisition process, we adopted the hypothesis of total transfer and full access to the GU (WHITE, 1989, 2003); and, to explain the indications of movement in the interrogatives, we adopted the hypothesis of Lozano and Mendikoetxea (2005), which assume a discursive motivation. We observed evidence of transfer of the Q-line strength value from L1 to L2: sequences with QU- elements in the production of PB learners whose ordering does not correspond to either the L1 parameters or the L2 parameters. On the other hand, we verified, from a particular stage of the acquisition process, the possibility of access to the GU, as the value of the Q trace of L2 is acquired. We conclude, in the first place, that the redial of the Q dash value occurs at any stage of the acquisition process; and, secondly, that the redial of the cost is not mandatory and is not discursively motivated, with individuals whose Lexicon contains two types of Q morpheme, capable of producing, in L2, interrogatives with and without inversion between subject and verb.

**Wordkeys:** Second Language Acquisition; Brazilian Portuguese; Spanish; Interrogatives.

## Introdução

Neste artigo, concentramo-nos na investigação do processo de aquisição de interrogativas QU- do Português Brasileiro (PB) como L2 por falantes nativos de



Espanhol realizada em Santos Jr. (2017). Como referencial teórico, assumimos os pressupostos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), de acordo com os quais a variação paramétrica das línguas naturais está relacionada às possíveis valorações para os traços dos núcleos funcionais.

A opção pela dupla Português Brasileiro (PB) e Espanhol deve-se ao fato de que, em Espanhol, os traços Wh- e Q do núcleo Foc/C são fortes, ao passo que, em PB, o traço Wh de Foc/C pode ser forte ou fraco, embora o traço Q de Foc/C seja fraco em quaisquer contextos. Esse arranjo, em Espanhol, resulta no movimento do sintagma interrogativo e do verbo para as posições, nesta ordem, de especificador e de núcleo de FocP/CP, em que os traços serão checados e apagados. Em PB, entretanto, o arranjo descrito não altera a ordem dos elementos presentes na estrutura sintática, havendo subida somente do morfema interrogativo para [Spec, Foc/CP], em que haverá checagem do traço Wh forte.

Lozano e Mendikoetxea (2005) afirmam que as diferentes variedades de Espanhol –com exceção das que são faladas em Cuba e nas demais regiões caribenhas – têm comportamento idêntico quanto à valoração dos traços do núcleo Foc/C. Santos Jr. (2017) verificou essa afirmação em testes preliminares de gramaticalidade e de ordenação de constituintes e não encontrou inversões na ordem sujeito-verbo nas falantes. Com base nessa confirmação, tanto Santos Jr. (2017) quanto nós fizemos duas opções metodológicas: a produção dos falantes de tais localidades não foi considerada pelas análises; e a produção dos falantes das demais localidades foram agrupadas em conjunto idealizado chamado de *Espanhol*, devido à uniformidade com relação à valoração dos traços Wh e Q do núcleo Foc/C.

Além da hipótese de Lozano e de Mendikoetxea (2005), para explicar o processo de aquisição das interrogativas, adotamos a hipótese de transferência total e de acesso total à GU (WHITE, 2003). A hipótese de White nos habilita a fazer as seguintes previsões para esta investigação:

- (i) a de que a gramática final da L1 será o estágio inicial da gramática da L2, o que, em outras palavras, é a assunção de um processo de transferências de todas as estruturas da L1 para a L2; e
- (ii) a de que haverá acesso à GU, à medida que os aprendizados forem defrontados com dados não contemplados pela gramática da sua L1, o que implicará uma reavaliação dos núcleos funcionais da interlíngua.



Santos Jr. (2017) traçou os seguintes objetivos para sua investigação:

- (I) confirmar se há transferência dos traços dos núcleos funcionais do Espanhol para o Português Brasileiro nos estágios iniciais do processo de aquisição de interrogativas do tipo *Qu*;
- (II) no caso de haver transferência, identificar em quais estágios do processo de aquisição o aprendiz deixa de produzir construções desviantes, por já ter adquirido os traços dos núcleos funcionais relevantes para a ordenação dos constituintes na L2; e
- (III) discutir o papel da GU no processo de aquisição da L2 (SANTOS JR., 2017: 4).

Apesar de apresentar os três objetivos anteriores, Santos Jr. (2017), por uma série de fatores, não pôde desenvolver adequadamente o objetivo (III). Nesse sentido, neste artigo, retomamos os resultados de Santos Jr. (2017) e os submetemos a uma nova análise, com a finalidade de satisfazer o objetivo (III), considerando, durante a realização dessa tarefa, igualmente, os objetivos (I) e (II), que lhes são intrínsecos.

Santos Jr. (2017) aplicou três diferentes tipos de experimentos sintáticos off-line em sua investigação: (1) testes de produção de sentenças na L2; (2) testes de produção de sentenças na L2, que solicitaram aos indivíduos que determinassem a ordem correta de um conjunto de constituintes previamente embaralhados; e (3) testes de versão, que pediam aos sujeitos que vertessem para o PB sentenças do Espanhol. 55 sujeitos, de faixa etária entre 18 e 55 anos de idade, participaram da pesquisa, tendo sido estratificados quanto ao tempo de exposição ao PB.

Este artigo é composto por três seções. Na primeira seção, apresentamos os aspectos mais relevantes da derivação de sentenças interrogativas em PB e em Espanhol. Na segunda seção, discutimos, brevemente, a teoria de aquisição de L2 de White (2003). Por fim, na última seção, trazemos os dados que são relevantes e procedemos à sua análise, como mote para uma investigação do papel da GU no processo de aquisição de L2, culminando em uma explicação sintática (não discursiva) para a produção de interrogativas em PB por hispanofalantes adultos.



## 1. A derivação de interrogativas QU- em Português e em Espanhol

Como mencionamos anteriormente, a investigação da aquisição de interrogativas Qu- do PB por falantes de Espanhol apresenta duas motivações principais: o fato de que são línguas próximas, tipologicamente falando; e o fato de que, ainda assim, têm diferenças notáveis em relação à estrutura sentencial.

O aspecto que torna as interrogativas do PB interessantes para um falante de Espanhol, e vice-versa, é o de que, quando se trata das interrogativas Qu- curtas do Espanhol, caso o sintagma Qu- seja argumento verbal, haverá movimento do verbo de I0 para Foc0, desencadeando, na sintaxe visível, a ordem Qu- V S (O). Por sua vez, o verbo, em PB, permanece em I0. Os conjuntos de dados em (1) e em (2), retirados de Santos Jr. (2017), exemplificamos esse fenômeno.

### (1) Interrogativas Qu- do PB

- |  |             |
|--|-------------|
| a) Antônio estuda matemática.              | S VO        |
| b) Antônio estuda o quê?                   | S V Qu- ?   |
| c) *Estuda Antônio o quê?                  | V S Qu- ?   |
| d) O que Antônio estuda?                   | Qu- S V ?   |
| e) *O que estuda Antônio?                  | Qu- V S ?   |
| f) O homem ofereceu a mulher para o amigo. | S V O O I   |
| g) O homem ofereceu a mulher para quem?    | S V O Qu- ? |
| h) *Ofereceu a mulher o homem para quem?   | V S O Qu- ? |
| i) Para quem o homem ofereceu a mulher?    | Qu- S V O ? |
| j) *Para quem ofereceu a mulher o homem?   | Qu- V O S ? |
| k) *Para quem ofereceu o homem a mulher?   | Qu- V S O ? |

### (2) Interrogativas Qu- do Espanhol

- |  |             |
|--|-------------|
| a) Antonio estudia matemáticas.            | S VO        |
| b) *¿Antonio estudia qué?                  | S V Qu- ?   |
| c) *¿Estudia Antonio qué?                  | V S Qu- ?   |
| d) *¿Qué Antonio estudia? 11               | Qu- S V ?   |
| e) ¿Qué estudia Antonio?                   | Qu- V S ?   |
| f) El hombre ofreció a la mujer al amigo.  | S V O O I   |
| g) *¿El hombre ofreció a la mujer a quién? | S V O Qu- ? |

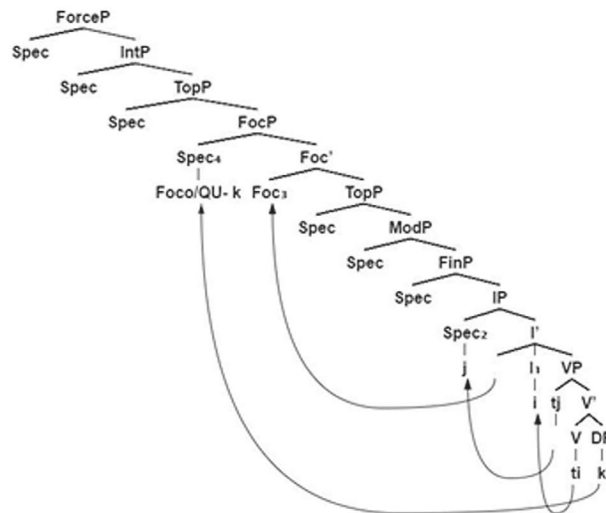


- |  |            |
|--|------------|
| h) *¿Ofreció a la mujer el hombre a quién? | V O S Qu-? |
| i) *¿A quién el hombre ofreció a la mujer? | Qu- S V O? |
| j) ¿A quién ofreció a la mujer el hombre?  | Qu- V O S? |
| k) ¿A quién ofreció el hombre a la mujer?  | Qu- V SO?  |

As sentenças (1c), (1e), (1h) e (1j) indica que a ordem VS com verbos transitivos é agramatical em PB. Em PB, devido à Hipótese Inacusativa, somente os verbos inacusativos, com poucas exceções, permitem a ordem VS.

O contraste dos dados em (2) mostra que, em Espanhol, as interrogativas Qu- cujo elemento interrogado é gerado em adjunção a VP, ao contrário das interrogativas Qu- argumentais, aparecem *in situ*. Ruas (2013: 32), baseada em Ayoun (2005), afirma que Foc0 tem traços Q e Wh- fortes em Espanhol. Isso significa que, em completa oposição ao PB, os sintagmas Qu- e os verbos do Espanhol são movidos, respectivamente, para a posição de [Spec, FocP] e para a posição de Foc0. Como resultado de serem possíveis dois movimentos em sintaxe visível nas interrogativas Qu- do Espanhol, temos o licenciamento da ordem VS.

**Figura 1:** estrutura de interrogativas do tipo Qu- argumentais do Espanhol



**Fonte:** Adaptado de Santos Jr. (2017)

Ruas (2013) menciona, ainda, que, para Uribe-Etxebarria (2002), as interrogativas Qu- não argumentais *in situ* do Espanhol apresentam um padrão prosódico diferente das interrogativas Qu- argumentais: existe uma pausa entre a parte restante da sentença e o sintagma Qu-, e a entonação do sintagma Qu- é, necessariamente, descendente. Para Uribe-Etxebarria, o sintagma Qu-,

como toda palavra interrogativa, tem de ser o último elemento da sentença em Espanhol. Essa seria, para ele, uma motivação da ordem do discurso sobre a sintaxe. Em (3), extraído de Ruas (2013: 35), podemos observar a restrição posicional do sintagma Qu- na sentença.

- (3) a. Marta vino el lunes en coche.  
b. \*¿Marta vino cuándo encoche?  
c. ¿Marta vino en coche cuándo?

(3a), uma sentença declarativa não marcada, contém um advérbio temporal – “el lunes” –, o qual antecede o instrumental – “en coche”. Em (3b), por sua vez, vemos uma sequência cujo sintagma Qu- temporal – “cuando” – é mantido na base, anteposto ao instrumental – “en coche”. Haja vista que sintagma Qu- não seja o último elemento da sequência, como Uribe-Etxebarria (2002) aponta, a derivação não converge. Em (3c), com o movimento do elemento Qu- para Foc0 e com o movimento do restante da sentença para a projeção de tópico acima dessa, notamos que o sintagma Qu- aparece, na sintaxe visível, na última posição da sentença. Nesse caso, a derivação converge.

De acordo com Ruas (2013), se o sintagma Qu- não for o último elemento da sentença, deverá existir uma pausa entre ele e o próximo constituinte, função que, em (4b), é realizada pela vírgula.

- (4) a. \*¿Roberta se ha casado con quién por la iglesia?  
b. Roberta se ha casado ¿con quién?, por la iglesia

(RUAS, 2013: 35)

Portanto, seguindo os autores mencionados, aceitamos que, em PB e em Espanhol, Foc0/C0 tem traços Wh fortes, responsáveis por desencadear o movimento do morfema Qu- para seu especificador. Terminam aí as semelhanças entre as duas línguas. Em Espanhol, o traço Q de Foc0/C0 é forte, motivando o movimento do verbo em sintaxe aberta, ao contrário do que acontece em PB, cuja força de Q em Foc0/C0 pode ser considerada de duas maneiras. Por um lado, Q pode ser visto como tendo traços fracos, e, por isso, o verbo se não se deslocaria para o núcleo de FocP/CP – a presença do complementizador *que* em Foc0/C0 seria apenas a expressão de traços Wh fortes. Horstein, Nunes e Grohmann (2005) afirmam que a presença do complementizador *que*, acompanhando o morfema Qu-, é a manifestação do EPP em C0, indicando a obrigatoriedade do movimento do morfema Qu-. Por outro, *que* teria traços fortes que seriam checados por sua concatenação ao núcleo de FocP/CP.

## 2. A hipótese aquisicionista de white (1989, 2003)

Atualmente, o processo de aquisição de segundas línguas é investigado por uma série de vieses teóricos. No âmbito da Gramática Gerativa, os estudos sobre gramáticas de L2 têm o objetivo de buscar evidências dos papéis da língua materna dos indivíduos e da GU, se é que eles existem, no processo de formatação da interlíngua.

Existe um conjunto de pesquisadores que rejeitam a comparação do desenvolvimento de uma L2 com o desenvolvimento de uma L1. Segundo eles, no primeiro caso, estão em jogo habilidades cognitivas de caráter geral, o que, extrapolando o foro da Faculdade da Linguagem, leva-os a falar em aprendizagem, não em aquisição. No segundo caso, como é amplamente conhecido, tratar-se-ia de uma dotação genética desencadeada por estímulos ambientais.

Avaliar o desenvolvimento de uma L2 por um processo de aquisição ou por um processo de aprendizagem não é uma simples decisão terminológica. Quando falamos em aquisição, estamos afirmando a atuação, no processo de consolidação da L2, de um dispositivo inato com o propósito de mediar o desenvolvimento da gramática de uma língua natural, independentemente de qual seja essa língua. Ao contrário, se admitimos que os processos de consolidação da gramática de uma L2 têm caráter geral, recusamos a possibilidade de que as estruturas que atuam em uma L1 estão presentes na gramática da L2. Nesse caso, todo o processo de desenvolvimento da L2 será consciente, demandará esforço e será conduzido por habilidades cognitivas gerais.

Nesse sentido, a principal preocupação de White (2003) é demonstrar que, durante todo o processo de aquisição de uma L2, os indivíduos dispõem da gramática de sua L1 e, quando enfrentam dados que extrapolam as ferramentas fornecidas por sua L1, acionam princípios da GU, o que lhes dota da capacidade de definir novos valores paramétricos para a L2. Portanto, para White (2003), as propriedades presentes na aquisição de uma L1 estão ativas, também, no desenvolvimento de uma L2.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da L2 é desencadeado pela transferência de parâmetros da L1 e, quando isso não for suficiente diante dos dados, a GU será acessada diretamente, a fim de que seja feita a parametrização adequada à gramática da L2 – sempre com base nas evidências linguísticas. Em resumo, o fato de a gramática da L1 servir de base para a gramática da L2 não implica que a formatação paramétrica de ambas convergirá. Existe a possibilidade de o sujeito recorrer às propriedades da GU na formatação dos parâmetros da L parametrizada. Caso valores paramétricos sejam modificados ao longo do desenvolvimento da L2.





No casos em que há nova formatação, todos os feixes de propriedades relacionados ao novo parâmetro sãoacionados na gramática da L2.

White (2003) argumenta, ainda, que a hipótese de acesso total à GU advoga um papel muito amplo para a GU no desenvolvimento de um L2. Por isso, é uma hipótese que somente pode considerada a sério se, nos estágios iniciais do processo de aquisição, o pesquisador encontrar evidências de que o conhecimento do aprendizes extrapola as propriedades presentes na L1 e na L2. Quando se refere a “conhecimento linguístico”, White destaca ofatode, no início do desenvolvimento de uma L2, poderem ser atestadas estruturas que não estão presentes nem na L1 nem na L2, mas que são abonadas pela GU.

### 3. Metodologia e resultados

#### 3.1. Sujeitos

Os testes foram aplicados em duas etapas. Cada etapa teve como alvo um grupo distinto de sujeitos. A primeira etapa consistiu na aplicação presencial de testes a alunos do curso de Português para Falantes de Espanhol do Curso de Letras Aberto à Comunidade (CLAC). Nove sujeitos, de diferentes países de origem, participam dessa etapa de testes.

Cada sujeito recebeu uma cópia impressa dos caderno de testes, que seguia com um Termo de Consentimento, em que estavam informações sobre (a) o teor da pesquisa; sobre a participação na pesquisa ser voluntária; e (c) sobre ser possível desistir de participar da pesquisa em qualquer de suas fases. Os testes foram realizados em um total de 25 minutos.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em uma aplicação a distância, por meio de ferramentas da plataforma *Google Forms*. Contatamos, pela internet, sujeitos que apresentavam graus variados de domínio do PB. Como no caso dos alunos do curso presencial, todos indivíduos do segundo grupo mostraram grande heterogeneidade quanto à gramática do PB e quanto a seus países de origem. 46 sujeitos participaram da segunda etapa de testes.

Em ambas as etapas, restringimos a idade mínima dos candidatos a dezoito anos de idade, para garantir a legalidade e a validade dos experimentos. Não houve



limitamos a idade máxima dos candidatos. O sujeito mais velho a participar da pesquisa tinha, na época, 55 anos de idade.

O critério de estratificação de sujeitos é o tempo de exposição da língua-alvo, de acordo com a Tabela 1, abaixo.

**Tabela 1** (adaptada de Ruas [2013]): níveis de proficiência em função do tempo

<u>Tempo de exposição</u>	<u>Tempo de exposição</u>
Até 12 meses	Básico 1
Entre 13 e 24 meses	Básico 2
Entre 24 e 36 meses	Intermediário 1
Entre 37 e 48 meses	Intermediário 2
Acima de 48 meses	Avançado

Na Tabela 2, temos a estratificação dos sujeitos por tempo de exposição.

**Tabela 2:** número de sujeitos em função do nível de exposição ao Português como L2.

	Tempo de exposição				
	B1	B2	I1	I2	AV
Testes presenciais	7	1	0	0	1
Testes <i>online</i>	21	7	4	4	10
Total de sujeitos	28	8	4	4	11

### 3.2. Experimentos

Afirmamos, anteriormente, que a hipótese preliminar da pesquisa é a de transferência total/ acesso total (WHITE, 2003). Com base nisso, desenhamos os seguintes testes, com o objetivo investigar se o sujeito aprendiz do PB, nos estágios iniciais, (i) transfere valor do traço Q da L1; (ii) é capaz de remarcar a força do traço, em função do aumento de tempo de exposição à gramática da L2; e (iii),



ao fim do processo de aquisição, se a gramática da L2 é convergente com uma gramática nativa. Elaboramos os três seguintes testes.

### (1) Teste de julgamento de gramaticalidade

Señala con una X las frases correctas en Portugués.

- \*O que estudou o aluno?
- \*O que colocou João na garagem?
- \*O que bebeu sua mãe?

O teste de julgamento de gramaticalidade era composto por sequência com morfema Qu-agramaticais em PB; por sentenças interrogativas Qu- do PB; e por sentenças distratoras. A partir de julgamentos de gramaticalidade dos hispanofalantes na L2, desejávamos obter um panorama de sua competência na L2, com base no que por eles era considerado possível e impossível em PB.

### (2) Teste de produção de sentenças (ordenação de palavras)

Pon las palabras de Portugués en el orden correcto.

- o que / come / lentamente / Pedro / ?
- resgatou / onde / o doente / a ambulância / ?
- o que / sempre / Cláudio / aos domingos / cozinha / ?

O teste de ordenação oferecia aos sujeitos um conjunto de elementos da L2 para ser ordenado de modo a formar uma sentença interrogativa. Nenhuma pista sobre a ordem correta das sentenças foi dada aos sujeitos. Esse teste, como o anterior, teve o propósito de vislumbrar a competência dos sujeitos na L2.

### (3) Teste de versão de sentenças

Traduce al Portugués las frases de Español.

- ¿A quien bendice el cura?
- ¿Cuándo naufragó el barco?
- ¿Cuándo durmió el nene?



Nesse teste de versão, tem-se a ordem Qu- V S autorizada na L1. Espera-se que os aprendizes que ainda mantêm as propriedades funcionais da L1 produzam sentenças agramaticais com a inversão sujeito-verbo.

### 3.3. Hipóteses

Assumiu-se, de antemão, a hipótese de transferência total da L1 e de acesso total à GU. Esperamos, portanto, que, (i) nos estágios iniciais da L2, houvesse construções com as regras gramaticais da L1, mas não da L2 (ou quase nenhuma da L2); e que (ii) construções totalmente reconhecíveis como sendo da gramática da L2 surgiriam estágios mais avançados do processo de aquisição, culminando na convergência da gramática da L2 com uma gramática nativa do PB.

Nesse sentido, prevemos que, no caso dos aprendizes de níveis B1 e B2, encontraremos os maiores índices de inversão entre sujeito e verbo. No caso dos sujeitos com maior tempo de exposição, prevemos um uso predominantemente da ordem sujeito-verbo e a perda da distinção entre interrogativas de argumentos e interrogativas deadjuntos.

As seguintes aparecem vinculadas à hipótese adotada: (a) no caso de haver acesso à GU e em função de uma nova marcação paramétrica – mudança na força do traço Q para o valor da L2 –, em que estágios do processo de aquisição essa modificação ocorrerá?; (b) a gramática final da L2 convergirá com uma gramática nativa de PB?; (c) todos os aprendizes chegarão a uma gramática convergente ou haverá diferenças individuais entre os aprendizes de um mesmo nível de proficiência? Nesse sentido, haverá opcionalidade de regra para algum indivíduo? A

### 3.4. Resultados gerais

Esperávamos que, em função do tempo de exposição à L2, os aprendizes mudassem sua análise das interrogativas, baseada nas propriedades funcionais da L1, quando esta não desse conta do *input*. Em consequência de essa previsão ter se provado falsa, todo o quadro de sujeitos parece não se comportar conforme as expectativas apontadas para cada tempo de exposição. Encontramos índices bastante expressivos de inversão da ordem entre sujeito e verbo na produção de sujeitos de tempos de exposição mais avançados, apesar de a inversão não ter sido



relevante, aparentemente, para os sujeitos tempos de exposição menores. Ao mesmo tempo, a distribuição de percentuais pelos tempos de exposição não demonstrou uma corência explícita, visto que, para a maioria dos casos analisados, não vimos a gradação que havíamos postulado.

Paulatinamente,concluímos que a tendência de inversão da ordem entre sujeito e verbo não pareceria relacionadaao tipo de verbo presente na sentença (transitivo, inergativo e inacusativo); aotempos de exposição dos sujeitos ao PB; e à instrução formal dos sujeitos em PB – fator que entra em jogo quando comparados os resultados da primeira e da segunda aplicação de testes.

Quando recortamos os resultados do teste de julgamento de gramaticalidade em função do tempo de exposição dos sujeitos, notamos que, no grupo da realização presencial, o índice maior de aceitação de interrogativas com inversão (83, 4%) pertence ao falante com mais tempo de exposição. Por suas vezes, sujeitosdos níveis B1 e B2 aceitaram um maior número de interrogativas sem inversão da ordem entre sujeito e verbo (66, 6% e 66,8%, respectivamente).

No grupo *online*, por outro lado, a aceitação das interrogativas sem inversão é, surpreendentemente, mais alto nos nos níveis básicos (61,1%, B1; 76,2%, B2) e nos níveis intermediários (70,8%, I1; 62,5%, I2) do que no nível AV (56,7%). Isso significa que, no nível AV, uma opcionalidade da regra de inversão está atuando, fazendo com que o sujeito aceite sentenças com os valores de Q das duas línguas.

Nos testes de produção, percebemos que, para o grupo presencial, existem resultados semelhantes de inversão para os níveis básicos e avançado: 83,4% de inversão entre sujeito e verbo no primeiro caso e 100% de inversão no segundo caso.

Para o grupo online, a sistematização dos resultados é muito menos harmônica. Para os níveis B2 e AV, revela-se uma clara oscilação entre os dois tipos de ordens. Nos demais níveis,a tendência de se produzir interrogativas com inversão é mais expressiva, de acordo com a regra da L1. Os dados abaixo ilustram a produção das interrogativas desviantes:

- |  |           |
|--|-----------|
| (5) a. *O que coloca João na garagem? (B1, B2) | *QU- V S? |
| b.* Para quem deu Eduardo o dinheiro? (B1, B2) | *QU- V S? |
| c. * Para quem deu Camila o presente? (B1, B2) | *QU- V S? |



Nos testes de versão, pelo menos no nível AV, existe, para ambos os grupos, uma tendência de se produzir uma ordem convergente com a L2 (grupo presencial, 66,7%; grupo *online*, 70%). Para os outros níveis de proficiência, os resultados são diferentes para os grupos. Nos níveis básicos do grupo presencial, encontramos índices maiores para a produção de interrogativas sem inversão entre sujeito e verbo (B1, 66, 7%; e B2, 100%). No grupo *online*, os sujeitos com menor tempo de exposição ao PB (B1, 57,2%; B2, 61,9%) invertem sujeito e verbo, enquanto os níveis intermediários demonstram uma tendência inequívoca à opcionalidade, com valores ou muito próximos ou equivalentes para as duas ordens observadas (50% e 50%, I1; e 41% e 58%, I1). O nível avançado é o único em que a ordem SV prevalece, corroborando nossa expectativa inicial,

Entre os sujeitos, conforme demonstramos, há as mais variadas performances, as quais não são motivadas, de modo necessário, pelo tempo de exposição do sujeito ao PB. Vimos que alguns indivíduos invertem a ordem entre sujeito e verbo em todas as interrogativas do tipo Qu; outros indivíduos oscilam entre a inversão e a não inversão, mostrando que, para eles, a opcionalidade se tornou a regra. Pensamos que essa oscilação seja um indício de opcionalidade residual: considerando que esses aprendizes aceitam e/ou produzem a inversão entre sujeito e verbo, supomos que promovam uma cópia de entradas lexicais da L1 para o Léxico da L2. Sendo assim, sabendo que o traço Q de C é forte na L1, quando um morfema com essa característica é selecionado na produção de sentenças na L2, o movimento do verbo será engatilhado em PB, derivando a ordem Qu- V S. Quando o sujeito adquirir a entrada lexical da L2, que tem o traço Q fraco, será capaz de aceitar/produzir ambas as ordens. Dependendo do indivíduo, com o tempo, o morfema da L1 deixa de ser selecionado, e a inversão da ordem entre sujeito e verbo, aos poucos, é abandonada.

### 3.5. Transferência da L1 e acesso ÀGU

Contrariamente àquilo que esperávamos, na contramão da hipótese de White (2003), a produção dos aprendizes evidencia que o acesso à GU não se restringe a um estágio do desenvolvimento da interlíngua. Nesse sentido, o que podemos argumentar é que não parece existir uma divisão tão demarcada entre estágios em que há apenas transferência de estruturas da L1 e estágios em que há apenas acesso à GU, sendo os primeiros anteriores aos segundos. O que efetivamente vimos é que, de fato, os estágios iniciais do processo de aquisição tendem, embora isso não



seja obrigatório, a revelar um maior índice de transferência de estruturas da L1, ao passo que o acesso à GU pode se dar a qualquer momento do processo de aquisição da L2 – no início, no meio e no fim. Com base nos resultados que comentamos, chegamos às seguintes conclusões.

- (1) É possível afirmar que existe transferência do valor da força do traço Q do Espanhol para a gramática da interlíngua. Com isso, explicamos tanto a aceitação quanto a produção de interrogativas Qu- com inversão entre sujeito e verbo. No entanto, essa propriedade funcional da L1 pode ser mantida no Léxico da L2 ao longo de todo o processo de aquisição; pode, inclusive, instaurar uma opcionalidade na gramática dos aprendizes, impedindo-os de atingir uma gramática final convergente com a gramática de um nativo de PB.

De acordo com White (2003: 243), a gramática final da L2 pode convergir com a gramática de um falante nativo da L2, mas essa condição não é necessária:

**Divergência restrita pela GU.** A gramática final [da L2] é diferente da gramática de falantes nativos da L2, mas, contudo, está sujeita às restrições impostas pela GU. Em outras palavras, é uma gramática possível que não precisa corresponder exatamente à de um falante nativo. Ela pode combinar propriedades da gramática da L1 e da gramática da L2, bem como das gramáticas de outras línguas<sup>17</sup> (WHITE, 2003: 243).

- (2) Encontramos, nos dados, aquilo que consideramos serem evidências de acesso à GU. Todavia, como apontamos anteriormente, verificamos que esse acesso não é exclusivo de determinada etapa do desenvolvimento da interlíngua.

Discutimos que uma possível evidência de acesso à GU no processo de aquisição de uma L2 é a mudança do valor de determinada propriedade de um núcleo funcional. Nos experimentos aplicados, grande parte dos aprendizes parece adquirir o traço Q fraco do PB, o que os torna aptos a aceitar e a gerar interrogativas sem a inversão entre sujeito e verbo.

- (3) Aparentemente, o estágio da interlíngua em que a mudança paramétrica é deflagrada varia de indivíduo para indivíduo, independentemente do seu tempo de exposição à L2.





## Considerações finais

Os resultados da pesquisa relatados aqui confirmam, em parte, a hipótese inicialmente adotada (WHITE, 2003). O acesso total à L1 é confirmado pela manifestação da inversão entre sujeito e verbo nas interrogativas Qu- do PB. Essa possibilidade de inversão é motivada pelo traço Q forte da L1 dos aprendizes, que, ao atuar na interlíngua, determina o movimento do verbo de I<sup>0</sup> para o núcleo de Foc/C. Em estágios da interlíngua, o valor da força do traço Q da L1 pode ser modificado para o valor da L2, devido ao acesso à GU.

Esperávamos encontrar, em estágios iniciais da L2, construções exclusivamente obedientes às regras da L1. Por conseguinte, apenas sujeitos com maior tempo de exposição à L2 produziram construções obedientes às regras da L2. No entanto, atestamos que, embora a transferência de propriedades da L1 seja total, não identificamos essa suposta restrição aos estágios iniciais da interlíngua. Além disso, notamos que (a) houve sujeitos – um bom número de sujeitos, na verdade – cujos testes apontam uma opcionalidade residual; e que (b) a estratificação de sujeitos com base no tempo de exposição à língua não pareceu ser efetiva (pelo menos, não para os testes que elaboramos e aplicamos).

Após a conclusão da reformatação paramétrica, duas possibilidades mostraram-se nos dados analisados: um conjunto de sujeitos muda, definitivamente, o valor de Q para fraco no Léxico da L2 e deixa de produzir interrogativas Qu- com inversão entre sujeito e verbo. E outro conjunto de sujeitos mantém no Léxico da L2 duas entradas lexicais, Q com traços fortes, como na L1, e Q com traços fracos, como na L2. Sendo assim, o segundo grupo de sujeitos produz, sem regularidade, interrogativas Qu- com inversão e interrogativas Qu- sem inversão.

## Referências

- AYOUN, D. **Verb movement phenomena in Spanish: “mixed” languages and bilingualism.** 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Department of Linguistics, Universidade do Arizona.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** Cambridge, MA: MIT PRESS, 1995.



LOPES-ROSSI, M. A. **A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.

LOZANO, C.; MENDIKOETXEA, A. “Learner corpora and second language acquisition”. In: **Studies in corpora linguistics**, 59, pp. 65-100, 2005.

RUAS, Samara de Souza Almeida. **Aquisição de interrogativas Qu- do Espanhol como L2 por falantes adultos do Português Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, JR.. **a aquisição de interrogativas QU- do Português Brasileiro como L2 por hispanofalantes adultos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017;

URIBE-ETXEBARRIA, M. “In situ questions and masked movement”. In: PICA,P.; ROORYK, J. **Variation Yearbook**. John Benjamins, 2002.

VAINIKKA, A.; YOUNG-SCHOLTEN, M. “Direct Access to X’Theory. Evidence from Korean and Turkish Adults Learning German”. In: HOEKSTRA, T.; SCHWARTZ, B. D., **Language Acquisition in Generative Grammar** (eds.). Philadelphia: John Benjamins, 1994.

WHITE, L. **Second Language Acquisition and Universal Grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ZAGONA, K. **The Syntax of Spanish**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ZUBIZARRETA, M. L. **Prosody, Focus, and Word Order**. Cambridge/London: The MIT Press, 1998.





# ENTREVISTA COM CARLOS HENRIQUE DE ESCOBAR FAGUNDES

## INTERVIEW WITH CARLOS HENRIQUE DE ESCOBAR FAGUNDES

*Rodrigo Pereira da Silva ROSA<sup>1</sup>*

Oriundo de São Paulo e importante para a educação brasileira, em especial para a comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro – da qual fez parte como docente –, o professor Carlos Henrique de Escobar Fagundes possui uma vasta experiência e bagagem teórica em seu currículo. Filósofo, dramaturgo, poeta e professor, Escobar foi um dos precursores da Análise de Discurso no Brasil, sendo responsável pela divulgação da teoria nos cursos de Filosofia, Comunicação, Linguística e Ciências Sociais na UFRJ e pela fundação da Escola de Comunicação da UFRJ e também do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, a UFF.

Em relação à AD, Escobar assume um papel de importância, pois, atrelado à sua militância política, viu a necessidade de inserir estudos de Althusser e Pêcheux. Na época os círculos intelectuais da esquerda brasileira eram fechados em teorias e interditavam a inserção dos autores citados; por sua vez, Escobar já via uma necessidade de urgência nas leituras de autores da teoria que, anos mais tarde, seria constituída, aqui no Brasil, como disciplina.

Escobar foi um importante pensador das lutas políticas dos anos 1960/1970 no Brasil, pois ele e uma minoria intelectual acreditavam que a filosofia materialista era um canal para propagação de um pensamento que pudesse enfrentar a dominação vigente. Tal filosofia era a mesma que Althusser pensava em seus textos.

---

<sup>1</sup> Atualmente, cursa Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em estudos de línguas indígenas, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Bakairi; morfofonêmica; sintaxe e ergatividade; e análise do discurso.



Hoje, no auge dos seus quase 90 anos, o professor Escobar vive em Portugal com sua atual esposa e seu filho, mas continua produzindo e refletindo sobre algumas questões importantes da Filosofia, dramaturgia e da Análise de Discurso. O mesmo nos concedeu uma entrevista via e-mail, onde reflete sobre a vinda da Análise de Discurso para o Brasil, o momento atual do país, a confluência da AD na Linguística e outras questões que podemos acompanhar a seguir.

1. *Como surgiu a iniciativa de trazer o Pecheux ao Brasil? Como o conheceu e os trabalhos?*

Leitor e até mesmo representante dos *Cahiers pour l'Analyse* no Brasil li inúmeros ensaios de Pêcheux e muitos outros em torno dele.

Envolvido – e acredito que antes da chilena Marta Harnecker – na divulgação do marxismo althusseriano, me liguei também às reflexões de Pêcheux e dei conferências formando grupos de estudos pelo Brasil. As viagens eram pagas pela Universidade pois preenchiam aquilo que se chama “cursos de férias”.

Conseguimos nos tempos da Ditadura Militar descobrir e ensinar Pêcheux (e Althusser) e sentir-se “comunista” auxiliando a luta armada. Pêcheux chega ao Brasil (com tradução da Maria da Glória Ribeiro da Silva) logo em seguida às traduções de Althusser e como afronta à unidade de Linguística da UFRJ daquela época.

2. *O senhor chegou a trabalhar com Análise de Discurso? Houve continuação da AD no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ) e na ECO (Escola de Comunicação da UFRJ)?*

Acho que trabalhei “a tempo inteiro” contra a Ditadura Militar, pois além da militância dava aulas na ECO (Escola de Comunicação da UFRJ), escrevia minhas peças partilhando com Ruth Escobar um grande movimento cultural em plena resistência contra a Ditadura. O meu texto (na revista *Tempo Brasileiro*) e um dos meus livros propuseram pensar Saussure na “semiologia” e no modelo (que então propus) da estrutura de produção.



O meu texto (na revista *Tempo Brasileiro*) e um dos meus livros propuseram pensar Saussure na “semiologia” e no modelo (que então propus) da estrutura de produção.

Não, eu não continuei este trabalho, isto é, o abandonei para trabalhar por inteiro o pensamento althusseriano.

Um dia leio (em textos franceses) que a AD – na origem marcadamente marxista – existia agora como “disciplina” e como escola. Procurei saber mais e, confesso, fiquei amargurado quando a vi neutralizada em mecanismos e procedimentos pobres de avaliação.

A neutralização da AD dava-se na França (e no mundo) mas sobretudo no Brasil. Para investir uma crítica a tudo isso está o nome do professor João Kogawa. Ele se encontrava em Paris fazendo doutorado em torno da “chegada de Pêcheux ao Brasil”. Eu já não tinha esperança que descobrissem meu trabalho (e pioneirismo, como ele chamou) e fiquei feliz com seus emails. Este professor, a esta altura, e após seu livro (.....) tornou-se também um referencial obrigatório dos ensaios e debates no Brasil sobre a AD.

Os estudos althusserianos sobre a “ideologia” – irremovível e sempre vibrante na luta de classes – sabem distinguir questões como “indivíduo e sujeito”, dimensão inconsciente (Lacan), subjetividade como “meio produzido” no seio e no propósito da Revolução.

A questão da “subjetividade” – entre os marxistas que hoje provam a “crise do marxismo” (e o enigma de um capitalismo numa “crise limiar”, não mais as crises cíclicas do capital mas uma crise suicidária onde o que está em questão é a terra e a vida).

A “subjetividade” é trabalhada com sucesso (e confrontos) nas filosofias da pós-modernidade – e não apenas naquelas que se deixam atravessa pela psicanálise lacaniana mas também naquelas que refletem as teses do desejo do ângulo, digamos, espinozista e deleuziano..

Atenção para o seguinte, não somos apenas os custos da história – do tempo ocupado e produtor das comunidades e dos sujeitos – somos também uma difícil *intimidade* com o abismal, o caos, o irresolvidamente inalcançável. Que se experiencia na vida e na morte e que se sabe como uma *intimidade* onde partilhamos – e partilharemos sob diferentes formas – aquilo que a filosofia e as artes “sabem sem saber” e situam como *proximidade*.



O comunismo não é — nem será — uma figura acabada, e a história do marxismo se exercerá sempre ao pensar as questões da Revolução, do Estado, do trabalho e do que seria propriamente o comunismo como realidade.

Um empenho — não um abandono, um tédio, uma humilhação — onde o sobreviver é também uma causa e a justiça uma comovente mobilização.

3. *A que o senhor atribuiria o suicídio de Pecheux?*

Porque Pêcheux suicidou-se? Ou, por exemplo, Poulantzas e inúmeros outros marxistas na França? Gorsz e a mulher, as filhas de Marx e no Rio o jovem marxista e introdutor de Lacan no Brasil, Eginardo.

Às vezes as questões estão no concreto da luta política e às vezes resultam predominantemente dos jogos trágicos de um inconsciente e de uma relação.

Contar o suicídio de Pêcheux e de Poulantzas — ambos marxistas e althusserianos — concerne mais à “intimidade” e à exaustão dos trabalhos face à “crise do marxismo” e de tudo que, pertencendo a eles, singularmente eu desconheço.

4. *E hoje? O senhor ainda se dedica a algum tema/ alguma discussão?*

Quanto aos meus trabalhos hoje as coisas não são muito claras. Quero terminar o livro sobre o Althusser do “materialismo do encontro”, responder às questões do professor João Kogawa. E também aquilo que comecei sobre a “morte” e sobre os “animais”, mas temo não ter mais saúde e tempo para fazê-lo.

5. *Tem acompanhado o que se passa no Brasil?*

O Brasil sempre foi governado por políticos corruptos. O Moreira Franco, por exemplo, há décadas atrás foi um “companheiro”, em que pese fugir sempre das manifestações. Da mesma forma a Celina Vargas, na época sua mulher. Encontrei-o um dia nas barcas Rio-Niterói. Eu ainda dava aulas na UFF e então conversámos. Eu sabia que tipo de político ele se tinha tornado. Perguntei-lhe como fora possível



● ● ●

sair da militância comunista – numa das suas versões - para a política explicitamente corrupta. Aborrecido com a pergunta – e como que emboscado – me respondeu que tinha aprendido a “fazer política” com o seu sogro (pai da Celina) e que agora não era mais um adolescente. Há tantos Moreira Franco no Brasil!

#### 6. *Como observa o momento atual?*

Quanto à preocupação com a língua e o discurso os anos 80-90 e depois (séc. XXI) envolveram inúmeros intelectuais, entre eles Roland Barthes, E. Benveniste, Eco, Greimas, Foucault, Deleuze, Kristeva. Sempre em torno da “materialidade discursiva” e às vezes em torno da imagem, linguagem verbal e não verbal. Então usei e trabalhei a revista francesa *Communications* e *Langage* e por vezes os livros de Lévi-Strauss (não apenas *Antropologia Estrutural* mas também o magnífico *Pensamento Selvagem*).

Estou hoje em estudos mais recentes e talvez mais exigentes, como Derrida, Nancy, Agamben, etc.

Não aconselho leituras diferentes ao mesmo tempo, pois é necessário possuir intelectualmente, e em separado, um ou outro destes autores, e com isso o conhecimento esmerado de um ajuda-nos a conhecer todos os outros.

No que concerne à questão do Brasil hoje eu digo – e repito – que nada justifica o silêncio e a fuga. A produção cultural estrategicamente é importante, pois foi assim que artistas e professores lutaram contra a Ditadura Militar. A luta frontal é algo bastante particular mas pode ser pensada – na forma defensiva – e junto à série de assassinatos cometidos pela direita cabe pensar resistir, se defender, responder.

Todas estas lutas passam por analisar conjunturas e envolvem grandes generosidades e talentos, o que o Brasil dispõe e hoje são reclamados. Logo veremos.

#### 7. *Professor, como o senhor consegue enxergar o ensino de Análise de Discurso dentro da Linguística?*

A questão – complexa – é talvez algo que só vocês (e o João Kogawa) poderão responder, não sem antes denunciar a AD hoje como algo distante e





numa dispersa e perversa coisificação. Teorizar a AD – livremente, ousadamente, criativamente – a ponto de ela (numa agilidade teórica responsável) poder intervir na linguística e suas formas disciplinadoras e abstractas. Um cemitério de noções pois à deriva da “materialidade do discurso” – saber como reclamar a vida e a saúde teórica requer ousar e até alucinar.

8. *E como a AD pode ganhar espaço no ambiente altamente estruturalista?*

Não respondo esta questão pois ela foi bem resolvida, por exemplo, em Althusser, em Deleuze e Foucault (sem esquecer Derrida). São filosofias *abertas*, que já não prescrevem “origem” e “fim” e sobretudo recusam ser totalizadas.

Já há algum tempo Althusser abriu a “estrutura saussuriana” (em *Pour Marx* e *Lire le Capital*) e também a herança maldita da dialética hegeliana (e também engelsiana) que se abismam primeiro nas “contradições sobredeterminadas”, etc., e depois na “corrente subterrânea” com o materialismo aleatório.

O *clinamen* (de Epicuro) é revelado em toda “ordem”, “estrutura”, etc., passando a ser a agilidade (aberta) irremovível do pensar.





# ENTRETIEN AVEC FRANÇOIS JOST

## ENTREVISTA COM FRANÇOIS JOST

Maycon Silva Aguiar<sup>1</sup>

Rosane da Conceição Pereira<sup>2</sup>

François Jost, chercheur et professeur à l'Université Sorbonne Nouvelle / Paris III et directeur honoraire du Centre d'Étude des Images et des Sons Médiatiques (CEISME), dédié à l'étude de la télévision dans les domaines philosophique, esthétique et linguistique, avec diverses publications au Brésil. Directeur de la revue *Télévision* (Paris, CNRS éditions) et de la collection sur les séries *A suivre* (Paris, ed. Atlande).

1. *Votre travail académique sur la production télévisuelle a contribué à la compréhension de la télévision en tant qu'objet d'intérêt scientifique et à la production de connaissances dans le domaine des sciences humaines et sociales au Brésil. Il pourrait préciser aux lecteurs brésiliens sa thèse selon laquelle tous les genres télévisés peuvent être interprétés en relation avec le monde réel (rendu visible), le monde fictif (vraisemblance) et le monde ludique (non sérieux), combattant la critique ontologique de la réalité elle-même, puisque la question de la réalité pour la télévision (médiats) et le sens des attitudes du monde réel pour les professionnels (journalistes) sont reconfigurés?*

Quand j'ai accédé à l'immense masse d'archives conservées par l'Inathèque de France (des millions d'heures de programmes), s'est posée la question de savoir par quel bout aborder tous ces programmes si différents les uns des autres. Comment traiter des corpus si vastes ? Il était clair que je ne pouvais rester au niveau du programme (comme pour la sémiologie du cinéma, le film). Le genre m'est donc apparu comme

---

1 Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br.

2 Universidade Salgado Filho e Fundação de Amparo à Escola Técnica (FAETEC). E-mail: rosadosol@yahoo.com.br.



le concept le plus pertinent. Mais comment classer les genres, non seulement actuels, mais d'aujourd'hui et de demain ? A cette question j'ai répondu par la délimitation d'un terrain, dans lequel plusieurs interprétants (comme dirait Peirce) permettraient de penser les programmes. Les trois mondes – réel, fictif, ludique – ont répondu à cette ambition. Le premier réflexe est évidemment de classer les programmes. Cela semble facile pour le journal télévisé (qui renvoie au monde réel) ou les séries (qui renvoient à la fiction). En fait c'est plus compliqué. La télé-réalité a été un exemple heuristique : les producteurs revendiquaient l'aspect *réalité* contenu dans leur nom, mais les organismes de mesure de l'audience les classaient dans les divertissements, certains spectateurs la regardait comme une série, etc. Impossible donc d'assigner une seule étiquette à un genre : celle-ci dépend à la fois des usages et des acteurs. Il m'a donc fallu abandonner une ontologie déterminant l'essence d'un programme pour une théorie pragmatique. Les trois mondes sont donc le lieu où s'affrontent les acteurs de la communications télévisuelles. Parfois jusque dans les tribunaux.

2. *Son investigation théorique et méthodologique est basée sur la structure narrative de la "littérature" (avec les concepts établis de focalisation interne, de temps et de narration), s'étend au narratif du "cinéma" (apportant des concepts tels que "l'ocularisation" ou point de vue visuel et "l'auricularisation" ou point de vue auditif) et culmine dans la structure narratologique de la "télévision" en genres (reportages du réel comme informations télévisées, de la fiction comme feuilletons et de pièces ludiques comme programmes humoristiques), et la télévision est conçue comme symptôme (pas de reflet) de la société. Dans ce sens, comment analysez-vous votre trajectoire de recherche et son état actuel en France ?*

Ce que vous dites correspond à trois moments théoriques de ma vie. D'abord la sémiologie du cinéma, puis ce que j'ai appelé la « narratologie comparée ». J'avais été frappé en lisant *Figures III* de Genette que le meilleur exemple de focalisation interne était pour lui, qui faisait de la théorie littéraire, un film : *Rashomon*, de Kurosawa. Or, comme « en toute rigueur le personnage ne devait pas être vu de l'extérieur » dans cette configuration, je me suis demandé comment il pouvait faire référence à un film où, certes, on avait plusieurs points de vue sur un même événement, plusieurs versions, mais dans lequel on voyait les narrateurs de l'extérieur, dans l'image. C'est à partir de là que j'ai été amené à différencier les types de points de vue qui étaient mélangés dans le concept de « focalisation » : le point de vue cognitif, le point de vue visuel et le point de vue sonore.

L'approche de la télévision est moins une continuité qu'une rupture épistémologique. Alors que la première sémiologie du cinéma – celle de Metz –



partait de l'image et du plan, voire de la séquence comme unité autonome, je me suis vite rendu compte, comme je vous disais, que ce n'étaient pas des découpages pertinents pour aborder les vastes corpus de programmes. Et j'ai donc déplacé la réflexion vers l'étude des genres télévisuels.

Tout cela pour quoi faire ? J'ai toujours gardé en tête cette leçon de Barthes dans *Mythologies* que la sémiologie est certes une discipline qui explique le fonctionnement du sens, mais qu'elle doit aussi démonter l'idéologie. D'où cette troisième période théorique où j'ai examiné les programmes de télé-réalité et de fiction comme des symptômes de phénomènes à l'œuvre dans la société. Bien sûr, ce que j'appelle « période » ici est plus étanche que cela. Quand j'analyse une séquence de série, je peux utiliser les concepts de narratologie et aussi m'interroger sur le genre.

Pas facile d'analyser ma trajectoire ! Les périodes dont je viens de parler ont des destins différents : les concepts du point de vue que j'ai créés sont de plus en plus utilisés sans même qu'on me cite comme ils faisaient partis des outils de base. En ce qui concerne la télévision, je dois reconnaître que les travaux actuels font très souvent référence à mon travail

3. *L'idée qu'un programme télévisé doit être étudié à partir de son appareil, de son lieu de construction, du producteur et du spectateur de la société (et non des médias comme miroir d'une situation sociale au niveau du visible) rapproche vos études sémiologiques du point de vue de l'analyse du discours, puisqu'il s'agit également de la recherche des conditions de production du sens et de ses déterminations historiques, sociales et idéologiques par le sujet. Que pourriez-vous dire de cette relation possible dans votre travail ?*

Vous avez raison. Quand le dépôt légal de l'audiovisuel a été ouvert aux chercheurs, il y a eu un grand moment d'émulation pendant lequel chacun proposait des outils et des concepts. Nous avons eu notamment de nombreuses discussions Patrick Charaudeau et moi. Il m'est apparu deux choses : d'une part que nos passés théoriques respectifs « teintaient » nos théories d'une coloration très différente : lui partait du langage et de la linguistique, moi je partais de l'audiovisuel. D'où un désaccord profond sur le modèle de communication : lui appliquait des concepts venus de l'analyse de la conversation, moi des concepts inspirés d'une sémiologie audiovisuelle pragmatique. Lui voulait à tout prix que la relation entre le spectateur et la chaîne soit réglée par un contrat comme dans la conversation, je lui opposais l'idée de promesse, qui est beaucoup plus heuristique pour moi car elle donne au spectateur un autre rôle que de suivre la visée de l'émetteur.



4. *Si la télévision traditionnelle rend visible la “réalité”, sans révéler ce processus de préparation, ni vérité ni conformité aux documents; si la “fiction” est rendue crédible par une cohérence interne que le monde réel n’est pas obligé d’avoir; et si le “ludique” est la préparation d’un moment ou d’une scène peu sérieuse de la réalité, comment cette relation tripartite du monde peut-elle être pensée à la télévision numérique, dans laquelle les réseaux sociaux sont considérés comme des “seconds écrans” pour programmes télévisés (liés simultanément à des tweets, par exemple)?*

Les «live tweets» prouvent justement que la communication télévisuelle n’est pas fondée sur le contrat. Les chaînes construisent le sens des programmes, grâce aux «community managers», aux publicités, etc., ils font des *promesses* sur les contenus, mais les internautes disposent. Je veux dire par là que les internautes s’approprient parfois les programmes d’une façon différente de ce qui avait été prévu : on plaisante sur la prestation d’un politicien dans une émission politique (sur ses vêtements, sa tenue, ses tics) ou, au contraire, on commente une fiction comme si c’était la réalité.

5. *Comment penser la construction sociale de la réalité médiatisée par la télévision et Internet, face aux cadres dont le producteur est non seulement le professionnel de la télévision (le journaliste) mais aussi le public (spectateur) ?*

Le problème essentiel est celui des instances médiatiques qui diffusent les messages. Pour qu’il y ait co-construction encore faut-il que les spectateurs veuillent bien s’exposer aux messages des médias. Or, on voit un peu partout dans le monde qu’une partie des internautes refusent de regarder ces médias et préfèrent leurs propres circuits d’information. D’où le succès des théories du complot et des fake news, l’opposition entre des vérités qui seraient plus vraies parce que non diffusées par les médias et la «version officielle» des médias. L’activité de fact-checking, qui est menée par certains journalistes, est aussi une façon de déconstruire l’information. Autant dire que nous ne sommes plus dans un monde où nous pouvons penser le circuit de l’information avec des termes consensuelles comme ceux de «contrat» ou de «pacte». Ces derniers supposaient une sorte de confiance et d’optimisme dans la communication, qui ne sont plus vraiment de mise.

6. *Dans ses études récentes, affirmant que la “seriefilia” remplaçait “la cinéfilia”, on peut considérer que ce moment arrive un temps de lecteurs amateurs ou que la communication numérique re-signifie la télévision, le cinéma et la littérature*



en tant qu'objets et aussi ses publics, avec le partage et l'édition d'images, de textes et d'audios sur Internet. Quelles implications ce changement peut-il avoir aujourd'hui en termes de séries et d'audiences, en ce qui concerne leur thèse sur le genre télévisuel (ancré dans le réel, la fiction et le ludique) et sur le spectateur étranger et brésilien?

Votre question est très riche... Je vais essayer de répondre à quelques aspects.

D'abord, ce qu'a permis internet et le web 2.0, c'est la fabrication de web-séries ou de web-documentaires qui constituent une sorte d'alternative à la télévision pour les spectateurs (ils les opposent souvent aux productions des chaînes télévisées dans leurs commentaires). Ce qui me frappe, c'est que ses web-séries, bien qu'elles puissent circuler dans le monde entier, restent très nationales (en majorité on regarde les web-séries produites dans son pays). Il me semble que la chose importante, c'est la remise en cause du contrat de fiction : beaucoup de séries sont jugées aujourd'hui comme des témoignages fidèles de la réalité. A cet égard, un exemple intéressant : au premier tour de l'élection présidentielle d'Ukraine est arrivé très largement en tête, un comédien qui jouait dans une série intitulée *Serviteur du peuple*, où il luttait contre la corruption... dont on accuse précisément le président en place. Il n'avait pas de programme, mais ce programme narratif a suffi...

7. *Dans la série, on trouverait un genre hybride, entre le cinéma et la télévision (dans le sens où la série décolle de plus en plus du média télévisé et se développe en tant que narration cinématographique, avec beaucoup moins de dépendance à un médium), qui exigerait, sinon une adaptation, mais une réflexion à propos de sa thèse initiale ?*

Ce qui change actuellement dans les séries, c'est à la fois le mode de diffusion et le mode de consommation.

Le feuilleton était jadis fondé sur l'attente. L'attente de l'épisode suivant, diffusé de jour en jour ou de semaine en semaine. Voir une série à la télé, en étant obligé d'attendre la diffusion ou voir sur une plateforme est différent. Le premier cas est vraiment télévisuel dans la mesure où le média nous impose sa temporalité, sa grille, son rendez-vous. Et les épisodes avec leurs cliff-hanger sont prévus pour ça. Sur un DVD ou sur une plateforme on peut tout voir en une ou deux fois (binge-watching). Du coup, on ne regarde plus une série mais un long film. Cela confirme pour moi que c'est en partie le spectateur qui fait l'œuvre. Je dois dire que c'est en continuité avec mes propositions théoriques.



8. *Il a d'abord été commenté comment sa thèse sur le genre télévisuel inaugurerait la télévision en tant qu'objet d'intérêt scientifique. Selon vous, en quoi l'ontologie de la télévision diffère-t-elle des autres ontologies (par exemple, cinéma et littérature) ? Quel aspect de cette entité la rend si fascinante comme objet scientifique ?*

Je ne parlerais pas de la télévision d'un point de vue ontologique. Mais but est, au contraire, d'avoir une approche pragmatique. Ma théorie des genres est dynamique : l'objet change en fonction de l'acteur de la communication qui la considère. Ce qui est fascinant, c'est que la télévision diffuse tous les genres et qu'il faut faire une théorie qui en rendent compte : comme étudier la littérature dans une vision synoptique de tous les genres, ce qu'on fait peu. Et ce qui est intéressant c'est que la télévision est aussi articulée à notre temps et à notre vie sociale.

- 9 *Il s'est avéré que la télévision n'était pas un miroir objectif de la réalité. Cependant, il existe un lien entre ces dimensions. Comment "mesurer" l'interface entre la télévision et la société ?*

A la métaphore du miroir, j'ai opposé celle du symptôme. Ce qui m'intéresse, c'est de voir ce que les genres télévisuels nous disent de la société. Par exemple, la télé-réalité était le symptôme d'un désir du public qu'on parle de lui, des gens simples et pas seulement de l'élite. En France, en 2002, la 2<sup>e</sup> année de l'adaptation de Big Brother, *Loft story*, les jeunes se sont largement abstenus aux élections présidentielles mais ils ont voté en masse pour *Loft story*, tout simplement parce qu'ils se sentaient mieux représentés par les jeunes qui y jouaient que par les politiciens. On aurait dû prendre ce fait au sérieux. Dans les éditions de BBB que j'ai vues, il me semble que la télé-réalité jouait aussi comme revanche sociale, en favorisant le parcours de gens pauvres.

10. *En conclusion, quelles sont vos recherches les plus récentes en France et quels sont vos projets pour l'avenir ? Pensez-vous étudier la télévision et ses relations avec Internet en termes de nouvelles productions de sens, de collaboration, de fausses informations et de temps réel, par exemple ? Le Brésil est-il inclus comme objet ou comme destination pour vos études ?*

J'ai travaillé ces dernières années dans deux directions. D'une part, les séries. Dans *les Nouveaux méchants. Quand les séries américaines font bouger les lignes du Bien et du mal* (Bayard, 2015), je me suis intéressé aux séries qui font des méchants





des héros (Breaking Bad, Dexter, etc.), et qu'on appelle à tort anti-héros. Le point de vue est philosophique : je mets en avant les différentes conceptions de la morale qu'on y rencontre et, notamment, l'opposition entre morale déontologique et conséquentialisme. J'ai aussi fait un essai sur le fonctionnement des détails dans *Breaking Bad*, que je considère comme une œuvre à part entière. L'autre voie que je creuse est justement la question éthique (*Pour une éthique des médias*, ed. de l'Aube 2016). Du coup, j'ai élargi mon terrain de recherches à internet. C'est mon dernier livre : *La méchanceté en actes à l'ère numérique* (2018). Je m'intéresse à ce que j'appelle les conditions transcendantales de la méchanceté sur internet (insulte, harcèlement) en montrant leur généalogie, en partant des reality show ses années 1990, la télé-coaching et l'étude des forums. Bien sûr, j'ai eu aussi l'occasion d'écrire sur les *fake news*.

Je suis venu très régulièrement au Brésil depuis 2004. J'y ai beaucoup de collègues qui sont des amis. Nous continuons à nous voir et à échanger très régulièrement. Ce que j'ai vu sur les chaînes brésiliennes et les discussions scientifiques m'ont beaucoup marqué. C'est une sorte de « background » que j'ai toujours en tête. Cela m'aide à décentrer mon regard et à relativiser certains de mes constats faits à partir du modèle français. J'avais fait une enquête assez précise sur TV Brazil, qui m'a permis par exemple d'ouvrir la réflexion sur la qualité télévisuelle (*Pour une télévision de qualité*, INA). Nous avons reçu aussi beaucoup de chercheurs brésiliens au CEISME (Centre d'Etudes sur les Images et les Sons médiatiques). Cela nous a aidé à ne pas être enfermés sur nous-mêmes. Des programmes de recherches communs sont prévus.

## Références

- JOST, F. *Compreender a televisão*. Rio Grande do Sul: Sulina, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Seis lições sobre televisão*, Porto Alegre, Editora Sulina, 2004
- \_\_\_\_\_. *Do que as séries americanas são sintoma?* Rio Grande do Sul: Sulina, 2012.
- \_\_\_\_\_. O que significa falar de “realidade” para a televisão?, in **Televisão e Realidade**. Bahia: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1048/1/Televis%C3%A3o%20e%20Realidade.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.
- \_\_\_\_\_. *Les médias et nous*. Paris: Bréal, 2010.



- ..... 50 fiches pour comprendre les médias. Paris: Bréal, 2009.
- ..... *A narrativa cinematográfica* (avec André Gaudreault), Brasilia, UNB, 2009.
- ..... *Télé-réalité*. Paris: Cavalier Bleu, 2009.
- ..... *Comprendre la télévision et ses programmes, nouvelle édition actualisée de Comprendre la Télévision*. Paris: Armand Colin, coll. 128, 2009.
- ..... *Les Nouveaux méchants. Quand les séries américaines font bouger les lignes du Bien et du Mal*, Bayard, 2015.
- ..... *Breaking Bad. Le Diable est dans les détails*, Atlande, coll. A suivre, 2015.
- ..... *Pour une éthique des médias. Les images sont aussi des actes*, ed. de l'Aube, 2016.
- ..... *La Méchanceté en actes à l'ère numérique*, CNRS éditions, 2018





Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som  
LABEDIS - [www.labedis.mn.ufrj.br](http://www.labedis.mn.ufrj.br)  
Museu Nacional, UFRJ



LABEDIS

Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som

Museu Nacional • Universidade Federal do Rio de Janeiro • Rio de Janeiro

[www.labedis.mn.ufrj.br](http://www.labedis.mn.ufrj.br)